

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**O COTIDIANO E A CIDADE: PRÁTICAS, PAPÉIS E
REPRESENTAÇÕES FEMININAS EM
LONDRINA (1930-1960)**

ROSIMEIRE APARECIDA ANGELINI CASTRO

Dissertação apresentada ao Departamento de História,
para obtenção do título de Mestre em História do
Brasil, no curso de Pós-Graduação em História, da
Universidade Federal do Paraná, sob orientação do
PROF. DR. CARLOS ROBERTO A. DOS SANTOS.

CURITIBA - PR
Dezembro de 1994

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**O COTIDIANO E A CIDADE: PRÁTICAS, PAPÉIS E
REPRESENTAÇÕES FEMININAS
EM LONDRINA (1930-1960)**

ROSIMEIRE APARECIDA ANGELINI CASTRO

**CURITIBA - PR
Dezembro de 1994**

BANCA EXAMINADORA

SUMÁRIO

1.	Introdução	007
2.	CAPÍTULO I: O lugar e a imagem das mulheres na memória da cidade e no cotidiano de seus habitantes ...	015
	2.1. Narrativas, reflexões e significados	017
	2.2. Norte do Paraná, "Terra Abençoada"	053
	2.3. A visibilidade das mulheres na história da "cidade menina"	071
3.	CAPÍTULO II : Fatos em revista: representações femininas na imprensa londrinense	102
	3.1. Tempos modernos ... mulheres modernas... ..	104
	3.2. Novos tempos: é proibido subverter à ordem	127
	3.3. A esfera privada: representações ideais	139
	3.4. Esfera pública: emancipação e acomodação	150
	3.5. Em busca da segurança	157
	3.6. "Mulheres decentes" e "mulheres públicas"	163
	3.7. Silenciar as mulheres	177
4.	CAPÍTULO III : O cotidiano e o amor: papéis sexuais, morais e sociais das mulheres comuns.	188
	4.1. Inventário demográfico	190
	4.2. Cenas de amor: sonhos e decepções	202
	4.3. Etnografia da sexualidade	211
	4.4. Rebeldia sem submissão	226
	4.5. As mulheres na história de Londrina: conflitos, sobrevivências, resistências e acomodações	238
5.	CONCLUSÃO	300
6.	BIBLIOGRAFIA E FONTES	310

AGRADECIMENTOS.

Turbilhonantes tempos são aqueles nos quais um pesquisador dedica-se a um trabalho. Inconstâncias, humores diversos, perplexidades, alegrias, prazer, insegurança, interrupções imprevisíveis, expectativas, projeções premidas pelo tempo e por projetos pessoais, emoções conturbadas, identificações e indagações com o objeto, são sensações intraduzíveis, pela sua magia, mas também pelos "sofrimentos" deste percurso, que somente o pesquisador vivencia em horas intermináveis de dedicação

Este panorama, meio caótico, que nos desenraiza por alguns momentos do presente, por outro lado, possibilita-nos o diálogo e rememoração dos testemunhos e experiências de sujeitos do passado, no caso, muito próximo, ajudados pela reflexão e leituras, que nos inserem novamente no horizonte do presente.

Essa prática somente na sua aparência é solitária, porque em sua essência foi o resultado da sintonia amorosa, afetiva, do estímulo e da crítica daqueles que compartilharam da minha experiência. Sem eles seria quase impossível ou mais "doloroso" chegar ao final de um projeto iniciado em 1989, ao ingressar no Curso de Pós-Graduação em História, desta Instituição. Quero transmitir a estas pessoas a transparência de minha gratidão:

Aos amigos e companheiros de Departamento, Sônia Lopes Adum, Hélio Rabello, José Miguel Arias Neto, Enezila de Lima, Maria Aparecida Silva e Maria Nalin, os meus sinceros agradecimentos. As três últimas pelo incentivo na Graduação como professoras, que se transformaram em verdadeiras amigas. A Sônia e ao Miguel, pelos arquivos de documentos, bibliografias que me cederam ao término de seus trabalhos de Mestrado. Além disso, obrigado pelo incentivo e a preocupação que me dedicaram em nossa amizade e nas posturas profissionais. Ao Hélio agradeço às "dicas" teóricas, as indicações de leitura e as avaliações a alguns de meus textos;

À Universidade Estadual de Londrina, instituição que me forneceu licença remunerada para redigir esta dissertação e ao Departamento de História que me liberou das funções da docência para que me dedicasse integralmente à pesquisa;

À CAPES e CNPq pelas bolsas quando transferi-me para Curitiba a fim de cursar os créditos de Mestrado.

Aos funcionários das instituições e arquivos consultados, como Edson do CDPH. À Marcinha, na época escrivã do Forum da 1ª. Vara Criminal de Londrina, hoje Juíza de Direito. Às funcionárias da Biblioteca Municipal pela ajuda em carregar as "pesadas" e empoeiradas encadernações da **Folha de Londrina**. À Beth da Biblioteca da UEL que revisou ciosamente as referências bibliográficas e fontes. Ao Edson e seu filho André pela digitação do trabalho e por ter suportado a exigüidade do tempo e as anotações às vezes indecifráveis, e, por fim ao Juiz de Direito Edson Deliberador por ter autorizado minha permanência no arquivo do Forum da Comarca de Londrina;

Aos ex-alunos pelo estímulo e amizade;

Aos eternos amigos que em fase distintas deram sua parcela de contribuição: Josy, Sannis, Neuza, Cláudia, Roberto, Ilton, Pedro Bordin, Ana Vergínia, Gleiton, Renato, Izabela, Márcia, Carlos Roberto, Silvana, Nelson Tomazi, Sônia, Ricardo e ao José Joffily, incansável incentivador, hoje na eternidade do tempo. Ao meu mago e homeopata, Alcides, por socorrer-me em momentos decisivos, dando-me alento orgânico e emocional;

Aos meus pais Albecide e Ivone, ambos corajosos, que dedicaram suas vidas a mim e ao Nilton e Hamilton, meus queridos irmãos. Compartilharam sempre dos meus problemas e das minhas conquistas;

Às mulheres dos jornais e processos que permitiram reconstruir e recontar suas experiências e seus papéis sociais e sexuais, e à D. Martha, pela conversa e entrevista;

Ao meu orientador, Professor Carlos Roberto A. dos Santos pelas considerações e críticas a esta pesquisa, como também pelo apoio e compreensão em momentos cruciais.

E, aquele que nos sete anos de convivência tem se desdobrado para conciliar sua difícil vida profissional com o amor, carinho e apoio que nunca me faltaram. Sem hesitação e com paciência aguentou "minhas explosões", "minhas omissões" e "minhas incontáveis depressões", com a alegria de seu sorriso, sua compreensão e afeto, meu marido, amigo e companheiro, Marco Antonio.

INTRODUÇÃO

"Pobre moça! Ali no bacanal imundo
Em que os homens maldosos a lançaram um dia,
Suspira e canta e chora o seu pesar profundo
Na ilusão da vida em prebilada orgia.

E assim, de tenda em tenda, farta de esperança,
Segue a trilha lúgubre do voraz abismo...
Na loucura do prazer, passo a passo avança
Deixando inda mais longe o nome do batismo!

E a corrupta Helena por dardejar lasciva
No charco, em triste sina, humilde, não importa,
Indiferente, eterizada o bem esquiva...

Na crença ao verdadeiro Deus não a conforta,
Seguindo além do perjuro a corrupção ativa...
Subjugada, somente em Baco a dor suporta."

(VIANNA, Vicente. Helena. **Folha do Povo**. n. 16, ano 2, 23 jun. 1957)

.....
"Foi a esperança que lhe abria a estrada
e lhe mostrou a mata
e lhe mostrou o rio...

E ela veio de longe, de uma terra onde o sol
requeima a pele, enrija o corpo e alma
dá sensações serenas de luar...

Veio cantando uma canção singela,
uma canção tão doce
que só sabe cantar quem traz no ventre
a semente do amor...

E a mata recebeu e fêz-lhe o leito
de folhas tenras...
E os cipós floridos
formaram-lhe o docel que a flor da noite
inundou de perfume

E ao vagido primeiro e a dor primeira
os ecos da floresta responderam
à voz humana a voz da terra unindo:

É o princípio!
É Londrina!

(ALMEIDA, Francisco P. À primeira mãe de Londrina. In BRANCO, G.; MIONI, F. **Londrina no seu Jubileu de Prata**: documentário histórico. Londrina: Realizações Brasileiras, 1960, p. 50)

Estas figuras femininas literárias - prostituta e mãe - expressam duas imagens sugestivas, que nos ajudaram a sondar a viabilidade de estudar a experiência histórica e social das mulheres enquanto serem concretos, em uma temporalidade e espaço determinados - a sociedade londrinense no período de 1930 a 1960. Esta sociedade, como qualquer outra, viveu um processo de exacerbação de tensões e conflitos. Porém, as representações construídas, tais como a "Terra da Promissão" e "Eldorado", foram decisivas para projetar o Norte do Paraná e a cidade de Londrina, numa futura e próxima megalópole.

As categorias conceituais de "progresso", "civilização" e "modernidade", eixo dos múltiplos discursos e narrativas, fundamentaram um padrão de identidade e memória para os diversos sujeitos que as assumiram. Estas iniciativas, em parte deliberadas e em parte extasiadas, destinaram-se a legitimar estratégias de denominação e, por outro lado, procuraram mediar e encobrir os confrontos sociais que atingiram momentos críticos. A recriação destes discursos e narrativas, impregnaram as três décadas objeto deste estudo e visaram reordenar e racionalizar os sistemas simbólicos dos grupos e da coletividade, em função do movimento, escala, e intensidade da vida e das transformações urbanas e rurais.

Este cenário sofreu a invasão dos corpos, com seus desejos, esperanças e sonhos. Homens e mulheres, portadores de um imaginário social diversificado, experiências e repertórios herdados, foram tragados pelo ritmo e faces incongruentes dos tentáculos da cidade e de sua estrutura ordenadora e temporal.

Esta pluralidade desconcertante, foi objeto de análise de sociólogos, arquitetos e historiadores que com suas contribuições recentes nos decifraram e nos fizeram compreender a (i) lógica dos espaços da cidade, das relações sociais, a relação cidade campo, a estruturação econômica etc.

Porém, a produção historiográfica - relatos, crônicas, índices, álbuns - e trabalhos científicos silenciaram, fragmentaram, estereotiparam ou excluíram as mulheres, suas experiências concretas, seus discursos, assim como seus diversos papéis sociais. Ao

acreditarmos que a reconstituição da historicidade das mulheres é o "locum" para a apreensão do cotidiano e da reconstrução dos processos sociais, privilegiamos este sujeito concreto para capturarmos seu lugar, suas representações, modelos e, conseqüentemente, sua trajetória real.

Este trabalho contém muito da indignação e euforia de nós mulheres, uma vez que a documentação utilizada - jornais, revistas, processos criminais, crônicas -, permitiu adentrar a esfera do público e do privado. Assim, pode-se reviver histórias individuais, a assimetria das relações de gênero, as sobrevivências, imagens e representações coletivas acerca das mulheres, não como categoria abstrata e universal, mas estreitamente interligada aos processos conjunturais e estruturais, com suas contradições e conflitos.

Havia, entretanto, a necessidade de balizar métodos e delimitar o público deste universo riquíssimo. Por onde penetrar, o que priorizar e como narrar esta experiência? Os "sinais" e "indícios" foram os fios condutores desta "aventura", que contou com a ajuda dos registros de papéis normativos e prescritos na imprensa e com a exclusão das mulheres comuns dos relatos enaltecidos do pioneirismo. Além desses, outros enriqueceram esta "aventura", como as imagens idealizadas de comportamentos, posturas, hábitos e atividades femininas, as tragédias e contradições das experiências das mulheres pobres, alvos do saber higienizado das legislações, assim como do discurso do judiciário, e, indiscutivelmente a "paixão", elemento indispensável quando se tem de recompor o mosaico, que não parecia ter existido.

Mulheres pobres, donas de casa, esposas, filhas, trabalhadoras, mães, moças solteiras; mulheres da elite, damas de caridade a praticar a filantropia; amantes, prostitutas e meretrizes; "moças de família" e "moças mal faladas", compuseram este multifacetado universo da pesquisa. Procurou-se dar-lhes visibilidade e perscrutar seu cotidiano, ressaltando seus espaços e temporalidades descontínuos, como também suas identidades, co-existências e sensibilidades em comum.

As imagens da lasciva, corrupta e infeliz prostituta, subjulgada pelo vício e perigosa pela suposta influência no mundo das "moças honestas" e o frenesi do universo masculino, contrasta com a "pureza", "simplicidade" e "discrição" da mulher, que cumprindo seu destino "natural", a maternidade, engrandece a natureza feminina e o destino da cidade. Esse contraponto, expresso na feliz coincidência da encenação de duas imagens e personagens contrárias, poeticamente retratadas, impregnou não só as representações e imagens do mundo feminino, como também seus papéis concretos.

Além disso, penetramos no mundo da sexualidade, nos códigos de namoro e casamento, nas relações de gênero, no mundo do trabalho, da política e da filantropia, que se mostravam como novas formas de sociabilidade feminina. Investigamos as formas de sobrevivência, as rixas nos espaços de socialização, os papéis de mãe e esposa na esfera privada, os papéis improvisados na faina cotidiana e as atitudes "civilizadas" das mulheres da elite, bem como os desregramentos e insubmições. Imagens, representações e a trama real, três faces desta história.

Três capítulos e vários subtemas compõem esta dissertação: **O lugar e a imagem das mulheres na memória da cidade e no cotidiano de seus habitantes; Fatos em revista: representações femininas na imprensa londrinense e O cotidiano e o amor: papéis sexuais, morais e sociais das mulheres comuns.**

No primeiro capítulo, pretendeu-se dialogar com diversos autores, desvendando os rumos teóricos da história das mulheres, assim como as fontes para seu estudo. Paralelamente, a partir da produção historiográfica sobre a cidade, constatamos a sua exclusão ou o tratamento fragmentado, difuso e até anedótico quando consideradas pela memória local. A fim de contextualizar temporal e espacialmente a sociedade em que este sujeito concreto vivenciou, procurou-se esboçar algumas reflexões da historiografia recente, para compreender econômica, social, geográfica, política e culturalmente a sociedade londrinense.

Concomitantemente, tentou-se apresentar o universo da mulher da primeira década da colonização, sua visibilidade, educação e formas de inserção no social, recriando o clima de frenesi dos concurso de beleza. O espaço privado tido como esfera "sagrada feminina" e a rigidez dos papéis exigidos da mulher em suas tarefas rotineiras domésticas, também foram contemplados.

Fatos em revista, segundo capítulo, tentou ser uma viagem pelo mundo da imprensa - jornais e revistas - e literatura local. Destacou-se as imagens e representações construídas sobre o feminino, impondo papéis normativos, padrões de conduta e comportamentos sexuais e sociais, exigências de beleza e etiqueta, que em meio às transformações urbanas, dos "hábitos de civilidade" da elite e às campanhas saneadoras da moral e do costume se confrontaram com as alterações da condição de ser mulher e dos atributos de feminilidade.

O gérmen de uma emancipação da mulher, a circulação nas ruas, a criação de um espaço social, tais como bailes, chás, reuniões, concertos e cinema, conjuntamente às exigências do trabalho feminino e de sua participação na esfera política, chocaram-se algumas vezes com os modelos ideais de esposa, mãe, dona de casa e com a pregação da mulher como peça indispensável da esfera privada.

Os argumentos do discurso normativo privilegiaram as comparações entre "as mulheres decentes" e as "mal faladas", como ponto fulcral das atitudes, posturas e falas femininas. A presença espetacularizada da prostituta contribuiu para criar mecanismos de segregação e diferenciação das "mulheres honestas" daquelas "figuras públicas". O universo do público dos jornais e revistas foi envolvido pelas preocupações com a moda, a sexualidade, etiquetas e posturas próprias das mulheres da elite e que não podiam ser confundidas.

O cotidiano e o amor, o último capítulo, ancorado nos autos judiciais, privilegiou descortinar o cotidiano das mulheres pobres - mulheres comuns - e entender as

relações ali estabelecidas. A documentação sugeria a possibilidade de reviver as muitas histórias individuais e coletivas ao mesmo tempo, de mulheres que se envolveram amorosa e sexualmente, antes do casamento com seus parceiros e tiveram suas vidas mediadas e julgadas pelos discursos e práticas do Judiciário. Estes agentes embasados nas representações e papéis normativos para os gêneros definiram os destinos e trajetórias daquelas vidas.

As trilhas eram incontáveis, assim como as formas de inserção e relações estabelecidas no dia a dia. Os espaços para diversão, as profissões, os códigos da sexualidade e da moral, fortaleceram-se rigidamente para definir os limites entre "uma moça de família" e "uma moça mal falada". Olhares vigilantes, estratégias de controle, mecanismos de punição foram reconstruídos e recontados.

A insubmissão, a transgressão, fizeram parte dos conflitos vivenciados por estas mulheres. Algumas tiveram coragem de romper com os códigos e definir suas condutas, mesmo que este ato implicasse em uma única possibilidade, a zona do meretrício.

Na diversidade do cotidiano encontrou-se as rixas de vizinhanças, as brigas por causa dos filhos e a presença de mulheres que não se guiaram pelo recato e discrição, proferindo palavrões, agredindo, rompendo suas relações amorosas.

Papéis improvisados, como formas de sobrevivência, os empregos nas "casas de família", maneira mais assídua de inserção dessas mulheres no mundo do trabalho, as arbitrariedades dos agentes policiais, as dificuldades das mulheres sós, são narradas em meio aos anos eufóricos do "ouro verde".

Dramas, tragédias, versões e inversões, sintonizam-se nas diversas experiências. Essas mulheres vivenciaram o conflito da aceitação, dos preceitos burgueses, tais como o lar como espaço da intimidade e, portanto seu espaço, e ainda a tarefa da conservação da família. Algumas romperam com atitudes individualizadas, outras, no então,

submeteram-se aos espancamentos dos amásios e renderam-se às imposições dos modelos, embora contassem sempre com a solidariedade de amigos e vizinhos.

Objetivou-se mostrar os contrastes e as diversidades do universo dessas mulheres, que apesar de objeto de estudo do historiador, são, sobretudo, seres concretos que sofrem, se alegram, se rebelam e se conformam, como todas nós.

CAPÍTULO I

**O LUGAR E A IMAGEM DAS MULHERES NA MEMÓRIA DA CIDADE E
NO COTIDIANO DE SEUS HABITANTES**

1. NARRATIVAS, REFLEXÕES E SIGNIFICADOS

Dentre os inúmeros relatos masculinos de pioneirismo - representação construída a partir de valores de heroísmo e da visão liberal da Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP - chama a atenção a preciosidade do depoimento de Gastão de Mesquita Filho¹, ao descrever seu fascínio pelas terras roxas do Norte do Paraná:

"(...) Não hesitei um só instante em deixar tudo - a cidade, os amigos, o conforto - para me embrenhar no mato e construir o trecho ferroviário Ourinhos-Cambará. Eu era recém-casado e por isso deve ser creditada à minha esposa, à minha querida Isa, que felizmente me acompanha até hoje, a parcela mais significativa do que consegui realizar. Na pessoa dela eu faço questão de prestar uma homenagem a todas as mulheres que ajudaram a colonizar o Norte do Paraná, heroínas anônimas, nem sempre lembradas nas crônicas e nos compêndios de história, mas cuja dedicação ao marido, cuja resignação diante das dificuldades, cuja coragem em enfrentar o desconhecido, merecem tanta admiração quanto os gestos audaciosos de comprar terras, de derrubar florestas, de plantar extensas lavouras."²

Na memória hegemônica sobre o passado local - crônicas, relatos, índices, álbuns comemorativos, legislações - percebe-se a exclusão do feminino. Nesta sociedade construída por homens - "pioneiros" - a aventura, a coragem, o espírito

1. Engenheiro paulista, incumbido em 1929 da construção da Cia Ferroviária São Paulo - Paraná, entre Ourinhos e Cambará, organizou a Empresa Elétrica de Londrina, em 1936 e por fim, foi membro da diretoria, como Superintendente em 1943, quando da nacionalização da Cia de Terras Norte do Paraná. Isa de Moraes Barros Mesquita, membro de família tradicional de fazendeiros paulistas, foi "companheira inseparável" e "dedicada esposa" de Gastão de Mesquita Filho. Nenhum outro registro, ou dado biográfico aparecem nos documentos consultados. Essa única referência restringiu sua prática e memória ao casamento e à experiência na vida privada, com "resignação" e como retaguarda à "ação transformadora" dos homens de seu tempo. COUTINHO, H. Pulggari. Londrina: 25 anos de sua história. São Paulo, [s.n], 1959.

2. COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Colonização e Desenvolvimento do Norte do Paraná. 2. ed. São Paulo: CMNP, 1977. p. 52.

bandeirante, identificados aos "gestos audaciosos de comprar terras, de derrubar florestas, e de plantar extensas lavouras", nortearam a produção da memória e foram imprescindíveis para a construção dos discursos sobre o "progresso". Não houve espaço, em particular para homens, de documentar a presença do outro gênero³ ou de permitir que as mulheres falassem dos seus desejos, sentimentos e angústias.

Em 1975, o sociólogo José Maria Tavares de Andrade⁴, em seu artigo "*Ethos do pioneiro*", ressaltava o fato de que a "*sociedade de pioneiros*" parecia ser de responsabilidade somente de homens pelo seu "caráter de aventura e do desafio ao trabalho". A presença masculina é tão marcante que encobre os papéis femininos, tanto no âmbito do privado, como na vida pública. Sua presença nos documentos é pontual, fragmentada e dispersa. São registrados, de preferência, papéis prescritos e normativos, próprios da ordem social estabelecida, de tal modo, que não alcançam as mulheres anônimas⁵, aquelas que não puderam se dar ao luxo de uma expressão individual por menor

3. O termo gênero é utilizado aqui com o significado da divisão natural dos sexos, e como modo de dar sentido às relações de poder. Ligadas entre si estas definições são constitutivas das relações sociais.

4. ANDRADE, José Maria Tavares de. *Ethos do pioneiro*. **Semina: Revista Cultural e Científica da Universidade Estadual de Londrina**. Londrina. v. 1, n. 1, p. 32-36, abr./jun. 1975.

5. As mulheres anônimas, quase sem história, parecem pertencer a uma categoria indistinta, destinadas ao silêncio, coadjuvantes e sombras tênues das ações masculinas, portanto, relegadas ao esquecimento. Este anonimato ou exclusão é desqualificada ao vencermos as resistências da história tradicional e recuperarmos as práticas sócio-culturais das mulheres como testemunhas e protagonistas sobreviventes de épocas passadas, na história da cidade. Esta estratégia exigiu que se adentrasse a trama do cotidiano e se recuperasse as expressões e experiências femininas. A documentação e o recorte metodológico dissiparam essa aparência do anonimato das mulheres londrinenses e restituiram-lhes memória, identidade, tempos e espaços, imbricados ao mundo em ebulição da cidade e dos homens. Essa abordagem mostrou que as mulheres não foram meras espectadoras no cosmopolitismo da população adventícia, mas que tiveram nomes, papéis, palavras, hábitos e idéias no despertar de uma nova ordem, mesmo sendo elas, ricas, cultas, analfabetas, "mal faladas", bem comportadas, casadas, solteiras, viúvas, separadas, prostitutas, lavadeiras, doceiras, floristas etc. 18

que fosse.

No entanto, sabemos que as mulheres são, para a construção da história, um dos pontos cruciais, que se esquecidos, comprometem a reconstrução das tramas das relações sociais, assim como das tensões e conflitos que permeiam a história de toda formação social, em contextos delimitados no tempo e no espaço, em particular o de Londrina, nos anos de 1930 a 1960.

A historiadora Maria Odila Leite da Silva Dias, aponta em seu artigo *"Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano"*⁶, a imprescindível importância de se estudar as diferenças e explorar a diversidade dos papéis informais e normativos femininos para a reconstrução da história das relações sociais, no plano da especificidade, de sua concretude e de sua negação enquanto categoria universal.

Os estudos sobre mulheres, ao contrário de se constituir em área do saber marginal e restrita, têm se revelado capazes de renovar a reconstituição dos processos sociais. O tema das mulheres, objeto do conhecimento, tem possibilitado historicizar determinados conceitos, como as categorias das relações de gênero, os de reprodução, família, público,

6. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de ; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1992. p. 39-53. Ver ainda HAHNER, Juner E. *A Mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937*. Tradução por Maria Tereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo : Brasiliense, 1981.

particular, cidadania, sociabilidades, a fim de transcender definições estáticas e valores culturais herdados como inerentes a uma natureza feminina.

A historiadora Joan Scott propõe a elaboração da historicidade das relações de gênero como meio de desmistificar o próprio conceito:

*"Os homens e as mulheres reais não cumprem sempre os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias de análise. Os historiadores devem antes de tudo examinar as maneiras pelas quais as identidades de gênero são realmente construídas e relacionar seus achados com toda uma série de atividades, de organizações e representações sociais historicamente situadas."*⁷

Abrir caminhos para a apreensão do cotidiano e da história social das mulheres enquanto historicidade, concretude e espaço de transformação e resistência é o objetivo primordial deste trabalho.

A história do cotidiano⁸ se situa no cruzamento de alguns novos interesses da história, assim como da antropologia, e permite ir ao encontro de reivindicações como a de Lucien Febvre de inserir os humildes na história, ou ainda na

7. SCOT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre. v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

8. A atividade precursora da "Nova História Social" em abordar "novos problemas" e "novos objetos", garantiu à história das mulheres espaço permanente de reflexão, nos últimos trinta anos, nos estudos de historiadores, antropólogos e sociólogos. Ver LE GOFF, Jacques (org.). *A História Nova*. Tradução por Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1990; LE GOFF, J. *A Nova História*. In : *Reflexões sobre a história*. Tradução por Antônio José Pinto Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1982. p. 63-101. Para uma abordagem marxista ver HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Tradução por Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 3. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989. Na perspectiva da Nova História ver LE GOFF, Jacques. *A história do cotidiano*. In: DUBY, Georges et al. *História e Nova História*. Tradução por Carlos da Veiga Ferreira. São Paulo : Teorema, 1986. p. 73-82.

expressão de Natalie Zemon Davis, da *"menu peuple"*. Acreditamos, como Le Goff, que o cotidiano, é um dos lugares privilegiados das lutas sociais e do resgate histórico da memória. É nele que investigamos aquilo que muda, bem como o que permanece. É *"o espaço da própria percepção da história, de decifração da realidade social"*. É o locus privilegiado da reconstituição da experiência social das pessoas comuns. Esta deve ser entendida no intervalo das relações de gênero, das relações sociais e nas diferentes versões sobre um mesmo acontecimento. Sendo assim, partilhamos de algumas preocupações de trabalhos da história e da etnografia⁹ que procuram discernir em que medida e de que maneira a experiência social de *"pessoas comuns"* é relevante para a compreensão do processo histórico.

Excluídas da história local e esquecidas pela memória hegemônica, a presença das mulheres é difusa e esporádica, exigindo um trabalho de decifração que descubra as trilhas, indícios e pistas que possam dar conta de reconstruir a historicidade tanto das mulheres da elite, quanto das mulheres pobres, marginalizadas, que no seu cotidiano emergem

9. Esta preocupação teórico-metodológico pode se encontrada nas seguintes obras: THOMPSON, Eduard P. *A formação da classe operária Inglesa: I - A árvore da liberdade*. Tradução por Denise Bottman. Rio Janeiro: Paz e Terra, 1987; PERROT, Michelle. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução por Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França Moderna*. Tradução por Mariza Corrêa. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990; GINSBURG, Carlo. *O queijo e os vermes : o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. Tradução por Maria Betânia Amoroso. São Paulo : Companhia das Letras, 1987; BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna : Europa, 1500-1800*. Tradução por Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1989; LE GOFF, Jacques. *O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval*. Tradução por José Antônio P. Ribeiro. Lisboa: Edições 70, 1983. A abordagem destes autores revela em que medida as estruturas são iluminadas pela recriação de experiências de pessoas comuns, em narrativas onde se procura de alguma forma reter a qualidade dramática dos acontecimentos.

nas mediações sociais, com seus papéis informais.

A historiadora francesa Michelle Perrot, ao abordar a exclusão feminina da história aponta alguns determinantes. Para ela, o *"ofício do historiador"*, sendo um ofício de homens, que escrevem a história do masculino, opera a exclusão em qualquer área. A propósito da memória local, a mulher é excluída, primeiramente, ao nível do relato, que privilegiou os acontecimentos políticos e econômicos, a partir da tematização da ação transformadora e dos poderes masculinos. As mulheres - ricas, pobres, prostitutas, honestas, recatadas e mal faladas - alimentam as crônicas subjacentes e coadjuvantes da história, povoam o anedótico e o ocasional:

*"Econômica, a história ignora a mulher improduti-
va. Social, ela privilegia as classes e negligên-
cia os sexos. Cultural ou 'mental' ela fala do
Homem em geral, tão assexuado quanto a humanida-
de."* ¹⁰

Para a investigação sobre o lugar das mulheres na história local, e, conseqüentemente, reconstituição de suas experiências concretas, foi necessário deslocar o olhar, realizar um esforço de outra leitura. A documentação deveria contemplar a diferença dos sexos e as perturbadoras relações que eles mantêm, permitindo sobretudo perceber sua intervenção no jogo social, de que eles são criação e efeito ao mesmo tempo. A perspectiva metodológica procurou constatar as mutações e detectar as permanências, uma vez que o discurso sobre o feminino ou sobre o gênero não é estável no tempo, nem monolítico, tampouco imutável.

10. PERROT, Michelle, op. cit. p. 185.

Na busca de recuperar os papéis sociais femininos e suas representações recorreremos a algumas fontes, dentre elas, jornais, revistas, crônicas, atas da Câmara Municipal, álbuns comemorativos, censos demográficos de 1940, 1950 e 1960, além da bibliografia especializada sobre a região. Mas foi, sobretudo, nos autos criminais, arquivados no Fórum da Comarca de Londrina, que surgiu uma documentação viva, pulsante, que exala toda a assimetria das relações de gênero, dos discursos sobre a feminilidade, imagens de alegrias, sofrimentos e ansiedades das trajetórias femininas. Os discursos repressores e normatizadores, dos agentes do judiciário, fator decisivo na identidade e estilo de vida dessas mulheres tentaram inseri-las na vulnerabilidade e instantaneidade da história da cidade, e enredá-las nas tensões da modernidade. Essas mulheres envolveram-se em situações de conflito e violência em casa ou na rua. Afirmaram ou negaram as representações sobre o feminino da época. Foram julgadas e influenciadas por políticas municipais, legislações, ações policiais e saber higienizado.

Aspectos atraentes do cotidiano das mulheres - *sociabilidade, lazer, namoro, casamento, moradia, relações de trabalho, educação, sexualidade, moralidade, prostituição e espaços de prazer e de desejo* - estiveram em sintonia com as transformações estruturais dos anos 40 e 50; com o crescimento urbano contraditório, a acumulação individual de fortunas advindas das fazendas de café, os efeitos da intensa migração, a atração dos discursos da modernidade, que influenciaram

atitudes, posturas, comportamentos e representações¹¹ sobre o feminino, atingindo sobremaneira a silhueta dos corpos, trajes e visual das moças, paradoxalmente entremeadas à silhueta arquitetônica da cidade.

A documentação consultada permitiu vislumbrar um universo feminino heterogêneo e multifacetado, que distingue representações de comportamentos concretos, tanto no cotidiano das mulheres da elite, quanto daqueles das mulheres comuns. Esse contraponto permeou a essência do trabalho e tornou-se possível através do confronto entre imagens femininas difundidas nos jornais e revistas e a experiência concreta das mulheres que figuram nos autos criminais, nas ocorrências policiais, incluindo prisões, fichamentos e denúncias de vizinhos.

Partiu-se da premissa que as mulheres fizeram e fazem parte da história de Londrina, assim como seus discursos, práticas e representações. Para capturá-los e integrá-los ao mundo que os envolveu fez-se necessário reconstruir suas trajetórias individuais ou de grupos.

A utilização de autos criminais, como fonte de pesquisa, tem sido difundida em trabalhos historiográficos

11. A referência freqüente a esta categoria conceitual no decorrer do texto, remete-nos ao entendimento de **representações** como um conjunto de práticas - discursivas, construídas e/ou construidoras de um determinado universo simbólico, compartilhado por sujeitos de um grupo ou coletividade. Aquelas, porém, nem sempre estarão articuladas de maneira clara, dentro de uma ideologia explícita nos discursos, e portanto, nem sempre decifráveis aos que as vivenciam e as aceitam como algo dado e inquestionável.

estrangeiros e nacionais¹², influenciando historiadores, sociólogos e antropólogos, que descobriram toda a riqueza desta documentação, e, como já foi dito, a possibilidade de reflexão sobre um novo objeto, ou seja, as minorias, a marginalidade, a exclusão, especificamente, da população pobre.

Esta documentação nos remete à compreensão de diferentes versões de diversos agentes sociais. A principal crítica que se faz à utilização desse tipo de fonte é a de que, via de regra, não corresponde à exata realidade do que se passou. Essa preocupação positivista, no entanto, não pode nortear o trabalho do historiador, que deve buscar compreender as versões conflitantes e inversões, como método para se ter acesso às lutas e contradições inerentes a qualquer realidade histórica. Para tanto,

*"(...) ler processos criminais não significa partir em busca 'do que realmente se passou' porque esta seria uma expectativa inocente da mesma forma como é pura inocência objetar à utilização dos processos criminais porque eles 'mentem'. O importante é estar atento às 'coisas' que se repetem sistematicamente: versões que se reproduzem muitas vezes, aspectos que ficam mal escondidos, mentiras ou contradições que aparecem com frequência."*¹³

O "pêndulo das interpretações históricas" sempre oscila revelando novos fatos, leituras diferentes dos velhos fatos, visões parciais ou mesmo complementares, eliminando

12. Dentre os estudiosos que utilizaram autos criminais, destacam-se: os estrangeiros Foucault, Ginzburg e os brasileiros Maria Sylvia de Carvalho, Maria Odila Leite da Silva, Boris Fausto, Mariza Corrêa, Silvia Hunold Lara, Laura de Melo e Souza, Rachel Soihet, Sidney Chalhoub etc.

13. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim : o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Bellé Époque*. São Paulo : Brasiliense, 1986. p. 23.

visões distorcidas ou desacreditadas. Com isso quero dizer, que é provável a coexistência de várias interpretações conflitantes ou mesmo consensuais. Um novo olhar sobre um processo criminal, ou outro tipo de fonte qualquer, pode lançar dúvidas sobre antigas certezas de versões verídicas e estabelecer conexões insuspeitas. Assim as interpretações e versões são:

"... inacabadas no sentido de que o futuro sempre utiliza seu passado de novas maneiras. Mas este argumento não afeta em absoluto a questão de que uma interpretação é uma tentativa de oferecer uma explicação objetiva de um passado objetivo..."¹⁴

Apesar de contar com uma documentação, que na concepção de Carlo Ginzburg¹⁵ é "exígua, dispersa e renitente", ela permitiu resgatar o cotidiano feminino e suas representações, que saturado de hostilidade, violência, entrecruzou-se com a história da cidade, com seu processo de urbanização e ordenação. Por outro lado, temos plena consciência da profusão de armadilhas implícitas nessas fontes: o domínio da lei; as versões contraditórias verídicas e inverídicas e até mesmo impossíveis de serem comprovadas; a fantasia, vingança e traição dos depoimentos; a clivagem do tempo quando dos interrogatórios nas delegacias, e, posteriormente no poder judiciário. Todavia, estes mesmos embustes, remetem-nos ao procedimento de recuperação e reconstituição daquilo que é possível. A transposição dos obstáculos demonstra-nos a fundamental necessidade de se questionar os documentos e de se fazer com eles coisas diferentes, e, principalmente, interagir

14. GAY, Peter. *O estilo na história* : Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. Tradução por Denise Bottman. São Paulo : Companhia de Letras, 1990. p. 191.

15. GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais : morfologia e história*. Tradução por Frederico Carotti. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

imaginação e erudição no fazer histórico.

Porém, é o mesmo Ginzburg que ao esclarecer o paradigma indiciário ¹⁶, que conferiu aos indivíduos identidade e individualidade, assevera que para uma "realidade opaca" existem zonas privilegiadas - *sinais e indícios* - que permitem decifrar sua trama. Os processos, em nosso entendimento, são essas zonas privilegiadas, páginas onde as pessoas deixaram registradas não só seus movimentos e seus passos, como também seus pensamentos secretos, esperanças, hesitações, angústias e frustrações, que as agitavam e as moviam. Contêm em suas entrelinhas paixões, desejos, instintos, desajustes, impulsos, agressividades, que, em suma, caracterizam um crime ou delito, sempre julgado a partir de objetos e estratégias jurídicas:

"...Porém julgam-se também as paixões, os instintos, as anomalias, as enfermidades, as inaptações, os efeitos do meio ambiente ou de hereditariedade. Punem-se as agressões, mas, por meio dela, as agressividades, as violações e, ao mesmo tempo, as perversões, os assassinatos que são, também, impulsos e desejos." ¹⁷

É verdadeiramente fantástica a riqueza dos autos criminais londrinenses em que as mulheres figuram como réus ou vítimas. Não são documentos neutros, nem tampouco transmitem informações objetivas¹⁸. Tem-se consciência que a estrutura

16. Ibid., p. 157. Para Ginzburg, o historiador é comparável ao médico que utiliza os quadros nosográficos para analisar o mal específico de cada doente. E, como o do médico, o conhecimento histórico é indireto, indiciário e conjectural.

17. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir : história da violência e das prisões*. Tradução por Lígia Pondé Vassalo. 7. ed. Petrópolis : Vozes, 1989. p. 21.

18. Não há textos neutros. Qualquer discurso indireto é uma apropriação e uma remodelação de quem cita. Impõe-se a superação de uma concepção positivista que concebe um texto como prova de si próprio e não como vozes contraditórias.

formal do texto apresenta-se como produto de uma inter-relação em que há um grande desequilíbrio das partes envolvidas, ou seja, o acusado(a) e o julgador. Temos, então, de sentir as ameaças dos discursos "científicos" entrelaçados com a prática do poder das normas e códigos, como também, as vozes contraditórias a serem decifradas, além da sua superfície. Assim, os processos não permitem uma leitura pobre e reducionista.

Uma outra crítica que se faz à utilização de processos criminais, como fontes de um trabalho histórico, é a dificuldade de distinguir o excêntrico do normal. O historiador Boris Fausto¹⁹, aponta, que para alguns historiadores, ocupar-se de temas correlatos à criminalidade ou aos crimes - subjacentes a natureza de um processo -, seria lidar com uma relação individual aberrante, quase inexpressiva dos padrões de conduta ou dos conflitos reais de uma sociedade. Assim, uma abordagem da história que trate do crime ou da criminalidade, desembocaria em uma história do desvio, repulsiva para a sociedade. Porém, para Boris Fausto, a criminalidade expressa concomitantemente uma relação individual e social. Dessa forma, alguns comportamentos caracterizados como crimes, nada são senão a canalização do desejo ou a intensidade de uma agressividade contida.

Acrescentaríamos a crítica de Gilberto Velho²⁰ às premissas básicas da teoria da patologia social, que associa

19. FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano : a criminalidade em São Paulo, 1880-1924*. São Paulo : Brasiliense, 1984. p. 16.

20. VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante : a contribuição da antropologia social. In : VELHO, G. (org.). *Desvio e Divergência : uma crítica da patologia social*. 4. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

crime/desvio. Segundo observou, as interpretações sobre o comportamento desviante, ora são apresentadas da ótica de uma patologia do indivíduo, ora do ponto de vista de uma patologia social. A aparência irreconciliável destas interpretações, não diferencia suas premissas, qual seja, a idéia de desvio, que pressupõe a existência de comportamentos "*normais*", claramente delimitados em uma sociedade, sendo que a diversidade de comportamentos de uma cultura será concebida dentro de limites muito empobrecidos. Sua sugestão para anularmos as influências das teorias da patologia social, nas análises dos conflitos, seria a de pactuarmos com um conceito de cultura dinâmica que, sendo linguagem, pode ser transformada por indivíduos com experiências e vivências existenciais próprias.

Enfim, a perspectiva desta pesquisa seguiu os "*sinais*" e "*indícios*", sem uma preocupação objetiva com o que ocorreu de verdade, para assim, poder captar os papéis sociais e sexuais das diferentes agentes - mulheres - envolvidas nos conflitos. Não por acaso, optou-se por resgatar o singular, como também aquilo que se repete, as mentiras ou contradições, o oculto, privilegiando as inúmeras histórias no âmbito do privado e do público. Estas esferas, aliás, encontram-se entrecruzadas em situações ocorridas em lugares como a casa, a rua, as pensões, as moradias coletivas, o cabaré e congêneres, envolvendo as relações de gênero, não somente do sexo oposto, como também as dos similares.

Finalmente, sobre o assunto vale citar Mariza

Corrêa²¹, em seu estudo "*Morte em família*", sobre as representações jurídicas de papéis sexuais, a partir da análise de processos criminais de homicídios passionais, ocorridos na cidade de Campinas. A antropóloga conclui que os sujeitos envolvidos serão julgados em razão da necessidade da adequação dos comportamentos à regras de conduta moral, estabelecidas como legítimas, do que propriamente pelo ato criminoso em si. Dessa forma, o modelo ideal de mulher que aparece nos autos é o de mãe, ser dócil e submisso, cuja moralidade é a sua fidelidade e dedicação ao marido. Em contraponto, o homem define-se pela sua dedicação ao trabalho, já que sua tarefa é a de prover a subsistência da família. Decorre dessa situação uma imagem assimétrica da relação homem/mulher, qual seja, a do homem exercendo completa dominação sobre a mulher submissa e conformada. A fim de reviver a concretude e as vivências históricas das mulheres procurou-se, ao longo da pesquisa, entender em que medida aquelas conclusões partilhadas por outros historiadores, a exemplo de Chalhoub²² e Raquel Soihet²³ se identificam à sociedade londrinense.

Foram consultados 45 pacotes e selecionados 116 processos, registrados na 2ª e 3ª Varas Criminais da Comarca

21. CORRÊA, Mariza. *Morte em família : representações jurídicas de papéis sexuais*. Rio de Janeiro : Graal, 1981. p. 192.

22. CHALHOUB, Sidney. *Lar, trabalho e botequim*. op. cit. p. 119-120.

23. SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência : mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*. Rio de Janeiro : Forense Universitária. 1989.

_____. *Mulheres ousadas e apaixonadas - uma investigação em processos criminais cariocas : 1890-1930*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo : v. 9, n. 18, p. 199-216, ago./set. 1989. A mulher e o espaço público.

de Londrina²⁴, de diferentes naturezas; tais como de homicídio, defloração, sedução, rapto, lesão corporal, maus-tratos, ação de alimentos, lenocínio, tráfico de mulheres brancas, estupro, calúnia, injúria e difamação, do período de 1938 a 1960²⁵. Tais processos foram numerados, amarrados em pacotes, sem obedecer a qualquer critério quanto à natureza do delito ou data de ocorrência, e estão arquivados em uma sala sem ventilação do próprio Forum.

A subjetividade e a "intuição" minaram minha ansiedade cartesiana. Companheiras fiéis iluminaram a trilha para devassar aquele arquivo caótico e desordenado. Saturada de incertezas defini o único parâmetro para selecionar os autos, o de que as mulheres, obrigatoriamente, deversem estar incluídas, enquanto seres concretos, em contextos conflituosos e em tensões da cotidianidade, figurando como vítimas ou réus. O panorama visível de turbulência, de dilemas e antagonismos entre aqueles indivíduos, paradoxalmente contradizia a harmonia e a felicidade dos discursos sobre os anos áureos do "*Eldorado cafeeiro*".

24. Na época Nova Dantzig, Rolândia, Marilândia, São Roque e São Sebastião eram distritos de Londrina. Outros povoados pertenciam a sua jurisdição, tais como, Arapongas, Apucarana, Lovat, Heimtal, Patrimônio Warta, Ibiporã e Sertanópolis. Posteriormente, novos desmembramentos foram efetuados. Alguns processos encontrados envolveram pessoas residentes nessas localidades. Os distritos de Irerê, Tamarana também pertenceram à Comarca de Londrina.

25. A Comarca de Londrina foi instalada em 27/01/1938, na gestão de Willie da Fonseca Brabazon Davids e do governo do interventor Manuel Ribas. Este presente à cerimônia discursou sobre o futuro da cidade nos seguintes termos, conforme reportagem do *Paraná Norte*, n. 172 : "(...) tendo mesmo lutado contra o pessimismo de muitos que não se cansavam de dizer que Londrina iria ficar estacionária. Agora, continuou S. excelência, tinha a satisfação de ver realizado o seu prognóstico, graças não só à fertilidade do solo, mas ao povo que tem sabido aproveitá-lo com uma capacidade de trabalho altamente produtiva, inteligente e fecunda. Admirava o povo desta região onde somente via homens de trabalho e entregues ao trabalho. (GOMES, A.M. (Org.) *Álbum de Londrina*. Londrina : PML, 1938. p. 21).

Esse amontoado de indícios, pistas e sinais guardam estratégias, métodos, coerências e incongruências que instigaram o desejo de captar a racionalidade da estrutura formal e da narrativa dos autos judiciais. O Código Penal de 7 de dezembro de 1940, definiu dois tipos de ação penal: a pública e a privada. A documentação consultada apresentava os dois casos. No primeiro tipo a denúncia é oferecida pelo ministério público e no seguinte, mediante queixa do ofendido ou de seu representante. Os autos são compostos de uma primeira parte - o inquérito policial - mera peça informativa, concluída pelo relatório do Delegado de Polícia, a partir da inquirição do indiciado e das testemunhas, bem como da coleta de outras provas que se fizerem necessárias. Este relatório encaminhado ao Forum, condicionará a denúncia ou não do promotor. Portanto, formalmente, o inquérito policial antecede à denúncia da promotoria. Somente com a denúncia poderá ser instaurada a ação penal pública. Segue-se, se necessário, nos casos dos crimes contra a vida, de lesões corporais, da periclitación da vida e da saúde, da rixa e dos crimes contra a honra o exame de corpo delito.

Nesse curso de esclarecimentos cita-se as peças que compõem os autos de ação penal pública: denúncia, defesa prévia, termos de depoimentos, termo de inquirição das testemunhas, petições de advogados, libelo, alegações finais e sentença do juiz. No caso de processos que foram julgados pelo Tribunal de Juri, o que foi raro em Londrina, no período estudado, têm-se a sentença condenatória. Alguns casos que transitaram em julgado, inclusive face à revelia dos réus,

foram arquivados ou as penas não puderam ser cumpridas.²⁶

A documentação criminal forneceu-nos informações significativas sobre parcela dos habitantes da cidade, tais como: dados pessoais dos acusados, ofendidos e testemunhas - nome, idade, estado civil, local de nascimento, nacionalidade, grau de instrução, profissão, domicílio, filiação, raramente, cor e religião. Os inquéritos e depoimentos incluem múltiplas indicações sobre local, data e horário da ocorrência, geografia e procedência dos conflitos, grau de proximidade e/ou parentesco das testemunhas. Por último, as petições de advogados, o libelo e a sentença dos magistrados dão idéia das normas e práticas do judiciário. Além disso, identifica-se nos autos representações construídas sobre o feminino, a partir das quais os comportamentos de mulheres e homens envolvidos foram julgados. Capta-se o discurso normativo, mas, sobretudo as paixões, desejos, sonhos, resistências e conformações femininas àquela determinada ordem, que momentaneamente exprime uma "desordem", ou melhor, uma "outra ordem," dentro da velha ordem. ²⁷

26. Para uma visão genérica da legislação criminal brasileira destacou-se algumas disposições do Código Penal, de 7 de dezembro de 1940. Em seu artigo 129, constam os crimes de lesões corporais, em seus artigos 121 a 128 os de homicídio simples, qualificado, culposo, induzimento ou auxílio de suicídio infanticídio e aborto. Os artigos 130 a 136 tratam, naquilo que nos interessa, de abandono de incapaz e colocar em perigo a vida ou saúde de outrem e maus-tratos. O artigo 137, dispõe sobre a rixa e os de 138 a 145, sobre os crimes contra a honra, como difamação, injúria etc. Os artigos 213 a 216, dispõem sobre os crimes contra a liberdade sexual, tais como estupro, posse sexual mediante fraude. Os 217 e 218 dispõem sobre os crimes, tais como sedução e corrupção de menores. E, finalmente, os artigos 227 a 232, que dispõem sobre o lenocínio e o tráfico de menores, enquadrados nos crimes contra os costumes.

27. Michel Volvelle concebe os arquivos criminais, como fontes que permitem a curva entre a repressão e a constatação. In : **Ideologias e Mentalidades**. Tradução por Julia Goldwasser. São Paulo : Brasiliense, 1987.

As fontes utilizadas para recapturar a historicidade das experiências femininas, em um contexto delimitado no tempo e no espaço, mostraram o conteúdo simbólico/ideológico, dos discursos, bem como permitiram estudar as mulheres como seres sociais, que integram relações de poder e dominação; laços de vizinhança, enquanto grupo social distinto, cujo caráter - invisível aos olhos da história tradicional - não depende da *"natureza feminina"*. Nascer homem ou nascer mulher não é um dado biológico neutro, nem simples qualificação *"natural"* que permaneça quase que inerte. Ao contrário, esta proposição é construída pela sociedade, enquanto uma elaboração cultural, que ela opera sobre a pretensa *"natureza feminina"*. Os condicionamentos culturais a definem, a consideram ou a desconsideram, representam-se, controlam os sexos, biologicamente qualificados, e atribuem-lhes papéis determinados. Por fim,

"O processo propriamente histórico de suas vidas em sociedade revela papéis informais, a mudança, o vir a ser e se opõe ao domínio dos mitos e das normas culturais. É o desvendar dos espaços femininos conquistados e não prescritos, por isso em grande parte calados ou omitidos, nos documentos escritos. Os papéis propriamente históricos das mulheres podem ser captados nas tensões, mediações, nas relações sociais que integram mulheres, história, processo social e o que pode ser resgatado das entrelinhas, das fissuras, e do implícito nos documentos escritos." ²⁸

28. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX* - Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo : Brasiliense, 1984. p. 29-30.

No rastro de alguns trabalhos literários²⁹, especialmente romances e crônicas, narrativas ficcionais e particulares do período de 1930 a 1960, que descreveram com sensibilidade e riqueza os movimentos e desenharam as imagens da cidade, procurou-se a corporeidade das representações sobre as mulheres. Curiosamente, os cronistas aludem-se a personagens, mulheres pobres ou da elite, que desempenharam papéis sociais tradicionais, na esfera privada ou pública da vida social, remetendo-nos ao anonimato e invisibilidade de suas presenças. Algumas outras incendiaram e convulsionaram as "naturais" condutas normativas femininas.

Nos jornais e revistas publicados no período, também proliferam textos freqüentes³⁰, que se constituíram em um discurso estruturado de imagens femininas. Introduziram um novo estatuto a fim de divulgar novos hábitos e novas formas de sociabilidades femininas a uma sociedade que se pretendia "civilizada" e "próspera", procurando estar em sintonia com as transformações nacionais e internacionais. A modernização do espaço urbano, o afluxo de capital, advindo da produção cafeeira, e, portanto, a formação de fortunas individuais, criaram formas de identificação e distinção social desta elite, que se refletiram no universo e imaginário femininos, acenando

29. MASCHIO, Edison. *Escândalos da Província*. Londrina : Promoções Universitárias, 1967; MASCHIO, Edison. *Raposas do asfalto*. Londrina : Promoções Publicitárias, 1984; FRANÇA, Tadeu J. *Luzes negras do submundo*. São Paulo : L. Oren, 1973.

30. Sobre imprensa e mulher no Brasil ver BUITONI, Dulcília SCHROEDER. *Imprensa feminina*. São Paulo : Ática, 1986 e *Mulher de papel : a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo : Edições Loyola, 1981 e PEDRO, Joana Maria. *Mulheres honestas e mulheres faladas - uma questão de classe : papéis sociais femininos na sociedade de Desterro*. São Paulo, 1992. Dissertação (Doutorado). USP, FFLCH. Departamento de História, 1992.

para uma forma ambígua de participação no mundo público - espaço de visibilidade social. A mulher fora do lar, deveria cuidar de seus gestos, aparência, roupa, para em nenhuma hipótese, ser confundida com a prostituta, figura dissoluta de "mulher pública".

Paralelamente a essas exigências, mas afinadas à ordem burguesa houve uma revalorização da esfera privada - universo da intimidade - onde as representações de mãe-esposa-dona de casa foram reelaboradas, e o lar considerado espaço sagrado do feminino, e, portanto de sua competência e realização³¹.

É inerente que novos papéis sociais estavam-lhes sendo prescritos, à medida que se redefiniam suas funções sociais e sua forma de inserção na sociedade. Mesmo assim, permaneceram atreladas a alguns códigos e atribuições antigas e subordinadas a sua função principal, a de ser mãe e esposa. A documentação oficial - narrativas, crônicas e compêndios - espelha o virtual monopólio que o homem exercia sobre o espaço público burguês londrinense e constrói uma imagem de mulher que dele participava como alguém que vivia em território estranho, como coadjuvante e âncora da ação transformadora masculina. Paradoxalmente, as fontes consultadas revelam-nos as identidades, impetuosidades e uma profusão de vidas e falas que desfilaram no íntimo e no "público".

31. SOUZA, Geraldo Pires de. *As três chamadas do lar* 1. Esposa 2. Mãe educadora 3. Dona de casa. 6. ed. Petrópolis : Vozes, 1958.

Certamente, este novo estatuto feminino, reelaborando antigas representações, de sobrevivência secular, e impondo novas condutas e novos comportamentos, foi vivenciado diferentemente por mulheres pobres e meretrizes - dos autos criminais - e por aquelas da elite local. Estas estiveram mais suscetíveis aos sofisticados hábitos modernos e aos novos discursos e modernas representações, divulgadas nos periódicos, enquanto àquelas restavam as práticas racionais de controle social, compatíveis com o "progresso" e a "civilização" - a ação policial e judiciária e a política higienista.

As destinárias são múltiplas e variadas: mulheres da elite ou pobres, sós ou casadas, meretrizes e cafetinas, donas de casa ou profissionais, "*moças de família*" ou "*desonestas*". Seus conteúdos dicotomizaram os espaços femininos, contrapondo os da "*civilização*" aos do "*submundo*".

Portanto, neste contexto, pretendo analisar as representações³², construídas e construidoras do universo feminino, concomitantemente ao ideal de uma ordem civilizada, entre 1930 a 1960, na cidade de Londrina, comparando-as aos papéis sociais, aspirações e sonhos perseguidos, desempenhados no cotidiano por mulheres reais, envolvidas em situações de conflitos e tensões. Estas mulheres vivenciaram uma realidade urbana contraditória, em processo de transformação, inerente à nova expansão capitalista cafeeira, tida como símbolo do

32. Reiteramos que esta categoria conceitual explicitamente integra o que não está formulado explicitamente, o não significativo, o que se conserva muito encoberto ao nível das motivações inconscientes do grupo ou da sociedade.

progresso onde difundiram: crime e vitimização, desespero e independência, riqueza e pobreza, devassidão e controle, conformismo e resistência. É na investigação do cotidiano, não apenas restrito ao lar, mas perscrutando outros espaços femininos que percebemos que:

"As mulheres não são passivas nem submissas. A miséria, a opressão, a dominação por reais que sejam, não bastam para contar a sua história. Estas estão presentes aqui e além. Elas são diferentes. Elas se afirmam por outras palavras, outros gestos. Na cidade, na própria fábrica, elas têm práticas cotidianas, formas concretas de resistência - à hierarquia e à disciplina - que derrotam a racionalidade do poder, enxertadas sobre seu uso próprio, o do tempo e o do espaço. Elas traçam um caminho que é preciso reencontrar. Uma outra história." ³³

O século XIX, na França e Inglaterra, acentuou a racionalidade burguesa, e no seu bojo esboçou-se um triplo movimento: constituição de um espaço privado familiar, essencialmente feminino, e superinvestimentos do imaginário e do simbólico masculino nas representações femininas, e, sobretudo relativo retraimento das mulheres em relação ao espaço público. Além do lar, as mulheres agiam na cidade, e o inventário de suas intervenções e interferências, formais e informais, pontuais ou habituais seria infinito, já que persistiu a presença das mulheres na rua, herança do século XVIII, criando espaços mistos. Parece, no entanto, que a fronteira entre público e privado na contemporaneidade foi flutuante e atravessou até mesmo o micro-espaço doméstico. Solicita-se cada vez mais às burguesas - as mulheres do mundo - que saiam de casa e pratiquem a caridade e a filantropia. Às

33. PERROT, Michelle, op. cit., p. 212.

mulheres do povo, menos resignadas e passivas, fizeram-se atribuir outros saberes e poderes, principalmente médicos, religiosos e até culturais, diante de períodos de penúria e privação. Seu papel na primeira educação dos filhos, inclusive na alfabetização, é considerável. A alfabetização das mulheres cresceu rapidamente nas cidades do século XIX, assim como a leitura privada de romances e jornais, modelando seu imaginário.

A busca do isolamento a que a burguesia se impôs é evidenciada por Philippe Ariés em seu trabalho, *História social da criança e da família* ³⁴. Em sua percepção o aparecimento da família moderna, do sentimento de família, do amor romântico, da intimidade, coincidiu nitidamente com o quadro da auto-definição burguesa. Processou-se, concomitantemente à formação desta classe, inúmeras mudanças na convivência familiar e com as crianças, que na "*ancién société*"³⁵, misturavam-se indistintamente aos adultos. Novas instituições foram criadas e destinadas à educação "*infantil*". As casas foram segmentadas internamente, com cômodos separados e independentes; os jogos foram divididos entre aqueles destinados à elite e outros destinados às camadas populares. Separou-se a vida mundana da vida profissional, assim como da vida íntima: a cada uma era determinada um local apropriado, como o bordel e tabernas, o gabinete ou salão e o quarto, respectivamente.

34. ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. Tradução por Dora Flaksman. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

35. O sentido do termo refere-se à distinção entre a concepção familiar da sociedade medieval e a idéia de "família moderna" que nasceu com a burguesia, e que corresponde aproximadamente ao estereótipo ou concepção que se tem da família atual.

O êxtase na celebração do progresso, as referências às conquistas modernas da vida urbana e aos novos padrões civilizacionais, alcançados pela cidade e seus habitantes, bem como o panorama das distinções sociais, fabricado parte pelas elites quanto a sua cultura e o estilo de vida da população comum - traços comuns da ideologia e do imaginário liberal burguês - já foram profundamente analisados em vários trabalhos sobre os grandes centros. Acompanha-se em particular, as tentativas de controle e repressão sobre alguns segmentos sociais e, especificamente, no caso, sobre as mulheres, apoiadas em estratégias de definição mais estrita entre público e privado, assim como dos papéis sexuais.

Michel Foucault, na **História da sexualidade**, afirmou que a burguesia foi a primeira a sentir o controle sobre a sexualidade, sendo a mulher da elite a primeira personagem a ser investida por este pelo dispositivo. Essa classe em geral tomou consciência de si, e de sua "*diferença e hegemonia*", através do corpo. Por volta, de meados do século XIX, engendrou-se uma campanha de "*moralização dos costumes das camadas populares*"³⁶, com o desenvolvimento do controle judiciário e médico. Para que as camadas populares fossem dotadas de um corpo e de uma sexualidade, para que seu sexo, saúde e reprodução se constituíssem em um problema, foi preciso expor alguns conflitos, precisamente, em relação ao espaço urbano: coabitação, proximidade, contaminação, epidemias, prostituição e doenças venéreas. Criou-se um aparelho

36. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Tradução por Maria Tereza da Costa Alburquerque e J.A. Guilhon Alburquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1985, v. 1 : a vontade de saber. p. 114-119.

administrativo e técnico específico para controlar³⁷ e vigiar esse corpo e essa sexualidade, tais como a escola, a política habitacional, a higiene pública e as instituições de assistência e previdência.

Em Londres no século XIX, a ânsia impetuosa da burguesia por se distinguir e se isolar das classes populares, podia ser detectada também nas imponentes construções arquitetônicas, de desfrute exclusivo das camadas aburguesadas, e que, denotavam *"primordialmente seu poder"* que deveria permanecer grandioso, infinito e esmagador. Contraditoriamente, destacavam-se edifícios e hotéis de luxo, num cruel contraste com as fachadas simples e despojadas, das casas alugadas aos trabalhadores urbanos³⁸. Estas construções majestosas estamparam-se na paisagem urbana como marcos do poderio burguês europeu, numa nítida *"intenção de permanência"*. A distinção fez-se sentir, inclusive, nos espaços de sociabilidade, como em ruas e avenidas, concebidas para a circulação de famílias ricas, isolando e impedindo o acesso fácil das camadas populares, e, conseqüentemente dificultando o convívio.

37. Entende-se sexualidade como "conjunto dos efeitos produzidos no corpo, nos comportamentos, nas relações sociais, por um certo dispositivo pertencente a uma tecnologia política complexa. Deve-se reconhecer que esse dispositivo não funciona simetricamente para a burguesia e para o proletariado. Daí que existem sexualidades de classe. Ou, antes que a sexualidade é originária e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classes específicos (...). A teoria da repressão aos poucos vai recobrir todo o dispositivo de sexualidade, dando-lhe o sentido de uma interdição generalizada, tem aí seu ponto de origem. Por um lado, vai justificar sua extensão autoritária e coercitiva, colocando o princípio de que toda sexualidade deve ser submetida à lei, ou melhor, que ela só é sexualidade por efeito da lei." (Ibid., p. 120).

38. BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Metrópoles: as faces do monstro urbano : as cidades no século XIX. Revista Brasileira de História. São Paulo. v.5, n. 8 e 9, p. 42, set. 1984 e abr. 1985.*

Da mesma forma, respeitadas as historicidades e multiplicidades das estruturas sociais, econômicas e culturais, das visões de mundo, dos comportamentos e de seus significados, Londrina mostra-se como exemplo de cidade que, fundada há 54 anos, destacou-se como metrópole do Norte do Paraná. A cidade e seus habitantes vivenciaram as alterações e transformações urbanas e sociais, advindas de uma colonização, inicialmente edificada em função dos interesses especulativos e imobiliários da Companhia de Terras Norte do Paraná - de capital inglês - e, posteriormente, vinculada aos quadros da expansão cafeeira. A documentação, pródiga em anunciar os sinais do progresso que impellem inexoravelmente a "urbs" para o futuro destaca a tempestade de construções arquitetônicas erigidas nos anos quarenta e cinquenta, a exemplo da Estação Ferroviária, hoje transformada em Museu Histórico Padre Carlos Weiss, a Rodoviária que abriga atualmente o Museu de Arte Contemporânea, o conjunto de prédios, para sediar a Prefeitura Municipal, a Câmara e o Forum, além das mansões edificadas pelos cafeicultores na Avenida Higienópolis (cidade da higiene) - denominada pelos populares de "*Lágrimas de Lavrador*" - denota o poderio das fortunas individuais e o ocultamento da trajetória da população comum. Não se pode ignorar as diversas imagens de progresso, a concretude da modernização, mas deve-se salientar que as representações construídas e que buscaram legitimar esse processo, excluíram os sujeitos construtores dessa realidade possível - homens e mulheres - e suas respectivas memórias. Criaram a aparência de uma temporalidade linear, sem rupturas e descontinuidades. Os estilos arquitetônicos iniciais expressaram o ideário europeísta, de

aproximação da cultura material e dos valores europeus. As utopias modernistas, porém, tiveram vida efêmera, malogrando com a entrada na cidade de grandes levadas de trabalhadores rurais e migrantes de origens diversas. Associada à utopia da criação de uma cidade moderna, que não se diferenciou dos parâmetros sociais e políticos das muitas cidades médias e grandes brasileiras, houve a implantação de uma política urbana de natureza pragmática, de controle social, de profilaxia urbana e de "moralização" ampla dos costumes dos populares. Como a burguesia européia, a elite local - os novos ricos - criou mecanismos para definir e distinguir-se socialmente, bem como delimitar seus espaços e conteúdos, isolando e controlando as sobrevivências concretas das contradições e incongruências do fantasmagórico progresso, tais como a pobreza, a prostituição, o jogo, a mendicância etc. Assim:

"A partir dos anos quarenta e cinquenta, mantém-se o desejo de ser um estrangeiro, numa conjuntura de prosperidade da economia cafeeira. O surgimento de construções suntuosas dos novos-ricos, de estilos rebuscados, combinava-se com os recentes planos urbanísticos: arborização e construção de praças, numa meta de crescimento a longo prazo. Todavia, o afluxo de mão-de-obra para a cidade exigirá, nos anos subseqüentes, medidas de profilaxia urbana, com vistas à manutenção de sua assepsia." ³⁹

A mulher londrinense, constituiu-se em centro desse discurso racionalista herdado do século XIX, que tendo-se projetado para o século XX, visou atingi-la, tentando forjar identidades e fixar papéis. Excessivo e repetitivo, construiu imagens, criou simbologias e estereótipos no jogo dos papéis

39. FERREIRA, A. Celso ; SIMON, Cristiano G.B. Tensões da modernidade em Londrina : a ferrovia e a nave. *Histórias : questões e debates*. Curitiba, n. 17, p. 335, dez. 1988

e manifestou-se na imprensa local, nos discursos do judiciário, na legislação, embora de maneira fragmentada e descontínua. Ora a mulher foi identificada ao fogo, destruidora da ordem e das rotinas familiares, das febres e das paixões românticas. Contrária é a imagem da mulher doce, passiva, amorosa, instintiva, paciente. Ou, por fim, aquela da mulher estabilizadora, civilizada, apoio da moral e dos poderes fundadores⁴⁰. Desencadeou-se, desde então uma concepção de história dicotômica, do masculino e do feminino: o homem criador/ a mulher conservadora, o homem revoltado/ a mulher submissa, o homem progresso/ a mulher instinto. É palavra de ordem calar as mulheres, civilizá-las, alfabetizá-las. Porém, a inversão sobreviveu, no imaginário feminino que se esquivava, recusa-se a se deixar colonizar pelo caminho da ciência e da razão. Exige sua individualidade, seus espaços e resiste à perda de sua identidade e de sua memória.

A propósito desse "irresistível" discurso, aparentemente simples e linear, buscou-se interpretar na documentação, às vezes, confusa, lacunar e aflitiva a proliferação de textos contendo imagens, representações, linguagens, valores e símbolos femininos. A associação e contraste das fontes, naturalmente, permitiu apreender a multiplicidade de papéis, de experiências e de poderes sociais femininos em Londrina. A escolha do objeto e do caminho metodológico permitiram recolocar na trama da construção da história social da cidade, um dos pontos nodais, uma das peças do tabuleiro de xadrez, que, independente de encadeamentos casuais e temporais, e

40. Michelle Perrot as identifica, respectivamente, às imagens de mulher-fogo - ígnea, mulher-água e mulher terra.

fortemente calcados na busca de uma narrativa, possibilitaram recriar a memória e a vida concreta dessas mulheres, e, indiretamente redimensionar o cotidiano urbano, assim como os novos tempos, em que essas testemunhas e observadoras viveram, com seus ritmos, impulsos, valores, aspirações, gestos e preceitos.

Com base nestes pressupostos inferiu-se que foi recorrente a publicação de temas femininos nos jornais, de existência secular na cultura ocidental. As publicações de textos sobre mulheres tiveram por função definir normas, padrões de comportamentos e veicular papéis femininos ideais. Na década de 30 e início dos anos 40 estas iniciativas são ainda muito tímidas. A imprensa local privilegiou a propaganda para venda das terras da companhia. Porém, em fins dos anos quarenta deslocou-se o foco de atenção para uma elite local que começava a se distinguir, exigindo a privatização dos sentimentos e da sexualidade feminina, a nítida distinção entre "*mulheres públicas*", e "*moças de família*" a transitarem num mesmo espaço. Outros temas acrescentaram-se, já previstos por deles ocuparem-se não só as elites londrinenses, mas também aquelas de outras cidades, principalmente das capitais, como também por preocuparem os movimentos feministas e sindicalistas, tais como a educação e profissionalização das mulheres e a licenciosidade da vida moderna.

Esta perspectiva aprofundou-se na década de 50, à qual dispensamos maior atenção, considerando-se o vasto material encontrado, a partir da veiculação de imensa variedade de matérias, artigos, reportagens e referências sociais e

policiais. Foram freqüentes publicações sobre temas significativos do imaginário e cotidiano femininos, construções ideológicas frisadas constantemente pelos articulistas, como moda, sexualidade e moralidade, beleza, exigências modernas de individualização feminina, violência e tensões nas relações de gênero, assim como as históricas representações sobre o feminino. Neste período, a riqueza cafeeira circulava e acumulava-se na cidade, propiciando fortunas individuais, e como decorrência, uma vida social intensa a exigir a constante presença e destaque da mulher na esfera pública, não só nos chás e jantares dançantes das associações recreativas com seus ritmos frenéticos, mas também em companhias sociais e filantrópicas. No decorrer desse processo o desejo dos "novos ricos" de se distinguir da população pobre e incômoda tornou-se inevitável e necessário, bem como a diferenciação social entre as "mulheres honestas" e as "faladas", através do reforço do discurso sobre a feminilidade.

Os problemas reais emergiram. Como conseguir aprisionar as mulheres "honestas" somente em papéis ideais, impondo-lhes os modelos adequados de mãe, esposa e dona de casa? Ou ainda como segregar as moças "mal faladas" na esfera pública, tais como ruas, igrejas, bailes dançantes, quermesses, afastando-as do convívio social e impedindo as suas "influências nefastas" sobre as "moças honestas"? A combinação da roupa, do perfume, da maquiagem, do corte de cabelo, do meio de transporte, da instrução, das companhias e, por fim, a atuação nos apostolados católicos naturalmente definiram, não só com a ajuda dos discursos estruturados, mas com os

mexericos, as conversas de salão, as informações sobre a genealogia familiar, o pavoroso e insensato enquadramento entre as jovens bem consideradas e aquelas suspeitas.

Compôs este período uma "campanha de saneamento e moralização" que atravessou toda a década, de cunho político-moral, que condenou amplamente o jogo, a "sexualidade insubmissa", a presença de mendigos, "scroques", cafténs, cafetinas, habitantes indesejáveis que se avolumavam na cidade. Os periódicos pautaram-se por fixar posturas e comportamentos femininos, estabelecendo papéis aceitos e condenando aqueles similares aos da natureza da prostituta, da "*femme fatale*", de sexualidade exótica e da liberdade para as práticas sexuais ilícitas. Sua natureza metamorfoseia-se entre a fêmea romântica/vitimizada e a de natureza perversa/traidora/anômala. Nos dois casos representa o perigo, o "*cancro social*", a transgressão. Cabe ressaltar, neste momento a preocupação com a moralidade pública, revivendo o interesse de juristas, médicos, criminalistas e jornalistas do século XIX, e mais especificamente, com a definição de posturas e regras de comportamento para a mulher, nesta década de intenso crescimento econômico e populacional.

Em relação à postura definida acima considero que a condenação ao comércio amoroso, à figura escandalosa, às vezes, bela, liberada e desejada da prostituta, serviram de argumentos substanciais para construir a representação da "*moça de família*", que de natureza recatada, pura, ingênua e romântica, obviamente, necessitava de outros espaços de

sociabilidade e de um desempenho exemplar na esfera da vida privada.

Romper com este silêncio é dar historicidade aos papéis sociais femininos⁴¹, concedendo-lhes espaços visíveis. O papel do historiador na construção de uma história que não exclua as mulheres é o de encontrar a ponta do fio do novelo, vasculhar as esquinas e fundos de quintais.

Com este intuito lemos a historiografia sobre a região para captar a presença das mulheres, e como já se disse, encontramos lacunas, referências vazias, e outras com significação própria. Elegeu-se, no entanto, a obra publicada por ocasião do Jubileu de Prata de Londrina⁴², que pretendeu inventar tradições⁴³, criar e preservar memórias, num momento em que se processam transformações econômicas e políticas a nível local e regional. Conjugaram-se a derrota da "Marcha da Produção", a crise da cafeicultura, a volta de Moysés Lupion do PSD ao poder, derrotando os udenistas, predominantemente cafeicultores. Em 1955, Antônio Fernandes Sobrinho, elegera-se pelo mesmo partido para a prefeitura municipal. Este, apesar de cafeicultor, mantivera lealdade a Lupion e Juscelino, não apoiando a marcha da produção. Em 12 de dezembro de 1959, o

41. DIAS, Maria Odila da Silva. Mulheres sem história. *Revista de História*. São Paulo. n. 114, jan./jun. 1983.

42. BRANCO, Gustavo ; MIONI, F. Londrina no seu Jubileu de Prata : documentário histórico. Londrina : Realizações Brasileiras, 1960. A análise que se segue baseou-se na leitura dessa obra como fonte historiográfica, com o objetivo definido, buscar o lugar e a memória das mulheres na produção local.

43. Ver ARIAS NETO, José Miguel. O Eldorado : Londrina e o Norte do Paraná, 1930/1975. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado). USP. FFLCH. Departamento de História, 1993. p. 221-298. O pesquisador faz uma discussão acerca dos lugares da memória e da construção das tradições.

candidato a prefeito, Milton Ribeiro Menezes, da UDN, tomaria posse na prefeitura. Os festejos de 1959 acompanharam a ascensão dos preços do café.

Esta fonte historiográfica, é um exemplo cristalino do tratamento e da forma de inserção das mulheres na produção local. A exclusão dos papéis e nomes femininos contrasta com o excesso de nomes de homens "*pioneiros*", encontrados na nominata dos cargos administrativos públicos e privados, na lista dos candidatos a cargos eletivos, nomeações e exonerações, que também podem ser encontrados em jornais, catálogos, índices e coletâneas do município. Porém, nosso esforço, foi guiado por um olhar mais criterioso, para se constatar e desvendar, às vezes nas entrelinhas, as mulheres com seus papéis e sua visão de mundo, buscando encontrá-las no desempenho de atividades econômicas, sociais e políticas, ou em papéis normativos - o mais comum - outras vezes de forma marginal.

Londrina no seu Jubileu de Prata, de autoria de Gustavo Branco e Fideli Mioni, contou com uma redatora principal, Honorina Borges de Andrade Chaves, que exercia o cargo de Oficial de Gabinete da Prefeitura à época, na gestão de Milton Menezes e continuara a sê-lo na administração de Fernandes Sobrinho⁴⁴. A obra, publicada pela revista **Realizações Brasileiras**, de propriedade de Gustavo Branco, expressa as ligações do periódico com os poderes constituídos.

44. Informação concedida pela historiadora Maria Dulce Alho Gotti ao pesquisador José Miguel Arias Neto.

Obra de exaltação ao nome de Londrina e do Norte do Paraná pareceu atemporal, como a desejar cristalizar fatos, rostos, gestos, no congelamento da fotografia, que, em última instância, pretendia a perpetuação do presente. Suas 376 páginas destacam os aspectos sócio-econômicos e culturais de Londrina e "quantificam" o progresso, na propaganda das fazendas de café, do comércio, do transporte, dos ramos agrícolas, como o de cereais, de feijão e milho, e a pecuária. O Documentário é a consagração das elites, de sua visão da cidade e de si próprias. A crônica, profundamente ideológica, pretende preservar e reconstituir os valores e identidades dessa elite e universalizá-los à "civilização" aqui fundada.

A valorização do campo e da cidade são sublimados nas biografias de homens, cafeicultores, comerciantes, políticos locais, regionais e de influência na Capital da República, assim como de profissionais liberais ou funcionários com altos cargos públicos e em empresas privadas.

A memória das mulheres é reconstituída como *flasches* e lembradas como mães, esposas, filhas e netas. A beleza é fundamental e ponto de destaque das moças das "famílias de sobrenome", "tradicionais", com seus trajes elegantes e freqüência aos acontecimentos sociais. Elenice Durães, moça de destaque social e elegância debutou na lista das "10 mais elegantes do Paraná". A classe dominante, reviveu a história de Helena Revensky, que com a morte do marido ficara sozinha com a filha, mas, que em 1942, casara-se com Vladimir Revensky, funcionário da Cia de Terras e a história de Dona

Lucila Balalai, dama da "*sociedade londrinense*", engajada nas campanhas filantrópicas, a fim de angariar fundos para obras sociais.

Vários eventos, realizados ao longo do ano de 1959, com destaque também na imprensa local coroaram os intentos das comemorações jubilares. Envolvendo a atuação das mulheres cita-se o "*concurso de Rainha do Jubileu*" que elegeu Branca Garcia, como símbolo da beleza feminina da elite local; O "*Baile das Mães*", no Grêmio Literário e Recreativo de Londrina, em que a "*Mãe do ano de 1958*" transferiu o título a Maria Menegazzo, "*mãe do Ano do Jubileu*", intitulada a progenitora de "*uma das mais honradas e tradicionais famílias de Londrina*"; a noite festiva com um desfile de carros alegóricos, com moças trajadas a rigor, representando as colônias italiana, portuguesa, alemã, japonesa e espanhola, num clima de orgulho e frenesi; a apresentação do espetáculo de "*ballet*" de meninas, sob a coordenação do Professor Luiz Villarejos; o casamento do ano da elite, o de Mary Dias Ayres com Ivonir Bordin, que teve destaque de cinco páginas com fotos e comentários sobre os convidados do "*grande mundo social da cidade*".

E as mulheres comuns, nosso objeto de estudo, tiveram suas memórias narradas? Inútil foi a paciência de procurá-las. Somente três momentos captaram nossa ansiedade. O primeiro deles é a foto de uma cortadora de cana de uma grande fazenda. O outro, quatro fotos da lavanderia do Berlim Hotel, onde sete mulheres desempenham a tarefa de lavar e passar a roupa dos hóspedes. O destaque, porém, não é dado ao ofício

delas, mas à estrutura moderna e às máquinas da lavanderia. Por último, estampa-se uma fotografia de Roberta Vieira, criada pela família do Major Pimpão, proprietário de fazendas e de sua "auxiliar doméstica", com seus 12 anos, Benedita Silva. Estas últimas as encontraremos nas situações de tensões e conflitos na casa e na rua, na faina do dia-a-dia, nos papéis pouco convencionais.

2. NORTE DO PARANÁ, "TERRA ABENÇOADA".

"No dia 19 de março de 1929, nascia na maternidade de São Paulo, a mais ou menos 50 metros da supercivilizada Avenida Paulista, na capital Bandeirante, uma criança-loira, uma menina, de olhos azuis.

(...)

No tempo do nascimento de Freya, esta região, onde floresce a mais punjante civilização do Brasil, era coberta por extensa e luxuriante mata virgem

(...)

Enquanto Freya balbuciava as primeiras palavras e ensaiava os primeiros passos em sua casa no Ipiranga, em São Paulo, um grupo de homens a cuja frente, se achavam Lord Lovat e Mr. Thomas (...) Nessa época, 1929 e 1930, quem contemplasse o mapa do Brasil meridional veria apenas uns poucos pontos na parte extrema do setentrião paranaense assinalando algumas localidades. Entre essas povoações e as da parte Sul do Estado, a floresta portentosa, imensa, luxuriante.

(...)

Conhecida em outros tempos como o 'sertão do Tibagi', denominação esta em que se estendia até Guairá (...) foi pouco a pouco sendo conquistada pelos colonizadores e integrada na economia nacional.

(...) Por esse tempo, a Companhia de Terras Norte do Paraná desenvolvia sua campanha no sentido de povoar o local, onde hoje se ergue Londrina (...) Estávamos então, em 1931. Freya atingia 2 anos de idade quando seus pais souberam, por intermédio do Barão Von Drahenfels, agente da Companhia de Terras, do início da colonização. Empolgados pelo que ouviam sobre a fertilidade, exuberância, o esplendor e as possibilidades da maravilhosa terra roxa, o Sr. Frederico e Da. Helena compraram 3 datas, em plena selva, com frente para uma avenida que ali haveria, no futuro a Av. Paraná.

(...)

Qual flor exótica transplantada de um jardim bem cuidado, para a Selva bruta, Freya foi se desenvolvendo e com ela também o patrimônio, o povoado..."⁴⁵

45. O retrato do Norte do Paraná. Revista A Pioneira. São Paulo : Empresa de Propaganda e Publicidade. Ano I, n. 1, maio 1948. Revista organizada pelo jornalista Barbosa Pupo de São Paulo e impressa em São Paulo. De

Na crônica, publicada pela revista *A Pioneira*, "*Freya e Londrina: duas jovens que cresceram juntas*", o articulista numa bela analogia, pretendeu recontar a história da "*cidade menina*" a partir de duas imagens sobrepostas: a da urbs "*civilizada*" e a do crescimento de uma "*flor exótica*", de nome Freya Schulteiss, identificadas em sua beleza, juventude, progresso e civilidade.

A cidade, já no ano de 1948, experimentava o ritmo de seu crescimento urbano, com a alteração de suas funções originais, a partir de um processo racional de mudança, que se opunha à realidade de "*selva bruta*" e de "*floresta portentosa, imensa, luxuriante*", em fins dos anos vinte e início dos trinta. Estas transformações, na estrutura do texto, foram explicitamente atribuídas à visão de um grupo de homens, que, interessados na cartografia brasileira, lançaram seus olhares para esta "*prodigiosa terra roxa*".

Freya viveu a instantaneidade da "*marcha civilizatória*". Mudou-se de um rancho de madeira para uma construção moderna, dentre tantas outras que se erigiram na Avenida Higienópolis, em fins da década de 40 e início da de 50. Filha de comerciantes que se enriqueceram teve acesso ao ritual feminino da elite de então: formou-se numa escola de freiras para moças - Colégio Mãe de Deus -, estudou música, viveu num

divulgação bimensal, deixou de circular no seu décimo segundo número, conforme TRIGUEIROS FILHO, Marinósio; TRIGUEIROS NETO, Marinósio. *História da imprensa de Londrina: do baú de jornalista*. Londrina: UEL, 1991. p. 120.

"ambiente civilizado e agradável", dedicando-se aos "seus livros, ao seu piano, à sua família e amigos". As imagens literárias entrecruzaram o destino de Freya ao da cidade, aprisionando-os na linearidade do tempo rumo ao "progresso".

A complexidade das imagens simbólicas contidas na crônica remete-nos ao contexto dos anos 20 e 30, do século XX, especificamente, à área setentrional do Estado, espaço designado por Norte do Paraná, foco de diversas delimitações e conceituações. Esta região⁴⁶ - espaço socialmente construído, por seus habitantes e, portanto, repleto de historicidade⁴⁷ - incluiu-se na ótica do capital e no discurso do regime pós-30 nas áreas de extensos "espaços vazios" e de "vácuo demográfico". Valorizados e idealizados pela retórica em imagens saturadas de conteúdo ideológico e mítico acalentaram as esperanças dos diversos personagens que ocuparam este território - fazendeiros paulistas e mineiros, grileiros, imobiliáristas, lavradores, nordestinos empobrecidos, e diversas categorias de mulheres.

A ocupação da região Norte do Paraná, a partir dos anos 20, esteve intimamente ligada ao desejo de expansão da

46. Compartilhamos da posição de MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema : a formação do Estado Imperial*. 2. ed. São Paulo : HUCITEC, 1990. p. 24-25.

47. Para os limites do conceito de região neste trabalho vale ressaltar que o mesmo implica em duas dimensões interligadas: a de espaço geográfico e a de simbólico, contido nas representações que o caracterizam. Esta discussão pode ser encontrada em trabalhos acadêmicos críticos recentes, que foram apontados ao longo da dissertação, que penetraram no árido terreno da discussão sobre o conceito de região e de todo o conjunto de representações construído, com intuito de legitimar e identificar a colonização do que se convencionou chamar de Norte do Paraná ao ato grandioso e épico dos ingleses e paulistas, que ao ocuparem essa "área vazia", integraram-se à "marcha para oeste", pós 1938, e, portanto à nação brasileira.

cafeicultura. Esta buscava perspectivas de ampliação e novos lucros para o capital. Estes grupos de mineiros e paulistas instalaram-se em terras devolutas. Aliados, aos interesses de várias empresas privadas, de capital nacional ou forâneo obtiveram terras do governo do Estado do Paraná, através de concessão de compra, com intuito de colonizá-las.⁴⁸

Dentre as empresas privadas colonizadoras, a Companhia de Terras Norte do Paraná - CTNP⁴⁹, subsidiária da Paraná Plantation Ltda, com sede em Londres, adquiriu, em 1927, uma área total de 515.017 alqueires, localizada entre os rios Tibagi, Ivai e Paranapanema⁵⁰. Em 1928, a grande companhia imobiliária comprou a Cia Ferroviária São Paulo-Paraná cujos trilhos alcançavam somente Cambará. Em 1932, a ferrovia atingiu

48. Dentre a extensa bibliografia que aborda o tema, destacamos BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. São Paulo, n. 4, p. 53-82, out./dez. 1952; BERNARDES, Lysia M.C. O problema das frentes pioneiras no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. São Paulo, n. 3, p. 3-52, jul./set. 1953; MACHADO, Brasil P.; BALHANA, Altiva P. Contribuição ao estudo da História Agrária do Paraná. *Boletim da UFPr. Departamento de História*. Curitiba, n. 3, p. 1-52, jun. 1963; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. Nota prévia à ocupação da terra no Paraná Moderno. *Boletim da UFPr. Departamento de História*. Curitiba, n. 7, p. 1-52, 1968.; WESTPHALEN, Cecília M. et. al. *História do Paraná*. 2. ed. Curitiba: Grafipar, 1969; LOPES, Ana Y. D. P. *Pioneiros do capital: a colonização do Norte Novo do Paraná*. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado). USP. FFLCH. Departamento de Ciências Sociais e PADIS, Pedro C. *Formação de uma economia periférica. O caso do Paraná*. São Paulo: HUCITEC, 1981; WACHOWICZ, Ruy C. *Norte velho, norte pioneiro*. Curitiba: Gráfica Vicentina, 1987.

49. A formação da CTNP vinculou-se à vinda ao Brasil da Missão Montagu em 1924, a convite de Artur Bernardes, então presidente do Brasil, com o objetivo de atrair capitais estrangeiros, a fim de revitalizar as finanças do país. *Jornal do Comércio do Rio*, 1924. In: *COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ*. op. cit., p. 43. Em 1943 a Companhia foi nacionalizada e seu controle acionário passou para um grupo liderado por Gastão de Mesquita Filho e Gastão Vidigal denominando-se, então, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná. Idem, *Ibidem*, p. 99.

50. A área de terras pertencente à CTNP era, em 1930, de 507.867 alqueires de terras contínuas (pouco mais de 1.200.000 ha). Este total corresponde aproximadamente a 6% da área total do Estado e quase a 25% da região norte paranaense. Seria simplista identificar e confundir esses espaços. (Ver TOMAZI, Nelson D. *Certeza de lucro e direito de propriedade: O mito da Companhia de Terras Norte do Paraná*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado). UNESP. ILHP. Departamento de História. p. 158-159.

Jataizinho. Em 1935, chegou a Londrina, cidade "boca de sertão", eleita para sediar o escritório da Companhia⁵¹.

De Londrina irradiaram-se as iniciativas do projeto de colonização, num movimento de expansão de fronteiras rumo ao Noroeste do Estado. A ferrovia fazia-se acompanhar, paralelamente, à estrada de rodagem, em direção transversal ao principal espigão do Norte do Paraná, ligando o Norte Velho e o Estado de São Paulo ao "portentoso" espaço de solo fértil e de densas florestas. A fronteira expandia-se e com ela os sonhos daqueles que aqui aportaram. Novos núcleos de povoamento surgiram em terras da CTNP nos anos 30, tais como Londrina, Nova Dantzig (Cambé), Rolândia, Arapongas e Apucarana. Posteriormente, Maringá (1947), Cianorte (1953) e Umuarama (1955), integraram-se aos encadeados impulsos de expansão e povoamento⁵².

O ritmo alucinante e frenético do empreendimento, criado e divulgado em propagandas, oferecendo vantagens aos adventícios, interessados em adquirir terras e os discursos prometendo um "mundo novo", com "democracia", "reforma agrária" e "justiça", mobilizaram:

"(...) Famílias vindas de todos os quadrantes do Brasil, na maioria das vezes, tendo de seu unicamente a roupa do corpo, mas irmanados no desejo de progredir, ali depositavam suas maiores esperanças. Desbravavam a mata, cultivavam café, plantavam cidade, encontravam enfim sua oportunidade de possuir terras, de se tornarem proprietários. Até os trabalhadores mais humildes (...)

51. Em 21 de agosto 1929 um grupo de ingleses, funcionários da Companhia, tomou posse efetivamente da terra adquirida, denominada gleba "Três Bocas". Abriam uma clareira na mata e iniciaram a construção dos escritórios, armazém e hospedaria, para receber os compradores.

52. PADIS, Pedro Calil, op. cit., p. 92-93.

*conseguiram adquirir o seu pedaço de chão e nele semear suas esperanças. Desse trabalho resultou riqueza para muitos; do sistema de colonização (...) decorreu a justa repartição dessa riqueza. E assim a democracia autêntica floresceu no Norte do Paraná, onde a iniciativa privada realizou uma verdadeira, justa e pacífica reforma agrária."*⁵³

A maneira de apreender o discurso, com seus nexos e legitimidades, sincronizou-se às crises e desafios do período, ao descontentamento de colonos e trabalhadores, aos desejos abrangentes de expansão do café e do capital inglês.

A historiadora Verena Stolcke, ao avaliar o impacto da depressão mundial de 1929 na cafeicultura, constatou a sua persistência em expandir os investimentos no setor mesmo diante das crises. Atribuiu esta resistência à redução em mais de 50% nos salários em dinheiro pagos aos colonos, assim como à sustentação artificial dos preços do café⁵⁴. A perda de salários para os trabalhadores rurais e o desemprego urbano provocado pela redução das atividades industriais implicou em um deslocamento dessa população à busca de novas condições e de outros lugares favoráveis ao acesso à propriedade privada. Assim, o Norte do Paraná, especialmente Londrina, despontava como a "Terra da Promissão", onde os sonhos e esperanças desses homens e mulheres poderiam ser concretizados.

Outros elementos, fortaleceram esta mágica atração das terras roxas do Paraná. Por um lado, as atraentes

53. COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. *Colonização e desenvolvimento do Norte do Paraná*. 2. ed. São Paulo : CMNP, 1977. p. 150.

53. STOLCKE, Verena. *Cafeicultura : homens, mulheres e capital, 1850-1980*. Tradução por Denise Bottman e João R. Martins Filho. São Paulo : Brasiliense, 1986.

propagandas da Companhia privada inglesa⁵⁵ que aqui atuou, criando e reproduzindo imagens simbólicas que contemplavam os desejos e fantasias dos homens e mulheres comuns, em sua maioria, pessoas de poucas posses. Algumas promessas ganharam concretude nas representações construídas pelo discurso, tais como o acesso à propriedade, a democratização das riquezas, a reforma agrária, como bem o demonstra a publicação da Companhia na comemoração de seu cinquentenário, em 1977, que, significativamente, reitera as mesmas representações.

Perplexo, um cronista em tom otimista e embriagado pela atmosfera promissora, exprimia-se sem hesitar:

"(...) Poço de muito peixe (...) todo o mundo corre para ele. Fulano e Beltrano, num simples botequim se fizeram: e hoje são "respeitados" "graúdos" (...) Dona Maria, com apenas uma "janela" de frutas, ficou uma baronesa (...) "Seu" Qui-tério, e o Zé Taquara, bancando os mascates, tornaram-se milionários, até voltaram à Bahia, e de gravata no pescoço, de lencinho de seda no bolso e carteira recheada de montes de "pelegas" (...)"

Sim, senhores; vamos e venhamos. É muito mais interessante ganhar dinheiros em penca, sentado num caixote de querosene, vendendo bugigangas para os "velhos" e para os "brotinhos", do que bater enxada o dia inteiro na roça ou nas estradas..."⁵⁶

A descrição sugestiva de um propagandista entusiástico da "terra onde se anda sobre dinheiro", espelha o processo intenso de urbanização e migração de que foi palco a

55. A Companhia de Terras Norte do Paraná produziu um rico material publicitário, difundido, principalmente em São Paulo, Minas Gerais e no próprio Paraná. Abrangeu, no entanto, todo o território nacional e até mesmo o exterior, através de propagandas em periódicos.

56. BARROSO, Vicente. *O famoso Norte do Paraná : terra onde se anda sobre dinheiro*. Caxias do Sul : São Miguel, 1956. p. 128.

região "Norte" do Paraná, a partir dos anos trinta. Fortuna e ascensão social, duas imagens contidas neste texto, fizeram parte de um "conjunto de representações" construídas, por diversos agentes sociais, a fim de legitimar a noção de sentido democrático ⁵⁷ e igualitário da fronteira. E, conseqüentemente, enaltecendor da obra da Companhia inglesa, reconhecida como mentora dessa euforia irresistível.

Vicente Barroso, em seu manual, toma para si a missão indisfarçada da "descrição justa e fiel do que foi, do que é e do que pode ser o famoso Norte do Paraná". Este é identificado na narrativa ao sentido profético-bíblico das imagens de "Nova Babilônia", "Terra Prometida" e "Nova Canaã" para todos os que desejassem fama e fortuna, rápida e facilmente. Em resumo:

"(...) O Norte paranaense é porta aberta para todos os que ainda não perderam a esperança de se fazer na vida. Ali tudo tem valor, até uma casca de banana (...) Mas tudo isto com uma condição: sofrer a lama, a poeira, o corre-corre, a 'exploração' e a vida cara. Ou como dizem os 'entendidos na arte' explorar e ser explorado." ⁵⁸

Por outro lado, o historiador Alcir Lenharo, ao reinterpretar os conteúdos doutrinários do regime Vargasista, elucidou que a proclamação da ideológica e autoritária "Marcha para Oeste", fabricada na virada do ano de 1938, logo após o golpe do Estado Novo, deu um sentido político à ocupação e

57. A discussão sobre fronteira e seu conteúdo simbólico pode ser encontrado em : CESÁRIO, Ana Cleide C. Norte Novo : a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. In : PAZ, Francisco (org.) Cenários de Economia e Política : Paraná. Curitiba : Prephácio, 1991. p. 41-63.

58. BARROSO, Vicente, op. cit., p. 13.

integração do interior brasileiro. Este discurso embaseou-se em pressupostos, como o da urgência de eliminar os "vácuos demográficos" e fazer "coincidir fronteiras econômicas e fronteiras políticas". Esta matriz ideológica vinculou-se ao direcionamento da política de colonização do governo federal, a fim de mobilizar diferentes segmentos da população mais pobre e favoreceu as iniciativas e interesses das companhias privadas de colonização, a exemplo da CTNP, que já adquirira terras nestas plagas. A política oficial de povoamento e ocupação da terra visou esvaziar os conflitos sociais em grandes centros urbanos, principalmente no Nordeste brasileiro, com vistas a controlar e pacificar o trabalhador nacional⁵⁹, elegendo o interior como um dos elementos a dar concretude ao projeto.

A historicidade do empreendimento imobiliário, do modelo urbanístico, das edificações, da composição e do fluxo populacional da cidade de Londrina, assim como de outros núcleos populacionais do Norte do Estado, devem ser compreendidos e vinculados ao panorama e temporalidade expostos.

O jornal **Paraná Norte**, de 9 de dezembro de 1934, descreveria do seguinte modo o ritmo acelerado das edificações comerciais e residenciais:

"(...) em 1929, no local onde se ergue a cidade não havia uma única habitação (...) em 1930 existia a casa da Companhia e o Hotel, este dirigido por madame Frieda Fleuringer, hoje proprietária do Hotel Germânica. Em 1931 ergueram-se em Londrina sete casas. Em 1932, a cidadezinha começava a desenvolver-se: possuía 12 casas, sendo a mais importante a do Hotel Luxemburgo. Isto até junho.

59. LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas : Papirus, 1986.

Em dezembro, o número de habitações subiu a 150. Em 1933 passou a 400, para atingir 554 em outubro de 1934."

A demografia da "Pequena Londres" apresentou igualmente transformações importantes em sua estrutura. Em 1936, 20.527 pessoas residiam em Londrina. Já em 1940, de acordo com o recenseamento, moravam na cidade 75.296 pessoas, das quais 39.745 homens e 35.551 mulheres, correspondendo, respectivamente a 52,78% e 47,21% da população. Com o desmembramento do município em 1945 diminui a população total para 55.500 habitantes. Ressalte-se que, em 1934, a área territorial do município correspondia a 23.562 km², reduzindo-se para 2.081 km² em virtude dos desmembramentos dos patrimônios e distritos, ocorridos ao longo dos anos 40.

Os anos cinqüenta presenciaram uma rápida urbanização da sociedade, em decorrência da concentração urbana suplantando a da população rural, assim como de um significativo aumento do número de nascimentos e casamentos, que indicam, uma igual significativa presença feminina, no que concerne ao matrimônio e à maternidade.

O censo demográfico de 1960 continua a indicar um crescimento populacional, resultado da intensificação da migração, assim como registra uma tendência de equilíbrio numérico entre os sexos. A população praticamente dobrou, registrando 133.739 pessoas. O gênero masculino contava com 68.980 ou 51,57% da população, enquanto as mulheres corres-

pondiam a 48,42%, com 64.759 habitantes⁶⁰.

O sociólogo José Maria Tavares registrou em seus apontamentos para pesquisa o desequilíbrio entre os sexos:

*"Em 1937, por exemplo, a partir de quando dispomos de estimativas estatísticas sobre a população, existia na zona urbana de Londrina aproximadamente 60 por cento de pessoas do sexo masculino, entre os mais de 15 anos. Acreditamos que em anos anteriores tenha sido ainda maior a desproporção entre homens e mulheres."*⁶¹

Esta diferença numérica nos primeiros anos pode ser explicada pela tendência natural da colonização, a do deslocamento de homens sós, num primeiro momento, para descortinarem as terras virgens, deixando esposas, filhas e irmãs nas plagas de sua origem, como bem demonstra o depoimento de D. Marta de Almeida.

*"A gente chegou no Brasil por causa da última guerra da Alemanha, última não, a primeira, porque a última foi a do Hitler e nessa época eu já estava aqui. (...) Eu vim depois da Primeira Grande Guerra. Foi por causa da guerra que nós perdemos tudo, na guerra, na cidade onde eu nasci e que o meu irmão veio para o Brasil e foi trabalhar na Companhia Inglesa em Minas e depois ele então mandou chamar a família toda para o Brasil. Aí chegamos em São Paulo e de São Paulo nós chegamos em Londrina, porque a Companhia de Estrada de Ferro de Minas, a inglesa, passou para o Paraná, e daí, então, chegamos ao Paraná."*⁶²

60. Os dados apresentados foram colhidos em : 1) IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (12 set/1940); Recenseamento Geral do Brasil : Estado do Paraná. Rio de Janeiro : Serviço Gráfico do IBGE, v.6. 1950. 2) GOMES, A. M. Álbum de Londrina. Londrina : PML, 1938. p.7. 3) BRANCO, G.; MIONI, F. Londrina no seu jubileu de Prata : documentário histórico. Londrina : Realizações Brasileiras, 1960. p.12-14.

61. ANDRADE, J. M. Tavares de. Ethos do Pioneiro. Semina : Revista Cultural e Científica da Universidade Estadual de Londrina. Londrina. v.1, n. 1, p. 34, abr./jun. 1975

62. ALMEIDA, Marta O. Entrevista. Londrina, jul. 1990. Entrevista concedida à pesquisadora Rosimeire Angelini Castro.

Da mesma forma o "pioneiro" Spártaco Bambi isolava-se de sua esposa e filhos ao precipitar-se na derrubada da mata.

*"(...) Passava no mato locando estradas, abrindo picadas como agrimensor, chegando mesmo a não ver a família por espaço de seis meses e mais. Esse mourejador valente, só parou de trabalhar quando insidiosa moléstia o atacou, causando-lhe a morte após sofrimentos terríveis. Lutou Spártaco Bambi nestes sertões de 1929 até 1947".*⁶³

Desde então, a memória histórica da cidade, enriqueceu-se de registros - propagandas, relatos, crônicas, álbuns comemorativos e até trabalhos acadêmicos plenos de consagrações ao empreendimento capitalista da Companhia inglesa. Criou-se um conjunto simbólico de representações, tendo como sustentáculo o triunfo de um projeto racional de colonização, que, exaltando as virtudes do trabalho, aliada as da coragem e aventura, formaram uma sociedade portadora de riqueza, progresso e civilização. Implantou-se uma nova ordem presente, sonhada no passado e projetada no futuro.⁶⁴

Inúmeros trabalhos foram produzidos nas décadas de 50, 60 e 70, por geógrafos e historiadores, legitimando a visão liberal-burguesa que a CTNP difundiu em suas várias publicações propagandísticas⁶⁵, a fim de identificar seu empreendimento

63. Erwin Fröhlich. Remember. Revista Pioneira. Ano 2, n. 6, nov./dez. 1949.

64. A tese da qual este trabalho partilha foi sustentada pela historiadora Sonia Adum em seu estudo : *Imagens do progresso : civilização e barbárie em Londrina : 1930-1960*. Assis, 1991. Dissertação (Mestrado). UNESP. ILHP. Departamento de História, 1991.

65. Referimo-nos especialmente a dois documentos publicados pela CTNP : *COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ. O Norte do Paraná*. São Paulo [A Companhia], 1941; *COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ*, op.cit.

imobiliário à saga pioneira civilizadora da região norte do Paraná.

A atuação da CTNP e seu plano racional de colonização também foi objeto de análise de geógrafos da Universidade de São Paulo, a fim de explicar o intenso progresso. Nos anos 30, o geógrafo Pierre Monbeig, e, posteriormente, o antropólogo francês Claude - Levi-Strauss deram sua contribuição ao debate⁶⁶. A produção desses escritores, fascinados pela velocidade das transformações efetuadas na selva pela arte humana, pelo espetáculo da derrubada das florestas e pela construção das cidades⁶⁷, terminaram por transformar um plano imobiliário em um projeto de colonização moderna e racional, e a valorizar a cidade em detrimento do campo.

Influenciados por esse viés, as análises contemporâneas de sociólogos, historiadores e arquitetos privilegiam

66. MONBEIG, Pierre. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. Tradução por Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo : HUCITEC, 1984.

. *Novos estudos de geografia humana brasileira*. São Paulo : DIFEL, 1957.

LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*. Tradução por Noeli Bastard. 2. ed. Buenos Aires : EUDEBA, 1973.

67. "Quando se percorria a região a cavalo ou num caminhão, utilizando as estradas recém-abertas que acompanhavam as cristas dos montes à maneira das vias romanas na Gália, não era possível saber se o país vivia: os lotes alongados apoiavam-se de um lado na estrada e de outro no ribeiro que percorria o vale que ficava ao fundo; mas era embaixo, junto da água, que a instalação tinha começado: a derrubada ia subindo lentamente a encosta, de tal modo que a própria estrada, símbolo da civilização, ficava entalada na densa cobertura florestal que continuaria ainda durante alguns meses ou anos, a coroar os cumes das colinas." E comentava o projeto ordenador da CTNP nas cidades erigidas: "(...) Nessas cidades de síntese do Brasil Meridional, a vontade secreta e teimosa que se manifestava na implantação das casas, na especialização das artérias, no estilo nascente dos quarteirões, parecia tanto mais significativo quanto mais evidente era o fato de contrariar, ao mesmo tempo que prolongava o capricho que tinha originado a iniciativa. Londrina, Nova Dantzic, Rolândia e Araçatuba - nascidas da decisão de uma equipe de engenheiros e financeiros - entravam suavemente na diversidade concreta de uma ordem verdadeira. Tal como acontecera um século antes com Curitiba, tal como talvez aconteça hoje com Goiânia." (LEVI-STRAUSS, Claude. *Tristes trópicos*, op. cit. p.113-114 e 115-118, respectivamente).

o espaço urbano. Todavia, era notória, até recentemente, a ausência abordagens que privilegiassem as lutas, os conflitos sociais e políticos dos diversos agentes envolvidos, e os diferentes discursos sobre o progresso, travados no âmbito da cidade, assim como de seus significados, imagens e representações.

A contribuição crítica recente dos trabalhos de mestrado dos professores⁶⁸ Nelson Tomazi, Marcos Fagundes Barnabé, Sonia Lopes Adum e José Miguel Arias Neto, reascendeu o debate na academia ao retomarem a CTNP como objeto de suas análises, demonstrando os vários discursos inerentes ao trinômio ordem/riqueza/progresso. Desenvolveram reflexões sobre o processo de estruturação espacial da área adquirida pela Companhia, em função das exigências da expansão do capital no Brasil. Apontaram a existência de uma concepção racional e planejada norteadora na instalação das cidades, a partir de um desejo deliberado de vincular a região Norte do Paraná à área adquirida pela Companhia, assim como a de condicionar seu desenvolvimento, exclusivamente, ao tripé "ordem/se-gurança/progresso", estruturado pela Companhia inglesa.

A concepção urbanística de cidade-jardim, elaborada por Ebenezer Howard, no século XIX, na Inglaterra em sua obra

68. TOMAZI, Nelson D. *Certeza de lucro e direito de propriedade : o mito da CTNP*. Assis, 1989. Dissertação (Mestrado). UNESP. ILHP. Departamento de História, 1989; BARNABÉ, Marcos F. *A organização espacial do território e o projeto da cidade : o caso da CTNP*. São Carlos, 1989. Dissertação (Mestrado). USP. EESC. Departamento de Arquitetura e Planejamento, 1989; ADUM, Sonia Maria S. Lopes, op.cit. e ARIAS NETO, José Miguel. *O Eldorado : Londrina e o Norte do Paraná, 1930-1975*. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado). USP. FFLCH. Departamento de História, 1993.

Tomorrow a peaceful path to social reform, de 1898,⁶⁹ desenharia a racionalidade das futuras cidades do norte paranaense, segundo o arquiteto Marcos Barnabé. Nicolau Sevcenko⁷⁰ ao estudar a "modernidade" paulista nos anos 20, mostrou que o arquiteto inglês Barry Parker partiu de uma reformulação ou mesmo adulteração do modelo urbanístico original e revolucionário de Ebenezer Howard, para desbastar o bosque tropical da Avenida Paulista, iniciando o loteamento da encosta do espigão da Paulista, desmatando e civilizando aquele logradouro público. Este aspecto demonstra a divulgação da concepção de cidade-jardim.

Margareth Rago, em *Do cabaré ao lar*, destaca que a proposta de "cidade-jardim" pretendia recuperar as projeções da cidade do futuro das utopias, da primeira metade do século XIX. Assim, desejava-se criar:

"(...) uma cidade planejada que não deveria ultrapassar certa quantidade de indivíduos e onde estes poderiam usufruir tanto dos benefícios da vida urbana (como os serviços públicos e as atividades sociais quanto das vantagens do campo: ar puro, zonas verdes, tranqüilidade, muito espaço, hortas e animais domésticos)." 71

Para o arquiteto, a proposta de cidade-jardim teve

69. HOWARD, E. *Tomorrow a peaceful*, apud BARNABÉ, Marcos F., op. cit., p. 100-112. Este trabalho apresentou uma preocupação que abarcou desde a estética das casas de madeira à relação entre a largura das ruas até o montante do imposto a ser pago pelo empreendedor local. E, talvez, a preocupação principal, não somente desse estudo, como os de outros arquitetos, seja a de encontrar uma solução urbanística adequada à projeção ideológica do ordenamento das cidades.

70. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole* : São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo : Companhia das Letras, 1992. p. 115.

71. RAGO, Margareth. *Do cabaré ao lar* : a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985. p.195.

considerável repercussão mundial e, a partir de 1903, foi convertida em modelo arquitetônico, na Europa e nos EUA e sobretudo, usado como protótipo para a construção de novas cidades na Inglaterra, após a II Guerra Mundial.

Conforme Barnabé, seria precipitado transpor linearmente o modelo inglês para o plano elaborado pela Companhia, mas é cabível supor que os autores do plano, engenheiros e topógrafos europeus, não estivessem alheios ao debate que ocorria na Europa sobre a organização do território e o destino das cidades.

As diretrizes adotadas pela CTNP em seu plano imobiliário, nortearam a construção de várias cidades, assim como seu processo de povoamento, construindo um determinado espaço sócio-político, que terminou por legitimar não apenas a ação capitalista da firma inglesa - lucros auferidos com a venda de terras - como também a determinante vinculação entre o progresso da região e o plano colonizador. Assim vejamos:

"(...) As cidades destinadas a se tornarem núcleos econômicos de maior importância seriam demarcados de cem em cem quilômetros, aproximadamente. Entre estas, distanciadas de 10 a 15 quilômetros um do outro, seriam fundados os patrimônios, centros comerciais e abastecedores intermediários. Tanto nas cidades como nos patrimônios, a área urbana apresentaria uma divisão em datas residenciais e comerciais. Ao redor das áreas urbanas se situariam cinturões verdes, isto é, uma faixa dividida em chácaras que pudessem servir para a produção de gêneros alimentícios de consumo local, como aves, ovos, frutas, hortaliças (...). A área rural seria cortada de estradas vicinais, abertas de preferência ao longo dos espigões, de maneira a permitir a divisão da terra da seguinte maneira: pequenos lotes de 10, 15 e 20 alqueires, com frente para a estrada de acesso e fundos para um ribeirão (...) que para a maioria dos pequenos

agricultores representaria lucro líquido de sua atividade independente, porquanto no decorrer do ano ele viveria: consumindo o necessário e vendendo o supérfluo (...).⁷²

Como se depreende do texto transcrito, a Companhia constrói diferentes representações sobre si, bem como sobre o processo de colonização e o progresso da região: o campo é a terra fértil, local de trabalho e fonte de riqueza, enquanto a cidade, planificada urbanisticamente, especialmente Londrina, é sede administrativa, comercial e jurídica, de aspecto agradável para se viver.⁷³

Até fins da década de trinta, o Norte do Paraná será identificado às imagens quase surrealistas de "*Terra da Promissão*", a "*Nova Canaã*", o paraíso terrestre da fertilidade incomparável, de clima quente, em que "*se plantando tudo dá*", de enriquecimento fácil e rápido e de oportunidades iguais para todos aqueles que se propusessem a trabalhar e acreditassem no progresso. Posteriormente, nos anos 50, este mesmo Norte do Estado, será identificado ao "*Ouro Verde*", especialmente Londrina, intitulada a "*Capital Mundial do Café*", conhecida como o "*Eldorado Cafeeiro*", democrático e próspero.

"Mas, todo o Norte do Paraná é um Eldorado, onde não há minas de ouro, mas onde se faz ouro de

72. COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ, op. cit., p.77-78.

73. "Na história da colonização mundial, o arrojo, coragem e conhecimento dos destemidos e dinâmicos homens da Cia. Melhoramentos, têm lugar destacado, por diversos fatores, inclusive os modernos métodos aplicados na colonização, plantando em pleno sertão brasileiro, maravilhosas cidades e fazendo da região extraordinário centro econômico. Hoje, aí está a realidade do esforço dos bandeirantes da Cia. Melhoramentos, para honra do município e orgulho do Brasil." (Jornal O Combate, ano V, dez. 1955).

tudo." 74

74. COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ. O Norte do Paraná. São Paulo, 1941. [s.p.]. A Companhia oferecia as seguintes vantagens: "títulos de domínio absolutamente seguros, fertilidade e salubridade; estrada de ferro e boas estradas de rodagem; água de uma pureza invulgar". (Ibid.)

3. A VISIBILIDADE DAS MULHERES NA HISTÓRIA DA

"CIDADE MENINA"

Londrina nasceu como cidade *"boca de trilho"*, como parte da empreitada imobiliária e colonizadora da CTNP. Não nasceu de forma espontânea, mas de um desejo fundador, de uma *"razão ordenadora"*, como um núcleo urbano planejado, que revelou uma determinada ordem social hierárquica.

"A distribuição do espaço se configura através da elaboração de planta urbanística, segundo um esquema de xadrez, enviada a Londres para aprovação, tendo retornado com indicação para a diminuição da largura das vias (...). Portanto, o planejamento urbano inglês continha em seu bojo uma perspectiva de ordenamento para o crescimento da cidade, que supunha um número determinado de habitantes, que era a medida de seu projeto, a medida de seus interesses".⁷⁵

A viagem *"pioneira"* de 1929 delineou o início da saga *"desbravadora do sertão"* rumo ao oeste, que composta somente de homens⁷⁶, aportaria em Londrina, local, então, denominado de *Patrimônio Três Bocas*. A cidade foi implantada sobre um espigão a oeste do rio Tibagi, situada a 23°23'30"W 51°11'05" S. As construções iniciais contemplaram as necessidades dos funcionários da CTNP: um hotel, armazém e o escritório, em uma área demarcada para abrigar 39 mil almas.

Houve uma constante preocupação dos ingleses com o crescimento urbano ordenado, contendo por alguns instrumentos

75. ADUM, Sonia, op.cit., p. 129.

76. Faziam parte deste grupo George Craig Smith, o jovem paulista Alberto Loureiro, o agrimensor russo Alexandre Razgulaeff, Ervin Froelich, Kurt Jakawats e trabalhadores contratados para o trabalho de campo. (GOMES, Adriano Marino. *Álbum de Londrina*. Londrina : PML, 1938.)

sua direção e densidade, nos estreitos limites de um quadrilátero inicial, circunscrito às ruas Rio Grande do Norte, Uruguai, Espírito Santo e Belo Horizonte, cortado pela Avenida Paraná.

A historiadora Sonia Adum, sustenta em seu trabalho, que a proposta ordenadora não se restringiu somente à delimitação do espaço, mas ao ordenamento de seu uso, criando espaços estratificados e hierarquizados, a partir de normas disciplinares que:

"... introduzidas no ato da compra indicam a perspectiva de um espaço urbano desodorizado, tendo como pontos básicos a higiene, limpeza dos terrenos, desinfecção dos lugares públicos, alinhamento das ruas, instalações sanitárias."

O ordenamento espacial da pequena cidade demarcou três zonas caracterizadas por exigências e funções diferenciadas. O ponto mais elevado e central do sítio foi reservado às instituições do poder civil e religioso; outras áreas foram destinadas à elite⁷⁸ refinada, como a exemplo da Avenida Higienópolis que, posteriormente abrigou as residências de luxo e, por último, um espaço comercial, no centro do quadrilátero, que muito cedo, transformou-se em um "cancro social" de "espaços decaídos", chocando e contradizendo os sonhos da civilização. Este tema será abordado, posteriormente, ao

77. ADUM, Sonia, op. cit., p. 133.

78. Adota-se o uso do termo "elite" para designar genericamente o grupo composto por elementos enriquecidos com a venda de terras, cafeicultores, grandes fazendeiros e comerciantes, imobiliáristas, profissionais liberais e políticos. Os de sobrenome e de "famílias tradicionais" foram distinguindo-se não só pela abastança, mas por novos hábitos e comportamentos, considerados como de bom gosto, comodidade e bem estar. Esta elite integrou o "grande mundo social da cidade", atribuindo a si os fatores do progresso.

tratarmos de uma população feminina específica, as prostitutas, que residiu nas pensões, bordéis e casas de tolerância instalados nesta última zona.

A trajetória da "*Pequena Londres*"⁷⁹, não diferiu muito da de outras cidades de médio e grande portes brasileiras. Porém, sua natureza de cidade planejada, a rapidez, e a instantaneidade com que alcançou a "*modernidade*" dos anos 50, leva-nos a privilegiar sua historicidade.

A visão crítica desse veloz processo de crescimento revelará a outra face do espetáculo de opulência e felicidade, a dos bairros e favelas que insistiram em ocupar os mesmos espaços dos modernos espigões e dos bairros requintados da cidade, bem como a dos conflitos urbanos nos bares, residências, prostíbulos e nas casas de jogos que agrediam a imagem pacífica e ordeira da cidade e de suas famílias.

Em 5 de janeiro de 1936, o jornal *Paraná-Norte*, trazia em seu editorial "*mais uma etapa*". O artigo anunciava a "*extraordinária*" prosperidade, de uma cidade "*incomparável*":

"Quem chega a este planalto verde e defronta-se com uma cidade dentro da mata, sente-se impulsionado a crer mais no futuro de Londrina que no seu próprio presente, já de si tão próspero. E se falamos mais no futuro, razões fundadas impõem-nos, pois se os recôncavos estão quase virgens, se as indústrias estão ainda se instalando; se o café está apenas na infância de seus três anos verdinhos; se a iniciativa particular é vária e estranha; como não poderemos afirmar uma descomunal grandeza futura

79. Anteriormente pertenceu à Comarca de Tibagi, e posteriormente integrou-se a de São Jerônimo. Em 1931, este "próspero povoado era distrito administrativo de Jataí. O município foi criado pelo Decreto nº 2519 de 3 de dezembro de 1934. Em 1939, é elevado à categoria de Comarca. *Paraná-Norte*, Ano I, n. 9, 9.12.1934.

(...) é absolutamente inédito que uma cidade iniciada muito depois da crise de 1928, apresentasse jamais índices de prosperidade tão entusiasmantes

(...)

Há fortunas particulares, como pública, plenamente realizada em 3 anos, nas terras roxas deste sertão verde. A divisão agrária que nos caracteriza, fundalares felizes por todos espigões e encostas, rodeando-as de uma abastança de Terra da Promissão! (...) onde ninguém encontrou até hoje um único mendigo domiciliado em seu seio."

Os anos de 30 e 40 são concebidos como a fase de hegemonia política da Companhia de Terras Norte do Paraná⁸⁰. Seu diretor-técnico, Willie da Fonseca Brabazon Davids, elegeu-se na primeira eleição realizada em 1936, para prefeito de Londrina. Os escritórios da Companhia foram nas décadas iniciais ponto central de interseção entre o poder público e privado. As primeiras "instalações" de serviços públicos foram obra da empresa, tais como, fornecimento de luz elétrica, instalação de linha telefônica e atendimento à saúde. O "espetáculo do progresso" se delineava na chegada dos primeiros automóveis públicos, na prosperidade da ferrovia, na instalação da Agência Ford, na construção de estabelecimentos bancários, bem como na construção de edifícios para estabelecimentos comerciais e residências particulares de alvenaria.

A inauguração, em 1938, do "Colégio Mãe de Deus"

80. CESÁRIO, Ana Cleide. Norte Novo - A expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. In: Paz, Francisco (org.), op. cit. O município de Londrina ocupava desde as barrancas dos rios Tibagi, até o Paranapanema e Paraná. Geograficamente seus limites ao norte eram o Estado de São Paulo e o município de Sertãoópolis; a leste, os municípios de São Jerônimo e Sertãoópolis; ao sul Tibagi e Guarapuava; a oeste limitava-se com Mato Grosso. A superfície territorial totalizava 923.117 alqueires paulistas (23.562 Km²). Londrina perdeu 20.000 Km², quando do desmembramento em novos municípios, em 1945. Em 1947, sofreu outro desmembramento, perdendo o distrito de Cambé, pela lei estadual nº 2. (BRANCO, Gustavo ; MIONI, F. Londrina no seu jubileu de Prata : documentário histórico. Londrina : Realizações Brasileiras, 1960. p. 12-13.)

foi associada à representação de "civilização" e demonstrou a interseção entre os poderes, visto que foi edificado em terreno doado pela Companhia. Revestido de uma missão educativa e sagrada, o prédio, construído com recursos da comunidade, pelas religiosas do Instituto Secular das Irmãs de Maria de Schoenstatt⁸¹, desde sua fundação destinou-se à educação das meninas da elite. O fato da rigorosa separação dos sexos, neste colégio de reconhecido prestígio e da rigidez de formação, exclusivamente para moças, visou manter e preservar os papéis e valores tradicionais femininos, num exercício de coordenar e adestrar seus corpos e sua moralidade. Dirigido a uma clientela específica, em sua maioria filhas de famílias abastadas, o educacionário de freiras que também funcionou em regime de internato àquelas de fora da cidade, pautou-se em uma doutrina cristã e numa pedagogia rígida de proibição, punição e reforço da moralidade. Enfim, uma visão de mundo que as distinguisse das outras mulheres. Vigorou por muito tempo, o ideal da "moça prendada", capaz de participar da vida social em formação, inserindo-se desta forma, na esfera pública de maneira elegante e inteligente, assim como assegurando seu desempenho na esfera íntima, a partir do aprendizado do bordado, costura e pintura, num verdadeiro ritual de preparação para o casamento. Essa orientação compôs os aspectos da "boa educação" que permaneceu aliada ao conteúdo da educação formal.

A literatura religiosa, por sua vez, reforçou este

81. Esta Congregação religiosa sediava-se na Alemanha. Em especial, este educandário dedicou-se exclusivamente à educação do sexo feminino. O município contava com os seguintes estabelecimentos de ensino: Um Grupo Escolar Estadual e quatro Colégios particulares. O primeiro, possuía 800 alunos e o Colégio Mãe de Deus, 250 estudantes. (GOMES, Adriano Marino. op.cit., p. 15 e OLIVEIRA, Aristeu. Norte do Paraná : terra abençoada. Londrina, [s.n.], 1949. p.22-24)

modelo ideal mulher, de forma pedagógica, num momento de solidificação dos padrões morais e comportamentos burgueses. O Padre Geraldo Pires de Souza, publicava, em 1938, um pequeno manual, intitulado: **As três chamadas do lar: 1- esposa; 2- mãe e educadora; 3- Dona-de-Casa**, que acredito ter circulado nos colégios católicos para moças, por construir um "modelo de mulher ideal", com "receitas" práticas e fáceis. Este livro reforça a "missão e a grandeza da mulher no lar", acentua as representações ocidentais seculares da esposa virtuosa, da mãe solícita e da dona de casa habilidosa, e primordialmente, de educadora. Aconselha as mulheres a se manterem no lar - local por excelência da mulher virtuosa -, cuidando de seus filhos e marido, abnegada e soberana. Caberia a ela acompanhar os mínimos movimentos da vida cotidiana da família, aliada a uma constante dedicação a Deus. Os argumentos favoráveis à maternidade como obra civilizadora e educadora, à puericultura, ao casamento e à casa, são elaborados da seguinte maneira:

*"A maternidade é para a esposa, ainda moça, uma grande benção. É o dever feito sentimento, é a vida organizada, centralizada, presa as finalidades humanas, mais nobres. As seduções exteriores perdem seu encanto quando se apresentam à jovem mãe. O que se diz do amor de Deus - que põe tudo em ordem dentro de nós - é também verdade proporcional a respeito do amor materno. Toda mãe é como Maria; concebe um salvador, seu próprio salvador."*⁸²

A propósito, a **maternidade é primordial** para o "ser mulher". A educação da criança exige dedicação e abnegação:

"1º. Dê-se à criança a alimentação apropriada, sadia e suficiente, abundante até, mas sem ser excessiva para sua idade e saúde. Aqui figura em primeiro lugar o leite materno nascido do sangue

82. SOUZA, Geraldo Pires. **As três chamadas do lar: 1. Esposa; 2. Mãe e educadora; 3. Dona-de-Casa**. 6. ed. Petrópolis : Vozes, 1958. p. 130.

que sustentava a criança antes de vir à luz do mundo.

2º. Vista-se a criança com roupinhas simples, quentes, fáceis de se mudarem e bem laváveis, evitando tudo que possa entravar a circulação, comprimir o corpo e membros e impedir os movimentos.

3º. Mantenha-se a limpeza, custe o que custar em tempo e fadiga. É uma condição essencial para a saúde de criança.

4º. Dê-se à criança muito exercício ao ar livre.

5º. Tome-se nota do menor incômodo, da menor desordem para impedir desarranjos nas funções do organismo, e prevenir numerosas doenças que ameaçam a frágil existência da criança." ⁸³

O casamento, destino natural, e por isso, dom de Deus, deve ser preocupação vital da mulher:

"Comunhão da vida natural (...) e por isso uma se passa ao lado da outra, sem longas ausências, sem isolamentos perigosos. Ordem é de Deus que a esposa não deixe o esposo (...)

Comunhão de interesses (...) e por isso os bens materiais, as perdas, andam em conjunto; os afetos se entrelaçam, saem de um coração e se cruzam nas órbitas que descrevem. A esposa fará seus os interesses do marido (...)

Comunção de fidelidade e deveres (...) pois ambos cooperam para aumentar a vida e criá-la no mundo. Ambos geram o corpo da criança e ambos concorrem para a geração moral, isto é, para a educação da mesma glória (...)

Comunhão de trabalhos (...) porque juntos cultivavam o mesmo campo e nos espinhos sangram as mãos e ferem os corações. Amealham no mesmo celeiro e choram as mesmas saudades." ⁸⁴

"Os conselhos oportunos", completariam o retrato da mulher perfeita aos olhos de Deus e dos homens:

83. Ibid., p. 168.

84. Ibid., p. 41.

Levantar cedo: é hábito precioso, indispensável à mãe de família. Procura-lhe a vantagem de ter muito tempo de folga antes do almoço para seus exercícios de piedade, para percorrer a casa, a ver se está tudo em ordem, se foram bem executadas suas ordens da véspera. Dá-lhe tempo para assear e vestir os filhos, repartir os trabalhos e tomar todas as providências necessárias.

Seguir uma economia discreta: encanta o marido e educa os filhos e conserva as coisas. Partidária de tal economia, a mãe de família nada deixa perder, nada estragar; conserta, remenda, aproveita, zela, arrecada, guarda em boa ordem tudo, de modo que, quando é preciso, tem à mão o que quer, sem perder tempo e paciência em procuras inúteis (...). Todos a louvam por trazer tudo em casa muito poupado, em grande ordem, asseio e lustre, evitando luxos e vaidades, contentando-se com a modesta simplicidade, de forma a ser menos onerosa possível ao seu marido (...)

Ter o diário das despesas: (...). O diário informa a dona-de-casa sobre o estado financeiro da família, para trazer sempre em equilíbrio a receita com as despesas, ver os lucros realizáveis, evitar gastos inúteis e satisfazer assim as condições de uma boa e inteligente administração.

(...) Para tua orientação, leitora, divide tuas contas da seguinte forma:

Habitação - Aluguel, consertos e enfeites.

Mobílias - Compras indispensáveis, preparos necessários.

Alimentação - é um capítulo elástico, mas seria cálculo errado diminuí-la com o sacrifício da saúde e bem-estar dos filhos.

Vestidos - Cuidados com as compras, com a conservação, limpeza e reforma das peças dos vestidos, etc.

Escolas - Escolas, divertimentos, obras de caridade.

Economia - de previdência para dias de necessidade.⁸⁵

Essa educação rigorosa, conservadora e redentora, restitui à mulher seu antigo posto de "rainha do lar", com a tarefa de promover boas leituras às mulheres, de cunho pedagógico, visando prepará-las para o ideal feminino e seu "destino natural", valorizando virtudes como bondade, pa-

85. Ibid., p. 307.

ciência, pureza e abnegação. Da mesma forma, tal literatura teve por finalidade combater a "*leitura mundana e distorcida*" que auxiliava a "*corromper os costumes*"⁸⁶.

A partir dos fragmentos transcritos percebe-se também uma nítida defesa da divisão de função para o homem e para a mulher. Ao primeiro competia, fundamentalmente, a sustentação econômica da família na esfera pública - trabalho profissional fora de casa. A mulher foi incumbida da educação dos filhos, do cuidado da casa, do controle das despesas, em suma, de ser a figura guardiã do lar, transmissora da virtude e da religião.⁸⁷

É surpreendente que os conteúdos dessa obra coincidam com imagens e representações femininas encontradas nos períodos e se ajustem às exigências de posturas, comportamentos e gestos das mulheres tratadas pela documentação, tanto nos processos, como nos jornais e revistas. Isto é tema do próximo capítulo.

Sem dúvida, esse discurso pela essência de seus pressupostos tradicionais possui todos os elementos do discurso liberal - burguês, utilizado para excluir as mulheres da esfera pública, valorizando as virtudes femininas, as diferenças entre os sexos e a natural domesticidade da mulher. Essa estratégia persuasória também fez parte do discurso montado pelo regime

86. AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil : 1930-1964. In : MARCÍLIO, Maria Luíza (org.). *Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil*. São Paulo : Edições Loyola, 1993. p. 129.

87. As associações das Filhas de Maria e do Apostolado da Oração, difundidas também em Londrina, foram importantes instrumentos na época, para manter as jovens e senhoras, dentro dos padrões morais desejados.

pós-30, a fim de controlar a vida cotidiana das famílias, tendo na mulher, a figura de vigilância e unidade moral. Combateu-se abertamente o divórcio e exaltou-se o casamento; condenou-se a emancipação feminina tida como ameaças à preservação da família. O trabalho feminino foi apregoado pelo modelo estatal como o responsável pela diminuição do apego à família e pela dissolução da unidade moral da mesma. A ausência do lar da figura materna e de sua vigilância foi responsabilizada pelo abandono dos filhos e pelo seu desencaminhamento moral. Afinal, a mãe fora incumbida do papel de civilizadora e formadora do caráter e do patriotismo. O trabalho feminino foi acusado de aumentar a probabilidade de aborto⁸⁸. O Estado ao assegurar uma legislação de "proteção" à mulher restringiu o espaço de trabalho feminino em benefício da dedicação exclusiva ao casamento e à maternidade. Leis federais e políticas tiveram como propósito conter a hierarquização dos sexos, ao garantir "proteção" à educação, ao casamento, à organização familiar, à segurança social, à saúde, ao controle da natalidade e ao trabalho. Às mulheres foram assegurados os baixos salários, perpetuando sua dependência econômica. Embora fossem consideradas constitucionalmente cidadãs ativas, a partir de 1934, com o direito ao voto, todavia, reforçou-se seu papel na esfera privada⁸⁹ que se legitimou através de propaganda, de políticas sociais e fiscais.

Londrina, assim como outras cidades brasileiras,

88. LENHARO, Alcir, op. cit., p. 102.

89. Ver PENA, Maria Valéria Juno. **Mulheres e trabalhadoras : presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.

foi atingida por estas campanhas, mas pouco restou de concreto na imprensa, por motivos já apontados anteriormente. Apesar disso, detectamos no jornal **Paraná Norte**, de 17.01.37, uma charge acerca da campanha pelo voto feminino, que, com toda certeza não partiu de nenhum arroubo feminista, mas fez parte de estratégias partidárias da Companhia que pretendia ter um de seus representantes nomeado para o executivo municipal, no ano subsequente. Uma mulher eleitora, em pé, "dialoga" com um cidadão amedrontado e cabisbaicho, em tom incisivo e desafiador, que mais parece seu filho, sendo porém seu patrão e qualificado como homem rico:

*"Eu sou uma mulher humilde, vivendo do trabalho rude de cozinhar e lavar roupa, mas posso ser vereadora e até deputada, ou fazer parte do Senado. E o Sr. que é o meu patrão, tendo dinheiro e prédios como têm, não pode ser coisa alguma.
- Posso! Porque não?! Sou brasileiro e proprietário.
- Está muito enganado, eu sou eleitora e o Sr. não pode sequer votar e se votado. O Sr. não pode. Não sou muito superior ao Sr., que é meu patrão: ouviu? Vá! Procure o Posto Eleitoral, ali, no "Paraná Norte", ou em Nova Dantzig, ou em Rolândia e aliste-se. Leve também sua mulher e sua filha. Tratem de ser gente."*

A quem coube a assimiliação dessas representações ideais de mulher? Que veículos portaram-se como porta-vozes desses discursos que pretenderam restringir o espaço da atuação feminina? E os papéis sociais das mulheres comuns corresponderam a esses padrões de comportamento e moralidade exigidos das mulheres nas décadas de 30 e 40? De que maneira as transformações vivenciadas pela cidade, assim como as várias construções discursivas sobre o progresso e a modernidade estruturaram ou condenaram os papéis concretos das mulheres londrinenses?

Assim como os discursos sobre a mulher pode-se afirmar que a cidade comportava vários espaços e temporalidades, cada qual com sua gramática. Às vezes se confundiam numa gradação complexa, unindo dualidades contraditórias, como ordem/ desordem, moderno/tradicional, civilização/ barbárie. Além dos espaços demarcados para a posteridade surgem outros transitórios e problemáticos, relacionados ao paradoxo e à contradição. Estes receberam tratamentos muito diferentes daqueles, sobretudo por "enfeiarem" e "denegrirem" a imagem da cidade próspera. Porém, mesmo aparentemente contraditórios, denotam, na perspectiva benjaminiana, a face amarga do progresso.⁹⁰

O articulista do Paraná-Norte, em 7 de setembro de 1939, comentou assim em sua matéria, o impacto e o escândalo da "localização do meretrício", incorporado à paisagem da cidade:

"Em vista do rápido progresso da cidade e da inconveniência da localização atual do meretrício, é pensamento das autoridades fazer transferir da rua Rio Grande do Sul, para ponto mais afastado e longe das casas de família, as pensões alegres e casas de tolerância.

(...)

As constantes queixas recebidas pelas autoridades e a estas levadas pelos moradores das ruas vizinhas à Rio Grande do Sul, é que estão determinando a providência ainda em projeto."

O discurso contido no documento reveste o intento do poder público de "legítima" vontade popular e de defesa da virtude e da família, tendo-se arrastado para o deleite dos

90. "Não há documento da cultura que não seja ao mesmo tempo um documento da barbárie. E assim como os próprios bens culturais não estão livres da barbárie, também não o está o processo de transmissão com que eles passam de uns a outros". (BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da História. In: KOTHE, Flávio R. Walter Benjamin. Sociologia. São Paulo : Ática, 1985. p.157.

mais conservadores, pelas décadas circunscritas por essa pesquisa. Manter a ordem, preservar a decência e a moralidade dos habitantes, intenções "ainda em projeto", em 1939, não deixam dúvida quanto a política a ser adotada para aquele espaço, eleito como insidioso - a rua Rio Grande do Sul -, ou seja, a exclusão, e a segregação, até o limiar temporal da pesquisa.

A primeira casa de tolerância instalou-se na rua Rio Grande do Sul⁹¹. A alvoraçada e frenética "rua dos amores", um emanharado de problemas potenciais e reais, aos olhares públicos, projetou-se nacionalmente, abrigando várias casas de tolerância, com moradoras que chegavam de trem, de ônibus e lá se estabeleciam. Essas mulheres, às vezes internacionais, eram o termômetro do movimento da rua, composto por fazendeiros, cafeicultores, comerciantes, e negociantes. Não se pretende alongar esta discussão que, alvo de denúncias, reflexões e repressões, ora parcimoniosas em suas dosagens, ora indiferentes ao meretrício de luxo, e, por fim, racional e incisiva, principalmente quanto à mulher e à prostituta pobre, ocupou a atenção de administradores, entidades, médicos e polícia. A densidade dessa prática diluiu-se na trama narrativa dos capítulos.

A "*cidade menina*" comportou vários espaços e várias temporalidades que a memória hegemônica tratou de ocultar, de excluir, ou até mesmo de destinar-lhes um tratamento marginal e sem importância para a sociedade. Este mecanismo:

91. TRIGUEIROS FILHO, Marinósio. *Dos porões da delegacia de polícia*. Londrina : Canadá, 1979.

"(...) ordena aquele conjunto de vivências que é socialmente provado e de ser sempre lembrado como parte e parcela de seu patrimônio - como os mitos e narrativas - daquelas experiências que não devem ser acionadas pela memória, mas que evidentemente coexistem com as outras, exercendo também uma forma complexa de pressão sobre todo o sistema cultural."⁹²

Esta civilização burguesa, produto da acelerada ação do tempo, aparece como resultado da presença e ação de diversos sujeitos que participaram de sua estruturação, sejam eles grandes e pequenos fazendeiros, agentes imobiliários, grileiros e a massa de trabalhadores rurais e urbanos, símbolos da coragem, arrogância, aventura e trabalho. Esta sociedade fundou-se no triunfo de uma ordem masculina, considerada criadora e transformadora, suspensa no tempo e espaço.

Em 1934, noticiava o **Paraná-Norte** que, Maria de Lourdes Silva, costureira, residente à rua Heimtal, nesta cidade, vivia maritalmente com Sangar, empregado do comércio local. O casal vivia dentro da mais perfeita harmonia, tudo lhe corria bem. O céu sempre azul e a brisa eternamente perfumada. Sangar suspeitando da fidelidade de Maria, passou a desconfiar de tudo e de todos, criando uma atmosfera pesada, permeada de insultos e rusgas cotidianas. O desfecho não poderia ter sido pior. Sangar Gomes de Oliveira, bêbado, cego de ciúmes, fere gravemente a meretriz Genny Marques que estando à sala com sua esposa e Augusto Jandral foi alvejada erroneamente por

92. DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo : Brasiliense, 1985. p.31.

Sangar⁹³.

Maria de Lourdes tomara uma atitude impensável para uma mulher de sua época: separou-se do marido. Permaneceu em sua casa e despejou-o para Jatahy. Retornando furioso expressou drástica e dramaticamente sua recusa em aceitar a decisão de Maria de Lourdes.

Esse episódio, e congêneres, significativos da presença feminina, apontam uma das formas de inserção da mulher na produção local - os conflitos e as violências. Casos de infidelidade feminina, morte de marido a machadadas, ferimento em meretrizes por disputa de amante, mulheres que sobrevivem com o fruto de seu trabalho, que cuidam dos filhos sozinhas, rompem relações amorosas denotam atitudes individualizadas, de demonstração de poderes e saberes femininos, assim como as relações assimétricas e conflituosas entre os gêneros. Logo, descortinar a história das mulheres é adentrar esse território, dando-lhe brilho e cor e resgatá-las como agente do universo citadino.

À mulher o esquecimento e a exclusão. Esta constatação é claramente perceptível nas fontes memorialísticas, crônicas, álbuns e estatísticas sobre a cidade. O "segundo sexo", quando figura nas narrativas e textos, aparece de forma esporádica, como apêndice, imagem ilustrativa e bela, anedótica e romântica na memória hegemônica. Às vezes estereotipada no binômio mãe-dona de casa, obrigada a pactuar de uma

93. Paraná-Norte. Londrina, 23 dez. 1934. Diário.

"feminilidade" estrategicamente tratada nos jornais e em albuns comemorativos. Outras vezes, agente participante das tensões, conflitos e tragédias cotidianas, esboçadas nas páginas policiais dos periódicos locais ou na "*realidade/ fictícia*" dos autos criminais.

Relegadas ao silêncio dos documentos oficiais - construídos por homens - é necessário restituir-lhe os papéis sociais e ação enquanto sujeitos participantes do processo de ocupação e transformação do espaço urbano que, afinal, também elas sonharam e viveram, mesmo que silenciosa e ocultamente, pelo menos aos olhares masculinos.

Esta constatação exige uma reflexão mais profunda sobre os mecanismos utilizados pelo discurso liberal-burguês - que passo a denominá-lo de masculino - para a exclusão e ocultamento da memória feminina.

A visão liberal-burguesa da história da cidade, consubstanciada na trajetória racional da CTNP, nos espaços colonizados - legitimou-se a partir de alguns elementos, tais como a livre iniciativa, a garantia do direito de propriedade, o estímulo ao lucro, o espírito público da empresa privada, o caráter civilizatório e progressista da burguesia, "*o pioneiro*". Inseridos na construção histórica, *a posteriori*, foram tidos como responsáveis pelo sucesso da ação especulativo-colonizadora.

Para a pretensão desta pesquisa, tomaremos o último elemento, o "*pioneiro*", que aparece no conjunto de

representações do Norte do Paraná e da cidade de Londrina, a partir de meados dos anos quarenta. Esta construção simbólica permitirá entender a exclusão da presença/discurso/ação das mulheres no processo histórico. Este ideário privilegiou a ação determinante de um grupo social - os *homens* - que num dado momento construiu para si uma posição política e visão histórica definidas e hegemônicas.

Nos anos do Eldorado, a representação do "*pioneiro*" possuiu distintas significações: identificado à saga-heróica do bandeirante paulista - desbravador do sertão, associado ao fazendeiro de café - bandeirante moderno, e também à coragem e ao despojamento do pioneiro norte-americano. Essas associações não emergiram soltas no espaço/tempo, mas atreladas a um movimento geral de redefinição política, espacial, econômica e simbólica da região Norte do Paraná, caracterizada pela marcha do progresso dos cafezais⁹⁴. Importa-nos reter a valorização do gênero masculino em seu trabalho dinâmico e a ação empreendedora/transformadora - na esfera pública - fontes geradoras de riqueza.

A representação do "*pioneirismo*" que se pretende homogeneizante - mesmo em tempos atuais - ocultou as diversidades de classe e, principalmente, as de gênero que se estabeleceram na cidade. Nela o homem é o construtor e criador, é ponto de partida e de chegada, é o agente dinâmico e civilizador. O cronista Alberto João Zortéa ao abordar o tema "*pioneiros e desbravadores*" enalteceu a trajetória de:

94. Esta abordagem já foi caracterizada por ARIAS NETO, José Miguel, op. cit., p.120-128.

*"Homens como esses, que temperaram o seu caráter na luta e no destemor, desde a juventude até a maturidade, é que moldaram uma nova civilização no Norte do Paraná, dando-lhe um conceito impar na grandeza e na integração nacional."*⁹⁵

E prossegue o cronista a enaltecer o ilustre "pioneiro":

*"Este é o pioneiro, o homem que povoa os sertões, transformando-os em fazendas ou funda vilas que se transformaram em cidades, quando a terra é boa, como foi o caso de Londrina, que está destinada a ser uma das grandes cidades do sul do Brasil, graças também à coragem de um povo que foi selecionado naturalmente..."*⁹⁶

Os procedimentos de registro dos quais a história da região, e, conseqüentemente a da cidade, é tributária, são resultados de uma seleção que privilegiou a cena pública, ou seja, aquilo que pode ser visto e ouvido por todos e deve ter a maior divulgação possível, como por exemplo a ação política e a propriedade.⁹⁷

Somente a existência dessa esfera pública e a subsequente transformação da cidade em uma comunidade de coisas que reuniu homens com objetivos comuns, estabelecendo uma relação entre eles, pode garantir a eterna permanência da *"sociedade de pioneiros"*, como *únicos* sujeitos construtores e transformadores do devir histórico. É, evidente que esse espaço público não foi construído apenas para uma geração ou planejado

95. ZORTÉA, Alberto João. *Londrina através dos tempos e crônicas da vida*. São Paulo : Juriscredi, 1975. p.54.

96. Ibid. O autor refere-se, especificamente à saga de dois homens, David Dequêch, próspero comerciante e Álvaro Godoy, abastado cafeicultor paranaense, que aportaram em Londrina, respectivamente em 1932 e 1931.

97. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Tradução por Roberto Raposo. 4.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989. p.59-68. O termo público pode ser entendido, na concepção da filósofa, como "aquilo que é visto e ouvido por todos e por nós mesmos", isto é a aparência que para nós constitui a realidade. A esfera pública tolera "aquilo que é tido como relevante", de sorte que o irrelevante se torna automaticamente assunto privado.

somente para aqueles que estavam vivos. Ele deveria transcender a duração da vida dos homens mortais.

Os registros históricos e sobretudo, alguns trabalhos acadêmicos, encarregaram-se de tornar concreta essa transcendência para uma potencial "imortalidade" terrena do ideário do pioneiro - homem - que se preservou da ruína natural do tempo.

Neste sentido os homens exaltados pelo cronista - que realiza o papel de contador da ordem pública - derrubaram as matas, construíram casas, fazendas e cidades, povoaram os sertões, com sua luta e destemor, moldaram a civilização que perpetuou sua grandeza projetando-se para o futuro. É uma leitura hegemônica do passado e de construção de uma determinada memória - a masculina.

Restava às mulheres, a casa - as atividades domésticas - os filhos e o marido. Esta verdadeira exclusão das mulheres do espaço público revive o liberal século XIX, com seu velho discurso naturalista, apoiado nas descobertas da medicina e da biologia. Aos homens, a razão, o poder de decisão, a inteligência. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentidos. Porém, a proliferação dos discursos não poderia dar conta de impedir e limitar as práticas, extremamente difíceis de serem apreendidas. Ressaltamos, porém, que a fronteira entre o público e o privado é variável, sinuosa e atravessa até mesmo o micro-espaço doméstico, como nos mostrou algumas histórias dos processos criminais.

Desse modo, entendemos ser primordial para a historiografia sobre a cidade uma contribuição que procure recuperar as diferentes percepções que as mulheres fizeram de si mesmas, seus papéis sociais, suas relações objetivas de gêneros, as representações/ imagens de uma situação social imposta, seus conflitos e tensões, inseridos no cotidiano da cidade. Vale dizer que dar historicidade ao feminino é buscar a possibilidade histórica de pensar as percepções subjetivas que as mulheres tiveram de si e inserí-las na formação histórica na qual se engendrou esta visão de mundo, bem como, buscar as resistências e conformações às normas culturais. Leia-se, compreender o complexo processo de construção do mecanismo de exclusão de um sistema social, político e econômico.

Tal perspectiva não pretende construir a antítese do discurso masculino - a sociedade de "*pioneiras*" mulheres, que encarnaria a "*verdade histórica*", cientes de que, dessa maneira, as relações de gênero e as percepções femininas seriam encobertas, e acabaríamos por pactuar com uma história de heroínas e a perpetuar, a exemplo dos pioneiros, os estereótipos das mulheres que venceram, de sobrenome e fortuna, provavelmente, as esposas dos mesmos, em detrimento de tantas outras que foram subjulgadas na luta.

Foi preciso deslocar o olhar, realizar uma outra leitura do jogo social, não desprezando a esfera pública - o político e o econômico - porém, relendo-a, todavia, privilegiando-se especialmente, a esfera privada e social. Nelas os poderes domésticos das mulheres, os conflitos de gênero, os

desejos mais íntimos, as resistências e conformismos, os papéis cotidianos, os desafios, as percepções e tensões do mundo feminino, entrecruzaram-se, às vezes em sintonia, outras em contraste, com as transformações da sociedade, com a busca de novos valores, com as formas de expressividade da vida cotidiana, e com o processo de urbanização.

Inegavelmente, a mulher dos primeiros anos de colonização teve um papel vital no ordenamento do privado e do íntimo, na manutenção das relações familiares, na educação dos filhos e na sociabilidade com a vizinhança. No anonimato do mundo da casa atuou no papel de esposa e mãe como podemos constatar pelo relato e retrato de mulher de Oswald Nixdorf:

"Fora a fazenda Coati da CTNP (hoje Shangri-lá) e algumas, primeiras derrubadas em Heimtal, o resto era um interminável mar de mata virgem, do rio Tibagi a Oeste. Os engenheiros Rottman e Rasgulaeff tinham começado a abrir as picadas de levantamento e mediação. Um punhado de homens e poucas mulheres viviam nestas ilhas, verdadeiras células de germinação do futuro desenvolvimento fantástico do nosso setentrião paranaense.

(...)

As mulheres faziam milagres na preparação da comida. A matéria básica era o palmito, que era preparado de todas as formas: cozidos, fervidos, assados, grelhados, ensopados, cru, fosse como salada e como compota. O fogo tinha de ficar aceso no fogão dia e noite porque não havia fósforo para acênde-lo. Uma vida de sacrifícios, porém cheia de confiança para o futuro. Parece que esta época dura, implantou no homem e na mulher do Norte do Paraná esse espírito de pioneiro, de aguentar, de lutar, de trabalhar e de confiar no futuro que até hoje é o característico do povo do Norte do Paraná." ⁹⁸

O engenheiro Oswald Nixdorf refere-se ao ano de 1932, durante o isolamento imposto ao patrimônio de Londrina,

98. COUTINHO, Humberto P. Londrina : 25 anos de sua história. São Paulo. [s.n], 1959.

quando da "Revolução Constitucionalista Paulista" que, no entanto, não impediu a chegada de compradores e trabalhadores que se engajavam nas tarefas cotidianas de derrubada da mata, queima, coveação e plantio do café. Esses homens, muitas vezes, permaneciam semanas inteiras na mata, ausentando-se do convívio familiar.

Algumas mulheres residiam nos hotéis à espera do marido ou fixaram-se nas casinhas de madeira, assumindo solitárias as tarefas de mãe e dona-de-casa, na ausência de um pai distanciado pelo trabalho.

Os papéis femininos, porém, não restringiram-se ao âmbito privado. Contribuíram com seu trabalho cotidiano para o enriquecimento da elite, seja em tarefas agrícolas ou comerciais e em outras inúmeras atividades abordadas nos próximos capítulos - necessárias à urbanização que se processava e à riqueza extraída do campo. Improvisaram formas de sobreviver e contribuir para manter a família. Enfrentaram preconceitos de natureza sexista e moral, medidas de repressão do poder público, que oscilaram desde a delimitação de espaços e horários até a punição, muitas vezes com a prisão.

Aos poucos a cena pública reservou-lhes outras atividades, voltadas para a sociabilidade, como por exemplo, sua atuação nos salões, em bailes e festas de então, que denotaram uma projeção da esfera privada em direção à esfera pública, mesmo que subordinada àquela.

O primeiro espaço de vida social de Londrina,

denominou-se CASA 7, onde hoje localiza-se o "Bourbon Hotel". O Casarão, pertencia a Companhia de Terras Norte do Paraná, e abrigou seus empregados solteiros, bem como serviu de hotel aos "personagens ilustres" que visitaram a região. Ficou famoso pelos seus jantares, "coktail parties" e festas, como também pela atuação de quatro moços, que cooperavam com sua alegria e organização para os acontecimentos sociais. Tudo era improvisado, desde a decoração, feita, na maioria das vezes, com ramos de palmito, flores silvestres, a iluminação, com lanternas chinesas, até mesmo a vestimenta a rigor. Os homens trajavam "smoking" e as moças usavam vestidos longos, à moda britânica, num clima de "ambiente civilizado".

Esta tradição permanecia ao findar dos anos 30. O município reivindicava, em decorrência do incremento rodoviário, a construção da ponte do Tibagi⁹⁹, ligando Londrina a Jataí, para facilitar o tráfego de automóveis, caminhões de carga, carroças, além de pedestres, tropas de gado etc. O Interventor Manuel Ribas em visita ao Município foi homenageado em um banquete e grande baile, onde fez-se notar a presença elegante e encantadora das mulheres e seu poder de persuasão.

"Findo o banquete, em cujo salão brilhava o elemento feminino, já pela elegancia, já pelo número, começou o baile, animado e palrante. Momentos depois estrugiu os acordes de uma valsa alemã. Aí um grupo de cavalheiros, rodeou uma das senhoritas presentes, muito elegante e desenbaraçada, pedindo que convidasse seu Ribas para dançar e oferecendo-se para servir-lhe de par. Tratava-se da senhorita Maria Gonzales Vicente. Após muita relutância por parte do convidado, alegando não saber dançar e afirmando nunca tê-lo feito, acabou, enfim,

99. A ponte ligando Londrina a Jataí, foi inaugurada em 14.06.1934, e batizada com o nome de Ponte do Tibagi, encurtando o tempo de viagem e concedendo conforto aos usuários.

aceitando o sacrifício ante a gentileza da encantadora jovem (...) antes de finalizar os acordes da música, sentou-se numa poltrona, aí conduzido pelo braço de seu gentil par. Imediatamente, rodeado, por damas e cavalheiros que o cumprimentavam pelo êxito (...)." ¹⁰⁰

O trecho transcrito expressa o sentido anedótico da historiografia da "civilização do café" ao retratar, em rara referência, a presença feminina em um espaço misto - o baile de salão - de maneira desenvolta e contribuindo para a solução junto ao governador de um problema urgente local. Anedotismos à parte, dentre os espaços de sociabilidade feminina destaca-se o baile, neste caso, organizado, que teve múltiplas funções, inclusive a de reagrupar a comunidade, e, sobretudo de encontros dos sexos. Segundo Michelle Perrot o baile apresenta-se como:

"Local de encontro entre os sexos separados pela cidade, o baile é lugar de busca e desejo, carregado de desafio, de paixão que muitas vezes geram rixas e explosões de brutalidade." ¹⁰¹

A cidade possuiu outros lugares mistos de sociabilidade feminina além do baile, como a rua, o botequim, os bordéis e a vizinhança para as mulheres pobres. Os cinemas, as missas aos domingos, o "footing", as lojas ou magazines, os salões de chás, os cafés, os clubes sociais, adquirem conotação especial de prestígio, pretendendo gerar hábitos e práticas apropriadas a uma nova identidade e a um novo estilo de vida. Esse público feminino adepto das novidades revestiu-se, ou pelo menos, pretendeu-se revestir-se de um verniz "moderno" que se aproximou dos processos vividos por outras cidades, tais como

100. Ibid., p. 11.

101. PERROT, Michelle, op. cit., p. 222.

Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, porém com um substrato cultural ainda bastante limitado. As mulheres esmeravam-se na plástica impecável, no culto à beleza e à saúde, nos hábitos elegantes, na leitura e na música como pode-se constatar na leitura dos periódicos e literatura. Porém, os dois últimos elementos não puderam ser tratados com a importância devida, em consequência da falta de registro nas fontes consultadas. Os arquivos privados de mulheres, aos quais não tive acesso, talvez esclarecessem essas bases culturais. Desejos, paixões, gestos, olhares, símbolos espontâneos capturados nos acontecimentos sociais e na esfera pública denotaram uma forma peculiar de aculturação feminina à cidade.

Referimo-nos, no entanto, a duas mulheres aparentemente distintas. A primeira manifestando-se no privado, que pressupõe a imagem da mulher no lar, no papel de mãe. Figura reforçada, possuidora de certos poderes, obviamente de natureza diferente dos masculinos, que se esforça nos trabalhos domésticos, no sentido de alimentar, conservar a casa e roupa, cuidar dos filhos etc, num trabalho não-renumerado, não contabilizado de dona-de-casa. Na historiografia ela não apresenta fala, memória, nem imaginário. Parece cumprir o papel ao qual se destina - ordenar o privado, o familiar e o materno.

A última, com ares da elite local - incipiente - elegante e jovem, adentra o espaço público, alimentando a crônica "*daquela pequena história*", como sua coadjuvante, inserindo-se na narração de um acontecimento político, que pouco tem a ver com seus sonhos, desejos e natureza.

Certamente, a dicotomia, perceptível nos escritos sobre os papéis sociais das mulheres londrinenses deve ser compreendida à luz da mentalidade da época. A documentação, rica neste aspecto, deixou claro a irreabilidade e a discriminação sexual dessa fixidez dos papéis e relações hierárquicas, pois mesmo a mulher da elite, idealizada como "*refinada, doce, suave e sedutora*" possuiu sua individualidade. Algumas trabalharam, enganaram-se politicamente e até mesmo negaram-se a ser mães.

Os anos trinta assinalaram uma etapa de elaboração dos sistemas simbólicos e perceptivos da população, em função do ritmo e da escala de crescimento da vida da cidade. O imaginário social, fruto de concepções herdadas e deslocado para esta região, dos que aqui aportavam, inseriu-se e pactuou dos múltiplos discursos, sobre o milagre a ser operado em uma cidade "*ponta-de-trilho*", de qualificativos femininos, tais como "*flor-exótica*", "*cidade-menina*", que "*progride vertiginosamente, podendo-se prever uma das melhores urbs do Paraná*".¹⁰²

A cidade é descrita por cronistas, transeuntes e visitantes, que recorrem a fartos e generosos adjetivos para explicar a "*sedução*" que prende o viajante, "*envolve e cativa quem aqui aporta*". A imagem criada pelo jornalista do **Paraná-Norte**, de cidade de "*sorriso belo, alegre e claro*"¹⁰³, resume o clima de entusiasmo dos homens e de seus empreendimentos.

102. **Paraná-Norte**. Londrina, ano I, n. 12, 1 jan. 1935.

103. **Paraná-Norte**. Ano I, n. 18, 10 fev. 1935.

De igual proporção, um expressivo concurso de beleza trouxe excitação às ruas de Londrina, permitindo avaliar o clima de êxtase frenético que contagiava homens e mulheres, assim como a euforia que se lançava sobre a cidade. Eram os sinais de "civilização", numa busca permanente de perpetuação da perspectiva progressista.

O ano de 1935 era saudado com uma inusitada turbulência às ruas de Londrina. Os três dias de folia carnavalesca foram agitados com bailes e marchinhas de carnaval, e, como não poderia faltar, o curso de rua, alegrando a noite escura e úmida, riscada de quando em vez pelo farol de um automóvel, carregado de mascarados retardatários para os folguedos dos bailes suspeitos. Continuando o clima de êxtase citadino institui-se em meses subseqüentes um concurso de beleza feminina, que iluminou a visibilidade do universo feminino, ainda que preso à ambivalência da fatalidade, ou seja ao recato. O cronista do Semanário "*O Cometa*", retrata com notável desembaraço o espetáculo, que se tornaria freqüente nos anos posteriores não só na cidade, como no Brasil, os concursos de "miss".

"Na gama infindável, no corolário ascendente de mulheres lindas, umas há que se denominam FATAIS. É que o conjunto de suas linhas impecáveis - semblante, corpo e pernas, formam um todo místico à visão do homem (...). Nessa qualificação está Marlene Dietrich e estava Bárbara la Marr. Estas atrizes são surpreendentes quando nos aparecem na tela. Não se sabe porque a impecabilidade das linhas corporais dessas atrizes tanta atração motiva aos homens. Elas parecem que adivinham o poder atrativo de suas silhuetas e no próprio pisar e andar elegante, fazem sobressair essas linhas estonteantes.

Londrina também já tem suas mulheres fatais: as loiras principalmente e as de cabelo castanho,

corpo delgado, vestido elegante e comprido, ou de rico "peignoir", não há dúvida que adivinham que os homens não podem deixar de as contemplar (...) Contemplar as linhas de seus corpinhos esculturais. São as mulheres fatais (...) cuja fatalidade consiste em que muitos fiquem por elas boquiabertos... estáticos... abobalhados..."¹⁰⁴

Neste ano de 1935, uma "gentil senhorita, linda e rosada", solicitou aos editores do jornal "O Cometa", a organização do primeiro concurso de beleza de Londrina. Os critérios foram definidos e o próprio jornal encarregou-se da publicação dos cupons que, preenchidos seriam depositados na urna, localizada na Tipografia Oliveira. Poderiam ser votadas as "senhoritas" de Londrina, Nova Dantzig e Rolândia¹⁰⁵. A apuração, realizada no salão do Esporte Club Londrina, foi finalizada na semana seguinte com um baile em homenagem às eleitas.¹⁰⁶

O frenesi tomou conta do pequeno povoado e os rapazes se deliciavam com a expectativa criada pelo pequeno acontecimento social. O mesmo jornal divulgava o clima misterioso que se estabelecera no universo masculino:

*"Será a loira de olhos azuis, aquela senhorita simpática, a encarnação de sorrisos, elegante e que elegantemente sabe calvagar, denominada por muitos: Marlene ?
Mas... diante do peso da urna, quem sabe se a*

104. Mulher fatal. *O Cometa*. Londrina, ano I, n.3, 21 abr. 1935. Segundo periódico do Município, concebeu-se como um "órgão crítico, humorístico e noticioso". Este jornal limitou-se a um jornalismo social ao descrever "parábolas, curvas e elípticas figuras na esfera cerebral de muita gente, abrindo circunflexidades na boca das graciosas damas, nas expansões do sorriso franco, honesto, sadio e delicioso, quando muito moço for apanhado e envolvido pela luminosidade que deste cometa emana, expondo-o na vitrine caricatural da boa pilheria", destacava o editorial da primeira edição. De vida efêmera, este pequeno jornal provocou "frisson" no meio social e cultural do povoado às vésperas de sua emancipação.

105. *O Cometa*. Ano I, n. 1, 07 abr. 1935.

106. *Idem*, 5 maio 1935.

morena que não reside na cidade, de cabelos negros, risonha e muito querida, não foi contemplada com a maioria dos votos? (...)

São perguntas... E essas perguntas também se podem fazer em se referindo à beldade simpática, olhos morteiros, desenvolta no expressar, baixa, diplomada, que já tem causado transtorno ao ritmo de muitos corações.

Entretanto, a torcida de Norma Shearer, a morena de cabelos negros, supra-elegante, exímia dançarina, esbelta - não se tem descuidado de sua predileta."

107

É o culto à beleza, à perfeição. É a ênfase às características corpóreas femininas, e porque não o próprio culto à feminilidade, as "suas linhas impecáveis - semblante, corpo e pernas", constatações que no momento seguinte são negadas, ganhando espaço "um todo místico à visão do homem". Os homens "boquiabertos", "estáticos", "abobalhados", deveriam somente contemplar a fatalidade dessas mulheres e se render ao "poder atrativo de suas silhuetas", como também ao andar elegante. Loira, morena, dançarina, diplomada, simpática, elegante, essas mulheres etéreas encarnaram as imagens de sacerdotisa da beleza, bastante difundido no Brasil, por influência européia, nos anos vinte e trinta. Era o início da valorização das divas e musas do cinema, dos romances franceses de heroínas e mocinhos, e dos concursos de "miss", que ganhavam proeminência em anos posteriores¹⁰⁸, sendo fatais e ideais aos olhares masculinos. Londrina acompanhava a vanguarda destes movimentos culturais.

107. Idem. Ano I, n.6, 12 maio 1935.

108. A imagem de "miss", veiculada nos concursos de beleza permanecia intocável às críticas mais moralistas. Sobretudo constituiu-se numa brecha de inserção feminina no espaço público, ainda que sob o eterno signo de "o belo sexo". Contrariamente às mulheres que se dedicaram ao cinema, aos olhos da época, admiradas e desejadas, porém, qualificadas pela fama de vadias e fúteis.

O concurso da "rainha da beleza" londrinense não deixa dúvida quanto às suas intenções, nada profano, nem pecaminoso, somente uma forma de manifestação da "beleza sã e honesta", que infiltrava na alma a suavidade de um "sentimento religioso", dessexualizado, que elevaria:

"(...) as regiões do sentimentalismo e da poesia, com a alma purificada pela verdadeira compreensão do belo, contemplando-se uma mulher formosa como quem contempla uma flor maravilhosa, genuflexos, a alma em êxtase, o pensamento no excelso criador de todas as coisas." ¹⁰⁹

As três concorrentes, Maria Aparecida dos Santos, Maria Frohlich, Severina Colabelli, encarnaram as virtudes da delicadeza, da pureza e do recato, próprios da "natureza" feminina, embora sendo fatais e ideais aos olhares masculinos. Aparentemente contraditório, este discurso expressou a tendência de valorização do universo feminino e de sua inserção na esfera pública, subvertendo, ainda que momentaneamente os papéis prescritos das mulheres - mãe, dona de casa, esposa - dos primeiros anos de colonização, e, acenando para a importância dos papéis sociais femininos no cotidiano da cidade, bem como uma das formas de distinção da elite local.

Como reconstruir as representações e o imaginário que povoaram o universo feminino, que pretenderam definir códigos de conduta da mulher, assim como estabelecer uma moralidade e identidade e porque não dizer um "novo estatuto da mulher moderna", que acompanhasse o intenso crescimento urbano-populacional, a acumulação de riqueza, a formação de uma elite - os novos ricos - enriquecida pelo café? Que imagens

109. O Cometa. Ano I, n. 6, 26 maio 1935.

femininas foram valorizadas ou condenadas neste momento de definição de espaços e práticas, tanto morais como sociais, que foram as loucas décadas de 30, 40 e 50 e, principalmente, esta última, na qual se concentraram profundas transformações econômicas, sociais, políticas e de gênero, significativas para a sociedade londrinense? É o que se pretende investigar no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II

**FATOS EM REVISTA: REPRESENTAÇÕES FEMININAS
NA IMPRENSA LONDRINENSE**

1. TEMPOS MODERNOS... MULHERES MODERNAS...

"Sobre a mulher formosa
que poderei dizer que não foi dito?
Se digo algo, nada digo novo,
e nem melhora o madrigal no estilo,

Os olhos, os cabelos
O talhe, o seu chorar, o seu sorriso...
Tudo já foi contado!
Contá-la em verso é como o mundo: antigo.

Quem é que ao vê-la não se faz poeta?
O banqueiro, o soldado, ou o mendigo,
todos cantam a deusa de seus sonhos
Todos, pela mulher vibram em ritmos

Que poderei dizer
Sobre a mulher, que já não fôra dito;
Seja branca, morena, zulu ou maia
da Patagônia, Rússia ou Reino Unido?

No entanto, se te vejo
passar na rua com teu passo exímio
sinto em minh'alma a melodia eterna
que medeia do Éden ao Juízo

mulher, esposa, mãe...! Enquanto existem
estes nomes benditos,
no mundo haverá amor
e consolo no exílio

Elas tornam cicuta em ambrosia
e em flores, as arestas dos caminhos!
Quem não chorou por vós, dentre os humanos
Si chorou até Cristo?"

1. Poema intitulado *Mulher* de autoria de Lourenço Muliterno Ros. Folha de Londrina, ano 6, n. 797, p. 5. 3 fev. 1954.

Os periódicos, especialmente, no final dos anos 40 e ao longo da década de 50, em sua maioria de existência efêmera, pareciam também dirigir-se às mulheres, prenunciando os "novos tempos" do progresso - legitimação do real - assim como os novos "padrões de civilização" e de "modernidade" da cidade. A distinção de gênero fez-se notar através de suas páginas, apresentando uma nítida preocupação em inserir as mulheres naquele universo do "ouro verde". Esta divisão não fora notada em anos anteriores, restando a fragmentação de imagens e a exclusão como elementos de análise. Entretanto, a partir de meados dos anos 40, mesmo que de forma pouco rigorosa, algumas colunas e artigos apresentaram um colorido tipicamente femininos. Pode-se citar o exemplo do jornal diário a **Folha de Londrina** ², com as colunas: **Feminilidades, Sociedade, Coluna do Rádio, Coluna Social, Cantinho da Biblioteca, O que vai pela cidade e Elegância Feminina**, esta última semanal ³; na Revista **Terra-Roxa**, a relâmpada **Página da**

2. Este periódico constitui-se em corpo documental primordial para os objetivos deste capítulo, uma vez que os periódicos editados, nos anos 30 e 40, não apresentaram com regularidade um enfoque voltado para temas femininos, comprometidos que estavam com a propaganda sobre a cidade e os investimentos da CTNP. O **Paraná-Norte**, jornal da Companhia, seguido de outros pequenos jornais, editados artesanalmente, circularam na cidade, tratando de assuntos genéricos sobre o Norte do Paraná, serviços públicos, política municipal, agricultura, transporte, café. Esta imprensa exigiu soluções contra a prostituição, o lenocínio, a vadiagem, o roubo, a medicância, o crescimento de pensões e casas suspeitas, embora reclamassem providências relativas aos problemas urbanos: falta de luz, asfaltamento, água, sujeira pública e outros. Esta prática ambígua foi permeada pelas disputas partidárias e pela necessidade econômica de sobrevivência desses jornais. Sendo assim, reservaram espaços reduzidos e limitados a matérias que atendessem ao interesse desta pesquisa.

3. O primeiro exemplar da **Folha de Londrina** - jornal hegemônico - atualmente, de circulação nacional, data de novembro de 1947. Inicialmente, seu formato era tablóide, uma folha dupla (quatro páginas) e circulava duas vezes por semana, às quintas e domingos. Até 1952 o jornal assumira a defesa do "queremismo", estampando fotos de Getúlio Vargas na primeira página. Em 1953, o jornal começou a reservar um espaço diário destinado às mulheres. Algumas de suas colunas, tais como **Feminilidades**, estranhamente redigida pelo jornalista Oswaldo Militão, porém assinada pelo sinistro pseudônimo de Tia Jurema; **Sociedade e Coluna do Rádio**, assinadas pelos pseudônimos de Sadi Safady e Radialino, do mesmo redator, e, **Ronda pela Cidade**, redigida por Sebastião de Oliveira Cesar, foram imprescindíveis para reconstituir as

Daisy; a Coluna Para a Mulher, no O Combate; ou até mesmo em reportagens, artigos, crônicas, comentários sem paginação definida e, até certo ponto esporádicos, expondo receitas culinárias e conselhos domésticos, e outros temas relativos ao feminino, tais como educação infantil, casamento, moda, beleza, sexualidade, moralidade e as exigências da vida moderna, como o trabalho fora de casa e a política. Ainda, na Coluna Social, eram publicadas notícias de aniversários, casamentos, viagens, bailes, participação de mulheres em associações beneficentes e acontecimentos sociais, em residências particulares, clubes e agremiações recreativas, bem como em atividades culturais. Às vezes o fortuito e o contingencial foram privilegiados. Além de fonte de informação, concebemos essa documentação como lugar de significação, carregado de sentido, de estruturas significantes complexas e de códigos estabelecidos, na acepção da etnografia.

De forma alegórica a maioria das páginas destinava-se à esfera pública. As matérias contemplavam os mais diversos assuntos, como política partidária, economia, esporte, notícias nacionais/internacionais - temas convencionados como pertencentes ao universo masculino. Algumas páginas, sem tamanho definido, tratavam de variedades, introduzindo, sutilmente, discussões acerca da busca individual e outras da vida social, as quais podem ser articuladas à concretude das

representações femininas, assim como os comportamentos das mulheres da elite e camadas médias, "virtuosas" e "distintas", então marcando presença nos acontecimentos sociais - chás, footing, bailes, festas e concursos de miss - nas instituições filantrópicas, nos clubes e agremiações e das mulheres comuns, freqüentadoras assíduas das colunas policiais. Outros periódicos de similar importância foram lidos e consultados, tais como o jornal Paraná-Norte, O cometa, Gazeta de Londrina, Gazeta do Norte, O Combate; dentre as revistas: A Pioneira, Terra Roxa, Realizações Brasileiras e Paraná-Jornal. (Sobre a imprensa londrinense ver TRIGUEIROS - FILHO, Marinósio ; TRIGUEIROS NETO, Marinósio. História da Imprensa de Londrina : do baú do jornalista. Londrina : UEL, 1991).

mudanças aceleradas pela urbanização e pela economia a um leitor desterritorializado. Abria-se, então, um espaço para a esfera íntima e as mulheres foram o tema e alvo principal. Tais periódicos, além de divulgadores de informação, constituíram-se em instrumentos pedagógicos de "moralidade" e "civilidade". Pretenderam formar a opinião pública, e sobretudo, normatizar os espaços, tempos e corpos daqueles habitantes da cidade. Entende-se que os jornais, enquanto fonte histórica, descrevem imagens que não abrangem toda a sociedade. Além do público leitor, outras vidas desempenharam seus papéis e outras imagens reproduziram-se na concretude da coletividade.

Os jornais menores aprimoraram uma visão sensacionalista do noticiário, dedicando-se com exagero a denúncias de caráter local. Este aspecto supostamente explica a pouca difusão de matérias referentes ao feminino nas décadas iniciais da organização da cidade, enquanto atuaram pequenos periódicos, imbuídos de interesses ligados intimamente aos da Companhia de Terras, enaltecendo sua obra e realizações e às questões econômicas e políticas da cidade e de alguns de seus habitantes mais "ilustres". A tônica recaiu na grandiosidade das terras e na tranquilidade das cidades. Um movimento de outra natureza encadeou-se no desempenho do semanário **Folha de Londrina**, que rapidamente, tornou-se um jornal cosmopolita, possuindo um noticiário local, nacional e internacional de boa qualidade. Contava também, em 1954, com agências de notícias contratadas, que forneciam matérias de âmbito nacional, como foi o caso da **Asapress** e acontecimentos do estrangeiro a exemplo da **Internacional News Service**. Afinado com a perspectiva modernis-

ta das elites e das classes médias, ricas e ilustradas, trouxe à tona o debate em torno das questões referentes ao universo feminino, pontuando antigas preocupações com as mudanças e acomodações do imaginário das mulheres.

Em alguns textos encontra-se reproduzido um inventário de inúmeras imagens idealizadas de mulheres. As colunas que puderam ser acompanhadas quase que dia a dia explicitaram condutas que deveriam ser assumidas e algumas outras que precisavam ser evitadas, com o objetivo precípuo de agir sobre o inconsciente. Dessa maneira, a imprensa, constituiu-se em instrumento normalizador e controlador de condutas e posturas femininas, de seus comportamentos sexuais, afetivos e sociais, fomentando, desse modo automatismo nos comportamentos, na percepção e na movimentação. É evidente, que não se dirigiram com esta intenção somente às leitoras mulheres, mas incorporaram o "espírito" dos rapazes, obviamente observadores e participantes desse novo estilo de vida. Exerceram, sobretudo, papel vital na coordenação e normatização da conduta urbana coletiva, acentuando a moral e a atividade incansável do povo londrinense. Combateu-se e divulgou-se padrões de comportamento ético-morais, exaltando o trabalho, o talento e o esforço individual. Compactuaram, até mesmo, como porta-vozes, com os poderes públicos - Prefeitura, Polícia Sanitária e Polícia de Costumes - no ordenamento e controle do espaço público, na imposição de políticas higienizadoras, sanitárias, e de profilaxia, clamando, algumas vezes, pela repressão policial e atitudes enérgicas, ações proclamadas como necessárias para a regularização da vida cotidiana.

Vários trabalhos têm destacado o caráter normatizador dos periódicos para as mulheres. A imprensa feminina, do final do século XIX e início do XX, foi brilhantemente analisada por Maria Fernanda Bicalho, que enfatizou a difusão, através de jornais femininos, da "ação normatizadora da educação feminina". Este mecanismo visou constituir-se em estratégia reguladora do "comportamento da mulher de acordo com a elevada missão que lhe compete na sociedade - a de mãe e mestra dos filhos."⁴ Para a autora aquela imprensa reivindicava a educação para as mulheres, como condição *sine qua non* para a emancipação feminina.

De similar intenção, embora com periódicos de fala masculina, a historiadora Joana Maria, em **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe, analisou a atuação dos jornais de Desterro/Florianópolis, de 1880 a 1920, de divulgadores de instrumentos pedagógicos de "civilidade" e "moralidade", com a elaboração de ações normativas e de vigilância para os comportamentos no espaço urbano, pretendendo não só moralizar como formar a opinião coletiva da população da capital ⁵. Por sua vez, as mulheres da elite e das camadas médias foram alvejadas constantemente com "imagens das mais variadas formas", numa nítida tendência de fixar padrões de comportamento e papéis sociais condizentes com seu status e inserção no contexto da época.

4. BICALHO, Maria Fernanda B. **O belo sexo : imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX**. Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983. p. 2-5.

5. PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas - Uma questão de classe : papéis sociais femininos na sociedade de Desterro**. São Paulo, 1992 (Doutorado). USP. FFLCH. Departamento de História, 1992. p. 2-5.

Nosso objetivo, na ausência de uma imprensa feminina, dirigida e editada por mulheres, na cidade, que proliferou no Brasil desde meados do século XIX⁶, intensificando-se assustadoramente no século XX, foi buscar na imprensa local - masculina -, as manifestações cotidianas e representações femininas que nos permitam compreender as especificidades das práticas e espaços de manifestação, de trajetórias e expressões de mulheres londrinenses. Acreditamos que, aparentemente ao possuírem um conteúdo de "verdade", as notícias tendem a criar uma "realidade"⁷, que assume diferentes faces e intensidades na história das mulheres. Teve-se acesso somente a um único exemplar de um periódico feminino, intitulado "*Jornal das moças*", que se propunha a tratar de assuntos sobre o mundo feminino. Restou apenas um único exemplar, seu primeiro número.⁸

Entretanto, é possível constatar que muitos dos assuntos tratados na imprensa, especialmente no jornal **Folha de Londrina**, cotidianamente, apareciam, igualmente, nas revistas femininas nacionais de grande circulação. Isso levou-nos a

6. Segundo June E. Hahner, a mulher brasileira até o século XIX, correspondia à imagem "vitoriana" de figuras unidimensionais parecidas com bonecas. A mulher era considerada modesta e decente "olhando sempre para o chão e respondendo com monossílabos". Negava-se-lhe qualquer direito de expressão política, como sufrágio e educação superior. Neste sentido, a imprensa feminina, exerceu papel fundamental, abrindo brechas na esfera masculina, e, até certo ponto, questionando, embora não negasse, a limitação da mulher ao lar e à família. Alegava-se ser plenamente possível a conciliação entre as obrigações sociais e os papéis de filhas, mães e esposas, e a igualdade política para elas. Periódicos, como "*O Belo Sexo*", "*A Família*", "*Jornal das Moças*", "*O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*", dentre outros, desencadearam campanhas para a emancipação da mulher, circunscritos aos limites impostos pela época.

7. FIORIN, José Luiz. *O regime de 1964 : discurso e ideologia*. São Paulo: Atual, 1988. p. 1. O autor mostrou a estratégia de um discurso, tido como "não-fato", que pretendeu criar uma realidade.

8. *Jornal das Moças*. Londrina, ano I, n. 1, 23 nov. 1969.

inferir que algumas dessas revistas eram lidas pelo(a) colunista, como também pelas mulheres londrinenses. Sugere-se que estes temas tiveram uma abrangência nacional e que algumas matérias foram reproduzidas em seu teor, em artigos e colunas locais. Nesse curso de afirmação, surpreendemo-nos ao ler diversas matérias veiculadas nos jornais e revistas locais, em que são freqüentes as referências ao feminino, que por suas conotações e teores podem também ser apreciadas na imprensa feminina nacional. Esta constatação reforça o argumento de que Londrina e parcela de sua população acompanhava o circuito cultural e os movimentos dos grandes centros. Incorporou-se e disseminou-se a abordagem de temas, tais como moda, casa, saúde, beleza e culinária. Além do impacto na rotina e visão de mundo de certas mulheres causada pelos periódicos, a literatura exerceu considerável influência na formação de gerações de mulheres, reproduzindo e reforçando determinados papéis sociais e redefinindo outros, bem como introduzindo um "novo estatuto de mulher moderna." ⁹

A busca e imposição de novos valores, em meio às transformações que ocorriam no cotidiano da cidade, veiculadas pelo discurso dúbio da modernidade, em imagens saturadas de

9. Nos anos quarenta as revistas "O Cruzeiro", "A cigarra", atingiram um grande público, composto essencialmente por mulheres, estampando em suas páginas, fotografias, desenhos e matérias gerais do mundo feminino. Outras revistas, como a *Grande Hotel*, tornaram-se grandes sucessos na época, ultrapassando um milhão de exemplares semanais.

Na década de cinquenta, foram lançadas, a *Revista Capricho*, da jovem Editora Abril, *A Manchete*, da Editora Bloch, ambas destinadas a um público específico, a mulher moderna. Conselhos de beleza, moda, culinária, de teor utilitário, pretenderam prepará-la para uma nova realidade. Em 1961, com o lançamento da *Revista Cláudia*, também da Abril, aprofundou-se esta tendência. Destinada à mulher de classe média urbana, possuidora de certo poder aquisitivo, incentivou a aquisição de bens de consumo, atendendo à sofisticação dos anos desenvolvimentistas. (Ver BUITONI, Dulcília Helena S. *Mulher de Papel : a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo : Edições Loyola, 1981. p. 73-92.

riqueza, opulência e progresso, estiveram em sintonia com os acontecimentos pós-45, como por exemplo, a derrota dos regimes totalitários, nazi-facistas, incluindo a ditadura Vargasista em 1945, a supressão do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1947, e a eufórica "redemocratização do país", produzindo a reorientação entre o Estado e a economia e o direcionamento para uma política liberal, assim como o reordenamento partidário, com as campanhas anti-comunistas ganhando as ruas e o fortalecimento do Partido Trabalhista Brasileiro no seio do movimento operário.¹⁰

A nível local, a oposição ao Estado Novo foi ensejada pelos membros da Associação Comercial e corporificou-se no lançamento do **Manifesto ao Povo do Norte do Paraná**, do qual foram signatários, profissionais liberais, um cartorário, um professor e diversos comerciantes, sendo que, posteriormente, teve a adesão dos fazendeiros. Segundo a socióloga Ana C.C. Cesário, este movimento gerou o embrião da UDN, em Londrina. Seus idealizadores, proponentes dos "*ideais democráticos*", reivindicavam o direito de garantir a defesa dos interesses específicos da região nas instâncias políticas, em posições estratégicas no âmbito local, regional e federal. Este manifesto engendrou a criação da **Frente - Única das Oposições**, contra o governo federal e estadual, respectivamente Vargas e Manoel Ribas.¹¹

10. KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

11. CESÁRIO, Ana C.C. *Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira : um estudo do poder local, Londrina 1934-1979*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) USP. FFLCH. Departamento de Ciências Sociais, 1986. p. 267-269.

Os fazendeiros e comerciantes de café, fundaram em 29 de junho de 1946 a **Associação Rural de Londrina**, hoje **Sociedade Rural do Paraná**, além de comporem a Frente-Única. A primeira diretoria daquela aglutinou as forças do campo elegendo em 1947, o advogado, fazendeiro de café e presidente da Associação Rural, Hugo Cabral, para o executivo municipal, pela UDN.

A partir desse momento até 1968, os cafeicultores aliados a profissionais liberais e comerciantes mantiveram a hegemonia sobre o poder político do município¹². Apesar de vitoriosos os fazendeiros a nível local foram derrotados na campanha presidencial de 1945 e estadual em 1946, pois em 1945 uniram-se em torno da candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes e em 1946, posicionaram-se contra a de Moisés Lupion para o pleito estadual, por o considerarem herdeiro ideológico de Ribas e Vargas.

Em 1950, com a eleição de Bento Munhoz da Rocha para o governo estadual (coligação PR - UDN), e a sucessão udenista de Milton Menezes para a prefeitura criou-se uma conjuntura extremamente favorável à cafeicultura. A concepção de regionalismo cooperativo, de Bento Munhoz da Rocha, além de

12. Os prefeitos eleitos no período de 1947 a 1968 pertenceram a UDN, a exceção de Antônio Fernandes sobrinho, coligado ao PSD. 1947-51: Hugo Cabral, advogado e fazendeiro; 51-55 e 59-63: Milton Menezes, advogado e fazendeiro; 55-59: Antônio Fernandes Sobrinho, cantabilista e fazendeiro; 63-69: José Hosken de Novais, advogado. (Ver PINHEIRO, Irineu. *Retrospectiva da história*. Londrina: [s.n.], [19 -], p. 73)

pregar a integração do Estado, visou sua modernização e progresso¹³, embasado na livre iniciativa. O norte do Estado triunfava no plano das representações sobre o sul. O Paraná no seu todo era identificado ao café e os fazendeiros de café foram integrados a estrutura do Estado, afim de apagar as rugas regionalistas.

Assim nos anos 50, o governo intensificou sua ação no sentido de fixar o homem ao campo, estimulando o cooperativismo rural e dirimindo os litígios de terra. Procurou estimular a produção e a mecanização da agricultura, ampliar vias de comunicação com o Estado de São Paulo, visando construir canais de escoamento das safras de café e de cereais do estado. Ressalta-se o investimento na produção de energia, com a construção de usinas, objetivando criar infra-estrutura para o projeto de modernização e industrialização do Paraná.

A cafeicultura, centro do discurso e das medidas governamentais é transformada em interesse geral do estado e foco do discurso da burguesia paranaense. A cafeicultura, pelo menos, até 1958, favoreceu a acumulação e ampliação de fortunas dos fazendeiros, bem como seu destaque no plano social e político. As representações construídas, no período, elegem a cafeicultura como sinônimo do progresso do Estado e do pioneirismo, assemelhando-se, fatalmente, ao discurso público.

A cidade que brotara súbita e inexplicavelmente,

13. A professora Ana Maria Burmester, em seu artigo "O Paranismo em questão" discute a proposta de modernização do Paraná, elaborada pelos paranistas. (Ver PAZ, Francisco (org.) **Cenários de economia e política : Paraná**. Curitiba : Prephácio, 1991).

como um "pão que crescia" ¹⁴, em noite de verão, criava instrumentos e saberes para ordenar e vigiar essa "nova ordem". Diante da celebração do espetáculo do "progresso", irradiou-se novas formas de diferenciação, de sensibilidade e de distinção social, assim como a articulação de espaços, posturas e comportamentos que não confundissem os novos ricos do café e as camadas médias citadinas com a população pobre - prostitutas, mendigos, operários e lavradores - que se avolumava nos seus arredores e até mesmo nas áreas centrais. Portadores de "uma outra ordem" ¹⁵, esses habitantes deveriam ser controlados, punidos e condenados, em prol da "linearidade" desses novos e turbilhonantes tempos.

Esse panorama caracteriza o final dos anos quarenta e os anos cinqüenta. Em 1948, a população urbana superou a rural, com 56,89% dos habitantes ¹⁶. A magnitude dos recursos aplicados nos setores comercial, industrial e de serviços, espelhou a expansão da economia cafeeira. Os levantamentos estatísticos apontaram 478 indústrias, dentre elas, beneficiadoras de arroz, milho, café, cerâmicas, olarias, torrefação e moagem de café, fábrica de doces, balas, oficinas mecânicas, ateliers de costura e alfaiatarias. Os ramos comerciais se diversificaram, totalizando 878 estabelecimentos. Os índices destacavam a diversidade desses pequenos negócios que,

14. Imagem utilizada por D. Marta de Almeida em entrevista à pesquisadora, em 1990, para expressar a sua perplexidade de espectadora que presenciou a chegada de imigrantes e migrantes, para comprar terras ou à busca das facilidades do "Eldorado Cafeeiro".

15. Essa "outra ordem" comportou múltiplas linguagens, ritmos e referências cotidianas, assim como diversos tempos e espaços.

16. OLIVEIRA, Aristeu (Org.). *Norte do Paraná : terra abençoada por dinheiro*. Londrina : [s.n.], 1949. p. 8.

pela sua extensão numérica, cita-se somente alguns, como barbearias, bares, casas de calçados, açougues, quitandas, restaurantes, institutos de beleza, peixaria, compradores de madeira, de aves e ovos, tinturarias e lavanderias¹⁷. Aos poucos as mulheres foram absorvidas, no cenário urbano, como mão-de-obra barata, em bares e restaurantes, lojas, casas de secos e molhados, quitandas, e principalmente em residências, como empregadas domésticas de famílias abastadas, sem contar a própria comercialização do corpo.

Profissionais liberais estabeleceram-se, dentre eles, mulheres, que com seus escritórios e consultórios, exerceram a advocacia, medicina e odontologia, conquistando espaço e visibilidade na esfera pública.

Em 1954, as mulheres foram catalogadas como proprietárias nos seguintes ramos comerciais: alfaiatarias e fazendas (1), ateliers de costura (17), barbearia (1), bares (4), bares e sorveterias (2), restaurantes (3), churrascarias (2), bares e cafés (1), bazares (2), institutos de beleza (20), hospedarias (1), hotéis (1), armarinhos e roupas feitas (2), louças e artigos para presentes (1), roupas feitas (2), roupas feitas e bazar (2), mecânicas (1), padaria, bar, confeitaria (1), papelarias, livrarias e tipografias (2) e pensões (10).¹⁸

O recenseamento geral do Brasil de 1950, apontou 18

17. Informações extraídas de Oliveira, Aristeu (org.), op. cit., p. 9-17.

18. Dados extraídos de ALMEIDA, Glastone H. **Guia Geral de Londrina**. Londrina : Empresa Propagandística do Norte do Paraná, 1954. p. 86-137.

mulheres como portadoras de curso superior residentes na cidade, enquanto que os homens totalizaram 240, dentre as pessoas presentes de 10 e mais anos. As profissionais liberais, de um total de 23.467 mulheres economicamente ativas, corresponderam a 33 em atividades renumeradas para um total de 211 homens. Embora não sejam especificados os ramos dessas profissões liberais, temos uma pequena amostra de mulheres nos ofícios de clínica geral, análises, farmacêutica, dentista, fisiologia, parteiras, embora seja conclusivo que muitas das profissionais designadas por liberais não possuísem diploma de curso superior, a exemplo das parteiras.

Imagens e significações exprimiram os "novos tempos" da "*Cidade Milagre*", "*Cidade Progresso*", "*Mina de Ouro do Brasil*", "*Grande Empório*", "*Capital do Norte*", "*Capital Mundial do Café*", "*Nova Mesopotâmia*"¹⁹. A malha urbana expandira-se e com ela as vilas nos seus arredores que, em 1951, somavam 53. Em fins da década de 50, cresceram para sessenta e sete bairros²⁰. Diante do crescimento desordenado do espaço urbano e do povoamento desenfreado, com adventícios chegando de outros estados brasileiros, principalmente do Nordeste, a intervenção do poder público apareceu como fundamental e legítima.

19. O historiador José Miguel Arias analisou este conjunto de representações da cidade e da região, nas temporalidades de suas construções em sua dissertação de mestrado, entendendo-as a partir da necessidade de legitimar novos mecanismos de dominação que se impuseram pelas transformações na ordem regional, criando ao mesmo tempo a sensação de uma continuidade linear. In : op. cit., p. 10.

20. PRANDINI, Neyde. Aspectos da geografia urbana de Londrina. In : Anais de AGB. São Paulo, v. 6, t. 1, p. 66, 1954.

Os anos cinqüenta presenciaram tentativas e projetos incontáveis da Prefeitura Municipal, Saúde Pública e Polícia de Costumes, de ordenamento e disciplinarização da cidade, legitimadas pelas campanhas de moralização, desencadeadas pelos jornais, periodicamente, condenando a prostituição, o jogo, a vadiagem, a criminalidade e até mesmo a ação policial. Era comum bradar-se por substituição de delegados tidos como ineficientes e corruptíveis, apoiando-se na "vontade popular" e nos "clamores da população". Dessa maneira as próprias elites reconheciam que Londrina era uma cidade como qualquer outra.

Amparados em saberes técnicos, científicos e em métodos de natureza urbanística e higienista, investiram em dissimular os crescentes conflitos e as desigualdades sociais. A palavra de ordem era distinguir cada grupo, destinar-lhe um lugar e espaço, bem como criar instituições e desencadear campanhas de assistência aos infortunados pela sorte. O trabalho e o talento, verdadeiras "virtuosidades" serviram como atenuantes nos discursos para as múltiplas faces incongruentes do progresso, de seus ritmos desconexos e de sua escala extra-humana.

A perspectiva modernista, criou o "*Estatuto da Cidade Moderna*"²¹, no intuito de regulamentar e controlar o uso e a organização do espaço público. A reforma administrativa

21. De 1951 a 1955, o legislativo municipal aprovou um conjunto de aparatos legais que visou regulamentar a vida em cidade. Refiro-me à Lei 133, de 07.12.51, que dispôs sobre o zoneamento, loteamento e arruamento; a Lei 218, de 31.12.53 (Regime Tributário); e a Lei 281, de 26.10.55 (Código de Obras). Essa legislação foi estudada pelos professores Sônia Adum e José Miguel Arias, em seus trabalhos de Mestrado.

municipal, intencionou distinguir os espaços e diferenciá-los para os diversos grupos sociais, controlar hábitos, usos e costumes de higiene, limpeza e moralidade, bem como intervir na intimidade da moradia da população, prescrevendo também normas sanitárias e de limpeza. As obras, fossem elas edificações em geral, habitações particulares, casas populares, casas de pensão, hotéis, escolas, edifícios destinados ao comércio ou escritórios deveriam ser erigidas embasadas no código de obras de 26.10.55. As casas particulares ou populares deveriam reger-se por normas de compartimentação dos cômodos, salientando-se as instalações sanitárias, designadas por banheiros, que daí em diante foram consideradas obrigatórias nas normas do projeto. Previa-se uma preocupação com ventilação, iluminação, fachada e pavimentos das construções. O saber higiênico invade o espaço doméstico para nele estabelecer ordem e higiene. As mulheres, de certa forma, foram atingidas pelas novas posturas sanitárias, uma vez que seu papel prescrito de dona de casa incluía os cuidados com a limpeza e a higiene. Assim, a secção III, das habitações particulares, dispos:

"Art. 127 - Toda habitação deve dispor, pelo menos de dormitório, uma cozinha e um compartimento para banheiro e latrina." (p. 37)

Na lei 133, a Prefeitura, segrega espaços, separando as classes sociais, ao estabelecer condições a partir das quais a cidade se expandiria. Para as classes dominantes os melhores espaços da cidade e a prescrição do maior número de benfeitorias urbanísticas: praças, jardins, asfalto, rede de esgoto, redes de água, calçamento para passeios. Esta lei é o locus privilegiado para detectar as posturas da ordem sanitária

e da preocupação com a moralidade e bons costumes, isolando o que fosse considerado maléfico, em seu artigo 85:

"§ 4º - Nas secções residenciais 'permissivas', poderá a Prefeitura tolerar a inserção de estabelecimentos úteis ou necessários, não incômodos, não repugnantes ou nocivos, os quais, por natureza, não sejam adequados às outras zonas. (p. 27)"

Implicitamente na lei, os espaços de lazer dos populares, como as pensões, bordéis, bares deveriam estar localizados bem distantes dos espaços das elites. Estes últimos grupos ocuparam os melhores espaços para habitação, lazer, trabalho e associação. Os modernos e luxuosos edifícios, os bairros nobres, como o Jardim Shangri-lá ou o Jardim Santos Dumont, concretizaram o sonho das elites, o da cidade racionalizada. Aos populares a periferia, os bairros distantes e sem infra-estrutura. Pela Lei 219, no artigo 31, estava terminantemente proibido *"lavar roupas em chafarizes, fontes ou tanques situados nas vias públicas"*. Esta proibição impedia o encontro das mulheres no espaço exterior, obrigando-as ao *"interior"* da casa. Impedia a fluidez e silenciava suas vozes.

As mulheres no conjunto das posturas, espacialmente, sagregaram-se. As prostitutas e mulheres pobres foram aos poucos expulsas das áreas centrais e transferidas para os espaço, longínquos dos olhares dos novos ricos. Isto não implicou definitivamente no isolamento do convívio, muito pelo contrário, uma vez que as contradições serão expostas adiante. Às mulheres das elites restaram os espaços refinados, o conforto, a recreação *"salutar"* nos clubes e associações e o zelo pelo privado, imagem do modernismo urbano.

Isto posto, tem-se a exata dimensão de como se apresentava a cidade, ou seja, segregando e diferenciando espaços e tempos entre novos ricos e classes médias, que categorizou-se como elite - apoiada economicamente na produção agrícola do município, primordialmente na cafeicultura, no comércio e no desempenho das profissões liberais - da população comum - homens ou mulheres.

Nesse sentido a elite local procurou criar novos hábitos que a distinguíssem da população pobre, e de outros grupos sociais; novas formas de expressão condizentes com a sua riqueza e seu status; diferentes formas de lazer. As mulheres participaram nesse processo, sendo investidas de novas representações ou da reedição de antigas, que estabeleceram novos papéis femininos e reafirmaram antigos.

Um novo estilo de vida e novos hábitos cotidianos foram sendo incorporados, como o gosto pelo conforto no lar, a educação superior dos filhos em universidades dos grandes centros, a frequência a clubes recreativos, a valorização da prática de esportes, como a natação e o tênis, reuniões sociais e chás, a atividade filantrópica, a frequência aos cinemas, bailes e recitais de música. Os bailes carnavalescos, os flertes, dentre outros, conduziam a adesão ao movimento de mudança de mentalidade e posturas, conforme as necessidades daqueles novos tempos. É explícito que esse ânimo manifestou-se em certos círculos sociais. Evidencie-se que a proliferação deste cenário modernista não é privilégio de Londrina, mas já se projetava em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro,

Curitiba, desde início do século, guardando as devidas peculiaridades. A mulher da elite enredou-se e foi enredada por esse ambiente, ganhando definitivamente o espaço público e a espera social²². Não há como negar que o desfrute dessa realidade foi parte integrante do cotidiano de poucas mulheres e homens se comparadas às condições materiais de vida do grosso da população.

A freqüente veiculação de textos diversos sobre o feminino deve ser associada à modernização do espaço urbano, à abertura de novos espaços de circulação para as mulheres, às novas imposições de gostos e costumes dos anos áureos do café. As *"campanhas de moralização dos costumes"*, que se arrastaram por toda a década, e que expressavam claramente reações moralistas masculinas de temor e medo, dirigiram-se sobremaneira ao *"belo sexo"*. Visaram diferenciar *"mulheres decaídas"* das *"mulheres decentes"*, contrapor-se à alta concentração de prostitutas, que circulavam nas ruas da cidade, despertando a atenção dos transentes pela forma de andar, vestir, de se maquiar e perfumar. Os espaços conquistados de atuação e poderes femininos foram alvos de posturas limitadoras e normatizadoras, consequência da reação dos homens, que até então reinavam soberanos nos espaços extra-lar.

22. Desde 1948, o poder público, preocupava-se com o aspecto da diversão para a população. Tínhamos quatro cinemas em pleno funcionamento. O Cine Avenida, o Cine Londrina, o Cine Teatro Municipal e o Cine Eldorado. Nos anos 50, incrementou-se a vida social e as opções para as elites locais. Destacam-se o Salão de Chá Fuganti, o Cine Teatro Ouro Verde, o Londrina Country Club, o Grêmio Recreativo e Literário Londrinense, o Jockey Club de Londrina, a Biblioteca Municipal de Londrina, a Sociedade Cultural e Artística de Londrina etc. Em 1959, Londrina possuía quatro cinemas, com capacidade para 4.979 lugares, com cinco sessões diárias seguidas, foram eles: Cine Ouro Verde, Cine Londrina, Cine Jóia e Cine Brasília. (Ver: BRANCO, G. ; MIONI, F., op. cit., p. 70, 172, 180-1, 241, 326, 351).

Às mulheres pobres - donas-de-casa, empregadas domésticas, lavradoras, costureiras, pensionistas, prostitutas - expressiva maioria da população feminina, a violência da reformulação do imaginário, baseou-se, além do discurso burguês-masculino, na ação em estado puro. Os novos tempos lançaram mão de várias estratégias e expedientes, a fim de normatizar e reforçar os papéis sociais femininos. Esta tendência não foi somente incorporada pela imprensa, mas, sobremaneira pode ser reconstituída na fragmentação dos discursos do judiciário, da polícia sanitária e civil, ao criar novas representações, reeditando novos significados para papéis tradicionais. Esta é uma outra história a ser reconstruída no próximo capítulo.

A partir de 1954, a polícia de ordem pública deveria se incumbir do zelo pela tranquilidade dos habitantes da cidade, coibindo atitudes de atentado ao pudor. Assim nenhum estabelecimento de diversão e similares poderia funcionar sem alvará, somente fornecido após inspeção sanitária e policial. As proibições do Código de Postura dirigiam-se, principalmente, às camadas populares, proibindo os banhos públicos em rios, córregos e lagoas - hábito freqüente de prostitutas que escandalizavam os presentes, por apresentarem-se nuas - (Art. 60). A prefeitura deveria ainda conceder seu aval para a realização de batuques, congadas e outros congêneres.

O panorama volátil de mudanças estampa em sua vitrine um certo estranhamento "à nova identidade dos habitantes da "Terra da Promissão" que se empenhavam em parecer

"civilizados": ²³

"Homens pouco elegantes, metidos em ternos de casemira importada e orgulhosos com seus anéis de brilhante, dificilmente seriam reconhecidos à primeira vista como os humildes matutos que ali chegaram (...). Eram os novos magnatas do café que instalavam belas mansões nas ruas principais da cidade e os poderosos donos do dinheiro que garantiam o sucesso das construções dos arranha-céus que ornamentavam a capital mundial do café. Automóveis caríssimos que utilizavam para os passeios davam-lhe um ar de proprietários da cidade." ²⁴

Produto e produtora do progresso - ilusório por comportar várias temporalidades - a nova elite formada por fazendeiros, comerciantes, exportadores, criava novos hábitos, inserindo-se no circuito Rio-São Paulo - Paris, copiando os mais recentes lançamentos e novidades dos grandes centros urbanos. As novas lojas, bem ornamentadas e repletas de mercadorias importadas, anunciavam a moda, espelhando o bom gosto e a "civilidade" de uma cidade que recebia simultaneamente as "últimas criações da moda" - sintonizada com as capitais brasileiras, fascinando os olhares de homens e mulheres atônitos por "civilizar-se".

"Londrina e o Norte do Paraná estão de parabéns com a instalação do moderníssimo estabelecimento LADIRA. Com a inauguração da nova casa, que tantos serviços já está prestando às elegantes do Norte do Paraná, todas as novidades em matéria de moda e

23. De acordo com Norbert Elias, o conceito de civilização "expressa a consciência que o Ocidente tem de si mesmo". Parafraseando-o diríamos, que, em Londrina, esta palavra era correntemente editada nos textos de jornais, significando a autoimagem, ou melhor, a representação que a elite fazia de si mesma e da cidade, glorificando suas maneiras, seu comportamento, suas residências, suas famílias e sua moralidade. As imagens representativas da cidade sugeriam seu crescimento econômico, a modernização de seus edifícios, a riqueza e a distinção de seus habitantes. (ELIAS, Norbert. **O processo civilizador** : uma história dos costumes. Tradução por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro : Zahar, 1990. p. 231).

24. FRANÇA, Tadeu. **Luzes negras do submundo**. São Paulo : L. OREN, 1973. p. 27.

confeções finas para senhoras são aqui lançadas simultaneamente com Rio de Janeiro e São Paulo (...) as senhoras e senhoritas do Norte do Paraná têm ao serviço de sua elegância e bom gosto, uma casa especializada à altura do progresso, da nossa cidade, que, dia a dia, se moderniza cada vez mais. (...) Ladira apresenta as últimas criações da moda num ambiente de elegância, conforto, distinção, oferecendo-lhes modelos, exclusivos de vestidos e "tailleurs", bem como "lingerie", bolsas, cintos, lenços etc. Tudo o mais moderno que se pode desejar e dentro do mais elevado bom gosto e qualidade."

Os novos segmentos demonstravam seu enriquecimento frequentando clubes recreativos, a exemplo do "Londrina Country Club", como uma "medida higiênica" à boa disposição e fonte de "recuperação de energia" ²⁶. A vida social intensa concentrava-se nos cinemas, restaurantes, clubes, salões de chá, bailes, na prática de esportes, no "footing" aos domingos após a missa e em ruas com praças ajardinadas²⁷. A vida noturna alegre era freqüentada por diversos setores da sociedade. Em 1952, inaugurava-se o ousado Cine Ouro Verde, símbolo do modernismo arquitetônico, criação de dois renomados arquitetos: Carlos Cascaldi e João Vilanova Artigas.

A necessidade em se distinguir pode ser notada também na construção de "belos palacetes" que, contrastavam com

25. As últimas criações da moda lançadas em Londrina ao mesmo tempo que nas capitais brasileiras. A *Pioneira*, ano I, n. 2, jul./agos. 1948.

26. Londrina Country Club. A *Pioneira*, ano II, n. 6, nov./dez. 1949.

27. Em 1948, a cidade possuía 7 Associações de classe, 11 entidades, dentre imprensa e rádio difusão e 17 Associações Culturais. Dez anos mais tarde as Associações de Classe cresceram para 28, as Associações Esportivas totalizavam 25, privilegiando os mais diferentes desportos. Encabeçando a lista o futebol, o xadrêz, a caça, pesca e tiro, o alterofilismo e o hipismo. Possuía ainda 8 Associações Recreativas. Destaca-se as associações vinculadas possivelmente a atuação feminina: Centro cultural "Mãe de Deus", Sociedade Cultural e Artística de Londrina, Associação dos Professores Norte do Paraná, Associação Congregação Mariana de Londrina, União Londrinense dos Estudantes e demais associações recreativas. (Dados extraídos de OLIVEIRA, Aristeu, op. cit., p. 10-11 e BRANCO, G. ; MIONI, F., op. cit. p. 172).

as primeiras casas de madeira, especialmente, no marco-histórico da modernização urbana, a Avenida Higienópolis. Considerada um dos espaços mais refinados e belos da cidade, foi eleita pelos cafeicultores como símbolo de seu poder político-financeiro. Novos e "moderníssimos" prédios residenciais espelhavam a riqueza do proprietário, mesmo que num contraste flagrante entre o interior e as ruas no início, já que desprovidas de calçamentos e lamacentas, demonstravam as incongruências do propalado progresso. O Jardim Shangri-lá e o Santos Dumont também foram escolhidos como espaço nobre de moradia das classes enriquecidas, o que pode ser comprovado atualmente se percorrermos as amplas ruas arborizadas e apreciarmos o espetáculo das belas mansões, algumas preservadas com esmero e ainda habitadas por seus antigos proprietários. Anunciadas como sinal de "bom gosto" e "conforto", inigualáveis, "modernas, higiênicas e cômodas", com ambientes compartimentados e privativos, contendo salas de estar, de jantar, dormitório, copa, cozinha, artisticamente decoradas, sob a orientação pessoal das esposas²⁸, os palacetes encantavam pela sua grandiosidade:

"Quem visita Londrina pela primeira vez surpreende-se ao percorrer as suas ruas e avenidas, ao constatar que as velhas casas de madeira dos velhos tempos, estão sendo substituídas ou por magníficos prédios de dois, três e até mais andares, ou por magníficas vivendas, circundadas por esplêndidos jardins ultra-civilizados (...). Mas a verdadeira vida dessas casas está lá dentro, no seu interior confortável, onde o bom gosto dos seus moradores cria o mais acolhedor e agradável dos ambientes. Lá dentro é que se pode avaliar verdadeiramente a

28. O conforto e o bom gosto nos lares paranaenses. *A Pioneira*, ano I, n. 2, jul./ago. 1948.

expressão "home, sweet home" dos ingleses."²⁹

2. NOVOS TEMPOS: É PROIBIDO SUBVERTER A ORDEM

Acompanhando os jornais foi possível delinear esses "novos tempos", apreendê-los nos aspectos que se conservavam e na configuração de mudanças visíveis no espaço público e na espera privada. Tudo sugere que as mulheres tiveram uma participação ambígua, ganhando visibilidade e ação no mundo público - trabalho, política - e na vida social, circulando nos espaços polarizados pelo mundo masculino. Entretanto, sua subjetividade³⁰ continuou sendo definida pelos papéis ligados primordialmente à família e à maternidade, entendidos como o poder modelar feminino. O equilíbrio entre o corpo e espírito formou o modelo da mulher dominante, que deveria ser sadia moralmente e agente de relações duráveis. Aquelas que não se enquadraram no matrimônio e na maternidade, foram tidas como diferentes, em alguns casos anormais.

29. A Pioneira, ano I, n. 1, maio 1948. Esta revista teve sua primeira edição em 1948. Editada em papel couchê, de ótima impressão, teve como editor o jornalista paulista Barbosa Pupo. A revista era impressa em São Paulo, e contou com colaboradores na redação como José de Oliveira Rocha e Zaqueu de Mello. Bimensal, a revista deixou de circular no seu décimo segundo número. A Pioneira, em sua linha editorial direcionou-se para mostrar a transformação estética e material da cidade, e a convencer os leitores de que o Norte do Paraná, principalmente Londrina, fazia parte da "Civilização". Os "pioneiros" e suas obras são exaltados. Indentificados aos desbravadores mas também àqueles que se enriqueceram, mesmo tendo chegado depois. Esta idéia conferiu aos últimos - a burguesia cafeeira - identificação com a cidade e a região da CMNP. O público leitor alvo fora bem definido, e, provavelmente as mulheres da elite se deliciavam com os conteúdos manifestos na revista, ao mostrar além dos aspectos econômicos e políticos, a vida social e cultural da cidade, incluindo a educação das mulheres, na confraternização da turma da Escola Normal, os enlases matrimoniais, os bailes etc. (As informações objetivas foram retiradas de TRIGUEIROS FILHO, Marinósio ; TRIGUEIROS NETO, Marinósio, op. cit., p. 120-121).

30. PAOLI, Maria Célia. Mulheres: lugar, imagem, movimento. In : FRANCHETO, Bruna et. al. (org.). Perspectivas antropológicas da mulher. Rio de Janeiro : Zahar, 1985. v.4.

Nesse contexto, o matutino, em um de seus artigos, fazia ilações críticas às mudanças que alteravam os papéis e atribuições sexuais e sociais, os códigos de sociabilidade entre os gêneros, e os novos espaços abertos à mulher. Cúmplice das hierarquias dominantes estampava o medo e a dificuldade de imaginar as mulheres assumindo papéis diferentes dos normativos.

*"Neste século confuso, um dos sintomas impressionantes da decadência, ou pelo menos da crise, é a tendência notoriamente acentuada de masculinização da mulher e a feminilização do homem. Se a nossa conclusão for plausível, de acordo com a observação histórica, a ausência do homem ou o seu desfibramento impeliram a mulher a assumir o comando de grupos sociais, de forma tal a ter de se masculinizar-se, a fim de exercer mandatos que a própria natureza e Deus destinaram ao homem."*³¹

Por "masculinização" o cronista social definiu a inversão dos papéis, o uso invertido das roupas, a prática de esportes brutais, a competição profissional com o homem e outros "processos desnaturalizados" ³², como a perda da varonilidade do "moderno Adão", ao qual não bastou "raspar a barba e o bigode para finalidades higiênicas", mas pretendeu ter mãos delgadas e macias, usar roupas coloridas, levar vida ociosa. E prossegue, na observação da drástica mudança:

"(...) A mulher que trabalha fora tem de pagar costureira, cozinheira e muitos outros auxiliares da família (...) Existem outros prejuízos de ordem afetiva os quais conspiram contra a continuidade da família (...). A vaidade, a inveja, porfia, esbanjamento e outros erros respondem pela retirada da mulher do lugar que lhe é próprio, o lar, para

31. Homens desfibrados. Folha de Londrina, p. 6, 6 dez. 1956.

32. Folha de Londrina. p. 12, 9 maio 1954.

buscar emprego fora." ³³

A irreverência feminina, narrada pelo professor, inconformado ante à nova coreografia e à movimentação das mulheres, provavelmente, fizeram parte da pedagogia adotada no Instituto Filadélfia, escola privada mista, com internato para moças, do qual foi fundador e professor. Delineou o espaço feminino - o lar -, suas tarefas - a família, o marido -, suas atitudes - a simplicidade, a docilidade afetiva e a fragilidade.

O historiador Peter Gay ao analisar a atitude defensiva dos homens frente ao avanço feminino, na segunda metade do século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, expõe o medo masculino diante das tentativas de recuperação de espaços perdidos pelas mulheres, através dos movimentos emancipacionistas. Demonstra que nesse confronto a autopercepção do homem é que está em jogo.

"A demonstração aberta e crescente que a mulher fazia de seu poder parecia ser a contrapartida pública do poder que os homens exerciam privadamente (...). Para a maioria dos homens que se regalavam com a dominação, uma mulher que abandonasse sua própria esfera constituía não apenas em anomalia, uma mulher-macho; mais do que isso, levanta incômodas questões quanto ao papel masculino, um papel que não se definia mais isoladamente, mas numa constrangedora confrontação com o sexo oposto." ³⁴

Esses novos e fervilhantes tempos causaram per-

33. Homens desfibrados. Folha de Londrina, p. 6, 6 dez. 1956.

34. GAY, Peter. A experiência burguesa da rainha Vitória a Freud : a educação dos sentidos. Tradução por Per Salter. São Paulo: Companhia de Letras, 1988. p. 128.

plexidade, revolta, e medo aos olhares mais conservadores. Em suas análises minimizaram o fator econômico como elemento também gerador do trabalho feminino extra-lar.³⁵ Atribuíram e valorizaram a imoralidade - a "perversão e a indiferença moral" - como responsáveis por esse mundo de "cabeça para baixo", num claro confronto entre os gêneros. A autopercepção masculina deveria ser reconsiderada e as conquistas femininas questionadas e se possível repudiadas:

"Tanto se desprezou a função primária do homem e da mulher que gerou essa calamidade sensível - indiferença entre os sexos diferentes. Nem é mulher inteiramente essa mocinha com suas atitudes masculinas e nem é inteiramente homem esse mocinho efeminado. Não há um só fato que os diferencie (...). Há uma coisa pior do que a sensualidade, que não é mais do que o exagero de um aspecto humano: é a assexualidade, que implica numa blasfêmia contra a própria criação." ³⁶

Na mesma linha dos anteriores, o artigo supra transcrito é impressionante à medida em que constata a avalanche de mudança nos códigos sociais e brada pela cristalização da hierarquia e da diferença dos gêneros. Isto significa que os "atributos naturais" deveriam ser preservados. Brados à repressão e condenação à ruptura, tudo em nome do criador e da natureza. Porém, o saudosismo aos "tempos heróicos", em que as mulheres "representavam um prêmio tal que os

35. Os censos demográficos de 1940 e 1950 continuavam, então acusando queda da participação feminina na indústria e sua persistência na prestação de serviços pessoais. A nível nacional, em 1940, o trabalho industrial das mulheres caíra para 26,4% e em 1950 para 23,9% do total de trabalhadores. As mulheres no pós-guerra participaram no movimento contra a carestia, pela paz, pela defesa e proteção da infância, pelos direitos das mulheres e na dinâmica do movimento operário, atuando em greves e manifestações. (PENNA, Valéria. A mulher trabalhadora In : CARVALHO, Nanci Valadares de (Org.). A condição feminina. São Paulo : Vértice. p.103-123, 1988.

36. A falsa moral. Folha de Londrina. 21 nov.1954.

homens não hesitavam em matar-se mutuamente para conquistá-las"³⁷, figura hiperbólica do articulista, não encobriu a condenação à frivolidade do amor-romântico, a concepção sentimental-romântica, aspectos tidos como sinônimos de egoísmo, de "desregramentos da imaginação e dos sentidos, beirando o descontrole, e responsáveis pelo fim do casamento".³⁸ Na sequência o redator operou a ruptura no tempo e delineou as representações sobre a mulher e o homem moderno que já não se assemelham mais os curiosos personagens dos romances do século XIX.

"De fato, não se encontra mais a 'Heroína' ingênua e frágil, figura tipo que o romantismo criou, mimo de delicadeza de alma, que suspira por alguém que a ampare e a quem possa se devotar; ou a 'rainha' centralizadora de todas as atenções, mas trespassada por profunda dor que só um grande afeto poderia aliviar.

*Tampouco se há de encontrar o jovem esguio, de feições regulares e olhar melancólico, peito arfando de aspirações ardentes, que vagueia pelo mundo até encontrar a 'alma irmã' que o 'compreenda e faça a sua felicidade'."*³⁹

O articulista, com espírito reanimado, rendeu-se às transformações e descreveu as representações construídas sobre o feminino e o masculino, nos "novos tempos". A racionalidade e o dinamismo, vivenciados também pela cidade, por homens e mulheres, através do impulso da cafeicultura, esboçaram as novas exigências de atitudes dos sexos:

"Hoje, ele é jovem desportista, alegre de senso prático, disposto a vencer na vida. Ela é empreendedora, desembaraçada, utilitária, algumas vezes picante. Sente-se bem e quer aproveitar a vida. Que neles encontramos do

37. Nos tempos em que se lutava pelas mulheres. *Folha de Londrina*. p. 7, 18 dez. 1960.

38. Divórcio e Romantismo. *Folha de Londrina*. p. 4, 1 jan. 1956.

39. *Ibid.*

jovem sonhador ou da dama lacrimante que comoviam
nossos avós?" ⁴⁰

Anne Vincent Buffault, interpretou as mudanças no imaginário, na linguagem e nas formas de expressar a sensibilidade, as paixões e atitudes de homens e mulheres, nos séculos XVIII e XIX, através da história das lágrimas. Demonstrou as diferentes valorizações à sensibilidade feminina que, em certo momento, é celebrada pelos choros - signos fugazes, mesmo passíveis de simulação -, mas compreendidos como verdadeira demonstração de emotividade. No entanto, os imperativos burgueses de boa conduta, do século XIX, reservaram à lágrima, à emoção e às expressões individuais, o espaço da intimidade da esfera privada. A estas mudanças corresponderam também alterações nas atitudes e comportamentos femininos e masculinos, embora tenham persistido três vínculos íntimos como definidos da família burguesa: a relação com o doméstico, com os filhos e com o marido, ou seja, o lar, a maternidade e o amor. ⁴¹

Os jornais foram pródigos em anunciar uma nova mentalidade e novos comportamentos, e a estimular o conformismo ao exaltar as vantagens das mudanças. Procuraram convencer as mulheres de que possuíam maior liberdade e diferentes espaços de individualização que suas avós, não se justificando, portanto, atitudes de revolta e lutas individuais de emanci-

40. Ibid. Este novo estilo de vida e a concepção acerca da existência devem ser vinculados às transformações na sociedade, analisadas anteriormente, e, que, logicamente acompanharam a tendência nacional.

41. BUFFAULT, Anne Vincent. *História das lágrimas : séculos XVIII - XIX*. Tradução por Luis Marques e Martha Giambini. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

pação. Os artigos ressaltavam que nos tempos modernos permitia-se dançar no carnaval e em bailes, ir ao cinema no sábado, apesar do horário determinado para retorno à casa, sonhar e fantasiar com os programas radiofônicos, freqüentar o teatro, encontrar as amigas durante o dia, conversar com o namorado⁴², atitudes que, em décadas passadas, significariam desonra e frustração às moças casadoiras. Essa aparente visibilidade e liberdade feminina no espaço público não significou, necessariamente, a defesa do abandono da esfera íntima pela mulher. O lar, a família, e o marido continuavam a ser referências definidoras do ser mulher. Os discursos sobre a feminilidade, notoriamente ambíguos, confrontavam-se entre aquilo que poderia ser permitido e o que deveria ser condenado. Questionavam os limites possíveis da modernização das relações de gênero e dos comportamentos cabíveis a uma "mulher moderna".

"A mulher moderna começou a ter parte ativa na vida pública e a luta pelo voto ensinou-a a organizar-se para obter a abolição de algumas inabilitações restantes. Porém, sua evolução não tem prejudicado, de forma alguma, os assuntos de especial incumbência da mulher: o cuidado do lar, a maternidade, o bem estar da família, a educação dos filhos. É que elas são, antes de mais nada, mulheres, situação que nenhuma carreira ou profissão consegue sobrepujar." ⁴³

Exemplo significativo da ambigüidade na definição desses comportamentos, atitudes e imagens, foi a polêmica desencadeada acerca do desfile de rua de 7 de setembro, no ano de 1954, em comemoração aos festejos do "Dia da Pátria", em

42. Especial para a mulher : falsas prisioneiras. Folha de Londrina. p.3, 25 abr. 1956.

43. Feminilidades : mulher antes de tudo. Folha de Londrina. p. 5, 25 ago. 1960. Esta matéria expressa a natureza do discurso dual, que se estende pelos anos 50, chegando intacto no início dos 60, pelas vozes mais conservadoras.

Londrina. Este acontecimento contava, anualmente, tanto com a participação dos educandários católicos e protestantes, quanto com a presença dos estabelecimentos públicos de ensino. Alunos e alunas, com roupas especiais, mostravam suas habilidades, exaustivamente ensaiadas, marchando ao som das bandas, contando com espetáculos de ginástica rítmica, com as evoluções de fitas e balizas. O debate iniciou-se e foi encabeçado pelo padre Alberto Strittmatter, vigário diocesano pela direção do "Colégio Mãe de Deus", e pelo Colégio Diocesano "Nossa Senhora de Fátima", ao enviar à imprensa um texto, no qual fazia ilações à exibição das estudantes do Instituto Filadélfia na parada, acompanhado de um substancial abaixo assinado:

"Lembramos nosso veemente protesto contra os exageros havidos nas comemorações do Dia da Pátria em Londrina. A apresentação de exibições ofensivas à moral cristã e à dignidade da mulher brasileira, no decorrer do desfile oficial de 7 de setembro, obriga os abaixo-assinados a não participarem, de futuro, em tais paradas, que careçam de decência e seriedade impostos pelo dia máximo de nosso país."

44

A professora da disciplina de Educação Física, do Colégio protestante londrinense aludido, assumiu a réplica ao protesto católico, por considerar de sua inteira "responsabilidade" quaisquer exageros que, segundo ela, não existiram. Esta atitude transparecia a indignação da professora, que acusou os diretores católicos de "faraisaico virtuosismo medieval", ao importarem moralidade européia e condenarem maliciosamente o comprimento das vestes das meninas. Aquela singela voz abordou questões seculares da cultura ocidental e atacou as concepções conservadoras e moralistas esboçadas no protesto, com uma fúria

iconoclasta.

"(...) é imprescindível não confundir a exploração sensualista que se vê por aí afora com uma demonstração de movimentos rítmicos, onde o que se pretende é a apresentação da beleza de formas e graça de movimentos, num conjunto harmônico que constitui as bases da Educação Física Moderna.

Se não me engano o próprio Deus colocou nu o primeiro casal no jardim do Eden. Só depois de pecar, viu o par que estava nu e descobriu malícia nisso. Somente o pecado dá malícia aos olhos de rubicundos educadores teóricos, que vêm na beleza estética feminina a imoralidade que eles mesmos vivem recalando e ruminando no fundo de suas almas.⁴⁵

A corajosa educadora⁴⁶ fora acusada de criar um espetáculo de imoralidade num acontecimento cívico, assexuado por sua natureza. A imoralidade pode ser compreendida como sinônimo da irreverência da coreografia das estudantes. A beleza das roupas, o encurtamento das saias, a desenvoltura e agilidade dos movimentos das meninas, a exposição do corpo, nas acrobacias rítmicas em frente ao "pavilhão nacional" e, aos olhos atônitos dos presentes, feriram o "sentimento de feminilidade", arraigados em alguns espectadores. Para estes a feminilidade fora deturpada "grosseiramente pelos gestos".

Cabe ressaltar que duas questões afloraram nessa polêmica, encerrada com dois artigos escritos pelo padre Carlos Probst sobre a "feminilidade cristã". O vigário contou com o apoio de 1.100 congregados marianos e 1.651 filhas de Maria. A primeira diz respeito ao controle da sexualidade feminina, e,

45. Folha de Londrina. p.1, 10 set. 1954.

46. A professora, de nome Edelvina Barbosa Regis, formara-se pela Escola de Educação Física do Estado de São Paulo. Diante da furiosa reação católica sua voz silenciou, pelo menos nos jornais, já que não encontramos nenhum texto seu, nem qualquer outro apoio as suas idéias.

portanto, ao seu corpo, nas escolas cristãs e a outra refere-se à resistência dos discursos conservadores às mudanças, envolvendo o universo das mulheres, que não fora privilégio de Londrina. Os artigos do padre constituíram-se em uma verdadeira campanha contra a emancipação feminina e a reafirmação dos princípios morais e cristãos. De fato, se o sexo feminino, definido como de "natureza melindrosa", fora atacado pelo mal "demoníaco", a "realidade" era dantesca:

"(...) mulher fumando como homem, bebendo como homem, metida em vestido de homem, mulher no desleixo do homem. Falo de coisas mais graves: mulher soldado, mulher marujo, mulher polícia, mulher na oficina, mulher no posto de gasolina, mulher em todo o vasto campo de trabalho do homem.

Coisas gravíssimas: mulher inimiga do lar, inimiga da prole e, conseqüentemente inimiga do homem, mulher enamorada de gatos, cães e cavalos."
47

Subverteram a natureza, bradou o padre irado. Esse discurso, religioso, mas, sobretudo, masculino, parafraseando Marilena Chauí, não só fala de "fora" sobre as mulheres, mas, acima de tudo, trata-se de uma fala cuja condição de possibilidade é o silêncio das mesmas⁴⁸. Conservador, em sua essência, pois avesso a mudanças, repetiria a dualidade do pensamento do século XIX, atribuindo à "natureza feminina" os dons do coração, o poder de unir, acalmar, de pacificar, de consolar, de fazer feliz, de proteger e fomentar a vida. Prosseguia: "se o homem é progresso, a mulher é segurança; se ele é ordem, ela é paz; se o homem é luz; ela é calor." ⁴⁹

47. Feminilidade Cristã I. Folha de Londrina. p. 5, 23 set 1954.

48. CHAUÍ, Marilena, Participando do debate sobre a mulher e violência. In : FRANCHETTO, B. et al, op. cit., p. 25-62.

49. Feminilidade Cristã I. Folha de Londrina. p. 5, 23 set 1954.

A "Caixa de Pandora" ⁵⁰, encarnação da dualidade bem/mal (por sua imprudente curiosidade no Paraíso), subjaz a esse discurso e parece definir o lugar ideológico das mulheres - a esfera privada e a maternidade - espaço de calor, paz e segurança. Ao homem, a racionalidade metafísica - o universo público - o progresso, a conquista, a atividade: ⁵¹

"Para onde iria o homem só, só com sua cabeça quente e rebelde, a não ser passando todos os limites, chegando ao excesso da barbaridade, da crueldade, da loucura? Deus, porém, criador nosso e sempre também pai, ponderou nas asas desse "Dédalo em voo" que se arrasta o filhinho à perdição, o doce peso de um amor feminino, ora de uma mãe ou esposa, ora de uma irmã ou noivinha, ora se quiseses, da própria imaculada mãe de Cristo, e segura por seu peso tranquilo e pacífico, constante e forte, as aspirações violentas do "rei da criação", nos limites da bondade e da misericórdia.

Que há de ser, se, também a mulher, abandonando, numa emancipação louca, os lares e os fogões, as comidas e as roupas, os berços e a hortazinha, outros tantos elementos de paz, de estabilidade, se lança na vida inquieta e fria, barulhenta e egoísta do homem lutador, contra sua própria natureza." ⁵²

Embora fossem perceptíveis mudanças nos papéis sociais, a partir da ação das mulheres nos movimentos contra a carestia, nas feiras livres e contra o preço do leite, nos comitês políticos, nas esferas sociais, os jornais londrinenses continuavam a difundir representações sobre o feminino, com base em modelos hierarquizados, segmentados e diferenciados,

50. Simbologia da mitologia Ocidental da imprudência feminina como causa de males para o gênero humano.

51. Essas características, abundantes na historiografia local definiram o moderno bandeirante - homem - na sua luta incessante com a natureza e o "progresso da região", portanto, agente transformador. A análise do padre católico Carlos Probst parece veicular concepções das teorias antropológicas, e de criminologias como Lombroso, da segunda metade do século XIX, sobre o tema da mulher sedentária, civilizada, conservadora, pacífica, em contraposição ao homem guerreiro, caçador, predador, e, principalmente descobridor e criador, portanto, agente de progresso.

52. Feminilidade Cristã II. Folha de Londrina. p. 5, 11 out.1954.

reforçando as virtudes do "ser mulher" - o recato, a docilidade e a submissão.

A educação feminina religiosa não permitia desregramentos, nem tampouco inversões. Às mulheres, recato, modéstia, humildade e fragilidade, a imagem da virgem perpetuada nas moças da elite londrinense. O colégio Mãe de Deus, separou os sexos, formando somente moças, que foram rigorosamente preparadas para o lar e o casamento. Vítimas de uma repressão corporal extrema, como bem demonstra o motivo da polêmica citada, às meninas vedava-se o uso de roupas curtas, pinturas e tudo o que significasse falta de recato e simplicidade⁵³. Além da vigilância do corpo, postulou-se o controle dos espaços internos, como salas de aula, dormitórios, banheiros, bem como do mundo exterior, controlando a vida das estudantes fora do educandário.⁵⁴

Em sua pesquisa sobre as mulheres de Curitiba na Primeira República, a professora Etelvina Maria de Castro Trindade, expôs o rigor das práticas e metodologias adotadas pelas instituições educacionais religiosos femininas, especialmente católicas. O cotidiano das estudantes era preenchido com orações freqüentes, antes e depois de cada ato escolar, expressadas em fórmulas, jaculatórias e ladainhas; a preparação

53. Sobre educação nos colégios Ver AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil : 1930-1964. In : MARCÍLIO, Maria Luiza (Org.) Família, mulher, sexualidade e Igreja na história do Brasil. São Paulo : Edições Loyola, 1993. p.101-134.

54. A revista A Pioneira estampou em seu primeiro número, em 1948, uma propaganda do Instituto Filadélfia, educandário misto, que tinha internato para 100 moças e 180 rapazes, em prédios separados. Esta escola parecia manter uma educação menos rígida, pois possuía agremiações internas de estudantes, literárias e esportivas, biblioteca, cinema educativo, jornal e revista, embora sua filosofia fosse alicerçada também na ética cristã.138

rigorosa para a primeira comunhão e a confissão; retiros espirituais periódicos, em que as alunas auto-analisavam-se. De acordo com a pesquisadora esta rotina pode ser entendida dentro de uma concepção de "pedagogia da proibição e punição". A partir dela a mulher se vê restrita em sua atuação pública e em suas normas de conduta".⁵⁵ Insiste-se em salientar que a realidade das escolas religiosas, em diferentes localidades, não diferiu da interpretação da professora, como foi o caso de Londrina.

3. A ESFERA PRIVADA: REPRESENTAÇÕES IDEAIS

A recorrência ao modelo-ideal de mãe e esposa nos jornais demonstrou uma nítida preocupação com a valorização do ambiente doméstico, embora com ares de moderno. No lar a família burguesa estaria a salvo, visto gozar de conforto, privacidade e proteção e com ela também as virtudes e a verdadeira missão da mulher:

"A mulher, já o disse alguém, tem sempre qualquer coisa de doce e de quente, como uma tênue chama eterna que lhe concedeu a bondade infinita de Deus, para que ela cumpra a missão de fazer felizes os que vivem a sua volta.

(...)

Conservar intacto, no seio da família, o laço doce e íntimo que deve ligar por toda a vida, é talvez o maior ato e puro privilégio da mulher.

É ela e mais ninguém que mantém unidos os seus entes queridos, que faz da família uma instituição perene, sagrada, indissolúvel, capaz de enfrentar

55. TRINDADE, Etelvina, Clotildes ou Marias : mulheres de Curitiba na Primeira República. *Questões e Debates*. Curitiba, v.11, n. 20/21, p. 23, jun./dez. 1990.

todos os amargos e traiçoeiros golpes do destino."⁵⁶

Reminiscência dos preceitos positivistas, a mulher na vida privada, deveria desenvolver suas qualidades de altruísta, de conformismo e dedicação aos filhos, sendo uma sentinela e guardiã da família. Esta conexão já aparecia no tema "*A família, célula - mater da Pátria, e Maria*", desenvolvido e proferido pelo futuro bispo de Londrina, então padre Geraldo Fernandes, no Primeiro Congresso Mariano do Paraná, realizado em Curitiba, de 4 a 11 de abril de 1948.⁵⁷

A partir de 1957 foram organizadas campanhas anti-comunistas e favoráveis à moral, a nível nacional que conclamaram as "*guardiãs do lar*". Sem abandonar as preocupações de mãe, educadora e profissional as mulheres foram chamadas a defender a "*tranquilidade, a segurança e a estabilidade*"⁵⁸ da ordem social, combater o comunismo - "*doutrina inimiga dos lares*" - através das ligas católicas, em uma verdadeira batalha travada na esfera pública. Nestas condições as mulheres deveriam abandonar "*a reserva e a semi-obscuridade da vida doméstica*"⁵⁹ e defender o regime. As mulheres, em Londrina, foram chamadas, através da imprensa a se incluir nesse movimento da "*nação*".

A propósito, foi a partir deste momento, que a

56. Folha de Londrina. 21 fev. 1958.

57. AZZI, Riolando, op. cit., p. 11.

58. Uma necessidade do regime. Gazeta de Londrina. 07 ago. 1949.

59. O que compete à mulher na hora presente. Gazeta de Londrina. 09 out. 1949.

vinculação entre mulher e política foi tratada nos jornais, porém com extrema cautela, e sutileza, destacando-se a necessidade da ação feminina no âmbito do público, somente como reafirmação de sua "natureza" de moralizadora e regeneradora. Assim, a moral se infiltra na política a partir da construção da representação da mulher como "guardiã dos valores morais". Esta concepção diferiu da propaganda de fim dos anos cinquenta como veremos adiante.

"(...) para que as mulheres entrem na vida pública e participem nos deveres e obrigações que anteriormente corresponderam de maneira exclusiva ao homem." ⁶⁰

Esta campanha encetada nos anos que se seguiram ao término da Segunda Grande Guerra, visou aglutinar o apoio feminino como "colaboradora" a nível nacional e internacional em prol das grandes causas, numa verdadeira legião, em defesa da ordem social, da moralização dos costumes e do saneamento moral, sob a liderança da Igreja Católica. Pretendeu estabelecer o lugar da mulher na política, isto é, na luta pela "preservação da família, pátria e religião". Combateu ações emancipacionistas e definiu os espaços femininos - a esfera privada - nos cuidados com as lides domésticas, nos afazeres familiares e na educação dos filhos. Parece que o feminismo do início do século XX, de mulheres proeminentes, que lutaram essencialmente pelo direito do voto, vinculadas à elite, mas que pregaram a emancipação econômica, intelectual e a participação na esfera política da mulher, insistindo, porém, em reafirmar o "domínio doméstico como lugar natural da mulher e

60. Uma necessidade inadiável. *Gazeta de Londrina*. 07 ago. 1949.

sua vocação suprema como mãe de família" ⁶¹, não causava mais espanto às vozes masculinas, uma vez que esse movimento fora definido de modo externo à vivência feminina.

Este embate dual consubstanciou-se nos jornais, no eterno conflito entre o conservador e o moderno, o tradicional e o novo. Delimitou espaços de sociabilidade e convivência. Definiu os novos papéis a serem desempenhados, pelas mulheres na esfera pública - política, trabalho, educação e na vida social. Exigiu, ainda, a valorização da beleza, a descrição dos comportamentos e posturas. Glorificou-se, positivamente, a maternidade, a figura da esposa e o lar, aquilo que Foucault chamou de "*as formas moleculares de poder*" ⁶². Neste contexto em que muitas mulheres não quiseram se privar mais da relação com os outros pela palavra e pela ação na construção e nas decisões, concernentes ao mundo comum, no dizer de Hanna Arendt, o discurso expressou-se de maneira conciliatória. Surgiram, construídas socialmente, representações sobre o feminino, que aliaram a nova imagem da mulher aos antigos e virtuosos papéis sociais, pertencentes à moral burguesa. Restrita a essas condições a mulher poderia inserir-se no espaço público, porém, através da expressão de suas qualidades e atributos naturalizados, quais sejam a maternidade, o papel de esposa e o de dona de casa.

Alguns textos delinearão os comportamentos espe-

61. PAOLI, Maria Célia, op. cit., p. 84.

62. FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Tradução por Roberto Machado. 8. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1979.

rados de uma esposa que além de se preocupar com a casa, deveria cuidar do bem estar do marido:

"Não permita ao marido ver durante muitas horas a televisão; faça-o dormir cedo; equilibre a dieta de modo a que não engorde muito; convença-o que aos quarenta anos não lhe faz bem aceitar na praia os desafios dos nadadores mais jovens; convença-o a jogar golfe ao invés de nadar; acompanha-o ao médico para um exame de controle pelo menos uma vez ao ano; encoraje-o a confessar-lhe as preocupações, mas escute-o com muita compreensão evitando-lhe absolutamente censura." ⁶³

Ou neste caso outro fragmento, onde o cronista esculpiu o espectro da esposa que ganhou ares de refinamento cultural:

"(...) eis os dotes que deveria ter uma boa esposa hoje: cultura suficiente para compreender as exigências do marido e não deixá-lo no 'seu mundo'; capacidade de sentir-se à vontade e consequentemente mover-se com desenvoltura dentro e fora de casa; espírito de adaptação ao trabalho e conservar-se necessária, mesmo depois do casamento, de modo a poder ser uma ajuda sensível ao balanço familiar." ⁶⁴

Ser doce, alegre, sedutora, meiga, suave, não ter gestos de comandos ou de ódio, ser elegante e encantadora⁶⁵ foi o conjunto de representações que compôs o ideal de feminilidade de uma esposa. Acrescente-se a isso a capacidade de adaptação e o zelo constante pelo matrimônio, que, em última instância era a *"suprema felicidade da mulher"*⁶⁶. Para tanto, a mulher

63. Feminilidades : cuidado com o marido. Folha de Londrina. p. 5, 29 out. 1959.

64. Ibid.

65. Coluna Carnet Social : Especial para a mulher. Folha de Londrina. p. 3, 20 nov. 1955.

66. Feminilidades : Isso é tudo amor... . Folha de Londrina. p. 3, 25 jan. 1956.

deveria adaptar-se e interessar-se pelo trabalho e preferências do marido. Como se não bastassem esses ingredientes para um casamento perfeito, outras exigências, reservaram à mulher características de dinamismo e passividade nas relações de gênero, definidas pela sensibilidade feminina. O que importava não era a individualidade e a satisfação feminina, mas a do cônjuge, uma vez que todos os conselhos e mandamentos destinavam-se a construir a mulher perfeita, e alguns poucos procuraram delinear a "natureza" masculina.

A linguagem imperativa e impositiva⁶⁷ desenvolvida nas colunas femininas, com verdadeiras armadilhas lingüísticas, pretendia persuadir as mulheres a adotarem regras de comportamentos e a aceitarem seu destino de eterna "chama do lar". Essa mulher produzida e idealizada nos periódicos locais, etérea e volátil, em nada se assemelhou com as mulheres comuns, que "abandonavam" o lar para se inserir no mercado de trabalho possível, possuíram amantes, foram descasadas, brigavam nas ruas, nada aparentando de recato e sofisticação exigidos sempre do modelo de "mulher moderna". Além disso, a prática de esportes, as férias nas praias - hábitos dos novos ricos - considerados como medidas higiênicas e salutaras, longe estiveram de corresponder ao cotidiano da população pobre da cidade.

As representações construídas e reproduzidas ao

67. Dulcília Buitoni, em *Mulheres de papel*, desenvolveu a argumentação sobre as armadilhas lingüísticas da imprensa feminina que pretenderam convencer e impor, às vezes pela persuasão, outras pela fala imperativa. op. cit., p. 75.

nível desses discursos, com seus mecanismos e estratégias de ilusão e de inversão, embora, distintos em seu engendramento temporal e em seus conteúdos sofreram suas reatualizações.

Assim, ao lançar meu olhar para revistas e jornais, agora mais sofisticados e elaborados que os de então, dirigidos a mulheres, com conteúdos e dramas cronológicos e emocionais distintos, tenho a impressão de reeditar as contradições, angústias e dúvidas, que se corporificaram internamente ou se expressaram de outras formas na identidade e individualidade dessas mulheres. Como conciliar a casa, os filhos, o marido, a eterna beleza, a disposição física, a alegria, a meiguice e outras tantas convenções? Mesmo portadoras de valores herdados e idéias fixas, as mulheres daquela época, se seguissem as armadilhas das imagens, teriam de abandonar o seu "*eu próprio*", a sua "*individualidade*", enquanto ser que pensa, sente e age por si, e por seus desígnios. Esses dramas, valores comuns às distintas categorias de mulheres indicadas neste trabalho, obviamente percebidas e apreendidas por diferentes nexos, gestos e intensidades dos diversos sujeitos históricos, dialogam conosco hoje, e nos reeditam os pontos de interseção e fusão das experiências de vida dessas mulheres de épocas diferenciadas da nossa.

As imagens idealizadas nos jornais contrastam com a individualidade das mulheres concretas. Referências objetivas inexistem. Têm-se impressões fragmentadas e fortuitas. Assim, algumas assumiram os estereótipos, casaram, tiveram filhos, foram exclusivamente do lar e de seus maridos e foram

"felizes". Outras não se enquadraram e permaneceram solteiras ou ao questionarem seus papéis e assumirem posturas diferentes das idealizadas romperam seus casamentos, prepararam-se profissionalmente e reconstruíram suas condições concretas de existência. Deve-se dissipar qualquer dúvida quando a defesa da transposição das representações para as vidas concretas. Sendo assim, acredita-se poder demonstrar a inconsistência da noção de linearidade e dar ênfase à interpretação crítica do historiador. Isso implica em transcender as referências formais de qualquer natureza, e perscrutar o cotidiano, o individual ou o coletivo, nas mediações sociais concretas ou pelo menos, próximo delas.

A esposa de quem e para quem falam os periódicos, além de todas as virtudes desejadas, deveria cuidar minuciosamente de sua aparência e beleza física, continuando a ser "encantadora aos 50 anos". Para tanto, são repetitivos os conselhos, expostos na coluna **Feminilidades**, à mulher para que conserve sua jovialidade, beleza e encanto. A visibilidade social do "belo sexo" e a conjugalidade burguesa impuseram preocupações com etiquetas, estética e beleza. Nesse complexo campo de redefinição de papéis e valores, a mulher seria induzida a assumir a imagem da modernidade, que incluía o consumismo do mundo dos cosméticos e da moda, à medida em que a vida social demandava sua presença, porém envolta num clima de "glamour", mistério e fascínio, imitando, às vezes, a fantasia das atrizes do mundo cinematográfico.

"Pode uma dona de casa ser encantadora, glamurosa e atraente para o seu marido? Será que estas palavras, podem entrar para o dicionário de uma

atarefada mãe de família? Parece-nos difícil. Entretanto, estas questões não sejam fáceis de responder, vejam o dicionário:

Glamour: 'misteriosa, fascinante', 'chamam envolvente', palavras mágicas' ou 'que influenciam', 'encantamento'.

É uma definição muito difícil em relação a uma dona de casa. Como é que ela pode ser 'misteriosamente fascinante' para um homem que a vê pela manhã, à tarde e à noite? Rodeada de crianças correndo e fazendo gritaria e algazarra e tendo de alimentá-los e supervisionar o serviço da casa ou fazê-lo ela mesma.

Não é fácil - está certo - mas pode ser conseguido. Conhecemos numerosas esposas felizes que encontraram a chave do segredo." ⁶⁸

Qual teria sido a chave mágica desse eterno fascínio? O cronista não titubeia e abre a caixa mágica:

"Seja impecável na toilette e no seu trato pessoal. Pense sempre que cada dia você tem de conquistar a simpatia de seu marido." ⁶⁹

Ao ler e tentar apreender e compreender as armadilhas desses discursos, veiculados, nos anos 40 e 50, em uma cidade do interior, detecto imagens e representações que criaram seus frutos nos dias atuais. É comum ao folhear a maioria das revistas femininas, agora mais especializadas, encontrar permanências e readaptações desses discursos antigos, com uma visão pragmática da vida das mulheres em sociedade.

68. Feminilidades : Esposa encantadora aos 50 anos. Folha de Londrina. p. 5. 16 abr. 1959.

69. Feminilidades : Conselhos para a esposa. Folha de Londrina. p. 03. 25 out. 1957.

Os conteúdos que circularam nos jornais por certo alvoraçaram a população feminina. A exemplo de jornais das capitais e de outros estados criou-se "*O Clube Feminino*", coordenado por Maria Angela, para a missão de "*alegrar o lar, fazendo dele um refúgio para aqueles que trabalham pelo crescimento de sua terra*" ⁷⁰. Este clube despertou o interesse das mulheres, admitindo sócias, que participaram de reuniões e enviaram cartas à redação do jornal. Os temas giravam em torno de sugestões de beleza, arte culinária, decoração, moda, cuidados com o lar e educação dos filhos. Infelizmente, as referências a esta agremiação são parcas, o que não permitiu maiores reflexões.

As imagens de mulheres ideais veiculadas nos jornais, pretenderam mantê-las circunscritas ao lar e instrumentalizá-las a desempenhar os papéis prescritos de esposa e dona de casa. O lar é definido como a verdadeira imagem da insuperável felicidade terrena:

"(...) aprender a ser boa cozinheira e dona de casa econômica e inteligente. É sua obrigação, como a de teu esposo é ter a responsabilidade financeira do lar." ⁷¹

Uma esposa que ajudasse o marido e não lhe desse despesa era o desejado. Ao homem o privilégio de ser o chefe da família, aquele que mantém o orçamento doméstico familiar, enquanto que a mulher se torna a administradora dos gastos, tendo autonomia somente para negócios pequenos, aqueles

70. Às novas leitoras. *Folha de Londrina*. 3 maio 1959.

71. *Carnet Social : Especial para a mulher - as recém casadas. Folha de Londrina*, 25 fev. 1955.

relacionados ao abastecimento de gêneros alimentícios, compras de roupas para os membros da casa, devendo ser acima de tudo econômica. As decisões importantes, de vulto, no discurso parecem continuar a ser atributo masculino⁷². Verifica-se ainda uma campanha sub-reptícia visando incutir hábitos de conforto e economia (poupança) que , passou pelo crivo das mulheres.

O trabalho doméstico, enfadonhamente valorizado, representava o tempo fluído e fragmentado das práticas e poderes das mulheres que significou organizar a vida íntima:

"Nenhum outro trabalho, mesmo o que é largamente renumerado, pode dar a uma mulher o sutil, mas profundo prazer de haver realizado as humildes tarefas caseiras, aquelas para as quais nasceu e das quais lhe virão estima e satisfação.

(...)

O mundo da mulher é a sua casa e a sua família (...). A verdadeira mulher é a rainha da sua casa, e ela sabe que nas suas frágeis mãos está encerrada a felicidade e o bem-estar dos seus entes queridos (...)." ⁷³

Os afazeres domésticos significam o máximo de valor atribuído à mulher, pois enquanto uma vocação, o dom de governar o lar perpetua os alicerces básicos da família burguesa: manutenção da privatização da vida e dos membros da família e a importância da esfera íntima. Além de desviar as atenções das mulheres para outras possibilidades a esfera

72. No ano de 1959, foram veiculados três artigos sobre economia doméstica, intitulados, "como gastar o rendimento da família; onde Isabel Friedrich, do E.T.A, Projeto 15, ensina a planejar através da elaboração de um plano de gastos, visando manter o equilíbrio financeiro da família ajustado ao seu modo de vida. A mulher teria papel decisivo, como guardiã da família e dos gastos, numa época de deflagração de crise econômica cafeeira. (Folha de Londrina, 21/06/59, 04/07/59, 11/07/59).

73. Feminilidades : felicidade doméstica. Folha de Londrina. p. 5. 14 jun. 1959.

pública acenava-lhes, com o trabalho doméstico, ou consumia forças e energias numa preocupação infundável e rotineira.

4. ESFERA PÚBLICA: EMANCIPAÇÃO E ACOMODAÇÃO

À preocupação em criar representações de uma mulher ideal, segue-se uma extensa discussão sobre a educação feminina, visto tratar-se de um debate de âmbito nacional, refletindo a tendência, na segunda metade do século, ao processo de individualização da mulher⁷⁴ com respeito a sua profissionalização.

A historiadora Ana Paula Martins, em sua dissertação de mestrado, pode comprovar, a partir de duas tabelas de *"distribuição percentual da proporcionalidade entre os sexos nos cursos médios e superior completos no Estado do Paraná"*, de 1950-1970, que houve um aumento considerável da escolaridade feminina, nos níveis médio e superior, principalmente no primeiro, em decorrência da abertura para profissionais mulheres nas áreas administrativas, financeiras, educacionais, tanto no setor público como no privado.

Em 1960, em Londrina no seu jubileu de Prata, contatamos que algumas moças de famílias enriquecidas deixaram a cidade para cursar a faculdade, a exemplo de Iveth Agari, que na época estava no quarto ano da Faculdade de Direito

74. MARTINS, Ana Paula Vosne. *Um lar em terra estranha : a aventura do individualização feminina, a Casa da Estudante Universitária de Curitiba, nas décadas de 50 e 60*. Curitiba, 1992. Dissertação (Mestrado). UFPR. Departamento de História, 1992. p. 15-16.

Mackenzie, tendo freqüentado ainda os cursos de Higiene Mental pela Faculdade de Medicina de São Paulo, Problemas Brasileiros, Cerâmica Artística, Música e Criminologia pela Faculdade de Direito. Sua irmã Odette estava formada em Filosofia, tendo ainda os cursos de Psicologia, Literatura Brasileira, Higiene Mental pela Faculdade de Medicina de São Paulo, Problemas Brasileiros, Cerâmica Artística e Música⁷⁵. Como estas, outras mulheres abriam seus caminhos profissionais com diploma de curso superior, obtidos em faculdades fora da cidade.

Em Londrina, o jornal *Folha de Londrina*, veiculou extensos artigos abordando "*a evolução intelectual da mulher*", dentre outros, que discutiram a importância do preparo intelectual - profissional feminino - resgatando a historicidade da temática desde a Colônia até a República no Brasil⁷⁶. A fatal constatação da conquista feminina:

"Mas a mulher acabou por dar, das possibilidades de sua inteligência, a mais cabal das provas: - manifestou-se pela ação em todos os setores da atividade humana. Insinuando-se, esquivando-se, vencendo mil tropeços, derrubando preconceitos seculares, conquistou o privilégio de instruir-se, e, hoje, o trabalho feminino corresponde a uma necessidade econômica e social (...) Tão pouco importa renúncia aos direitos ou negligência aos deveres peculiares ao sexo." ⁷⁷

Instruir-se é preciso, porém, nunca esquecer de aproveitar as aptidões específicas femininas, suas tendências naturais, de maneira a tornar as mulheres úteis à sociedade,

75. BRANCO, G. ; MIONI, F., op. cit., p. 181-182.

76. *Evolução intelectual da mulher*. *Folha de Londrina*. p. 08, 3 jul. 1959; 4 jul. 1959 e 5 jul. 1959.

77. *Folha de Londrina*. p. 8. 03 jul. 1959.

conclamava o professor Galdino Moreira Filho. Então, a seqüência natural foi a valorização da mulher-educadora, possuidora de atributos especiais como a inteligência, intuição, paciência e devotamento. Não esquecer jamais de *"manter os seus predicados de feminilidade, constituindo ao lado do homem uma auxiliar na solução dos problemas, sem perder jamais o papel de esposa e mãe"*. ⁷⁸

O magistério carreira propícia ao gênero feminino não ofendia os estereótipos criados sobre a *"verdadeira natureza"* e sobre a verdadeira *"missão de mulher"*. Não era ela uma professora que levava à sala de aula o ofício que sempre exercera no quarto das crianças? Inegável que seu destino como professora seria bem mais lúgubre do que sua *"vocação de mãe."*
79

Profissões liberais para as mulheres continuavam sendo raras exceções. O acesso às faculdades no final do século XIX e a aquisição do direito ao voto em 1934, possibilitou à mulher brasileira adentrar no mundo polarizado por homens e exercer profissões como a medicina, advocacia e odontologia. Nenhuma referência nos jornais a esse respeito. Porém, em 1954, algumas profissionais liberais estabeleceram-se no *"Eldorado"*

78. Folha de Londrina. p. 8. 5 jul. 1959.

79. Em 1958 existiam 6 grupos escolares, todos dirigidos por mulheres, a saber: Hugo Simas/Mercedes Camargo Madureira; Evaristo da Veiga/Yolanda Nella Voigt Consentino; Benjamin Constant/Rosalina Lopes Franciscon; Nilo Peçanha/Nilza Marino; Willie Davids/Francisca Garcia Lopes; Vila Brasil/Cinira Loures Salinet. A Escola de Aplicação e a Escola Paroquial, de ensino primário, eram dirigidas, respectivamente, pelas professoras Maria do Carmo Freitas Pinheiro e Cacilda Nunes. O grupo Escolar Hugo Simas, o maior estabelecimento da região, possuía em seu quadro de docentes cinquenta e sete professoras normalistas.

O magistério, denominado na época de escola normal, destinado a formar professoras, era minestado em cinco estabelecimentos, entre oficiais e particulares. (COUTINHO, H. Pulgari. Londrina : 25 anos de sua história. São Paulo, [s.n.], 1959. p. 87-88).

Cafeeiro", dentre elas a advogada Margarida Adélia Gulyas, as dentistas Angela Parras Munhoz, Heloíza Santos Palhares, Julia Fabre Adan, Severina Colabelli Alho, Joselina Parada Coutinho, Maria A. Bojante, e, por fim, as médicas Isolda Winter, Maria José Queiroz, Lígia Busch Iversson, Leonor N. Stochero e Yolanda Skowronek⁸⁰.

Com as transformações vividas pela cidade, em meio ao "*boom do café*", ao crescimento no setor comercial e financeiro, fez-se notar a instalação de lojas, magazines, escritórios, restaurantes e estabelecimentos bancários. Descobriu-se a utilidade das mulheres, empregando-as em serviços de vendas, burocráticos e no setor público, tais como: correio, prefeitura, biblioteca, escritórios, serviços de datilografia, como secretárias, e, principalmente como domésticas. Este último, tornou-se o filão de emprego para as mulheres pobres, que penetravam na racionalidade e complexidade de uma economia capitalista, além do magistério, como já ressaltado, sobretudo na escola primária, onde muitas mulheres destacaram-se, contribuindo inclusive com artigos para os jornais, como é o caso da professora Clara Brilman.

Em 1959, neste fértil terreno, contrastando sempre com a complacência masculina e o lar formado, é que os jornais aderem à discussão do tema acerca da profissionalização da mulher.

80. Nomes extraídos da ALMEIDA, Glastone H. *Guia Geral de Londrina*. Londrina : Empresa Propagandística do Norte do Paraná, 1954. p. 151-188 e ESTEVES, Antônio. *Índice de Londrina*. Londrina: [s.n.], 1958. p. 20-23.

"Convença seu marido aos poucos. É difícil para um homem que conhece a louca agitação do mundo dos negócios, compreender que a mulher prefira isto à paz do lar." ⁸¹

No ano seguinte, o assunto ressurgiu em tom poético, com uma linguagem conhecida pela leitora:

"Igualdade de direitos, sim mas desde que as mesmas mulheres não se esqueçam de que não são iguais, nem inferiores, nem superiores aos homens, mas sim eternamente mulheres femininas, pacientes, tolerantes, indulgentes, sempre prontas a esquecer e perdoar, sempre dispostas a abrir mão de seus interesses todas as vezes que os interesses do lar, do marido e dos filhos exigirem tal renúncia." ⁸²

A vida privada - onde podia-se dar vazão ao afeto, às fraquezas e inseguranças - é a todo momento lembrada como responsabilidade da "mulher emancipada". Companheira à altura do marido, administradora da casa e responsável pelo lar estruturado. Abrigo afetivo e tranquilo, a mulher moderna pode agora sujeitar-se à exibição pública de sua capacidade e talento. São indicadas para a mulher que pretende "emancipar-se" algumas profissões.

"A solução ideal, representada pelas profissões livres (fotografia, advogada, jornalista, arquiteta). Também uma professora pode continuar a exercer a profissão depois do casamento; o mesmo se diz da costureira, datilografa, secretária e da manicure." ⁸³

Conselhos estratégicos eram divulgados de modo a auxiliar a mulher a dotar-se da "civilidade" necessária, para

81. A mulher e o trabalho. Folha de Londrina. p. 5, 4 ago. 1959.

82. Feminilidades : Igualdade de direito e o respeito à mulher. Folha de Londrina. p. 5, 17 mar. 1960.

83. Feminilidades : o trabalho feminino e os aspectos humanas e sociais. Folha de Londrina. p. 5, 25 out. 1958.

sair da esfera da obscura domesticidade, e circular no espaço público, com desenvoltura e postura adequadas. Por isso os colonistas davam dicas de como procurar emprego pessoalmente e como vestir-se de forma adequada.⁸⁴

Porém, a crítica mais contundente ao ditado popular "os homens devem trabalhar e as mulheres temer a Deus, chorar e calar a boca", vem da voz da professora Clara Brilman, assídua colaboradora da *Folha de Londrina*, em seu artigo "Mulher e Trabalho":

"Não há lugar para a mulher insolente na sociedade. A função dela é cada vez de mais responsabilidade. Dentro do lar como esposa e mãe, zelando pela organização e harmonia da vida familiar e orientando na educação dos filhos. Fora do lar, a vida moderna lhe exige a contribuição ativa para o bem estar da coletividade.

(...)

As mães cabe, a responsabilidade de preparar as jovens para o desemprego de uma profissão, mesmo que tudo indique que não a exercerão depois de casadas."⁸⁵

A mesma professora, escrevera um outro artigo, em 1959, "A mulher e a política", discutindo a restrição à capacidade jurídica da mulher casada, elogiando os projetos em tramitação, no mesmo ano, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado, destinados a revogar os Estatutos da Sociedade

84. Feminilidades : Procure emprego pessoalmente. *Folha de Londrina*. p. 5, 7 ago. 1959.

85. *Folha de Londrina*. p. 8. 28 jun. 1959. O discurso da professora Clara em muito se assemelha ao entusiasmo das escritoras e poetisas do início do século, que contribuíram para formar a opinião feminina na *Revista Mensageira*, a primeira revista feminista escrita e editada por mulheres em São Paulo. Essas mulheres de letra aderiram em certa medida à luta nos países "civilizados", e a exemplo da professora, não abandonaram a imagem da mulher modelo, esposa, companheira, porque interlocutora do marido - e mãe - segura educadora de seus filhos. (Ver BRESCIANI, Maria Stella. *O Anjo da Casa*. Campinas. IFCH. UNICAMP, 1991. Primeira Versão, n. 29).

Conjugal, certamente, conferindo à mulher o direito de atuar na administração dos assuntos públicos. O argumento era simples. A mulher dentro dos limites de *"seu pequeno mundo, na cidadela que é o seu lar, a mulher age como política: administra. Na escola como diretora ou na sala de aula como professora, a mulher administra"*. O *"sexo frágil"*, na expressão da educadora:

"(...) está emergindo da situação de ser inferior para ocupar na sociedade humana a posição que lhe cabe como criatura que tem deveres, direitos e possibilidades. Sua opinião está sendo acatada com a seriedade que merece o que provem de um ser pensante. Atualmente periódicos, revistas e jornais, fazem inquéritos com mulheres sobre toda a sorte de assuntos. Mulheres de destaque no cenário social, cultural ou, mulheres tão somente que opinam sobre arte, política, situação e problemas locais, nacionais e mundiais." ⁸⁶

Os jornais passaram a noticiar periodicamente o engajamento feminino nos comitês pró-candidaturas de políticos locais, como Ney Braga, Nelson Maculan, Plínio Costa⁸⁷. Estes comitês femininos se autodeterminaram a tarefa de articular a dona-de-casa e retirá-la do *"fogão para a tribuna"*, intensificar o alistamento feminino, promover levantamento das necessidades nos bairros, vilas e na zona rural, encaminhar soluções para problemas de ordem social, como também para aqueles referentes à assistência social, médica, dentária e farmacêutica, bem como estudar as possibilidades de instalação

86. A mulher e a política. **Folha de Londrina**. p. 8. 14 jun. 1959.

87. Donas de Casa movimentam-se em torno da Campanha Ney. **Folha de Londrina**, 10 jul. 1960.
Arregimentação feminina pró-candidatura Nelson Maculan. **Folha de Londrina**, 12 maio 1960.
Instalado em Londrina novo Comitê feminino Pró-Plínio. **Folha de Londrina**, 23 ago. 1960.

de cursos de alfabetização de adultos⁸⁸. É a extrema valorização da filantropia e da assistência social, possibilitando às elites conforto espiritual e paz às famílias burguesas, assim como projeção política aos homens da região, auxiliados por suas mulheres.⁸⁹

Ocorre-me perguntar como essas mulheres que vivenciaram as transformações econômicas e sociais, bem como aquelas no imaginário, deveriam educar suas filhas que, afinal, mais que elas, teriam acesso à autonomia e à individualização, antes somente prerrogativas de homens. As respostas nos jornais, em nada se aproximam das idéias feministas da professora Clara, mesmo porque, o "*delicado sexo*" para quem se dirigiam, continuava a ser submetido a uma educação higiênica, voltada para os encargos domésticos e os dotes maternais. Acrescente-se os hábitos de "*toilette*", de fazer ginástica com finalidade de postura perfeita e movimentos graciosos, a construir socialmente, desde muito cedo, esse ser mulher.⁹⁰

5. EM BUSCA DA SEGURANÇA

A valorização do casamento foi recorrente nos jornais e tema latente, por conseqüentencia, no imaginário

88. As mulheres em 1959 representaram menos de um terço dos votantes paranaenses. Exatamente 178.763 eleitoras contra uma maioria de 503.924 eleitores. Curitiba liderou o número de eleitoras com 104.105, seguida de Londrina com 25.346; Ponta Grossa com 20.763 e Guarapuava com 12.881. Por certo a mobilização feminina foi fundamental na arregimentação de eleitoras, mesmo tendo sido, considerado inexpressivo nesse índice. (Folha de Londrina. p. 08. 13 maio 1959).

89. A Folha de Londrina de 27 de maio de 1952, deu a notícia da eleição de Madalena Piza, para o cargo de Vereadora de Uraí, pelo PTB, a única mulher vereadora no Norte do Paraná. (p. 5).

90. O problema das meninas. Folha de Londrina. p. 2. 10 fev. 1957.

feminino. Este aspecto demonstra que as transformações urbanas não representaram a expressão autônoma da individualidade feminina, que pudesse gerar sua própria inteligibilidade e participação direta no interior da sociedade. Não se pode confirmar até que ponto as representações sobre o casamento foram absorvidas pelas mulheres da elite e das camadas médias.

A valorização feminina aparece registrada através de uma forte ligação a um homem, da realização pessoal através do marido e dos filhos, sem a qual não parece haver muito sentido na vida. Editando mandamentos para não ficar solteira, guias práticos para encontrar um marido e realizar um bom casamento, métodos infalíveis de como segurar um marido, manuais de como se casar com um homem rico, as colunas **Feminilidades e Conselho Especial para a mulher**, conceberam o casamento como destino natural da mulher. Imperou a imagem de que a mulher utilizando-se de ardis, fornecidos pela sua própria "natureza", alidados à vaidade e **coquetterie**, sem exageros, estava dotada a não ficar para titia. Eis algumas virtudes da candidata a não-solteirice:

"PRODIGALIDADE - É muito preocupada com vestidos novos, só pensa e fala neles? Quando aceita um convite para um lanche ou refeição em restaurante, escolhe o que há de mais caro? Insiste em tomar um taxi, quando pode tomar um ônibus? No teatro ou cinema, exige sempre as melhores localidades? Corrija-se, se este é o seu caso. Um homem tem sempre este ideal: um lar confortável que seja sustentado com o que ganha. Ora, se ele chegar a pensar que não ganha o suficiente para sustentar uma mulher com esses luxos, naturalmente não falará em casamento.

IRONIA - Muitos homens conservam uma timidez secreta. E quando mais gostam de uma mulher, mais temem não ser bem acolhidos. Evite pois, tratar um homem com ironia, sem a necessária benevolência. A ironia só é agradável a quem a põe em prática, já

que a vítima guarda sempre, algum ressentimento. Mostre-se amável, simples e boa. É a melhor maneira de conquistar o coração de um homem.

NEGLIGÊNCIA - A primeira vez que for ao encontro dele com um vestido ao qual falta um botão, ou com um sapato branco não muito limpo ele achará graça, não tenha dúvida. Mas evitará também - não tenha a menor dúvida - continuar a sair com uma mulher de aparência tão desleixada! Também notará que suas unhas não estão bem tratadas, que seus cabelos não estão lá muito limpos ou bem penteados. E - isso é falta - começará a elogiar suas amigas 'sempre impecáveis', 'sempre tão encantadoras', (...) E é uma mulher ao tipo destas últimas que ele escolherá para esposa.

NERVOSISMO - Os homens têm mais massa muscular do que as mulheres e, portanto, mais calma (assim afirmam os médicos). Um pouco de alegria, de estouvamento dará a você mais um pouco de juventude. Mas não exagere; ele poderá pensar que você é uma nervosa. E se pensa em ser seu marido, fatalmente pensará também na possibilidade de ter de suportar, toda uma vida, o tormento que você lhe infligirá, minuto após minuto.

TAGARELICE - Você gosta de falar muito e seu companheiro, incapaz de acrescentar uma palavra ao fio de seus discursos, ficará relegado a simples condição de ouvinte. Acreditando-se cheio de interesse, você lhe contará com todos os detalhes, a queda que levou, quando tinha três anos, e as peripécias para conseguir encontrar uma bolsa branca que correspondesse exatamente ao que você sonhara. Não se espante se a sua vítima retornar à antiga namorada que, doce e discreta saberá calar e escutar o que ele tem a dizer..."⁹¹

Desde 1956, denotando a preocupação em regulamentar o casamento e controlar a esfera íntima, a **Folha de Londrina**, veicula a notícia da criação de Cursos para Noivas. Estes visavam preparar as futuras esposas, utilizando-se das imagens de mulher higiênica, calma, silenciosa, pródiga, jovial, condenando os casamentos embasados no romantismo excessivo. Em Londrina, **O Curso de Preparação para o Casamento e a**

91. Feminilidades : Se não quer ficar para titia. **Folha de Londrina**. p. 05. 11 jul. 1958.

Maternidade, instalado em 1958, era organizado por médicos e religiosos, sob a coordenação da Igreja Católica e ministrado no Colégio Mãe de Deus.

Mecanismo de controle e preservação da família e do casamento esses cursos contaram com a ação "*despojada do catolicismo*" e significaram uma tentativa de vigiar e reprimir a sexualidade feminina, valorizar a virgindade e a pureza, como condições imprescindíveis para o feliz casamento. Ações dessa natureza implicaram em normatizar as relações sociais e sexuais, nas tensões de uma sociedade que convivia com a prostituição em larga escala, uniões livres, defloramentos e estupros. Aspectos paradoxais à moral pregada desnudaram os conflitos no cotidiano das mulheres.

Mulheres perfeitas, casamentos felizes! Eis a utopia burguesa da família como refúgio do mundo exterior, com a complacente figura do "*anjo da casa*", a zelar pelos seus membros, com paciência, dedicação e despojamento.

Michelle Perrot⁹², pontuou as imagens simbólicas femininas, tomadas na literatura e na poesia, que povoaram o imaginário dos homens, durante o século XIX, para demonstrar que esse discurso recobriu a história das mulheres. Esses verdadeiros mitos, de mulher fogo, água, terra, ígnea, implicaram no congelamento dos papéis e na visão dicotomizada dos gêneros: o homem criador/a mulher conservadora, o homem revoltado/a mulher submissa. Acrescenta-se no caso local, o

92. PERROT, Michelle, op. cit., p. 187-188.

homem calmo/ a mulher nervosa, o homem racional/a mulher tagarela, o homem poupador/a mulher dissipadora.

Deste modo, tentou-se demonstrar, que apesar das redefinições dos papéis, da primeira metade do século XX, persistiram algumas imagens que legitimaram a instauração de uma "polícia da família"⁹³ e a condenação de atitudes e comportamentos indígnos de uma mulher, uma vez que investiram-na dos deveres e exercícios de preservar a conjugalidade, manter os costumes e educar os filhos.

O que se depreende da leitura do artigo, "*Se não quer ficar para titia*", é que para se casar a mulher deveria assemelhar-se à imagem da mulher-água: passiva, quieta, amorosa, paciente, instintiva, misteriosa e fonte inspiradora. Porém, essas imagens idealizadas de mulher, apontadas em sua negatividade, parecem se afastar das mulheres pobres, daquelas de carne e osso, e até mesmo das personagens da literatura local.

Em *Escândalos da Província*, que pretende ser um retrato caricatural da sociedade londrinense, dos anos 50, de autoria, de Edison Maschio, cronista local, a personagem Walkiria Sardanapalo, é descrita na trama desse romance, como uma mulher independente, rica, o espelho da mulher moderna, liberada sexualmente, nos trajes e na postura. Filha de novos ricos, afortunados pelo café, aparece como uma mulher graciosa,

93. DANZELOT, Jacques. *A polícia das famílias*. Tradução por M.T. da Costa Alburquerque. Rio de Janeiro : Graal, 1980.

bela, de olhos claros e lábios carnudos, dama ilustre, mas de natureza leviana. A encarnação da eterna Eva. Namorada do prefeito Sinfrônio Arrabal, possuía um amante, ao qual devotava às escondidas o seu amor. Porém, o casamento se lhe impunha como carreira por excelência, a ser seguida obrigatoriamente pela mulher dos segmentos médios e da elite da época. A solução do casamento, fundamental na vida da personagem, era considerada o meio de acumular *status* e fortuna, na feliz união de duas famílias. Mesmo para uma garota rica e "moderna", que queria apenas "circular", no julgamento das suas rivais, o casamento deveria lhe conferir consideração e distinção pública. Resolvido o drama com a realização do casamento um outro tormento a acompanharia por longo tempo. A terrível dúvida foi retratada nos diálogos de outros personagens, que inclusive criticam a sua indecisão:

*"Ademais, é costume aqui em Pequena Londres começar a gerar o filho meses após o casamento. É um modo especial de prender o marido, conservá-lo ao nosso lado. Admito que gerar um filho é marco da glória, aspiração máxima dos homens."*⁹⁴

Esse misto de anjo/demônio, embora criação do discurso ficcional ⁹⁵ sobre a "Pequena Londres", protagoniza

94. MASCHIO, Edison. *Escândalos da Província*. Londrina : Promoções Universitárias, 1967. p. 71.

95. O historiador Paulo de Tarso, em seu artigo, "Entre dois narradores, o discurso da modernidade; o discurso ficcional em "Pequena Londres", considera, que embora tímida no cenário brasileiro essa literatura londrinense, possuía uma "idéia de modernidade", configurando situações dramáticas, crise de princípios éticos e morais, a diluição dos valores, concedendo um sentido histórico à sociedade londrinense, mesmo que a partir da sátira e figuração

o "drama romanesco" das mulheres de então, presas ao normativo destino de uma "mulher honesta", casar-se e ser mãe. Ser Eva ou ser Maria, uma escolha quase sheakesperiana, atormentava as mulheres considerando-se o radicalismo da escolha.

Acredito que a preocupação com o casamento para as mulheres, independentemente da classe social, aparece como forma de controlar e reprimir a sexualidade feminina, consentindo aquele como única via para a sexualização do corpo da mulher. A imprensa contribuiu ao veicular imagens ideais de esposa e mãe, reforçando, no cotidiano, estas possibilidades como o ideal único naturalizado de realização individual possível.

6. "MULHERES DECENTES" E "MULHERES PÚBLICAS"

Outra questão merece destaque no contexto da década de 50, a atração exercida pela figura da prostituta⁹⁶ que, inicialmente, circula livre pelas ruas, e nos locais de lazer da coletividade, como bares, cinemas, logradouros, confundindo-se com as "mulheres decentes".

A presença espetacularizada da prostituta, a

(In : *Questões e Debates*, Curitiba, v. 11, n. 20/21, p. 122-138, jun./dez. 1990).

96. O tema da prostituição é abordado em: MASCHIO, Edison. *Escândalos da província*. Londrina : Promoções Universitárias, 1967 e *Raposas do Asfalto*. Londrina : Promoções Publicitárias, 1987. TRIGUEIROS FILHO, Marinósio. *Crimes que abalaram Londrina*. São Paulo : Flamur, 1973 e *Dos porões da delegacia de polícia*. Londrina : Canadá, 1979. Ver também: morreu Selma, a Rainha da Zona. Folha de Londrina, 07.04.91 e BENATTI, Antônio Paulo. *A orgia do café : boêmia e prostituição em Londrina na década de 50*. Londrina, 1993. Graduação (monografia). UEL. Departamento de História.

expansão das pensões, bordéis e "*chacrinhas*", alerta os poderes públicos para o perigo da presença dessa figura indecorosa, abusada, desordeira, escandalosa, verdadeira força do mal, com suas "*indumentárias exóticas e atitudes condenadas pelo pudor.*" ⁹⁷

A solução proposta pela imprensa ora pendeu para o seu confinamento, em casas de tolerância, afastadas da "*civilização*", desencadeando, perseguição pela polícia de costumes às prostitutas solitárias, como as do baixo meretrício e às mulheres pobres confundidas no "*trattoir*". A real finalidade era obrigá-las a se "*protegerem*" em bordéis e por cafetinas, que com suas "*ligações perigosas*" com fazendeiros, polícia e políticos, garantiam seu espaço de sobrevivência. Ora a visão penalizada e esperançosa de provável recuperação da luxúria, engrossava as opiniões, que propuseram medidas profiláticas e regeneradoras, como forma de garantir a sua recuperação.

Fenômeno tipicamente urbano, o crescimento da prostituição⁹⁸, passa a ser vivido como um problema público, um atentado à moral - lado negativo do progresso. Essa figura da modernidade, pública por excelência, representou o modelo da anti-mulher, pois relacionada a extrema liberalização dos costumes, foi associada à liberdade, independência e poder. Figura poderosa subverteu os códigos de comportamentos.

97. Ronda pela cidade : com a polícia. *Folha de Londrina*. p. 6. 27 ago. 1952.

98. O jornal *O Combate* anuncia em abril de 1957 a estatística de 6.000 "*mariposas*" estabelecidas em Londrina. De cunho sensacionalista, este jornal teve uma linha editorial bastante definida: fazer denúncias, às vezes exageradas, e constituir-se em órgão oponente à política de situação das administrações da cidade.

Os jornais são fartos e enfadonhos em noticiar a prisão em massa das "decaídas", fechamento de "boites" e restaurantes suspeitos e a clamar providências para segregá-las do convívio social:

"De dia com o sol a pino, de noite com a lua ou não, as mulheres desviadas, tomam conta das ruas e cinemas, de bares e restaurantes, infiltrando-se, sem cerimônias, aqui e acolá, onde costumamos levar mães, filhas e irmãs. Isto vai restringindo a liberdade e o direito de família, o mesmo direito e a mesma liberdade que as autoridades deveriam garantir... mas que não garantem." 99

O cronista Marinósio Trigueiros Filho, narrou-nos, que desde os primeiros anos da colonização, o "fantasma da prostituta" fez-se figura de destaque na Rua Rio Grande do Sul - hoje Rua Brasil¹⁰⁰. Nos anos 40, quando da explosão de levas de migrantes, ocasionando o crescimento vertiginoso da população, das moradias coletivas, das pensões suspeitas de explorarem o meretrício, dos mendigos e das mulheres suspeitas, a geografia urbana expandiu-se. Porém, a legislação urbanista, dos anos cinquenta, conjuntamente com a polícia e os órgãos sanitários, procurou ordenar e "melhor" distribuir os espaços para esta população indesejada. Em 1948, os poderes públicos confinaram a prostituição a famosa Vila Matos, espaço este distante do perímetro central, verdadeiro universo "das mulheres e homens decaídos". No entanto, mesmo com essa solução conciliatória modernista, a Rua Rio Grande do Sul, continuou sendo alvo de denúncia dos jornais, em nome da tranquilidade das famílias e da moral. Com o confinamento na Vila Matos, o

99. Ronda pela cidade : um caso grave. Folha de Londrina. p. 06. 13 mar. 1954.

100. TRIGUEIROS FILHO, Marinósio, op. cit., p. 6.

que preocupava era a prática da prostituição no centro da cidade, nas ruas e estabelecimentos de diversão, que conforme constata-se nos processos crimes, alastraram-se pelas ruas Sergipe, Santa Catarina, Acre, Maranhão, Curitiba e adjacências. A prostituição de luxo, frequentada pela elite, circundava os limites da Vila Matos, instalada nas "*chacrinhas*" e nos bordéis elegantes, que eram beneficiados com a proteção das autoridades e freqüentadores.

Campanhas saneadoras e pela moralização dos costumes são organizadas desde final da década de 40 e persistiram nos anos 50, resultando num esforço conjunto da Prefeitura Municipal, Delegacia de Polícia e Saúde Pública. Decorreu dessa intervenção, muitas vezes arbitrária e violenta, a constante vigilância sanitária, repressão, cassação de alvarás, policiamento constante na Rua Rio Grande do Sul¹⁰¹, considerada o "*cancro*" social da cidade e a proibição do "*tratoir*" das prostitutas pobres.

As investidas imediatas desencadearam estratégias de combate a esse verdadeiro fantasma ameaçador do sossego das famílias e da moralidade feminina. A exemplo de São Paulo que, desde meados do século XIX, convivia com este fenômeno, Londrina, deveria encontrar métodos para distinguir a figura

101. "Lugar de perdição, a rua Brasil era também local de prazeres e de libertação de todo tipo de instinto sexual; espaço decaído era também do progresso. Na época áurea do café o alto-meretício era constituído por casas de alto luxo, com letreiros de neon nas fachadas, freqüentadas por deputados, fazendeiros, negociantes e até governadores de Estado. Parte do grande movimento do aeroporto local - na época o terceiro do Brasil - era composto por aviões que transportavam prostitutas de luxo para aquelas casas, cujas proprietárias enriquecidas, instauraram e mantiveram ciosamente seu coronelato, controlando a polícia e impondo sua presença às autoridades municipais e à sociedade local." (ARIAS, José Miguel, op. cit., p. 170-171).

dissoluta da prostituta das "moças honestas":

"Ao estabelecer nítidas diferenciações entre as duas figuras femininas, polarizando-as, a sociedade burguesa encontrou meios para defender-se da ameaça apresentada pela prostituta - mulher imaginariamente livre, descontrolada e irracional. Por mais independente que fosse a 'mulher honesta', sua liberdade estaria sempre limitada no plano simbólico pela presença da meretriz, dimensão que não constitui uma barreira de aço para o homem." ¹⁰²

Para Margareth Rago a necessidade de distinguir e diferenciar levou à construção de representações sobre a **femme fatale**, à associação da prostituição com o crime, à marginalidade na ordem jurídica, e à tentativa de normatização da prostituta e de suas práticas, demonstrando toda a desigualdade dos gêneros, a opressão feminina e a violência que lhe foi implícita e subjacente.

Em Londrina, esse processo ganhou visibilidade. Porém, imperativo também foi cuidar de pequenos detalhes do comportamento e da aparência feminina, cautelosamente estudados e produzidos. Investiu-se ainda no terreno da sexualidade, com inúmeras demonstrações da necessidade de normatizar o namoro, a partir da difusão de um código moral para as "moças de família", fortemente codificado, e de definir diferentes usos dos espaços e tempos da cidade, bem como atitudes cabíveis às mulheres londrinenses.

A imprensa intensamente difundiu padrões de beleza, etiquetas e boas maneiras, assim como anunciou as últimas

102. RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite : prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991. p. 40.

exigências da indústria da moda. Essas preocupações envolveram o universo feminino, além de garantir recursos complementares à sobrevivência de muitas mulheres pobres. Gilda de Mello e Souza demonstrou, em *O espírito das roupas*, como a moda, com a sociedade burguesa deixou de interessar especificamente aos homens e passou a despertar o prazer e interesse femininos.

"Na sociedade democrática do século XIX, quando os desejos de prestígio se avolumam e crescem as necessidades de distinção e de liderança, a moda encontrará recursos infinitos de torná-los visíveis." ¹⁰³

A *Gazeta do Norte*, em extenso artigo intitulado "As mulheres", assim se posicionou em 8 de julho de 1954, para delírios de muitos.

"As mulheres de hoje, uma porcentagem de setenta por cento, fazem tudo para por a pele de fora, na maliciosa - ingenuidade de que assim ficam mais bonitas, mais atraentes. Começam pelas pernas, sempre raspadinhas, que usam giletes como barba de homem. Depois, vem aquela indumentária chamada 'frente-única', acompanhada de um bolerinho que mais das vezes é transportado na bolsa, usado apenas em casa para iludir a boa fé do papaizinho. Blusas decotadas, franzidas sob elástico, em forma ovalada, pondo ao ar livre mais um terço do manequim. Cabelo penteado à 'rabo de cabelo', para que a nuca esteja sempre exposta aos raios heliotrópicos, ao sol.

Experimentaram, por longo tempo, a moda "tomaraque-caia", mas vendo que não caía mesmo, foram buscar, nas praias, modelos para uso cotidiano, e, agora é isso que vemos por aí. Quando chamamos a isso maliciosa - ingenuidade, é porque sentimos que Elas laboram em grande erro, quando se julgam assim mais vistosas. E, não sabem quanto erram mostrando, logo de cara a epiderme. Uma visita ao mercado ou a uma quitanda, ou casa de frutas, ou mesmo a um bar, onde se detivessem a observar a experiência masculina, farlhes-ia muito bem, quando verificassem que, na compra das peras, ou dos maçãs, das ameixas ou das ervas, preferem-se sempre

103. SOUZA, Gilda de Mello C. *O espírito das roupas : a moda no século XIX*. São Paulo : Cia das Letras, 1987. p. 22-25.

aquelas que estão em volta em papel, ainda não tocadas e nem vistas sequer. Também nas casas especializadas em bebidas finas, sempre que procuramos um bom uísque, vêmo-lo um bonito estojo, bem resguardado. Assim nas tabacarias, quando procuramos adquirir charutos finos."

O tom explícito de censura contido no texto enaltece a moça recatada, pura, intocada, - *"preferem-se sempre aquelas envoltas em papel, ainda não tocadas nem sequer vistas"* - e põe no purgatório masculino, aquela que se mostra à visibilidade dos homens e mulheres, namora em público, usa roupas ousadas, leves e da moda em atitude suspeita e desabonadora da moral. O repúdio total é dedicado àquelas que não dispensam à virgindade o cuidado tal qual a que exige um tesouro precioso. A distinção é clara e sem rodeios, às moças puras e recatadas toda a valorização positiva e o devotamento masculino.

A moda certamente constitui-se, na sociedade londrinese, num importante registro de diferenciação social¹⁰⁴. Tal qual um ritual foi seguida pelas mulheres pertencentes à elite e às camadas médias, como demonstram as fotografias de então. Agarradas a este símbolo exterior de distinção, puderam integrar-se em grupos a que aspiravam ascender ou neles permanecer. Sem sombra de dúvida, a moda, como instrumento de diferenciação, fora decisiva para segregar no convívio social as *"moças honestas"* das *"mulheres faladas"* e até mesmo das prostitutas, a exemplo de outras cidades da região, de São

104. "Arranje o cabelo de maneira simples, de modo que não fique despenteada. O cabelo curto é mais indicado que os soltos, sobre os ombros. O vestuário deve ser elegante e simples. Boa aparência sugere eficiência." (Coluna Carnet Social : Conselhos úteis. Folha de Londrina. p. 2, 14 abr. 1954.

Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba etc. As primeiras pautar-se-iam pelo recato e simplicidade no vestuário para não despertar a atenção masculina, maquiando-se com discríção, mesmo sendo obrigatório, como apontaram as consultas feitas às preferências masculinas¹⁰⁵, o uso de batom e pó de arroz. Evitar-se-ia, desse modo, qualquer mal entendido em espaços de visibilidade feminina. Além da moda, a etiqueta, a educação, a beleza e a juventude das mulheres, pelo exposto, foram também tidos como símbolos de distinção.

Note-se, ainda, a identificação da figura da mulher com elementos da natureza, no caso, mulher/fruta/erva. A antropologia tem discutido essa relação, como sendo um tema recorrente em várias sociedades estudadas. A justificação para essa suposta aproximação entre a mulher e a natureza concerne às funções maternais femininas¹⁰⁶. Não se pretende, no entanto, neste trabalho explicar a razão dessa identificação, somente apontar a presença desse tema nos jornais de Londrina.

As modas eram lançadas, inicialmente, entre a elite européia, principalmente em Paris, e logo, difundia-se pelas demais classes e em outros países. Richard Sennet, informa-nos, que no século XIX, as inglesas pertencentes à classe média, trajavam-se como as francesas o haviam feito dez ou quinze anos

105. Especial para as mulheres: os homens gostam das mulheres que usam batom. *Folha de Londrina*. p. 3. 16 mar. 1956. Os que os homens pensam das mulheres. *Folha de Londrina*. p. 2, 3 jul. 1956.

106. OTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In : ROSALDO, Michelle Zimbalist ; LAMPHERE, Louise. *A mulher, a cultura e a sociedade*. Tradução por Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. p. 95-120.

anteriormente¹⁰⁷. Sobre esse aspecto, o historiador, Nicolau Sevcenko, demonstra, que já em fins do século XIX - com a velocidade das informações entre os países - a capital da República recebia as novidades da moda vindas de Paris com um ano de atraso¹⁰⁸. Cinquenta anos depois, Londrina, assim como algumas capitais brasileiras, seguiu a moda importada de diferentes localidades, simultaneamente aos lançamentos, com a possibilidade de comprar os inúmeros artigos de Paris, Nova York, Rio de Janeiro etc¹⁰⁹. Para tanto não bastava somente distinção social, mas puramente capital para aquisição.

A costura, a criação e a imitação de modelos da moda foram atividades que contaram com a presença feminina. A profissão de modista e costureira, representou uma garantia de sobrevivência para muitas mulheres, como por exemplo as do magazine Casas Fuganti. Possibilitou, igualmente, unir no espaço privado os afazeres domésticos a um trabalho remunerado.

Em 8 de agosto de 1955, a **Gazeta do Norte**, narrou com muito brilho a cerimônia de formatura de uma turma da Escola de Corte e Costura Watanabe, no belíssimo salão do Hotel Triunfo, em 31 de julho de 1955. Fundado em 1945, sob a direção

107. SENNET, Richard. **O declínio do homem público : as tiranias da intimidade**. Tradução por Lygia Araújo Watanabe. São Paulo : Cia das Letras, 1988. p. 93.

108. SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão : tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. São Paulo : Brasiliense, 1989. p. 38.

109. É o que se pode constatar das publicações da **Folha de Londrina**, de 06.11.60 - Biquini: a grande novidade deste ano; 10.11.55 - modas de Outono de 1955:

"Nenhuma manifestação artística por mais deslumbrante, pode rivalizar com as apresentações da Alta Costura, que, duas vezes por ano, se desenvolvem em Paris na febre e na excitação."

da professora Ida Guimarães, o educandário destinava-se ao *"preparo de moças e senhoras em tão nobre ofício"*. Vista como uma tarefa altamente produtiva, no discurso do paraninfo - Dr. Manoel Pedro de Macedo - assim como uma arte, este ofício era considerado indispensável na esfera da moda e do vestuário. O paraninfo, qualificou a atividade como manual, mas a engrandeceu em sua finalidade, no *"esforço"* e *"habilidade"* profissional, equiparando-a ao trabalho intelectual em sua magnitude. Numa incansável exaltação ao *"trabalho"*, enquanto razão do ser e do existir, citando Carlyle e Olavo Bilac, ressaltou a importância do patriotismo mesmo numa *"humilde profissão"*. A formatura encerrada com uma festa foi o sinal da importância da moda e, portanto, do ofício de costureira e de modista na cidade. Não só pelo luxo e bom gosto das mulheres da elite e camadas médias, mas pela necessidade de absorver mão de obra feminina em atividades produtivas.

Assim como a moda os aspectos relativos à sexualidade são frequentemente visíveis na imprensa. Fidelidade, honra, namoro, casamento, temas recorrentes e valorizados, levou-nos a pensá-los como dispositivos de normatização e controle da sexualidade, conforme nos ensinou Foucault, ao analisar as sociedades ocidentais modernas, a partir do século XVIII. Através do dispositivo de aliança (casamento, transmissão de herança e nome), ficavam definidas as regras do que era permitido ou proibido. Em muitos casos, consentidos pelo poder eclesiástico, o dispositivo da sexualidade tinha como razão de ser *"o proliferar, inovar, anexar, inventar, penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada, e controlar as*

populações do modo cada vez mais global." 110

Na Europa, em fins do século XVIII e início do XIX, disseminaram-se diversos textos médicos que trouxeram à tona assuntos envolvendo a masturbação, as doenças venéreas, as perversões. A medicina especializada preocupada com o sexo tornou-se de imprescindível importância, ao buscar o controle do sexo e da fecundidade.¹¹¹

A sexualidade da família burguesa, passou a ser considerada *"coisa importante, frágil tesouro, sagrado, de conhecimento indispensável"* ¹¹², portanto, passível de medicalização. Desse modo, a mulher, foi a primeira personagem a ser investida do dispositivo da sexualidade. Procedeu-se a uma minuciosa medicalização do corpo e da sexualidade da mulher burguesa *"em nome da responsabilidade que ela teria no que diz respeito à saúde de seus filhos, à solidez da instituição familiar e à salvação da sociedade."* ¹¹³

A mulher burguesa, carregou a responsabilidade de perpetuar um dos fatores de autodiferenciação que a burguesia criou para si, isto é, a geração de uma prole, plena de força, vigor e saúde. Parte deste raciocínio a importância da maternidade, do casamento e da amamentação para esta classe.

110. FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Tradução por Maria Thereza da Costa Alburquerque e J.A. Guilhon Alburquerque. Rio de Janeiro : Graal, 1985, v. 1: A vontade de saber. p. 101.

111. GAY, Peter, op. cit., p. 204-237.

112. FOUCAULT, Michel, op. cit., p. 114.

113. Ibid., p. 137.

Em Londrina, a preocupação com a sexualidade feminina, pareceu dirigir-se à busca de distanciamento e à diferenciação em relação às camadas populares, e, principalmente, em relação à sexualidade "insubmissa" da prostituta. Aconselhava-se às mulheres "modernas" que não abandonassem seus papéis de mãe e esposa, em decorrência de suas ocupações profissionais ou de compromissos sociais. Reafirmavam a necessidade das mães cuidarem de seus filhos, certamente criando-os saudáveis e fazendo-os cidadãos perfeitos, responsabilizando-nas pela solidificação da instituição familiar:

"Não se compreende como certas mães podem relegar funções que lhes são especificamente atribuídas pela natureza, aquelas de zelar pelos filhos e prestigiar pelo menos com sua presença o desenvolvimento da vida doméstica cotidiana para comparecer a chás nas casas das amigas, para passeios à tarde na cidade ou para sessão de cinema." 114

Ou ainda:

"Uma mulher hábil pode responder que continua a pintar-se e a fazer-se bela e sorridente quando o marido já está ausente, porque ele pode chegar de um momento a outro... mas se ele parte para a china de onde voltará só depois de um mês, porque neste mês ela se pinta, se veste com elegância e sorri? Para quem?".

Nesse artigo da Coluna **Feminilidades**, intitulado "Você é ciumenta?", o ciúmes é descrito como um instrumento de contenção da sexualidade feminina, que se pode entender por infidelidade, já que o homem ciumento tem menor probabilidade de "receber uma carta anônima", revelando as aventuras sexuais de sua esposa, o que, provavelmente acabaria em tragédia. Condenou-se também algumas atitudes masculinas de não se

114. Feminilidades : mulher e lar. Folha de Londrina. p. 5, 26 fev. 1960.

preocupar com a esposa, ignorando-a à mesa, atônito pela leitura do jornal, de esquecer datas importantes etc. A mulher deveria viver, vestir-se, maquiarse em função do homem e para o homem? Onde estava sua subjetividade, seu gosto próprio, seu prazer, sua individualidade? Certamente bem longe dos modelos ideais.

Não só as mulheres casadas são alvos desse discurso normatizador, mas principalmente as moças solteiras. Determina-se um tempo-limite para sua presença nas ruas e em locais públicos, isto é, até às 22:00 horas, correndo perigo, posteriormente de ser confundida no *footing* e "abordada" pelos rapazes¹¹⁵, certamente de maneira indelicada para uma senhorita. Corre-se o risco também de tornar-se "falada" e de ser enganada pelos forasteiros que aportam na cidade, adotando aqui identidade falsa, amedrontando com sua presença as mocinhas e as famílias londrinenses.

Namorar é proibido nas esquinas da cidade, também fora dos portões das casas¹¹⁶ e no "*bosque próximo à catedral*". Esses lugares foram considerados espaços impróprios à permanência das mocinhas, a confirmar pela campanha com a finalidade de retirar os casais e seus romances dos espaços públicos. Para tanto, foi necessário controlar, normatizar e reprimir.

Os homens também foram alvejados por esse discurso moralizador, certamente, de maneira condenatória, porém menos

115. Ronda pela cidade. *Folha de Londrina*. p. 6, 20 jan. 1954.

116. *Ibid.*, 3 e 12 jan. 1954.

incisiva. Veja o que noticiário da **Folha**, de 29 de julho de 1952 expunha ao julgamento do leitor.

*"Não são poucas as reclamações que temos recebido de vários leitores e amigos contra a falta de moral de certas pessoas da sociedade que transitam pelas vias públicas, guiando um automóvel, ao mesmo tempo que abraçados e em atitudes indecentes com mulheres de moral duvidosa em afronta aos bons costumes. Tal de fato, na verdade costumeira em nossa cidade, onde campeiam as 'mocinhas bonitas' e 'coronéis', que sem se preocupar com as famílias e pessoas corretas fazem de seus veículos em plena rua, palco de cenas amorosas e imorais."*¹¹⁷

Homens "indecentes", "desonestos", "mal falados"! Esses qualificativos soam aos ouvidos como atitudes desajustadas e não definidoras da moral e caráter masculinos. As moças honestas deviam manter-se isentas das atitudes não condizentes com a moral e a civilização, e reservá-las, às mulheres públicas - escandalosas e desordeiras. Entretanto, esta mesma civilização reclama que a sexualidade "insubmissa", mantenha-se submissa, afastada, escondida, em nome das famílias decentes e das moças dessas famílias, sempre sóbrias, recatadas, discretas, sem aparentar o menor gesto de deselegância e exibicionismo¹¹⁸. Todo um ritual simbólico foi observado para preservar a honra das mulheres, perceptível neste artigo sobre o pedido de casamento.

"O pedido de casamento deve ser sempre feito pelo pai do noivo, na falta deste, por sua mãe, ou ainda por um parente ou amigo, mas sempre por uma pessoa de respeito. Se o pedido for feito por um estranho, em razão da ausência do pai do noivo, este deverá escrever uma carta ao pai da noiva confirmando a

117. Ronda pela cidade : contra a decência. **Folha de Londrina**. p. 6, 29 jul. 1952.

118. Carnet Social : Especial para a mulher - Etiqueta moderna. **Folha de Londrina**. 6 jun. 1956.

missão que tem em mãos. Quando não houver outra alternativa, o próprio pretendente poderá dirigir-se ao pai da noiva, mas sempre por escrito, em primeiro lugar.

Quando a noiva for orfã, o pedido de casamento deve ser dirigido ao tutor ou ao membro masculino responsável pela família ou ainda à pessoa que dirige 'o lar'. É preciso esclarecer que, atualmente, em meio é conversa do pedido de casamento o pai do noivo deve expor a situação financeira ao rapaz.

A resposta deve ser dada na mesma hora e dentro de 24 horas a família do rapaz visita a família da moça.

Ressalta-se também que nem mesmo luto pesado por motivos de enfermidade devem 'quebrar o protocolo do pedido de casamento.' ¹¹⁹

Neste verdadeiro ritual, contemplando infinitas situações e os imprevistos, a noiva é o receptáculo passivo de algo, que parece acontecer fora dela, independente de sua vontade, que envolve em primeiro grau a família. Normatizador, valoriza as relações legalizadas, destinando ao homem, a função de sujeito que age desde o princípio da relação e que continuará governando o lar a ser constituído após este ritual. O protocolo formal do casamento aparece como uma estratégia regulamentadora da sexualidade das moças londrinenses. Exige-se um namoro prévio e a intervenção da família e de seus membros que avaliarão a situação econômica do noivo e suas intenções para aceitar ou não o pedido.

7. SILENCIAR AS MULHERES

A representação da mulher-tagarela, que sente a língua formigando, num acesso incontrolável de falar, con-

119. Feminilidades : pedido de casamento. Folha de Londrina. p. 5, 7 nov. 1958.

trapõe-se à imagem da mulher terna, compreensiva, moderada, seja da namorada, esposa, filha etc. Este tema também foi objeto de comentários nas colunas dos periódicos. A imagem observada por certo não se constituiu em qualquer originalidade. Esteve presente em vários momentos da história da relação dos gêneros.

De maneira geral, as palavras das mulheres têm sido desqualificadas pelas instituições masculinas. Na Itália as mulheres foram proibidas de se manifestar através da fala em sermões na Igreja Católica. Seus discursos somente eram ouvidos quando acreditava-se terem sido produzidos por algum tipo de transe divino¹²⁰. O protestantismo, entre suas inovações, concedeu alguma voz às mulheres, nos cultos, depois de muita relutância, porém de forma limitada.¹²¹

As manifestações de falas femininas foram consideradas tagarelices, diferentemente, das vozes masculinas, que, controlando a escrituração oficial tinham suas palavras registradas. Maria Odila, apontou que *"a palavra falada era instrumento essencial do trato de sobreviver de mulheres analfabetas (...)"*¹²². Da mesma forma, Michelle Perrot, evidenciou como a fala feminina manteve *"toda uma rede de comunicação horizontais"* na França, do século XIX, que,

120. BROWN, Judith C. *Atos impuros : a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença*. Tradução por Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo : Brasiliense, 1987. p. 90-92.

121. DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do Povo - sociedade e cultura no início da França Moderna*. Tradução por Mariza Corrêa. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990. p. 63-106.

122. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo : Brasiliense, 1984. p.12.

diferentemente dos homens "apanhados pelas redes do texto", escapavam ao poder que modelava e normatizava. ¹²³

Exigiu-se silêncio das mulheres. Sua fala foi rebaixada e chamada de tagarelice, fuxicos ou mexericos sem importância, enquanto a dos homens foi considerada séria e digna de ser ouvida. As mulheres mais bem educadas nem ousavam falar na presença dos homens. ¹²⁴

Os jornais londrinenses apresentaram uma certa agressão e intimidação às mulheres que falam, se expõe, em benefício do sossego dos homens, e, principalmente, para assegurar o papel masculino de provedor da casa, daquele que trabalha, se cansa, se aborrece, e na intimidade do lar exige silêncio, calma e dedicação da esposa em lhe servir e agradar. Os assuntos do lar, daquelas que lá permaneciam, como os aborrecimentos rotineiros, os problemas com os filhos, as tarefas que absorveram o dia todo, a exaustão e as frustrações domésticas, não poderiam ser compartilhadas com o marido ou companheiro, uma vez que no lar ele somente esperava tranquilidade e distância das preocupações. Essa preocupação esboça-se de maneira a reforçar o êxito e privilégios masculinos, de decidir sobre os assuntos, seus lugares e sua intensidade, como se depreende do artigo a seguir:

"Desde que o mundo existe, existem também as piadas sobre a tagarelice da mulher. E a verdade é que muitas mulheres falam tanto que tornam os homens bastante impacientes. Aqui vale aquele ditado que

123. PERROT, Michelle, op. cit., p. 206.

124. Ibid., p. 207.

diz: o justo paga pelos pecadores. Se você pode ser incluída entre os justos, faça tudo para não passar para a outra fila. Se, pelo contrário, a carapuça serve em você, console-se. Aqui estão alguns conselhos sobre como deve ficar calada. Os conselhos podem ser úteis para as moças solteiras, mas se destinam, principalmente às senhoras casadas.

DOZE MANDAMENTOS

- 1 - Não interrompa seu marido quando ele estiver contando um caso e você achar que a história está mal contada, não insista de esclarecer este ou aquele detalhe. Os homens não gostam disso.
- 2 - Não interrompa uma discussão entre seu marido e os amigos dele, pedindo explicações para o que você não entendeu. É mais certo pedir licença e ir conversar com suas colegas ou fazer qualquer outra coisa. Deixe as explicações para quando estiverem a sós. Ele ficará encantado com o seu interesse, embora faça troça da sua ignorância.
- 3 - Não queira ajudar o seu marido quando ele estiver dobrando um freguês, ou tentando impor seus pontos-de-vista numa discussão. De uma vez por todas se convença de que você sabe argumentos de que deve fazer uso.
- 4 - Não interrompa o seu marido quando ele estiver contando a um amigo fatos relacionados com o seu trabalho ou com os da vida do escritório a pedir-lhe que conte esta ou aquela passagem.
- 5 - Não dê palpites quando seu marido resolver consertar a torneira da pia, ou mudar a roda do automóvel. Deixe que ele sabe errar sozinho.
- 6 - Não o aborreça, quando ele estiver dirigindo. Evite frases como estas: olha o carro, a criança vai atravessar a rua, o bonde vem vindo e outras. Ele sabe o que está fazendo. Não o enerve.
- 7 - Não fique aborrecendo seu marido quando ele chega em casa e diz que está muito cansado e vai repousar. Deixe-o em paz na sua poltrona favorita. Não insista para que ele conte o que aconteceu. Ele contará se julgar conveniente.

- 8 - Não o interrompa com frivolidades, quando ele estiver discutindo o último jogo do Flamengo, lendo um livro, uma revista, um jornal, ou ouvindo um programa de rádio. Ele vai ficar furioso, embora, por polidez, esconda a raiva.
- 9 - Não se intrometa nas discussões sobre política, finanças ou ciência. Por menos que ele entenda do assunto, é provável que você entenda menos ainda. Fique quietinha, ouvindo-o e dando a impressão de que nunca ouviu tanta sabedoria junta.
- 10 - Não interfira quando ele estiver ralhando com as crianças. Mais tarde, então, você se entenderá com ele. Nunca dê força aos pequenos.
- 11 - Quando seu marido estiver assumindo o papel de mandão dentro de casa diante das visitas, não procure mostrar quem de fato manda. Fica mais feio para você do que para ele. Espere a visita sair.
- 12 - Não procure avivar a polêmica, quando os homens estiverem chegando a um acordo sobre determinado assunto. Conforme-se de não participar dos debates.

Naturalmente essas coisas são muito difíceis para algumas mulheres. No entanto, não estamos querendo limitar os direitos de ninguém. Nós também achamos que a mulher deve ter personalidade. Estamos apenas apontando um caminho para a felicidade. Torne a ler o artigo e veja se não estamos com a razão..."¹²⁵

Os conselhos destinados à mulher solteira ou casada a colocam como ser ingênuo, desqualificado, desinformado, pois afastado do mundo público - da política e economia - passivo e submisso, ante as vontades e imposições de seu marido. Os assuntos do mundo dos homens não lhes dizem respeito. O poder do casal é do homem de decidir e opinar. Quais foram então os poderes femininos? De acordo com os mandamentos, as decisões relativas ao interminável e cansativo cotidiano doméstico.

125. A tagarelice feminina. Folha de Londrina. p. 5, 10 out. 1959.

Esta mulher que deveria se fingir de ingênua e submissa não correspondeu ao mundo real. O que fazer com seus desejos, impulsos, individualidade e sentimentos relativos a qualquer criatura?

Parece também que o silêncio foi o recurso encontrado para diferenciar as atitudes das mulheres. Se a prostituta e as mulheres comuns são aquelas que falam palavrões, brigam, discutem em conflitos públicos, com mulheres ou homens, as *"moças de família"* devem ser o seu contraponto, ou seja, preservar-se e reservar-se, até mesmo no espaço privado, considerado seu por natureza pelo discurso masculino. No espaço público, toda discricção e recolhimento certamente não fariam mal, seria por assim dizer, *"um caminho para a felicidade"*.

Seguir estes conselhos seria compartilhar da sátira de Monteiro Lobato, sobre a fala feminina, anunciada como parolice e anedotismo, portanto desqualificada em razão da *"seriedade masculina"*.

"Conversar com moças é trancar o espírito, as torneiras, as idéias gerais e abrir as válvulas à sentimentabilidade ou à parolice anedótica ou mexeriqueira. Um bonito quinquilhismo cerebral. As moças só sentem a cor e a linha. Nada no que constitui na conversação masculina o encanto máximo, os vãos, os horizontes. A mulher é prática, é inimiga dos largos horizontes." ¹²⁶

A propósito, a necessidade de diferenciar e impor novas atitudes foi, mais nitidamente, evidenciada nos jornais

126. Folha de Londrina. p. 2, 19 jun. 1956. Cantinho da Biblioteca: Lobato e as mulheres. Terezinha Cioffi, redatora da coluna, ao discutir as obras completas de Monteiro Lobato, faz questão de frisar, que a citação é mera curiosidade, não concordando, nem discordando do autor.

e revistas quando suas "colunas sociais", iniciaram a publicação de notícias de casamentos, batizados, aniversários, e destacaram a participação das mulheres em clubes culturais - recreativos e associações beneficentes. Tudo indica que as mulheres devessem "brilhar" na sociedade. Para isso, além da obrigação de seus papéis prescritos de mães e esposas, teriam de exalar generosidade e cultura na sociedade.

A vida cultural da cidade contava com os cinemas, a Biblioteca Municipal, que abrigou no ano de 1954 recitais de arte e conferências e possuíam um acervo de 3.917 livros, 1.759 revistas e 1.058 boletins, dentre outras publicações. Contava ainda com um número de 1.083 leitores inscritos e com a frequência de 4.460 pessoas. O Departamento de Ensino da municipalidade possuía uma filmoteca, com assuntos educativos e de recreação. O município possuía também um "Arquivo Histórico", criado em 1952, com um acervo de relatórios, livros, documentos, revistas, filmes, fotografias e jornais para pesquisa.¹²⁷

A Coluna "*Cantinho da Biblioteca*", publicada pela **Folha de Londrina**, objetivou informar os leitores de novas aquisições e sugerir leituras. Em 1959, organizou-se a **III Semana do Livro**, organizada pela Biblioteca Municipal, com a realização de uma feira do livro e de um Curso Extensivo de Biblioteconomia, idéia de Maria Gonzalez Vicente, então chefe da Biblioteca. Foram convidadas as professoras Etelvina Lima,

127. Dados extraídos dos **Relatórios da Gestão do Prefeito Milton Menezes**, do exercício de 1953 e 1954. p. 60-61.

de Belo Horizonte, Marcelina Dantas e Eneida de Mello, da Biblioteca Pública de Curitiba para proferirem as conferências. O curso foi freqüentado por 69 pessoas, que pela foto estampada no **Documentário Histórico do jubileu de Prata**, na sua maioria eram de mulheres¹²⁸. Para saber o gênero de literatura lido pelas mulheres londrinenses seria imprescindível consultar diários e realizar entrevistas, fontes que não foram privilegiados na pesquisa. Mas, certamente, as estudantes e normalistas eram freqüentadoras assíduas da biblioteca, dos concertos musicais e conferências.

De forma genérica, a diferença de posições táticas, em que se encontraram a mulher burguesa e a mulher comum, impuseram diferentes domínios e diferentes temporalidades. Através da revalorização das tarefas educativas se estabeleceu para a mulher burguesa uma nova continuidade entre suas atividades familiares e suas atividades sociais. Ela descobre um domínio de missão. Abre para si um novo campo profissional na propagação das novas normas assistenciais e educacionais. Pode-se, ao mesmo tempo, ser suporte de uma transmissão do patrimônio no interior da família e instrumento irradiador de cultura no exterior. Jacques Danzelot, em **A polícia das famílias**, abordou esse processo na França, a partir do conceito-instrumental de "irradiação cultural".¹²⁹

É permitido fazer caridade e praticar filantropia.

128. Informações em BRANCO, G. ; MIONI, F., op. cit., p. 70.

129. DANZELOT, Jacques. **A polícia das famílias**. Tradução por M.T. da Costa Alburquerque. Rio de Janeiro : Graal, 1980. p. 46-47.

É obrigatório ser esposa e mãe. É facultativo trabalhar, ter uma profissão e destacar-se na esfera pública, enfrentando o secular domínio masculino. Essa intervenção, na esfera do social, das senhoras da sociedade londrinense, além de ter possibilitado às mulheres participar da vida e dos conflitos da cidade, mantinham-nas ocupadas nas campanhas assistencialistas de construção e manutenção do Albergue noturno, hospitais, creches e orfanatos, complementando seus papéis normativos, com o de dama benemerita ou diretora, das associações culturais.

A "*Campanha de Redenção à Infância*", iniciativa benemerita para a construção do Hospital das Crianças do Norte do Paraná, contou com a colaboração de diversas senhoras da sociedade norte-paranaense, que não permaneceram alheias em 1955, diante da necessidade de "*amparar a infância*"¹³⁰. A "*Comissão de Senhoras*", participou da "*Obra de Auxílio aos Pobres*", que culminou com um excepcional acontecimento social, uma tarde elegante no salão do Grêmio Recreativo Londrinense, quando do encerramento do Concurso dos Príncipezinhos de Londrina¹³¹. Instituições filantrópicas, tais como o Asilo São Vicente, o Albergue Noturno, A Casa da Criança, O Lar Anália Franco, contaram com a participação das "*damas ilustres*" da sociedade londrinense em suas diretorias, na viabilização de verbas e implementação de projetos assistenciais diante da proeminência assustadora da miséria da urbs.

130. "Campanha de Redenção à Infância - benemerita iniciativa do Dr. Mário Fugati, a construção do Hospital das Crianças do Norte do Paraná." *Gazeta do Norte*. 17 jul. 1955.

131. Tarde elegante dos Príncipezinhos. *Gazeta do Norte*. 10 nov. 1955.

O cronista local esboça seu desconsolo e crítica à realidade que alarmava em meados dos anos 50:

"De que serve uma cidade rica, rendilhada de arranha-céus, de indústrias, de luxuosas casas comerciais, de residências nababescas, de mirabolantes praças e jardins, se em muitos lares pobres padecem e morrem crianças, por falta de assistência médica e farmacêutica, na mais triste e emocionante das misérias!

De que vale, afinal, tanta pompa e tanta grandeza, se ao lado, há gemidos de desespero e lágrimas de mães que vêem os seus filhinhos perecerem pela falta de recursos econômicos para lhes restituir a saúde que é a vida." ¹³²

Em 1957, diante desse quadro desolador retratado pelo redator, toma forma a descrição das incongruências do progresso na "metrópole do setentrião paranaense", da pobreza, mendicância, falta de amparo à criança e analfabetismo da população. Assim é que as senhoras da sociedade local são chamadas à esfera pública para cooperar e elogiadas em suas atuações:

*"Merece por isso, atenção especial o trabalho árduo, de fundo eminentemente filantrópico, que as damas que integram a diretoria da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Londrina, Sras. Teresinha Fernandes, Dóris Cunha e Maria Souza Melo, estão empreendendo em favor da construção do Hospital Infantil."*¹³³

Independentemente de qualquer discurso da elite intelectual do período, as mulheres comuns mostraram sua presença na rua, nos locais de trabalhos, nos conflitos nos bordéis, bares e nos domicílios. Além dos papéis normativos, de

132. Instituição Benemérita. *Gazeta do Norte*. 26 nov. 1957 e Urge maior amparo às instituições beneméritas. *Gazeta do Norte*. 11 nov. 1957.

133. *Folha de Londrina*. 4 nov. 1958.

esposas, mães, filhas, foram também, agricultoras, professoras, funcionárias públicas, bancárias, lavadeiras, prostitutas, domésticas, comerciantes, algumas bastante distantes da esfera íntima familiar. Foram transgressoras das prescrições alardeadas pelos jornais de recato, simplicidade e silêncio, envolvendo-se em brigas, xingando, gritando, agredindo e apanhando, colaborando na construção de outros papéis sociais, invertendo, pois, as práticas discursivas e a difusão de modelos normativos. Nesse sentido impuseram novas representações e imagens à sociedade local. Suas vozes fizeram eco, encobrendo as falas masculinas num cotidiano dinâmico e rico, embora conflituoso e, muitas vezes, violento, forçando, mesmo nos jornais a reprodução dessas imagens e desses papéis femininos, sobretudo de maneira condenatória e crítica. Mesmo assim, embora retratadas nas colunas policiais e nas tragédias cotidianas, pudemos vislumbrar a presença e os papéis reais das mulheres de carne e osso, a outra face da *"mulher moderna"*, e da *"verdadeira mulher"* londrinense, aquela que fala, briga e age, definindo sua territorialidade e atitudes.

As representações sobre o feminino que os jornais e revistas divulgaram, embora compusessem o cotidiano das mulheres e homens de Londrina, no sentido de imagens, modelos e símbolos a serem seguidos, não, encontraram necessariamente nem correspondência, nem ressonância na experiência concreta na execução dos papéis no dia-a-dia. Esta é uma outra história!

CAPÍTULO III.

***O COTIDIANO E A AMOR: PAPÉIS SEXUAIS, MORAIS E SOCIAIS
DAS MULHERES COMUNS.***

1. INVENTÁRIO DEMOGRÁFICO

"(...) A jovem fotografada pertence a uma das milhares de famílias de trabalhadores, que o café trouxe para o Paraná, dedicava-se na ocasião em que o repórter esteve na fazenda do Sr. Thomas, à faina de colher da árvore dadivosa, os frutos do ouro, que constituem a nossa maior riqueza. Muitas outras jovens, como esta, exuberantes de vida e cheias de entusiasmo pelo trabalho, constituem, também ponderável riqueza de nossa terra, porque, em verdade, sem o concurso delas e de suas famílias, o Norte do Paraná não seria a potência que hoje representa na vida do Paraná e do Brasil (...)" (Revista *A Pioneira*. Ano IV, n. 10, nov./dez. 1951). A capa desta edição traz uma foto de uma moça lavradora apanhando café, com vestes típicas, da mulher inserida nesta atividade e alia a importância do pé de "ouro verde" à riqueza do Norte do Paraná.

"Há na cidade uma classe preciosa e muito interessante, se não fosse lamentável, de moçoilas mal entradas na puberdade - as agarradinhas - na maioria empregadas em casas de família, que vivem aí pelos vãos das portas, cantos de cerca e lugares excusos, grudados (é o termo) a marmanjos pouco escrupulosos em posição que a moral condena e a vergonha repele.

As agarradinhas, são infelizmente as iludidas de todos os tempos, as mocinhas pobres e de boa fé, que acreditam nas lábias e melosidades de indivíduos pouco dignos, de alma negra, Tenórios de fancaria, moços metidos a bonitos que sem piedade, seduzem as irrequietas criadinhos para depois atirá-las nos bordéis e daí à miséria negra da podridão do meretrício de baixa escala. A quem de direito pedimos uma providência, não contra as míseras agarradinhas, mas contra os marmanjos e inescrupulosos cavalheiros que se encontram à noite, principalmente aos domingos, pelos recantos escuros, ao derredor da igreja e até nos vãos das portas de ruas principais e freqüentadas, abraçados às agarradinhas "rindo-se do decoro, da moral pública e do próprio Código Penal." (Paraná-Norte, ano VII, n. 354, 27 jul. 1941).

O "milagre" do setentrião paranaense, da natureza fértil, dos cafezais floridos, dos milharais graúdos, das esplêndidas pastagens, atraía pessoas vindas de toda a parte do

Brasil, anunciavam os jornais, em busca de melhores condições de vida e de riquezas. Algumas dispostas a se fixarem na cidade, outros migrantes flutuantes, caçadores de sonhos e esperanças perdidas, fizeram de Londrina um lugar movimentadíssimo. As estatísticas asseguravam que aproximadamente 3.000 pessoas chegavam e saíam diariamente¹. O movimento na Estação Rodoviária, em 1953, apresentou um fluxo de passageiros de embarque de 1.033.350 e desembarque de 1.034.816², permanecendo em nível alto, porém já decrescendo em 1959, com 963.621 e 866.503, respectivamente³. Moças pobres, filhas de trabalhadores rurais e urbanos, desqualificados socialmente, mulheres sós, viúvas ou abandonadas pelos maridos com suas filhas e filhos, obrigadas à faina diária da sobrevivência, moças solteiras, empregadas em setores da economia da cidade ou prostituindo-se, integraram a extensa categoria de "*mulheres comuns*",⁴ que se estabeleceram na cidade com suas famílias ou até mesmo solitárias. Enfrentaram os preconceitos provenientes dos preceitos machistas, dos padrões de organização da família, assim como os vários discursos

1. Folha de Londrina. 5 nov. 1952.

2. ALMEIDA, Glastone H. Guia geral de Londrina. Londrina : Empresa Propagandística do Norte do Paraná. 1954.

3. BRANCO, Gustavo ; MIONI, F., op. cit., p. 15.

4. A categoria conceitual de "*mulheres comuns*", não pretende supor que essas mulheres eram uma categoria homogênea econômica e socialmente. Nem tampouco pretende conceber que todas tiveram as mesmas experiências. A intenção em adotar este conceito é o de recuperar a preocupação com as mulheres como sujeito, que possuem uma identidade, uma definição intrínseca e não apenas uma definição contextual (idealização). Na medida do possível procurou-se não adotar o rótulo da vitimização. Assim pretendeu-se através de um outro olhar reconstituir um processo histórico, a partir das práticas, ações e falas de outro sujeito, as mulheres. Não daqueles modelos idealizados nos periódicos, mas das mulheres reais, que compartilharam esperanças, alegrias e decepções, algumas solitárias, outras com seus companheiros. Anônimas suas experiências e suas vidas ficaram aprisionadas na particularidade onde um tipo de discurso foi produzido, os autos criminais, tenham sido elas categorizadas como "*mulheres públicas*", "*mulheres decentes*", casadas, solteiras, trabalhadoras, donas de casa etc.

rígidos dos papéis sociais e sexuais. Foram aprisionadas nas redes do poder, envolvidas em conflitos amorosos, de vizinhança, no cotidiano do trabalho e das relações sociais, enredadas na fria estrutura dos processos criminais. Esses portadores de racionalidade discursiva, padrões de conduta e de moral, forjadas nos papéis normativos e prescritos das fontes institucionais.

Sem uma qualificação para o que havia de socialmente valorizado, algumas até mesmo analfabetas, foram absorvidas nas "casas de famílias", como domésticas. Outras viveram a triste realidade de ser uma "*mulher mal falada*", mãe solteira e amante, individualizando suas condutas, tendo-as julgadas e até mesmo condenadas pelas vozes masculinas e até por seus pares.

Nesse capítulo fez-se uso dos autos criminais como documentação, que como registros judiciais são baseados em denúncias - quebra das normas - em interrogatórios direcionados por delegados, advogados, promotores e juízes aos acusados, vítimas e testemunhas e julgamentos calcados em valores individuais e coletivos. Sua utilização pressupõe várias maneiras e leituras. Enquanto registro oficial suscita problemas embaraçosos se o historiador pouco atento às armadilhas deste tipo de fonte interpretar como "*verdade*" os depoimentos, ou seja, aquilo que foi dito e expressado pelos envolvidos naquela situação. Porém, encarando-a como lugar de produção de discursos, o olhar deve ser direcionado para o inarticulado, o invisível das entrelinhas, o "*silêncio*" dos

depoimentos e julgamentos. Mesmo sendo uma "aventura" arriscada, sua leitura permite problematizar a vida cotidiana e perceber quais comportamentos e valores são aceitos ou rejeitados em uma sociedade, jamais desconsiderando os outros processos históricos.

Privilegiou-se os autos criminais tipificados pelo código Penal de 1940, como crimes contra vida e das lesões corporais, da periclitación da vida e da saúde, da rixa, dos crimes contra a honra e daqueles contra os costumes. Assim os crimes de natureza de homicídio ou tentativa, de suicídio ou induzimento, de infanticídio, aborto, os de lesão corporal, o de abandono de incapaz, maltratos, rixa, calúnia, difamação, o de estupro, sedução e corrupção de menores, atentado ao pudor mediante fraude, posse sexual mediante fraude, corrupção de menores, lenocínio, favorecimento de prostituição e tráfico de mulheres e ainda os de abandono material do cônjuge ou filhos, capitulados nos artigos respectivos, foram selecionados, como já dito, por envolver mulheres como acusados ou vítimas.⁵

Processos subjetivos de percepção como angústia, perplexidade, tristeza e felicidade acompanham o pesquisador nas intermináveis leituras. Na trama e desenrolar desses processos depara-se com movimentos tensos e conflituosos, formas diferenciadas de expressão dos envolvidos, a diluição de valores herdados por aqueles indivíduos, que possuem impulsos, nervos e músculos ali perceptíveis, os choques de

5. OLIVEIRA, Juarez ; ACQUAVIVA, Marcus Cláudio (orgs.). Código Penal - Decreto - Lei n. 2.848, de 7.12.1940. 19. ed. São Paulo : Saraiva, 1982. p. 126-141 e 166-171.

individualidades comuns numa experiência de desenraizamento e territorialização, como é o caso da população de Londrina. Nas várias histórias e narrativas, com especificidades próprias, mas também com pontos de convergência, afloram formas de agir e pensar de sujeitos que compartilham suas existências. Contradições imprevisíveis nas relações de gênero e no relacionamento entre mulheres, atitudes que rompem preceitos e valores e outras que os reafirmam estão ali escritos. Concomitantemente é visível a tentativa de impor normas e comportamentos racionais para os sujeitos - homens e mulheres - de restringir condutas e normatizar papéis por parte dos poderes constituídos e da própria população.

Portanto, ao adentrar a estrutura formal dos autos, as narrativas das diferentes histórias, envolvendo Marias, Doralices, Aparecidas e outras, deparamo-nos com dinâmicas de um mundo sempre em movimento, com contradições abertas e um vir a ser imprevisível. Todos esses referenciais expostos metodologicamente possibilitaram-nos vislumbrar as histórias, narrativas ou acontecimentos não como "*fatos em si*", mas como um manancial para decompô-las, agregando as convergências e ressaltando as diferenças, a fim de recuperar as mudanças e permanências desencadeadas pela formação da estrutura econômica, social, política e cultural do espaço delimitado para estudo. Assim o eixo de análise dos vários casos forneceu-nos condições de conhecer o movimento dos corpos nos diversos enquadramentos comportamentais, reconstruir diversos níveis de organização familiar e conhecer a gama das diferenças sociais, econômicas e culturais da vida na cidade, e, simultaneamente

múltiplas normas e regras de condutas femininas. Enfim, este nível de análise possibilitou apreender uma realidade, portadora de temporalidades, ritmos, nuances, que em muitos aspectos não se diferenciou da experiência da vida cotidiana de outras cidades.

O olhar sobre a documentação consistiu em marcar a multiplicidade e a pluralidade do cotidiano desses seres sociais nas suas relações amorosas, familiares, de vizinhança, de trabalho, nos conflitos de casa e da rua. Concomitantemente, procurou-se não perder de vista os discursos da modernidade acerca da feminilidade, do casamento, do namoro, da emancipação feminina na política e no trabalho. Buscou-se entender, inicialmente, o cotidiano das relações amorosas, e, conseqüentemente, os papéis sociais e sexuais dessas mulheres pobres. Os padrões sociais de comportamento e os valores definidos e difundidos, como garantidores das normas sexuais e da honra feminina discutidos na imprensa e que denominamos de *"estatuto da mulher moderna"*, puderam ser confrontados com a concretude da vida e das experiências femininas.

As estatísticas de 1940⁶ por sexo e ramo de atividade principal apresentam mulheres trabalhando na agricultura, pecuária, indústria, comércio de mercadorias e de imóveis, na prestação de serviços, na administração pública e em atividades domésticas. A tabela de profissões do censo de Londrina, indica que, do total de 19.332 pessoas, que se

6. IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1º set. 1940). Série Regional, parte XVIII - Pr. Censo Agrícola. Rio de Janeiro : IBGE, 1951.

declararam empregadas domésticas, escolares e aquelas não reenumeradas, 18.140 são mulheres e apenas 1.192 são homens. Situação que se inverte na agricultura, sendo que de 20.932 pessoas envolvidas neste setor, somente 1.772 são mulheres, enquanto 19.160 homens. A razão de tal desproporção deve-se explicar pelo fato de que as mulheres mesmo trabalhando nesta atividade, como complemento de mão-de-obra, não assumiram essa função para si formalmente, assim como não foi considerada uma atividade produtiva feminina, aparecendo somente o homem como provedor dessas famílias.

No perfil social da população londrinense, o número de homens e mulheres solteiros foi sempre superior ao de homens e mulheres casados e viúvos, pelo menos até final dos anos 50. As mulheres e homens solteiros corresponderam a quantidade numérica de 21.539 e 26.027, respectivamente, para uma população casada de 13.026 homens e 12.910 mulheres. Enquanto apenas 631 homens declaravam-se separados, desquitados ou divorciados e 58 disseram-se viúvos, um total de 1.027 mulheres estavam separadas, desquitadas e divorciadas e 71 eram viúvas⁷. Assim sendo, constata-se uma desproporção significativa entre o número de mulheres solteiras (65%) e casadas (32,24%) da população. Aquelas "supostamente" vítimas dos "Lovelaces", "Dons Juans"⁸ e "Tenórios de Fancaria", qualificados como "moços metidos a bonitos e sem piedade", freqüentaram as

7. IBGE. Recenseamento Geral do Brasil (1^o set. 1940), op. cit.

8. Folha de Londrina. 5 nov. 1952.

páginas dos 74 autos ⁹, capitulados no título dos Crimes contra os Costumes, do código de Processo Penal de 1940, como de natureza de sedução e corrupção de menores, do rapto, dos crimes contra a liberdade sexual, no capítulo I, artigos 213 a 222. Queixas registradas na Delegacia de Polícia originaram inquéritos que, após a conclusão foram encaminhados à 2ª e 3ª Varas do Forum da Comarca, produzindo um rico material para recontar as muitas histórias de moças "*mal faladas*" nos "*tempos modernos*".

As duas tabelas a seguir revelam dados significativos acerca da população do município, principalmente, relativos ao número de habitante por sexo e de seus respectivos estados civis. Note-se a relativa proporcionalidade dos sexos nas décadas fornecidas pelo censo de 1940, 1950 e 1960. Ao contrário do panorama da distribuição quantitativa da população por estado civil, onde encontramos uma desproporção numérica entre a porcentagem de homens sem companheiras e mulheres na mesma situação, correspondendo a 35,48% e 30%, respectivamente, na década de 40 e 21,98% e 15,91% para os anos 50. Embora os

9. Do total de 74 autos, somente 7 foram registrados nos anos 30, visto ser o ano de 1938 a data de fundação do Forum da Comarca. Os anos quarenta contaram com 36 processos desta natureza, sendo superados com a surpreendente superioridade numérica dos anos cinquenta com 58 processos tramitando na justiça. Parece fácil compreender estas diferenças numéricas se levarmos em consideração as diferentes temporalidades históricas, vivenciadas pela cidade e pela população. Após 1945, grandes fortunas haviam-se consolidado, frutos do plantio e dos altos preços do café. Sua fama atraiu milhares de pessoas para o "Eldorado Cafeeiro", portadoras de valores morais e éticos diversos, de situação financeira diferenciada, que recriaram suas vidas entre o contraste da cidade desejada - progressista, moderna e civilizada - e a da cidade real - do jogo, da progressista, da pobreza, do roubo, da mendicância, da vadiagem e da itinerância. Realidade que se acirrou no decorrer dos anos cinquenta com as soluções modernistas e a política de ordenamento dos espaços sociais e a disciplinarização dos diversos segmentos sociais. Portanto, a presença de mulheres pobres em processos contra os costumes constitui-se em uma oportunidade de aplicar a política de controle e imposição de conduta projetada para a cidade, seus espaços e habitantes.

critérios para o recenseamento tivessem sido diferenciados, o que importa ressaltar é a superioridade percentual de homens sem companheira, mas também a grande quantidade de mulheres não casadas, que, tinham maior probabilidade de escolher seus companheiros, porém maiores dificuldades para a sobrevivência.

TABELA 1

Distribuição Numérica da População por sexo do Município de Londrina, 1940, 1950, 1960.

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL	HOMENS	MULHERES
1940	75.296	39.745	35.551
1950	72.053	37.672	34.381
1960	133.739	68.980	64.759

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1940, 1950, 1960.

TABELA 2

Distribuição Numérica da População por Estado Civil do Município de Londrina, 1940, 1950

ANO	SOLTEIROS		CASADOS		SEPARADOS DESQUITADOS DIVORCIADOS		VIÚVOS		DE ESTADO CONJUGAL NÃO DECLARADO	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1940	26.027	21.539	13.026	12.910	58	71	631	1.027	3	4
TOTAIS	47.566		25.936		129		1.658		7	
1950 (15 anos e mais)	8.425	5.320	12.677	12.587	16	23	500	1.129	-----	
TOTAIS	13.745		25.264		39		1.629			

Fonte: IBGE, Censos Demográficos, 1940 e 1950

* 34.338 habitantes do município não foram recenseados quanto ao estado conjugal. Deduz-se que os critérios censitários adotados para as duas ocasiões foram diferentes.

Estes números parecem necessários, diante do

Estes números parecem necessários, diante do artigo do **Paraná-Norte**, de 27 de julho de 1941, intitulado "*As agarradinhas*", onde o cronista retrata de forma segregacionista e cínica o cotidiano desse segmento social de mulheres, que premidas pelas dificuldades econômicas, foram obrigadas a abandonar suas famílias nas fazendas e deslocar-se para a cidade. Ou mesmo moradoras urbanas, que diante da necessidade de renda complementar, foram empregar-se em "*casas de famílias*" como domésticas, sob o olhar vigilante de pais, vizinhos, parentes e patrões. Porém, portadoras de uma maior liberdade de circulação pelas ruas e espaços de sociabilidade, envolveram-se em conflitos amorosos, resultando, em muitos casos, na perda da virgindade, e em outros na gravidez, restando à instância judicial ser a mediadora, bem como exercer funções pedagógicas e, principalmente, condenatórias nos crimes de sedução. Estes não se limitaram somente a esta categoria social, como perceberemos a seguir, mas envolveram comerciárias, estudantes e "*filhas de famílias*"¹⁰. Recorrer à justiça nestes casos significou solicitar aos agentes da "*polícia das famílias*" que adentrassem nos lares pobres, com poderes para disciplinar, punir ou incentivar as condutas femininas.

Vários trabalhos utilizaram-se dos processos judiciais para discutir a existência de uma cultura popular. Esta apesar do contato com a cultura hegemônica, manteria valores próprios e práticas específicas, sem receber passivamente

10. Esta designação nos autos é compreendida como contraposição às "mulheres públicas" ou as "mal faladas" julgadas em seus gestos, posturas e comportamentos. A leitura do capítulo anterior esclarece as cobranças e permissões feitas a uma "moça de família", a fim de que não fosse confundida e assegurar-lhe um bom casamento.

influências externas, inclusive em relação às mulheres¹¹. Segundo, Robert Darton, para entender a visão de mundo das camadas populares "*precisamos começar com a idéia de captar a diferença*", possibilitando, assim reconstruir "*a fisionomia, muitas vezes obscurecida, de sua cultura e o contexto social no qual se moldou.*" ¹²

Seguindo esta trilha, Martha de Abreu Esteves, em seu trabalho **Meninas Perdidas**, esquadrinhou inúmeros processos judiciais envolvendo, principalmente, defloramentos. Em seu estudo, constatou a existência de valores populares referentes à família, ao amor e ao casamento, que se distanciaram daqueles que a elite republicana da Capital, amparada no aparato judicial, desejava impor¹³.

Rachel Soihet, em sua tese de doutorado, **Condição feminina e formas de violência**, ao estudar a sociedade carioca de 1890 a 1920, baseou-se em processos criminais, para desmentir as afirmativas de juristas, médicos e literatos à época, que ao discorrer sobre a mulher, dotaram-na de uma "*natureza*" feminina, tratando-a como ser universal.¹⁴

11. GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo : Companhia das Letras, 1987. p. 30.

12. DARTON, Robert. **O massacre dos gatos**. op.cit., p. XIV e XV

13. ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas Perdidas : os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da "Belle Epoque"**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989. p. 212.

_____; RIBEIRO, Gladys Sabina. **Cenas de amor : histórias de nacionais e imigrantes**. *Revista Brasileira de História*, op. cit. p. 217-235.

14. SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência : mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920**. Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1989.

Pretendemos, dessa forma, a partir de um "amontoado" de experiências de mulheres comuns, que vivenciaram um tempo de agudas transformações e situações conflituosas em Londrina, investigar suas condições materiais de vida, os seus padrões de moralidade, de sexualidade, de organização familiar, pelos quais se conduziram e se enquadraram na sociedade urbana/rural de 1938 a 1960. Relendo suas histórias, reconstruímos as cenas, suas formas de expressão, sentimentos, aspirações, alegrias, tristezas e fracassos. Essas manifestações, primordialmente, prenunciaram atitudes de individualização feminina, com relação às concepções de namoro, casamento, virgindade, honra e honestidade, embora recorrendo à justiça, local onde se encontram cristalizados os valores dominantes. O pensamento e a prática jurídica londrinense em relação aos crimes envolvendo mulheres não puderam ser devidamente analisados, embora algumas considerações difusas tenham-se feitas necessárias, uma vez que ultrapassariam os limites deste trabalho.

2. CENAS DE AMOR: SONHOS E DESILUSÕES

A história de Ester Cândido da Silva¹⁵ desenrola-se, concomitantemente, à política disciplinadora e segregacionista, conclamada pela campanha saneadora dos costumes, que visou inclusive as mulheres. Era o ano de 1947! Ester, empregada doméstica de um advogado, com 16 anos, enfrentava a

15. LONDRINA. Forum Municipal, 2ª Vara Criminal. Processo n. 150: Alfredo Puglieli. Londrina, 29 ago. 1947, pacote 25.

dura rotina de uma filha de família pobre, que habitava um ranchinho no fundo de um quintal, cedido por uma antiga amiga de sua mãe. Por determinação do então juiz da Comarca, Dr. José Munhoz de Melo, Ester empregara-se na casa daquele advogado.

Durante os três anos de namoro com Alfredo Pugliesi, conversavam diariamente. Namoravam no portão da casa do patrão de Ester e no de sua própria casa. Ele filho de dentista, estudante e comerciário, morava em um quarto, dividindo-o com um amigo. Chamado a Curitiba, prestou serviço militar, retornando a Londrina, dando prosseguimento ao namoro.

É o próprio patrão de Ester, Ruy Ferraz de Cavalho, quem testemunha perante juízo que, ao saber do namoro, contara a sua esposa e que esta conversara com aquela sobre a diferença social que os separava:

"(...) que por mais de uma vez, a esposa do depoente fez sentir a vítima a desigualdade social entre ela e o acusado e assim devia ela, a vítima, acabar com aquele namoro: que a essas observações, a vítima respondia que o acusado tencionava casar-se com ela."

Nesse sentido, sua patroa ao descobrir sua gravidez, chamou-a para esclarecer o assunto e contar o nome do autor de seu defloramento, embora já soubesse de minúcias do acontecido por sua cozinheira. Não eram raros os patrões que interferiam e até vigiavam os relacionamentos amorosos de suas empregadas. A gravidez certamente seria uma ameaça a sua continuidade no emprego.

Sabedores do acontecido, chamaram a mãe de Ester e

colocaram-na a par do acontecimento. Seu patrão a encaminhou, juntamente com Ester, ao então juiz de menores de Londrina.

A exemplo da maioria dos processos, a mãe de Ester, Maria Lina Ferreira, foi à Delegacia em vista da *"inexperiência e justificada confiança"*, para dar queixa da sedução da qual sua filha fora *"vítima"*.

Merecem destaque os depoimentos da vítima, que embora se apegue ao tempo longo de namoro e às promessas de casamento que recebera do réu como justificativas para o ato sexual, apresenta contradições gritantes, comprometendo sua honestidade de *"moça séria"*. Ao ser acareada, na Delegacia, declarou que fora deflorada aos 11 anos por um rapaz que lhe fizera mal. Em seguida, atribuiu seu defloramento ao seu pai, e, posteriormente, a um moço chamado Marcelo, estando, necessariamente, deflorada ao manter relações com Alfredo. No clima tenso de uma acareação, Esther parece querer inocentar Alfredo. Essa versão depois foi negada em audiência com o juiz, alegando a vítima:

"(...) que assim falou porque o denunciado continuava a conversar com a declarante, fazendo-lhe promessas e pedindo que ela não o acusasse como autor do seu defloramento, porquanto ele, denunciado, não queria envergonhar a família; que confiando no denunciado e em virtude da afeição que nutria por ele e mesmo porque precisava que ele a auxiliasse materialmente, a declarante calou a verdade mais uma vez perante a autoridade policial."

Difícil precisar a verdade! À justiça, no entanto coube o veredicto que, afinal, era sua função. De concreto apenas o namoro entre ambos, confirmado até por testemunhas.

Distorções, contradições, versões, ficções e fábulas¹⁶, diferentes em sua natureza, porém amparadas no referencial cotidiano dos envolvidos.

Dessa maneira, ganham corpo as diferentes versões de condutas coerentes ou contraditórias com os papéis sociais socialmente aceitos. Os comportamentos femininos relativos à sexualidade, namoro, virgindade, casamento e organização familiar dessas mulheres pobres, às vezes desafiaram os padrões de comportamentos vigentes e, em outros momentos, tentaram enquadrar seus destinos nos papéis normativos e prescritos burgueses.

Entretanto, a história dessa empregada doméstica não se esgotou em sua versão do acontecimento. A testemunha Aparecida Gonçalves declarou na delegacia que seu pai a proibira de sair com Ester, por ser esta má companhia. Ester já era uma mulher "*mal falada*"?

Outra testemunha, Anibal Alves da Rocha Loures Sobrinho, ao ser inquirido depôs que Ester era moça leviana e de pouco recato, pois saía à noite pelas ruas e ia a cinemas, em companhia de moços ou sozinha, porém, desacompanhada de pessoas de sua família. Juízos valorativos sobre a moral dessas mulheres é fato cadenciado e rotineiro nos processos. Vizi-

16. Este conceito, foi utilizado por Celeste Zenha, apoiada em Mariza Corrêa, para denominar a verdade final produzida no desfecho do processo, embasada num conjunto de versões apresentadas por todos os personagens: acusado, ofendida, testemunhas, advogados, promotores e juízes. (ZENHA, Celeste. Casamento e ilegitimidade no cotidiano da justiça. In VAINFAS, R. (org.). *História e sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro : Graal, 1986. p. 125-141.

nhos bisbilhoteiros, amigas de trabalho mexeriqueiras, patrões controladores, parentes intrometidos, mães e pais sempre preocupados e zelosos pela honra e virgindade de suas filhas, pedindo justiça com a *"reparação do mal"* pelo casamento, parentes e compadres desconfiados, evocam os preceitos e os discursos moralizantes. Este é o quadro perceptível nos vários processos, a demonstrar a interação e influência de vizinhos, parentes e amigos na imposição de comportamentos e posturas femininas, imoderados nos seus juízos e valores morais, familiares e sexuais e que serviram de referencial para o julgamento dos conflitos sexuais.

Grávida, Ester sentiu-se pressionada a dar continuidade ao processo, conseguindo condenar seu sedutor a 3 anos de reclusão, na instância local, por provar ser *"moça honesta"*, *"recatada"* e *"ingênua"*, bem como ter-se deixado possuir pela *"justificável confiança que depositava no perseverante e assíduo sedutor."* ¹⁷

O advogado de Alfredo apela ao Tribunal de Justiça, da sentença proferida pelo juiz local, questionando, inclusive, o mérito da ação, ao qualificar a autora como *"moça fácil"* e *"biscate"*, não podendo ser considerada uma donzela inexperienced, pois entregara-se ao réu no intuito de satisfazer *"os seus já exercitados desejos eróticos"*.

Em 1954, sete anos após a abertura do inquérito, o réu havia casado, mantendo seu lar com sua esposa e filhos.

17. Decisão do juiz da 2ª Vara Criminal, em 23 de agosto de 1948.

Utilizando-se da "exemplar" conduta de Alfredo, seu advogado assim resumiu, em seu discurso burguês, conservador e machista, o convulsionado espírito da época, no afã de inocentar o seu cliente:

"Moças inexperientes em nossa época, moças descuidadas dos mistérios do sexo, moças ingênuas e desprevenidas dos recursos naturais que tem o sexo oposto para as cativar e conquistar; moças assim, numa época tal; despertadas que estão, pelo cinema, com cenas palpitantes de libidinagem, com as demonstrações em público de pouca roupa; pelo rádio, com as novelas; numa época em que os mui velados e antigos galanteios, poéticos, pitorescos e quase geniais, se substituíram, com vantagem de persuasão, por ditos ofensivos do pudor geral, e contrários à nossa condição de racionais; numa época em que o encanto e a sugestão falseados; tempos em que 'um gesto, uma palavra, um olhar bastava', se transmudaram em contatos puramente carnavais, e mudos e cegos de prazer; em que o dinheiro descobre as mulheres aos olhos de todos; e as decaídas se misturam aromaticamente, freneticamente, pelo centro da cidade, não podemos sequer falar de jovens inexperientes." ¹⁸

O discurso palpitante do advogado, que arrancaria aplausos da elite, compartilha de semelhanças com os das campanhas moralizantes e segregadoras encetadas pelos jornais, com o apoio do poder público, da Igreja e de outra instâncias mais conservadoras às transformações pelas quais passava a cidade, e, conseqüentemente às concepções sobre a feminilidade. A crítica aos novos hábitos femininos, a constatação do prenúncio da emancipação das mulheres em relação a participação política, ao trabalho, ao namoro e casamento e, principalmente, a sua presença constante nas ruas e locais públicos, levou o advogado à pregação da necessidade de distinguir, o que ele qualificou de "moças experientes" das denominadas "decaídas".

18. Alegação finais aos autos 739/48, por Alcides Campanelli. (Grifos meus).

Também o poder público preocupara-se com essa "desconcertante" realidade. O código Municipal de Londrina, de 31 de dezembro de 1953, proibira em seu artigo 73, que os foliões carnavalescos, principalmente mulheres se apresentassem com fantasias indecorosas. Proibiu-se a venda de "*literatura nociva à formação moral da juventude*", bem como a exposição em vitrina de livros, gravuras e escritos avaliados como obscenos. Portanto, o discurso do advogado fora fiel aos aficcionados pensamentos de certos setores da sociedade, defensores da ordem e da moral.

Não há dúvidas, de que as mulheres, ainda consideradas do sexo frágil, deveriam demonstrar-se mais recatadas e ingênuas que os homens. Entretanto, não estavam claros os limites desse recato, ou a exata definição de decência para essa sociedade em constante transformação, de população flutuante, portadora de moralidades díspares para o masculino e para o feminino. Aos homens permitia-se freqüentar casas noturnas e bordéis, ato que somente reforçava sua masculinidade. E às mulheres o que restava? O discurso da igreja e da imprensa encarregou-se de responder à essa indagação, pelo exposto no capítulo anterior.

Segregar e diferenciar as moças honestas das decaídas também foi tônica nos discursos judiciais, visando preservar a "*honra feminina*", ou seja, controlar a sua sexualidade. A virgindade deveria permanecer intacta no namoro e somente o casamento formal quebraria este protocolo. O recato e a ingenuidade da donzela eram imprescindíveis à honra da

mulher. Ao recorrer à instância judicial essas moças, obrigatoriamente, tiveram de fazer uso de papéis sociais femininos normativos para terem alguma possibilidade de sucesso em suas queixas.

A defesa do réu certamente consternou o juiz que decide a seu favor, absolvendo-o, por considerar que os elementos constitutivos do crime, de ordem material e moral, tais como a virgindade da vítima, a conjunção carnal, a inexperiência da vítima e a sedução, não se configuravam na prova constante do processo. Condenou Ester à categoria das mulheres "mal faladas".

"A falta de recato da ofendida e a dúvida que existe sobre a sua honestidade fica confirmada pela forma livre que vivia, sem vigilância moral de espécie alguma, pois saía sozinha à noite e namorava com o acusado pelas ruas, sem nenhuma vigilância de outrem, principalmente de seus responsáveis. Tanto assim que fácil lhe foi encontrar-se com o denunciado em seu quarto, longe de sua residência, para os diversos colóquios sexuais que teve com este." ¹⁹

A conduta e individualidade de Ester foram julgadas a partir das imagens e representações veiculadas nos jornais, "sugeridas" pelos colunistas para uma "moça de família", ou seja, não sair desacompanhada, não retornar tarde para casa, não freqüentar lugares suspeitos, não se mostrar às pessoas, uma vez que os homens preferem as iguarias intocadas. Era obrigatório manter o decoro eternamente!

Vigiar, disciplinar e punir comportamentos "des-

19. Vistos do Juiz Dornelles de Freitas, da 3ª Vara Civil, em 27/10/1954.

viantes" das moças londrinenses foram elementos preponderantes dos discursos moralizantes e práticas controladoras do judiciário nos processos de sedução e defloramento. Enquadrar comportamentos e posturas resistentes e contestadoras às exigências feitas a uma mulher: nunca sair sozinha, nunca namorar nas ruas e lugares ermos, jamais desvencilhar-se dos olhos higiênicos e vigilantes dos familiares, conservar o recato e a moral em qualquer circunstância, foram estratégias montadas pela justiça para julgar as vítimas de conflitos sexuais, embora os tempos modernos exigissem também uma mulher moderna. É inevitável relembrar a interseção do discurso do judiciário com o da imprensa. Para uma mulher que trabalhasse no lar e em outros afazeres fora de casa, ficaria difícil atender aos requisitos propostos por esses modelos.

Ester, assim como outras vidas, envolvidas nos processos fugiram às representações idealizadas e explicitadas pelos membros do judiciário e pelos jornais. Criaturas desvairadas e imorais? Não. Somente a inexorável mudança de mentalidade, o prenúncio de uma nova mulher, assim como o contingencial e o constrangimento do não esperado. Porém, foi uma forma de expressar os valores e a individualidade dessas mulheres, que se diferenciam social, econômica e culturalmente.

A situação da mãe de Ester tipifica a organização familiar da qual provêm algumas dessas moças: mulheres sozinhas, viúvas, separadas, solteiras, vivendo com suas filhas e sobrevivendo graças aos trabalhos socialmente desqualificados, nas lides domésticas, em casas de família ou

como autônomos: costureiras, lavadeiras, cozinheiras, ofícios extensivos aos seus afazeres do lar. Assim, o apoio de parentes, vizinhas e amigos era fundamental para a sobrevivência dessas mulheres.

É de suma importância destacar que as mulheres (mães e filhas) tiveram papel primordial para a subsistência das famílias, efetuando, tanto os afazeres domésticos - como os cuidados com a casa associados à tarefa de educar as crianças - quanto atividades extra - domésticas, tais como: bordar, lavar, costurar, passar, fabricar pães, doces e sabão caseiro. Algumas delas deslocaram-se do seu mundo privado, como já explicitado, para trabalhar como empregadas domésticas em áreas "nobres" da cidade. O depoimento de Ana Carolina Ruiz de Moraes, em 1987, ao grupo de Trabalho do IPAC, exemplifica a dura luta cotidiana dessas mulheres:

"Para falar a verdade, não adianta mentir, eu trabalhava, eu fazia esses aglomerados de madeira para móveis. Depois quando casei tive que me arranjar. Trabalhava em casa para os filhos e o marido e dava um jeito para ajudar a sustentar a casa. Costurei, bordei, fiz tricô... faço até hoje! Fui empregada. Foi sempre uma luta." ²⁰

3. ETNOGRAFIA DA SEXUALIDADE

Em artigo de 5 de novembro de 1952, à Folha de

20. INVENTÁRIO E PROTEÇÃO AO ACERVO CULTURAL. Onde o bairro é a casa. Londrina : Secretaria de Educação e Cultura /UEL, 1987. p. 33.

Londrina, a cronista Lina Ramos, descreveu o namoro moderno e narrou a tragédia de uma adolescente que fora vítima de um dos muitos homens que aportavam em Londrina, para aqui se aproveitarem da confiança das "moças de família, prometendo-lhes este mundo e o outro". Furiosamente acusados de verdadeiros "lobos disfarçados com pele de cordeiro", abandonavam mulher e filhos em suas plagas de origem, criando para si nova identidade, no novo lugar que, em última instância, não era o seu.

"Já vai longe, bem longe, o tempo em que nossos "papas" escolhiam o príncipe encantado de nossos sonhos.

Nos dias de hoje, isso é coisa rara, raríssima mesmo. A moça moderna quando mal completa suas dezoito primaveras, já faz uso de batom, de verniz, escolhe seus vestidos, e até, mesmo, seu namoro. Simpatiza ao passear pelo "footing" com aquele rapaz moreno e bonito, de olhar meigo e carinhoso. Se é correspondida, daí nasce o namoro que na maior parte das vezes é levado ao conhecimento da família. Todas as noites lá estão eles, de mãos dadas, a falar sobre o futuro e a construir mil castelos no ar.

(...)

Namorem! Namorem à vontade aquele rapaz moreno e bonito que vocês conheceram no "footing" mas, por favor, não ocultem o romance da sua família (...). Espero, sinceramente, que vocês moças bonitas de Londrina, possam cada uma, sem distinção, encontrar o homem de seus sonhos. Mas para isso é preciso tomar cuidado, é preciso confiar na orientação e nos conselhos dos pais."

Apesar da extensa narrativa, recheada de conselhos, o artigo revela o estado de perturbação das famílias locais. O drama da adolescente, descrita na crônica, correspondeu ao de muitas moças em Londrina que viram seus sonhos transformados em tragédia. Embora a articulista não explicita claramente o que lhe aconteceu, supomos que tenha reagido à tentativa de sedução de seu namorado. Internada no leito de um do hospital, ferida

física e moralmente, atitude bastante valorizada por Lina Ramos por aquela repelir o homem que lhe insinuava o "pecado". Importa, no entanto, perceber o imaginário coletivo do que seria um relacionamento socialmente aceito para uma moça pobre da época. Esta teria valores primordiais a preservar: a honra e sua virgindade, verdadeiros tesouros para a mulher.

A quermesse, o baile, o "footing" das ruas Maranhão e Paraná, hábito antigo na cidade, como também de grandes centros, o portão das casas, a ida e volta noturna da escola, foram espaços geográficos de lazer e sociabilidade, propícios ao encontro dos gêneros e ao início do "flerte", que, muitas vezes, causavam transtornos ao sistema normativo de namoro e casamento²¹. Como exposto no capítulo anterior, o namoro e o noivado, assim como o casamento foram alvos de discursos, visando estabelecer regras e etapas para o desenrolar dos mesmos. O namoro longo, com a aprovação dos pais, sempre vigiado por um membro da família seria o desejado. De preferência que fosse assexualizado, ou pelo menos que mantivesse a sexualidade camuflada. O mito da virgindade - pureza, essencial ao bom casamento, amplamente divulgado nos cursos para preparação de noivas, apareceu como modelo ideal a acomodar-se às expectativas da sociedade e das elites ilustradas. Mas e as moças dos processos como vivenciaram estas imposições? Apresentaram um código alternativo ou diferenciado

21. Ver depoimento de Olivio Noude. IPAC. op. cit, p. 43: "Naquela época, a gente ia até a Matriz (Igreja). Depois da missa ia de vez em quando na passada do "muro da vergonha" para flertar. Aí tinha moça de família. Só mais tarde é que a coisa mudava, de noite." Note-se como a expressão "moça de família" era correntemente usada na época, para designar uma "moça séria", "honesta", e, provavelmente casta, pois os significados estão vinculados à sexualidade feminina e a sua conduta moral.

aos modelos vigentes? Ultrapassaram as normas de recato, tão valorizados pelo olhar público? Mantiveram o hábito de namoros longos e vigiados sem quebrar os preceitos da moralidade feminina e os protocolos instituídos ou se aventuraram em relações curtas e "inseguras"? Se negaram as regras, como o fizeram? É o que veremos a seguir.

A grande maioria das moças seduzidas ou defloradas, sessenta ao todo, fez referência a um tempo de namoro variando entre dois meses a quatro anos. Porém, somente 12 declararam ter mantido namoro por mais de um ano, sendo então, considerado um tempo significativo para as exigências da elite. É costume em seus depoimentos referirem-se a etapas no seu desenrolar, com os acusados freqüentando os portões de suas casas e até mesmo os cômodos de seu interior, buscando-as no trabalho, indo ao cinema e passeando aos domingos. Outros, encurtaram as fases, noivando e marcando a data para o casamento após o defloramento de suas parceiras. Estas declarações parecem não se diferenciar do ritual formal para o casamento das elites londrinenses. No entanto, fica evidente, que na concepção dessas moças pobres, qualquer conversa, encontro ou contato significava um namoro, evoluindo rapidamente para as promessas de casamento futuro, algumas vezes sussurradas em seus ouvidos, sem o consentimento de uma pessoa da família. Portanto, as etapas propriamente ditas foram percebidas na sutileza dos olhares, gestos e promessas, sem muita ressonância com a realidade concreta dos relacionamentos formais, para os pedidos de casamento e sua concretização.

O depoimento de Alice Bacarin, 16 anos, seduzida por Euclides Fernandes Machado, 19 anos, comerciário, de cor branca, ilustra muito bem o conceito de namoro dessas moças pobres:

*"(...) efetivamente namorou o denunciado por cinco meses, em quem sempre depositou confiança para futuro matrimônio; que durante esse tempo, a declarante e seu namorado conservaram o namoro mútuo no portão da residência da declarante, embora já tivesse sido convidado várias vezes para entrar; que, as promessas foram se avultando, até que numa certa noite, se retiraram do portão e em seguida foram para um mato próximo de sua residência (...), onde, Euclides após seduzi-la, retirou a roupa do corpo da declarante, para em seguida satisfazer seus instintos bestiais."*²²

Uma testemunha de defesa de Alice ao ser inquirida, declara que o "profundo namoro" acenava para um "futuro matrimônio". Que os dois passeavam juntos no jardim, indo sempre ao cinema, e que a vítima nunca teve outros namorados. Alice precisava provar que era moça honesta e que sempre vivera no aconchego e proteção do lar, sob os olhos vigilantes de seus pais para ter acesso à guarida da justiça. Os elementos descritos por Alice encaixam-se no modelo de mulher recatada: namoro longo, no portão sob os olhares dos interessados, sedução com promessa de casamento, iniciativa de Euclides em lhe arrancar a roupa, que não contou com sua participação. Seis meses após este "compromisso formal", Alice enamorava-se de outro rapaz e com ele contraíra matrimônio.

Maria Aparecida Costa Penha, 17 anos, empregara-se em casa de família, enquanto sua família moradora da zona

22. Processo n. 6078; Euclides Machado. Londrina, 30 jun. 1956. pacote 36.

rural, permanecera distante da área urbana. Na cidade conhe-
cera:

"Jorge na época do Carnaval; e com o conhecimento os mesmos encetaram namoro; namoro este que durou vários meses; sendo interrompido por 3 vezes (...) a declarante sempre era assediada por propostas de se entregar a ele Jorge (...) cuja cópula mantiveram pela primeira vez em uma pensão desta cidade (...) quando ele procurou fazer com que a declarante fosse até a referida pensão; sita à rua Santa Catarina, e lá chegando procurou o proprietário da mesma e solicitou um quarto; (...) e quando lá se encontraram; ele Jorge pediu à declarante para que tirasse a roupa de baixo (...) que além da primeira vez a declarante ainda manteve relações sexuais com Jorge por mais três vezes (...) mantidas no mesmo lugar que da primeira vez."

23

O acusado embora reconhecesse a relação sexual, alegou ter constatado que Maria não era mais virgem. Aliás, instruídos por seus advogados, foi o argumento comum de vários outros acusados, perante os juízes para livrarem-se das acusações²⁴. Maria Aparecida, por sua vez, caiu em flagrante contradição em seu depoimento ao tentar provar sua honestidade, pois uma moça séria, recatada e virgem perante os olhos vigilantes, jamais deveria freqüentar pensões e hotéis com seus namorados, perambular pelas ruas até altas horas da manhã em aventuras noturnas, ou freqüentar bailes e gafieiras, ambiente de convívio somente de mulheres de "má fama".

Lugares ermos e escuros, cafezais, estradas distantes, armazéns próximos à Estação Ferroviária, pastos e matos desabitados, pensões, hotéis, cozinhas e portões, sofás de interiores de carros e charretes, espaços proibidos mesmo às

mulheres modernas, foram cenários de muitas histórias, como a de Ivani Simões de Lucena, 16 anos, empregada doméstica, ao informar que:

"(...) foi abordada por Djalma, isto nas imediações da firma Hermes Macedo S/A; e que ao parar o seu Jeep, Djalma convidou a informante para que entrasse no mesmo, a fim de que ele levaria Ivani para sua casa (...) quando perto resolveu não parar; tocando o seu veículo para a estrada de asfalto que vai para Ibiporã (...) tendo na mesma ocasião a mesma se negado a descer; e, logo, depois de muita insistência por parte de Djalma este agarrou a informante pelo braço e puxou-a para fora de seu veículo (...) ocasião em que a mesma se negou a sair (...) e com a mesma manteve relações sexuais por uma meia hora ou menos (...) e tem a dizer que, logo após, o acontecido de Djalma convidou a informante para irem em um dos hotéis da cidade; e como tal aconteceu." 25

O Juiz Hércules de Macedo Rocha se encarregou de julgar o caso e decidiu que uma menor que já fora noiva, deveria ser experiente e não se entregar deliberadamente e em condições difíceis - dentro de um veículo - a um desconhecido. Absolveu o réu que negara qualquer participação no acontecido. Sem uma história anterior de flerte ou namoro, Ivani acompanhou Djalma e manteve com o mesmo relação sexual. Notícias de Ivani não faltam ao findar o processo: estava casada com Salvador Ferreira da Silva e residia em Londrina. Esse fato indica que a virgindade não fora decisivo para o seu casamento com Salvador.

Nair Alves da Silva, 17 anos, brasileira, orfã de pai, morava com sua irmã em Londrina, para trabalhar como empregada doméstica em casa de família. Conhecia seu deflorador

25. Processo n. 8215: Djalma Luiz Daniel. Londrina, 31 out. 1958. pacote 28.

há aproximadamente seis meses. Ele empregado da Estrada de Ferro São Paulo - Paraná, com residência fixa na cidade de Ourinhos, aproximou-se de Nair, mantendo conversas esporádicas com a ofendida. Em vista de seu namoro, Jacob Schmidt, passou a freqüentar a casa da irmã da autora. Certa vez, convidou-a a dar um passeio pela cidade:

"(...) rumaram pela linha da Estrada de Ferro (...) Jacob, parou e beijando e abraçando a declarante, convidou para fazer "amorzinho", dizendo que se a declarante aceitasse ele providenciava para se casarem até o dia vinte e dois do mês de junho último; que como a declarante não sabia o que significava amorzinho, aceitou e então entraram n'uma capoeira próxima, onde a mandado de Jacob, a declarante tirou a calça, tendo o mesmo deitado no chão (...)" ²⁶

Em depoimento à justiça acrescenta:

"(...) que a depoente dessas relações que teve com o seu noivo Jacob Schmidt houve um filho do sexo masculino de nome José Altair; que hoje em dia vive maritalmente com José Mancini, dono de uma fábrica de móveis na rua Santa Catarina desta cidade; que a depoente até esta data tem vivido na mais perfeita harmonia com seu amante."

Este processo, rico pelos detalhes, aguça-nos o senso de observação e aponta-nos algumas referências para entender o cotidiano dessas mulheres. Nair, ao rumar para as imediações do lugar do defloração, numa capoeira, fora convidada para fazer "amorzinho" e que, segundo ela, não sabia do que se tratava. Deflorada afirma ter sentido fortes dores e também hemorragia externa. Porém, esta sensação de incômodo inicial não a impediu de manter outras cópulas em lugares diferentes.

26. Processo n. 7: Jacob Schmidt. Londrina, 12 dez. 1941. pacote 37.

Sem uma aparente vigilância de sua conduta, percebemos o significado para Nair da "dor e do sangue" que se diluiu diante da promessa de casamento de seu namorado, concomitantemente ao ato sexual. O mito da virgindade parece ter sido também internalizado pelas mulheres pobres, ao demonstrarem conhecer imagens simbólicas e ideológicas de controle sobre o corpo feminino. Era preciso ser ingênua, desconhecer as formas de desejo, pois assim deveria ser uma moça virgem, e acima de tudo, comprovar na ruptura do hímem a imagem do sofrimento, aliando dor ao sangue²⁷. Pode-se imaginar a frustração e tristeza de muitas das envolvidas que, ao internalizar o mito, não concretizaram seu desfecho natural, o casamento. O mito não podia mudar a realidade, a esquivar dos sedutores. Nair, um ano e meio após o ocorrido, amasiara-se com outro homem declarando viver em harmonia com seu novo amante. Isto posto vem comprovar que a ausência de virgindade ou a opção pelo amasiamento eram soluções cotidianas aceitas pelo grupo, sem "comprometer seriamente o futuro de uma jovem em plena fase de ventura e de ilusões."²⁸

"Mal faladas", "desesperanças", "infelizes"! Estas designações não impediram as vítimas de reconstruírem suas vidas, amasiando-se ou casando-se com outros homens, a exemplo de Amazília Pereira, 17 anos, doméstica²⁹, de Margarida Corrêa, 17 anos, empregada doméstica, que tinha pretendente mesmo antes

27. ESTEVES, Martha de Abreu, op. cit., p. 171-174.

28. Sentença do Juiz Guilherme da Mota, em outubro de 1948, no processo de Jacob Schimidt.

29. Processo n. 116: Mário Valente. Londrina, 25 out. 1951. pacote 16.

do defloração³⁰. Carmelita Faúne, 17 anos, doméstica, ficara grávida numa das seis vezes que mantivera relações, o que não a impediu de casar-se, em 1954, com outro rapaz.³¹

Foi também o caso de Alice Bacarin que casou-se com outro homem, mas no dizer de uma testemunha *"não tem juízo em virtude de maltratar o seu marido com quem vive constantemente brigando."*³² Assim, Antônia dos Santos, 17 anos, empregada doméstica, analfabeta, casou-se com Benedito Pereira de Moraes, mesmo sabendo que ela teve outros namorados antes do seu deflorador, que andava de charrete. Tinha pleno conhecimento do que ocorrera com seu corpo e de suas posturas.³³

Outro aspecto relevante que se evidencia na leitura dessa documentação diz respeito ao fato da ação desencadeada por pais, mães e tutores legais, ao abrirem um inquérito, buscando na esfera pública, a solução para os problemas da casa, de forma rotineira, dando permissão a outrem de intervir em suas vidas, expondo sua intimidade.

Inicialmente, seus dramas existenciais e familiares foram trazidos a público, assim como suas incapacidades para resolver um conflito da esfera privada. A atitude daqueles agentes visou legitimar os conflitos sexuais como decorrentes

30. Processo n. 1421: Ary de Souza Prado. Londrina, 29 out. 1951. pacote 10.

31. Processo n. 2021: José Candido Cardoso. Londrina, 15 set. 1953. pacote 9.

32. Processo n. 6078: Euclides Fernandes Machado. 17 mar. 1956. pacote 36.

33. Processo n. 15: Abel dos Santos. 25 mai. 1945. pacote 12. Andar de charrete nas ruas, até os anos 50, era tido como hábito de prostituta e não de uma moça "honesta" e "recatada".

da ação e desejos masculinos. Portanto, caberia a estes últimos arcar com suas "culpas" e restituir a "honra" feminina, garantidora do casamento. Ao judiciário foi delegada a função de mediador do conflito. Foi-lhe concedido o direito de atuar como órgão pedagógico, de vigilância e de punição, mesmo correndo o risco de que suas filhas ou afilhadas fossem consideradas "mulheres de vida fácil", "experientes", de "mau comportamento" e de "péssima reputação", ou de "hábitos livres", pelas sentenças dos juízes e até mesmo pelos depoimentos de testemunhas. Essas, em alguns casos, mesmo forjadas, em suas falas contraditórias e falseadas, levantaram dúvidas sobre a procedência da denúncia e a "honra" das envolvidas. Por que então recorrer à justiça e correr todos estes riscos?

A decisão de recorrer à justiça espelha em si as intensas contradições vivenciadas pelas mulheres pobres. A historiadora Martha de Abreu Esteves, ao se fazer a mesma indagação, em seu estudo *Meninas Perdidas*, assim conclui seu trabalho:

*"Por um lado, muitas delas, sem desconhecere[m] os parâmetros da moral higiênica, procuraram a justiça por motivos diversos: buscando responsabilizar o amante por uma gravidez que, assumida sozinha, traria maiores dificuldades na luta pela sobrevivência; desejando realizar um casamento proibido pelas famílias; sendo pressionadas pelos patrões ou pela polícia; tentando não perder um "bom" partido ou mesmo uma paixão."*³⁴

À semelhança da sociedade da capital da República é evidente que o desejo de "reparar o mal", com a perda da honra e da virgindade quando do defloramento foram elementos

34. ESTEVES, Martha de Abreu. op. cit., p. 203.

impulsionadores das atitudes dessas moças. Porém, mais ainda dos juristas que embasaram as decisões dos juízes ao condenar ou absolver um réu, amparados na vida pregressa, principalmente das mulheres e não dos acusados. Nesse sentido insistimos em afirmar que as imagens e representações femininas idealizadas pouca ressonância tiveram nos papéis sociais concretos dessas mulheres. Sem descaracterizar a internalização de mitos, como a honra e a virgindade, como condição necessária a um casamento, entendemos que essas moças experimentaram concepções que hoje as designaríamos como próprias de uma mulher emancipada. Aliás, o termo "emancipação" fora amplamente utilizado na época, nas referências relativas à discussão acerca do lazer, namoro, casamento, trabalho, concubinato e honestidade femininas. As referências relativas à emancipação feminina deveriam compactuar, pelo menos teoricamente, com a redefinição de papéis e transformações pelas quais passava a sociedade londrinense. Um dado esclarecedor dessa hipótese parece ser a constância com que a justiça expressa, em relatórios de delegados, petições de advogados, libelos de promotores e sentenças de juízes, pareceres absolvendo os acusados de crime contra os costumes, fundamentados no tênue limite entre os comportamentos aceitos para uma *"moça honesta"* e os atribuídos a uma *"moça mal falada"*. Essas últimas eram confundidas com as representações construídas sobre a prostituta.

A propósito, transcreve-se um longo trecho da petição, do advogado de defesa do acusado Américo dos Santos Raio, que discute a simbologia do hímem e a importância da

virgindade, com a intenção de configurar o imaginário social em 1939.

"(...) Não é apenas física a virgindade que a lei protege. Não é a intangibilidade do hímem, que se assegura. O hímem é um símbolo. Vale pelo que representa. Ele traduz um conjunto de qualidades morais, que a lei ampara, a honradez e a dignidade, a candura e a inocência, o recato e a inexperiência.

(...)

Na verdade ao tempo em que surgiu a nossa lei penal, outros eram os costumes das donzelas, outros eram os sentimentos e hábitos de família. Naquele tempo, a moça inexperiente às vésperas do casamento, era aconselhada pela mãe, que, austera, emocionada e ruborizada, ia orientar a filha nos mistérios da alcova nupcial. Mas os tempos mudaram. As donzelas de hoje conhecem mais do que as mães. Entre a virgem incauta e inexperiente, que a lei protege, e as prostitutas, existe hoje o tipo, cada vez mais volumoso, das chamadas moças livres, das semi-írgens. Estas estão separadas das prostitutas, apenas por uma membrana de 18 quilates. (...)" ³⁵

Assim decide, em 1952, o presidente da Procuradoria Geral do Estado, no processo em que figura como vítima a doméstica Maria de Lourdes Ferreira Souza, de 15 anos, cujos pais residiam em Minas Gerais:

"(...) é inquestionável a prova de conduta irregular da ofendida, cuja alegada inexperiência é desmentida pelas circunstâncias de sua presença em Londrina, sem nenhuma subordinação paterna, empregando-se livremente em diversas casas, em menos de dez meses, e, finalmente realizando encontros e passeios noturnos com pessoas diferentes." ³⁶

Jacira Loures Silva, 17 anos, brasileira, trabalhava servindo "cafezinho", na Estação Rodoviária, em 1957, e

35. Processo n. 7: Américo dos Santos Raio. 1 out. 1939. pacote 7.

36. Processo n. 1069: Arineu Pelarini. Londrina, 2 jan. 1951. pacote 25.

após oito dias de namoro com Reginaldo Fernandes Rocha deixara-se deflorar, hospedando-se em um Hotel, com um homem casado. Seu julgamento foi sumário e qualificada durante a inquisição por testemunhas de "biscatinha":

"(...) Tão pouco tempo de conhecimento, mesmo que oficial fosse o pedido de casamento, não era o bastante para infundir-lhe justificável confiança que ensejasse o aproveitamento; nas circunstâncias, eventual o conhecimento, vindo o réu de outro Estado, aqui não possuindo família, parentes, conhecidos ou boas referências, com profissão sem estabilidade social ou financeira (...) trabalhando em um bar, em contato com pessoas das mais diversas intenções, e em companhia de moças ou mulheres que se presume sempre 'independentes', deveria a ofendida estar alertada para a situação de interesse ou aproveitamento, de que, também, não se pode negar estava imbuído o réu (...) é de ponderar-se ainda, por razão do ambiente em que vivia a vítima e mesmo o que é lamentável dizer, de profissão não gozava a ofendida de bom conceito; se não se pode afirmar fosse ela na verdade desonesta ou livre, a presunção de honestidade e recato não se impõe a seu favor, sem eivos de dúvida."³⁷

Recato e honestidade, referenciais normativos, no julgamento da justiça não podiam ser atribuídos a mulheres que não cumprissem as regras protocolares do namoro e do casamento, àquelas que sem um conhecimento prévio do pretendente, como de sua família e situação financeira, às moças que viviam longe dos pais, sem vigilância e controle, àquelas que trabalhassem fora do lar, em profissões informais, que freqüentavam lugares "suspeitos" em companhia de pessoas "suspeitas" ³⁸. A história

37. Processo n. 7603: João Fernandes de Almeida. 2 out. 1957. pacote 21. Para outros exemplos, ver processos: Processo n. 8459: Jorge Kawan. 13 mar. 1959. pacote 26; n. 821: Saladino Prestes. 22 set. 1948. pacote 27; n. 8215: Djalma Luiz Daniel. 31 out. 1958. pacote 26; n. 77: José Mendes Costa. 30 out. 1943. pacote 13; n. 7289: José Pereira de Moraes. 4 fev. 1957. pacote 11; n. 1983: Alberto Teixeira Santa Bárbara. 21 jul. 1958. pacote 45; Processo n. 1087: Júlio Cellio. 19 fev. 1951. pacote 8.

38. Mostraremos a seguir uma estatística dos desfechos dos processos, dividindo-os nas seguintes categorias: réu absolvido (26); réu condenado (7); vítimas que se casaram com o acusado (9); vítimas que se casaram com outros rapazes (7); abandono do processo pelo denunciante e inquéritos sem

de Jacira foi a própria negação do modelo. Esses hábitos e comportamentos foram considerados como próprios de mulheres "*independentes*", insubmissas, emancipadas, aproximando-as, às vezes nas representações construídas da figura indesejada e poderosa da meretriz. Essas moças não mereciam a proteção da justiça, uma vez que suas desenvolturas na cidade, suas coreografias no território da sexualidade e experiências fora do lar, no trabalho principalmente, não coadunavam com os padrões sociais, sexuais e econômicos estabelecidos para as trajetórias e circuitos femininos.

Georgina Nunes dos Santos, 16 anos, alfabetizada, brasileira, filha de proprietários de pensão, fora deflorada. Seu sedutor, em juízo, utilizou-se dos argumentos acima expostos para denegrir a imagem da mãe da vítima, e consequentemente de sua filha. Segundo o acusado, a mãe, por ser proprietária de hospedaria arrumava mulheres para dormir com os hóspedes. Seu pai também é acusado de ser "*suspeito*" por permitir que sua filha freqüentasse bailes, próximos a Londrina e viajasse do local, na zona rural para a "*cidade*", sempre sozinha. Porém, o alvo maior do acusado e de seu advogado foi a irmã de Georgina, de nome Vitalina, de profissão cabeleira, que residia longe de seus pais, em outro distrito, de nome Irerê. Conhecida como "*moça mal falada*", Vitalina, poderia ser considerada uma mulher emancipada, para os padrões da época,

continuidade (20); vítimas com hímens íntegros (2). Portanto, 39,43% das vítimas arranjam outras soluções para seus casos, desistindo dos processos, realizando matrimônio com o acusado, ou conservando sua virgindade. Em uma sociedade onde o discurso normativo do judiciário apresentava-se muito rígido, diante das situações vivenciadas pelas envolvidas, muitas delas com posturas consideradas individualizadas e independentes, é fácil entender que somente 12,67% dos réus tenham sido condenados a cumprirem pena.

por que vivia às suas "*próprias custas*", residia longe de casa, viajava, trabalhava fora do lar, tendo sido bem sucedida em sua profissão, que lhe garantia o sustento e também os juízos valorativos acerca da moralidade e individualidade de sua pessoa.³⁹

4. Rebeldia sem submissão

Processos criminais, fontes ricas, de dados às vezes imprevisíveis, permitem-nos perceber a complexidade das relações que ligam um indivíduo e suas experiências a uma determinada sociedade ⁴⁰. Mas a multiplicidade dos discursos, dos diversos sujeitos está integrada numa relação de saber - dominação - poder, como nos ensinou Foucault ⁴¹. Decorre deste paradigma o perigo da desordem que se introduz na sociedade, não fugindo à regra os delitos familiares. Daí a idéia de que além do prejuízo material, nos crimes contra os costumes, embora irreparáveis, o prejuízo maior trazido à sociedade é o da "*desordem*", do escândalo, da inversão dos preceitos morais, do descumprimento das regras sociais. Dessas considerações decorrem os julgamentos de tendência "*civilizadora*" do judiciário, ao encarar as "*diferenças*", a individualização de algumas moças, como posturas distoantes dos comportamentos exigidos de uma mulher. De qualquer modo, detectamos duas tendências cristalinas expressadas no discurso judiciário, ao

39. Processo n.821: Saladino Prestes. Londrina, 22. set. 1948. pacote 27.

40. Carlo Ginzburg escreve que estas fontes devem ser consideradas como o locum de interseção entre a investigação do antropólogo moderno e o trabalho de interpretação de arquivo do historiador. In : op. cit., p. 169-178.

41. FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir : história da violência nas prisões*. Tradução por Lígia M. Pondé Vassalho. 7. ed. Petrópolis: Vozes. 1987.

se deparar com mulheres vítimas de sedução, de corrupção de menores e rapto, portadoras de valores e atitudes distantes da lógica burguesa. A primeira delas foi o recolhimento de menores em reformatórios por vadiagem e prostituição, visando adequá-las às exigências morais e sociais, incluindo primordialmente a sexualidade⁴². Vigeadas e controladas, serão disciplinadas, a partir de uma estratégia calculada de gestos e comportamentos⁴³, considerados apropriados à "*natureza feminina*", ancorados em imagens e representações definidoras do vir a ser mulher.

A outra diz respeito a julgamentos sumários, diante das condutas diferentes, da irrefreável e assustadora individualidade, das descrições de sensualidade, do prazer e dos ritmos, condições de vida e de independência de certas mulheres, que ao assumirem sem culpa sua parcela no envolvimento, inegavelmente, viraram e inverteram o mundo feminino do recato de "*cabeça para baixo*" ⁴⁴. Emancipadas não precisavam da proteção da lei. Não conseguiram sensibilizar seus julgadores, pois estilhaçando as referências estáveis, redesenharam novas possibilidades. Esse mundo imprevisível e ameaçador aos olhos masculinos e femininos, foi privilégio de mulheres excepcionais e corajosas. Opção individual ou escolha premida pela exterioridade de suas vidas, embora facilitem as inovações

42. Ver processos n. 8897: José Abel Oliveira. 21 dez. 1959. pacote 26; Sindicância n. 192: Manoel Casimiro de Oliveira. 1 ago. 1961. pacote 26.

43. FOULCAULT, Michel, op. cit., p. 127.

44. Expressão da historiadora americana Natalie Zemon Davis ao tipificar as mulheres do período pós-reforma em "*desordeiras*" ou "*mulher por cima*", as não excepcionais, que viviam para suas famílias e aquelas que manipulavam seus maridos, fazendo-os acreditar que eram os únicos a tomar decisões. A mulher ambígua, "*por cima do mundo*", tornou o desregramento uma opção no interior da família e, portanto da sociedade inglesa e francesa. 227

nos estudos históricos, não podem ser generalizadas criando uma imagem de mulher abstrata e irreal. Porém, elas existiram e resistiram, individualmente ou no coletivo, e em muitas circunstâncias definiram seus espaços, suas necessidades sexuais e a liberdade de suas condutas.

Ginzburg, ao comentar fontes dessa natureza para a reconstrução das "*silenciosas*" camadas populares contribui para o debate ao reafirmar a importância do resgate não só do coletivo, mas também dos personagens individuais e, finalmente, conclui que "*se a documentação nos oferece a oportunidade de reconstruir não só as massas indistintas como também personalidades individuais, seria absurdo descartar essas últimas.*"⁴⁵ O individual, em nosso entendimento, é a expressão dos valores e pressupostos da coletividade, acrescido da forma de sensibilidade, identidade, pensamento e aspirações particulares.

Nessa ótica, pretendeu-se resgatar figuras como a de Alzira, Dulce, Maria, Geni, Guiomar, Ivani, Jandira, Gonçalves, Aparecida, Mariana e Idalina que, apesar de terem recorrido à mediação do judiciário, sem se auto-intitular em emancipadas ou feministas, demonstraram em seus discursos o predomínio de uma mentalidade de autonomia, poderes e saberes em relação às suas sexualidades, práticas e movimentos, como também rebeldia sem ódios e ressentimentos e, principalmente, sem submissão. Estas mulheres foram legitimadoras de ações de outras inúmeras que não recorreram à justiça e assumiram

45. GINZBURG, Carlo. op. cit., p. 26.

solitárias o ônus de seus desagravamentos.

Alzira Bernardes Rodrigues, 14 anos, doméstica, brasileira, acompanhada de uma meretriz foi à farmácia, onde lhe foram aplicadas injeções abortivas, embora sem êxito, para provocar a expulsão do feto, a fim de livrar-se de uma gravidez indesejada. Seduzida por um músico, que tocava em "casas de tolerância", casado, após dois meses de namoro, ela manteve, conforme suas próprias declarações, relações sexuais com o acusado por várias vezes, apesar de "saber que ele é casado e que tinha uma namorada no sítio." ⁴⁶

Gonçalina Maria de Souza, 13 anos, doméstica, alfabetizada, brasileira, foi seduzida por Júlio Cellio, que lhe propôs casamento, recebendo daquela resposta negativa. Essa em seu depoimento confessou que:

*"(...) Sentou-se com o mesmo num banco da praça ou melhor na rua da Igreja Matriz e por volta das 22 horas desceu em companhia de Júlio até o bosque (...) indo pernoitar com Júlio, quando por esse foi deflorada."*⁴⁷

Certamente, o horário mencionado no depoimento por Gonçalina não lhe ajudou a ser enquadrada na imagem de moça recatada e honesta. Nem tampouco a situação descrita lhe seria favorável, isto é, em altas horas, sozinha, sentada em um banco de praça, na companhia de um homem com quem pernoitou! O agravante maior, porém, estava por vir, ou seja, a recusa da autora diante da solução civilizadora para "reparar o mal",

46. Apelação Crime n. 6.098: José Carlos Paes. 22 ago. 1949. pacote 22.

47. Processo n. 1087: Júlio Cellio. 19 fev. 1951. pacote 8.

qual seja o casamento. Esta atitude de irreverência custou-lhe a seguinte sentença proferida pelo juiz:

"A mesma permitiu conscientemente as relações sexuais com o acusado (...) os outros fazem certo que a vítima, abandonada nesta cidade, vivendo sem obediência, sem sujeição, ter-se-ia perdido antes de se entregar ao réu, mediante paga, estava corrompida. Nem lhe interessou o casamento com que o réu lhe acenou (...) não se configurou o crime de estupro e nem sedução (...)"

Sem vigilância, solitária, Gonçalves fora qualificada de moça "perdida" pelos agentes do poder. Sua atitude de independência e inversão, ao decidir que não se casaria, assumindo solitária seu ato, não podia ser compreendida, uma vez que o casamento era a única "cura" para este malefício, - o defloramento - que não admitia recusa.

Do mesmo modo, Ivani Simões de Lucena, 16 anos, brasileira, doméstica, apesar de ter declarado em juízo não ser namorada do réu e, confessar, "ingenuamente", ter aceito o convite para entrar em seu "jeep", descreveu com minúcias os detalhes da primeira relação, que se consumara dentro do carro. Não se deu conta de que ao descrever o fato confirmaria sua cooperação para a consumação da relação, assim como demonstraria a sua "vontade" e até mesmo o seu prazer no ato.

48

Geni Pedroso, 19 anos, empregada doméstica, brasileira, não namorava seu deflorador, porém, narrou a relação sexual de ambos com naturalidade e sem culpas,

48. Processo n. 8215: Djalma Luiz Daniel. 31 out. 1958. pacote 26.

afirmando sua iniciativa "após pequena e rápida conversa" de "manter relação ali no cafezal". Afirmou que "Fausto não forçou a declarante a manter relações consigo, não tendo lhe dado dinheiro"⁴⁹. Ficou evidente que Geni concordou e participou do convite de Fausto, não tendo sido forçada a nada em sua aventura amorosa.

Por sua vez, Maria de Lourdes Souza Dias, 16 anos, brasileira, professora, estudara em Colégio de Freiras, em Piraí-Mirim, foi qualificada, no trâmite dos autos de rapto e sedução, como uma "moça livre", que viajava a Londrina, uma vez residente em Tamarana e, por hospedar-se em casas de parentes ou em pensões. Forçada pelo pai apresentara queixa. Isto, entretanto, não a impediu de expressar seus desejos e de demonstrar sua autonomia ao decidir manter um relacionamento com Eurico Soares, pois mesmo

*"(...) Sabendo que não podia se casar com Soares convidou para fugirem tomando rumo para um lugar bem distante daquela localidade (...) que nessa noite dentro do quarto do referido hotel donde pernitoou Eurico Soares deflorou a declarante, ato esse de livre e espontaneidade da declarante, que consentiu com o fito de viverem juntos."*⁵⁰

Maria de Lourdes quebrou vários estereótipos para uma mulher de sua época, "desordenou os referenciais do universo feminino". Trabalhava fora, viajava sozinha para lecionar na cidade. Apaixonara-se perdidamente por um homem casado, amigo de seus pais e, diante desse amor impossível, tomou a iniciativa de convidá-lo para fugir. A decisão de

49. Inquérito Policial n. 5: Fausto Bordin. 2 jun. 1945. pacote 16.

50. Processo n. 625: Eurico Soares. 27 maio 1946. pacote 15.

fugir, os dias vividos em um hotel com um homem casado são experiências distoantes dos preceitos morais e papéis sexuais para uma mulher. Falta de recato, ausência de passividade, comportamentos que, certamente, incluíram nossa personagem no rol das "moças mal faladas", em fins dos anos quarenta.

Relações instáveis, amasiamentos ou concubinatos⁵¹, indiferença ao atributo da virgindade antes do casamento, permearam o cotidiano instável e conflituoso, com simular intensidade ao de outras moças, que se enredaram em conflitos amorosos.

Nazarina da Costa Pereira, 15 anos, doméstica, alfabetizada, descreve sua conduta sexual com desenvoltura, assumindo seus desejos e prazeres. Esta definitivamente não tinha a menor chance de não ser taxada de uma "moça livre".

"(...) que após separar-se do denunciado a depoente tem mantido relações sexuais com diversos homens (...) não tem freqüentado casas de tolerância; que manteve relações sexuais com um açougueiro de Londrina e um padeiro em Rolândia, mas não quis ficar com ele muito tempo apesar dos mesmos desejarem com ela se amigar (...) que a depoente não está bem lembrada, digo, que a depoente manteve com três soldados da Polícia, relações sexuais, não se lembrando porém, exatamente se entre esses havia um de nome Adolfo. Que o bar de dona Maria era freqüentado por mulheres que lá trabalhavam (...) que freqüentava os bailes no Club Sahão em Companhia de outras moças do sexo feminino, que

51. Sidney Chalhaus analisou o comportamento amoroso dos membros da classe trabalhadora no início do século, desprezando a distinção legal entre namoro, noivado, amasiamento ou casamento oficial. Em seu estudo conclui que essas relações foram marcadas por uma convivência mais igual, com uma menor subordinação da mulher, apesar de viverem momentos de tensão e conflito. Estes desencadeavam-se pelo fato da conduta independente da mulher não ser aceita pelo homem, ou igualmente, de cobranças e reclamações que essas mulheres fizeram dos seus companheiros. (CHALHOUB, Sidney, op. cit., p. 2)

como a depoente não era mais virgem mantinha relações sexuais com alguns homens (...) disse ao Promotor que era para desistir do processo contra José que nada mais queria com ele." ⁵²

Nazarina, com sua estonteante narrativa, virou de ponta cabeça o universo feminino, negando-se peremptoriamente ao recato, à virgindade, à passividade e, principalmente à submissão, escolhendo seus companheiros e decidindo sobre o seu corpo. Freqüentava bailes e gafeiras. Admite ter mantido relações com diversos homens e, sem maiores dramas fugir de casa com José Pereira, com quem esteve amasiada por cinco meses, resolvendo abandoná-lo.

Assim também, Dulce Rodrigues, 18 anos, empregada doméstica do Hotel Avenida, viera de Ourinhos sozinha para se empregar em Londrina. Diante da insistência de sua mãe em acusar Antônio Dandrea como seu deflorador, Dulce registrou sua queixa na Delegacia, mas salientou que *"não desejava prejudicar o rapaz Antônio Dandrea, visto que encontrava-se presentemente vivendo bem na cidade de Caviuna, no lupamar de Iracema Galdina"* ⁵³. Dulce não fugiu à regra, confirmou ter mantido relações com Dandrea por várias vezes. Narrou que também o fizera com outros homens, decidindo como proceder com sua sexualidade.

Moças alcoolizadas e pouco tímidas, tomando a iniciativa no relacionamento⁵⁴. Fugas, freqüência a "casas

52. Processo n. 7289: José Pereira de Moraes. 4 out. 1957. pacote 11.

53. Inquérito Policial s/n.: Antônio Dandrea. 6 jul. 1944. pacote 12.

54. Sindicância n. 192: Manoel Casimiro de Oliveira. 1 ago. 1961. pacote 26.

suspeitas" de livre e espontânea vontade⁵⁵. Não aceitação do casamento, mesmo após o defloramento⁵⁶ e manifestação de vontade de casar, por parte do acusado. Doação de filho, fruto de defloramento⁵⁷. Por último, solicitação ao promotor para desistir do processo que, em sua maioria, fora registrado por vontade dos pais parentes ou tutores⁵⁸, foram algumas atitudes individualizadas destas moças que se opuseram aos modelos ideais e representações de sua época e que, com certeza causariam inveja às feministas das décadas seguintes. Mostraram-se emancipadas, irreverentes e insubordinadas perante o discurso masculino - burguês, a pressão dos pais e até mesmo da sociedade. Imaginar essas "*mulheres emancipadas*" é pensar em como suas atitudes assustaram profundamente o "*sexo forte*". Essa irreverência desafiando a pureza, a submissão, o recato e a passividade, em alguns casos, ultrapassou as fronteiras simbólicas demarcadores do aceitável para uma moça respeitável e relegou-as a um espaço geográfico da cidade, destinado às "*moças mal faladas*" ou "*infelicitadas*", assim como à evasão dos instintos sexuais e aos encontros amorosos. Com isto reunimos indícios para confirmar uma hipótese formulada nos primeiros momentos da leitura dos processos, a de que para uma moça deflorada, algumas vezes, não restou outra opção a não ser a de prostituir-se. Destino reafirmado pela construção ideológica do discurso do judiciário ao insistir no frágil limiar, em tempos modernos, entre a "virgem incauta e inexperiente" e as "semi-

55. Abertura de Investigação n. 167: José Alves. 30 nov. 1951. pacote 18.

56. Processo n. 8897: José Abel Oliveira. 21 dez. 1959. pacote 26.

57. Processo n. 9219: Geraldo Godinho. 23 jun. 1960. pacote 26.

58. Processo n. 7289: José Pereira de Moraes. 1957. pacote 11.

virgens", as chamadas "moças livres"⁵⁹, confundidas com as meretrizes. Os fundamentos da moral burguesa imperantes repudiavam a quebra da virgindade antes do casamento, assim como atitudes insubmissas e, para segregar o desregramento, nada melhor do que condenar essas moças pobres ao isolamento e confinamento nos "rendez-vous", nas "casas de tolerância" etc.

Este temor permeou a declaração de Aparecida Santini, de 16 anos, doméstica, brasileira, deflorada por um indivíduo, que insistia em reafirmar sua "pureza", anterior ao acontecimento.

"(...) foi esta a primeira vez na vida, que ela declarante esteve com um homem, eis que, até aquela data, ainda mantinha sua virgindade; (...) Ruy Lindolfo Sheel, não mais procurou a declarante, deixando-a como uma mulher sem dono e que agora deveria tomar outro rumo, o daquelas que seguem os vícios." ⁶⁰

O sentido da palavra vício não deixa dúvidas, devendo ser entendido como abandono dos laços familiares e o exercício da prostituição. Porém, uma outra noção subjaz ao seu depoimento, a de mulher propriedade, que, desvirginada, não pode sobreviver sem a posse de um homem, aliada ao temor de ser uma moça "mal falada". O fato de ter tido autonomia sobre seu corpo e sua sexualidade assustou Aparecida que explicitamente demonstrou ter absorvido as imagens difundidas pelas vozes da sociedade, de moralizantes recriminações. Uma outra interpretação a sua conduta perante o judiciário é a de que

59. Petição do advogado de defesa de Américo dos Santos Raio, no processo de n. 27. 1 out. 1939. pacote 7.

60. Inquérito Policial n.98: Ruy Lindolfo Sheel. 29 nov. 1956. pacote 21.

utilizando-se do recurso de se fazer ingênua, postura desejada pelo mesmo, encenou um papel estratégico. Impossível saber ao certo!

A imprensa, incessantemente, divulgou a imagem da prostituta como aquela distante das imagens familiares de esposa e mãe, definindo-a como a "*vítima do destino*", "*a perdida*", o inverso da "*mulher honesta*", e, portanto sem respeitabilidade pela sua própria condição. O medo da identificação entre a "*moça de família*" e a "*mulher pública*", "*aquela da vida*", tem na virgindade, e, portanto na sexualidade o seu divisor de águas. Assim, independência, poder, liberdade, múltiplas imagens atribuídas a "*moças livres*" e condenadas como resultado da liberalização dos costumes nas sociedades, não puderam ser associados aos códigos de comportamentos estabelecidos para uma "*moça honesta*".

Aparecida expressou sua insegurança diante da moral rígida da época, que fazia do sexo pecado e até doença, e da sexualidade feminina o indecifrável segredo do túmulo nupcial. Esse "*perigo*" deve ser entendido como o resultado da projeção do mundo feminino para a esfera pública, de sua participação na vida social, na política e no mundo do trabalho. Decorre, então, uma nítida visibilidade da mulher, assim como maior interação entre os sexos, e, portanto, uma redefinição dos desejos e sonhos dessas mulheres.

Mulheres iradas, perplexas, sonhadoras, casamenteiras e independentes compuseram este multifacetado universo

feminino, que implicou em condutas e posturas diversas, saturadas de amor, sensualidade e desejo. Nos autos explicitam-se as tentativas de organizar o mundo feminino das mulheres pobres de acordo com valores da sexualidade burguesa. A iniciativa de redefinir a sociedade atendendo aos anseios das elites locais, vislumbra determinar os lugares sociais das inúmeras mulheres e controlar seus deslocamentos, seus corpos e desejos. Essa prática assumiu contornos específicos, em relação às mulheres em função das expectativas e imagens idealizadas que circulavam com voracidade frenética em meio às imagens e representações sobre a cidade.

O exemplo de Doralice Rolin Carneiro, doméstica, 17 anos, brasileira, enfurecida com seu ex-namorado, João Pereira de Moraes, funcionário público dos Correios e Telégrafos, 24 anos, brasileiro, vem lançar luz ao tema e reacender a necessidade de uma investigação mais profunda a partir de discussões já suscitadas neste trabalho. Grávida, resolveu solucionar aquilo que se colocou para ela como um problema, sem a mediação do judiciário. Diante da negativa do acusado em assumir sua responsabilidade, após acalorada discussão, agrediu-o com uma faca. Em nenhum momento culpou-o pelo seu desvirginamento, porém, via o casamento como meio de assumir a parcela de responsabilidade pelo filho que ambos geraram. Desqualificada no processo, por testemunhas homens, como "biscate" e mulher que "mantém relações com muitas pessoas", não sendo, portanto, uma garota para compromisso, Doralice não se intimidou e, diante do delegado avocou suas outras alternativas:

"(...) que há cerca de um mês, João deixou de

*"(...) que há cerca de um mês, João deixou de procurá-la, fugindo sempre, todas as vezes que a declarante tentava falar consigo; que diante disso, a declarante exigiu que João lhe desse dinheiro para poder ir embora ou providenciar a extração do feto, tendo o mesmo se negado a tudo (...)"*⁶¹

A experiência de vida e as falas dessas mulheres em sua genealogia permitem desconstruir, desmontar e compreender a construção de totalidades universais, assim como descobrir o alcance da atuação delas na sociedade, no sentido de aceitar ou questionar ou transformar a ordem social.

5. AS MULHERES NA HISTÓRIA DE LONDRINA: CONFLITOS, SOBREVIVÊNCIA, RESISTÊNCIAS E ACOMODAÇÕES.

As práticas efetivas cotidianas e seus significados simbólicos, a experiência social das mulheres comuns, suas alternativas de sonhos, só puderam ser reconstituídas a partir das diferentes versões de um mesmo acontecimento, da diversidade e dinâmica do meio social que afloram dos processos criminais, desenhando um mosaico colorido do universo feminino. A leitura dessas fontes revelou o eterno conflito de gêneros, os projetos disciplinadores e os espaços de resistência ao ideal da mulher frágil e submissa. A leitura de processos de diferentes naturezas criminais não interferiu nos referenciais metodológicos para análise dessas fontes. Ao contrário, reforçou a experiência, de a partir de um acontecimento, reconstruir estruturas, práticas, discursos e vivências.

61. Inquérito Policial n. 277: João Pereira de Moraes. 16 jun. 1955. pacote 22.

Os sessenta e quatro⁶² processos consultados retiraram do anonimato centenas de mulheres e nos proporcionaram investigar o mundo feminino, assim como seus poderes e saberes, e, dessa maneira, inseri-los definitivamente na história da cidade. Embora pulverizados em infinitos temas, com referências fragmentadas e lacunares, essas fontes, apresentaram-nos uma sociedade em eterno conflito, fundada na assimetria de papéis, tarefas e espaços. Sobretudo, essa documentação possibilitou-nos mostrar a presença real dessas mulheres, privilegiando-as enquanto agentes sociais passíveis de investigação e de historicidade, já que adstrita a uma conjunta de espaço e tempo específicos, no caso em Londrina, de 1930 a 1960. Para tanto foi imprescindível, como nos ensinou Maria Odila, libertar-nos de categorias abstratas e de idealidades universais, visto que somente esta postura proporciona

*"(...) ao estudioso a re-descoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas, que justamente permitam a reconstituição de processos sociais fora do seu enquadramento normativo."*⁶³

Mulheres sós, casadas, pobres, amasiadas, nem sempre tiveram seu convívio isento de conflitos. Intensificaram-se, logicamente nos espaços ocupados por bares, pensões, alcouces, chacrinhas e cabarés. Microinstituições que nasceram

62. Os 64 processos são relativos a lesão corporal, injúria, calúnia e difamação, rixa, maltratos, abandono de incapaz, infanticídio, lenocídio, abandono material do cônjuge ou de filhos, suicídio, favorecimento de prostituição e tráfico de mulheres. Envolvem dois grupos distintos de mulheres: prostitutas e mulheres sós ou casadas que figuraram como vítimas ou réus em situações de tensão e conflito com outras mulheres ou com homens, resultado sempre da quebra da norma e de representações seculares femininas. Não utilizamos os processos de homicídio, embora ressaltamos sua existência, uma vez que exigiria outra abordagem.

63. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. op. cit., p. 40.

para sustentar a prostituição, nelas as mulheres públicas instalaram-se e transitaram de acordo com o crescimento da cidade e da acumulação de capital, proveniente da economia cafeeira, constituindo-se em um mercado autônomo e rentável⁶⁴. Contudo, o espaço doméstico, a vida conjugal normalizada, a vizinhança - espaços por excelência de sociabilidade femininos - assim como o mundo do trabalho urbano, abrigaram tensões. Nessas situações as mulheres reafirmaram papéis prescritos ou contestaram representações e imagens sobre o mundo feminino.

A experiência da vida privada, como a conceberam os burgueses do século XIX⁶⁵, significando recato, intimidade e vida familiar individualizada não foi possível ser mantida pelos populares londrinenses, que, diante da falta de moradia, foram obrigados a se instalar em habitações coletivas e casas de cômodos, assim como desfrutar da bisbilhotice de seus vizinhos e dos problemas advindos do uso coletivo da água, do quintal etc.

O aumento populacional da cidade e a concentração

64. "O meretrício é fonte de renda e até sintoma ou fator de progresso, levando o comércio local a reivindicar veladamente a tolerância, a conivência e não raro a proteção das autoridades para negócio sempre rendoso, que dá movimento a hotéis, lojas, restaurantes e bares noturnos, casas de jogos, pontos de taxi e outras atividades menores. Londrina, como se sabe, está integrada na tenebrosa rede das metrópoles brasileiras (São Paulo, Guanabara, Brasília, Goiânia) por onde circula o mais caro tráfico (sic) de escravas brancas, com incessante renovação de sua selecionada fauna de mulheres belíssimas e caríssimas que povoam a vida noturna." (COSTA, Samuel Guimarães da. Norte do Paraná: o outro lado do Eldorado. Panorama, Curitiba, n. 15 jan. 1965, Apud. BENATTI, Antônio Paulo. A orgia do café : boemia e prostituição em Londrina na década de 1950. Londrina, 1993. Monografia apresenta à Disciplina de Metodologia e Técnica de Pesquisa em História. UEL Departamento de História.

65. GAY, Peter, op. cit., p. 319-329.

da riqueza, resultado da intensa migração⁶⁶ expuseram a face cruel do crescimento urbano no final dos anos 40 e 50. Dentre outros problemas o da falta de saneamento, de rede de esgoto e de abastecimento de água, o elevado custo de vida, a falta de moradia e, por fim a "*proliferação de muquifos na periferia*"⁶⁷, bem como a ocupação de áreas centrais, valiosas ao capital imobiliário, com habitações das camadas populares exigiram soluções prementes. O desenvolvimento acelerado e desordenado da cidade acarretou problemas urbanos que feriam a imagem da "*civilização*". Um certo mal estar era visível se se atentasse para a convivência da arquitetura modernista com os bairros periféricos, para as construções diferenciadas das camadas abastadas próximas às casas pobres, desprovidas de infraestrutura, bem como à proliferação de espaços decaídos, onde se alojavam uma orda de seres "*suspeitos*", como "*vadios*", "*jogadores*", "*mendigos*", prostitutas, em pleno centro. Era urgente reordenar e racionalizar a cidade.⁶⁸

As tentativas e projetos de urbanidade criados para a cidade produziram inúmeros indivíduos considerados indesejados para o convívio social. Foram eles, os mendigos, prostitutas e outros, enquadrados na categoria dos "*suspeitos*", que em área central impediam a configuração "*ordeira*" e "*limpa*" que se pretendia implantar. A perspectiva modernista, como já

66. A reportagem transcrita, a seguir, reflete este trânsito incessante: "(...) recebe a cidade diariamente cerca de 15.000 viajantes que para ali se dirigem ou de lá saem, cada dia, em mais de 20 ônibus e 60 aviões, das empresas Consórcio - Real - Aerovias, Brasil, Varig, Vasp, Sadia, Reta, Boa Lontax e Atlas. A população é de cerca de 60.000 almas e a do município, de 105.000." (Adraoldo Mesquita da Costa. Londrina. Folha de Londrina: editorial, 9 nov. 1956).

67. As casas populares. Folha de Londrina. 4 jun. 1958.

68. ADUM, Sonia. op. cit., p. 187.

exposto, com a criação de um conjunto de leis, tentou regulamentar e controlar o uso e organização dos espaços públicos e algumas posturas individuais e coletivas.

Os trechos, a seguir, constam das edições da **Folha de Londrina**, de agosto de 1956, e da **Gazeta do Norte**, de 05 de junho de 1961. Ambos referem-se ao problema da habitação, porém em duas administrações municipais distintas, a de Antônio Fernandes Sobrinho e de Milton Ribeiro de Menezes ⁶⁹. A primeira refere-se à iniciativa do prefeito municipal de interceder junto ao Governo da União, no sentido de construir 200 casas populares para atender aos anseios da população e acabar com o drama social da favela. A outra, já nos anos sessenta, momento posterior às reformas modernistas empreendidas pelos poderes municipais na estrutura urbana, denuncia a continuidade e o agravamento do problema.

"Sabemos o que é a favela: é a degradação da família pela degenerescência do lar. É a promiscuidade, a insalubridade, o vício, a ignorância, e o senso de desamparo social gerando a revolta e o crime.

Londrina, uma cidade de crescimento vertiginoso, precisa disciplinar esse desenvolvimento através de medidas urbanísticas que evitem a configuração de problemas graves mais tarde. Prevenir contra o mal futuro pela adoção de medidas que estabeleçam condições sadias de moradia à população - principalmente às classes humildes - constitui política administrativa de inegável sentido democrático e grande alcance social."

"Preços extorsivos, exigências descabidas, luvas,

69. A gestão de Antônio Fernandes Sobrinho deu-se no período de 12.12.55 a 12.12.59 e a do prefeito Milton Ribeiro de Menezes de 12.12.59 a 12.12.63. (Ver COUTINHO, H. Pulggari. op. cit., p. 92).

propinas, e em troca "velho casebre", foco de bicho-barbeiro, baratas, ratos etc. Tudo isso faz da moradia um dos problemas cruciantes de Londrina."

Essas avaliações em si muito semelhantes levam-nos a pensar que a valorização do solo urbano, com a desagregação do monopólio da CTNP e o fim do Estado Novo, abriu caminho para a especulação imobiliária e incidiu diretamente no problema da habitação popular. O "estatuto da cidade moderna", da década de 50⁷⁰, erigindo prédios arquitetônicos de vanguarda, praças ajardinadas, transformando Londrina na "cidade milagre" visou ocupar o espaço urbano beneficiando as elites, de acordo com os imperativos da acumulação capitalista. Assim, centenas de pessoas foram obrigadas a desocupar seus quartos em moradias coletivas e pensões e mudar-se para bairros distantes e sem infra-estrutura e planejamento ou habitar as favelas, ou ainda submeter-se aos aluguéis exorbitantes em casas mais centrais. A mudança e confinamento da zona do meretrício e as campanhas moralizantes contra os estabelecimentos comerciais, como pensões, bares, restaurantes nas ruas Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Sergipe e outras são exemplos dessa política.

As transformações urbanas expostas tenderam a

70. Pode-se incluir neste Estatuto a Lei 133/51, através da qual a Prefeitura "passou a intervir na organização do espaço social urbano estabelecendo as condições a partir das quais se faria a expansão da cidade. Os agentes imobiliários deveriam submeter os projetos detalhados de novos loteamentos e arruamentos à aprovação do executivo que se encarregaria de zelar pela obediência aos princípios estabelecidos na lei.

A lei estabelece ainda o loteamento e zoneamento de acordo com necessidades e usos, sendo a cidade dividida em zonas: residencial, comercial, industrial, diversas (escolar, hospitalar, cívico-administrativa etc) e rural.

É neste zoneamento que a "intervenção do poder para separar as diferentes classes sociais se manifesta de maneira cristalina. A zona residencial é dividida em nove sub-zonas de acordo com o tipo de moradia e de benefícios que o proprietário loteador deveria executar." (Ver Arias Neto, José Miguel, op. cit., p. 183-184)

aguçar os conflitos cotidianos entre vizinhos. As mulheres, por excelência mediadoras da convivência urbana e do espaço da privatividade ⁷¹ - do mundo doméstico - experimentaram as tensões do convívio e da proximidade geográfica, da falta de privacidade, do uso coletivo das instalações sanitárias, da água, das indiscrições da parede-meia das casas de madeira, da vigilância de seus pares e dos olhares masculinos as suas ações e ao seu tempo, assim como o constrangimento da situação financeira precária, extravasando suas queixas em discussões verbais e até mesmo em confrontos físicos.

Os conflitos decorrentes da moradia ou que envolveram as relações de vizinhança - espaços de sociabilidade - totalizam onze processos e mostram-nos as mulheres que na luta pela sobrevivência e por espaços, desempenharam papéis distantes dos normativos e apresentaram comportamentos antagônicos às representações e imagens esperadas do feminino. ⁷²

Bebiana Alves dos Santos, viúva, 50 anos, brasileira, alfabetizada, doméstica, residia com uma filha menor de treze anos, adotiva, em uma casa nos arredores da cidade, foi

71. O conceito de Hannah Arendt de "privatividade" refere-se aquilo que deve ser ocultado, pois entendido como intimidade.

72. Os processos relativos a conflitos decorrentes da moradia e envolvendo relações de vizinhança são os seguintes: **Queixa crime n.621**: Luis Chiquinho Carió e José Chiquinho Carió. Londrina. 29 jun. 1940. pacote 12; **Processo n. 1835**: Bebiana Alves dos Santos. 17 abr. 1953. pacote 21; **Processo n. 1547**: Lucília Antônia Ferreira e Terezinha Forato. 23 maio 1952. pacote 21; **Inquérito Policial n. 157**: Jesus Teixeira Gonçalves. 6 jun. 1954. pacote 45; **Queixa-crime n. 6013**: Eurides Palharin. 21 jun. 1956. pacote 35; **Inquérito Policial n. 69**: José Irineu da Silva. 3 dez. 1958. pacote 22; **Inquérito Policial n. 115**: Olimpio Mendes e Isolina de Tal. 2 abr. 1958. pacote 22; **Processo n. 8138**: Santa da Silva. 26 ago. 1956. pacote 22; **Processo n. 8182**: Maria Aroca. 25 set. 1958. pacote 22; **Processo n. 869**: Maria Leordina. 10 ago. 1959. pacote 20; **Processo n. 9600**: Maria Batista Prado. 19 jan. 1961. pacote 32.

acusada de ter agredido Norberto de Almeida, 32 anos, brasileiro, casado, servente, também residente no mesmo local.

73

Em seu depoimento, Bebiana relata com um estado profundo de descontentamento o conflito:

"(...) como tivesse o aluguel da casa em que mora, muito elevado, resolve alugar alguns cômodos a fim de amenizar seu pagamento mensal da aludida casa; que a declarante alugou um desses cômodos para um casal (...) que desde certa época, vem a declarante tendo desinteligência com a esposa (...) pela razão da mesma não poupar a manivela do poço existente no quintal, fazendo sempre com que seja barrancado a borda do mesmo poço, do que deixa a água completamente imunda para o uso dela declarante e dos inquilinos restantes da casa."

Bebiana é acusada pelos seus vizinhos, dois homens e uma mulher, de ser mulher desordeira, de viver pouco honesto, de importunar cotidianamente os moradores da vizinhança. Bernardina Alves de Oliveira, 35, casada, doméstica, brasileira e alfabetizada depõe contra Bebiana, dizendo que:

"(...) a referida mulher não é pessoa honesta no seu viver, pois tem sua própria casa como um antro, indigno de família, trazendo mulheres e bebidas alcoólicas, fazendo sempre com que seus vizinhos fiquem importunados com a folia ali feita, que se prolonga até altas horas da madrugada; que dessa forma, a dita mulher torna-se perniciosa em residir no meio de famílias."

Identifica-se nesse processo uma situação corriqueira de desentendimento entre duas mulheres: Bebiana e Helena, esposa de Norberto, em decorrência do uso em comum das instalações de água. Bebiana dedica-se aos afazeres domésticos,

sendo a mantenedora da casa e da sua filha. Premida pela falta de recursos resolveu dividir a pequena dimensão de sua moradia com o aluguel para outro casal. Residentes na mesma casa utilizavam coletivamente o poço existente no quintal, que servia, também aos outros moradores dos cômodos alugados.

É representativo também das dificuldades de sobrevivência de uma mulher só, que tem sua conduta avaliada a partir das representações difundidas da época: recato, discricção, dependência de um companheiro. Bebianana, possui uma postura explosiva, reagindo com agressividade ao desentendimento. Isto significa que na maioria dos processos a seriedade e o caráter da mulher, ao contrário do homem, serão julgados a partir do seu comportamento sexual, e de suas reações e posturas de compreensão e passividade, no sentido de ser educada e sutil se tiver de protestar ou discutir. Só, recebia visitas, promovia festas até altas horas da madrugada, recebendo mulheres, nos depoimentos expressos de seus vizinhos e inquilinos. Verdade ou não essas práticas não se coadunavam com aquilo que se esperava de uma mulher viúva, com uma filha, e com o agravante de ter cinquenta anos.

A cotidianidade dos conflitos de vizinhança, fica patente na queixa registrada na delegacia, em 26 de agosto de 1958, em que Santa da Silva, vulga "*Santinha*", 39 anos, preta, solteira, analfabeta, brasileira, empregada doméstica, agrediu Adelaide Ferreira, portuguesa, casada, doméstica, analfabeta,

55 anos, ambas moradoras da rua Acre, em área urbana central

74. A acusada informou que:

"(...) já cansada de agüentar 'xingamentos' e insultos, a interrogada ficou prejudicada no corte da água que servia a sua casa; que tanto a interrogada como Adelaide residem em casas de propriedade da firma Mortari, e a vítima, com desejos de que a interrogada mude da casa onde mora, arranja muitas desculpas e começa a insultar-lhe com palavras obscenas, dentre elas pode citar o seguinte: 'biscate', 'bucho', e 'macaca' (...)"

O interesse de Adelaide em que Santinha desocupasse a casa seria o de agradar o proprietário da mesma, do qual se intitulava seu representante na moradia? O proprietário da casa era o patrão de seu marido e de Santinha. Decidida a incriminar sua senhoria, Santinha a acusa de ser "mulher encrenqueira", e de ter batido em mulher nos locais onde anteriormente morou. Mesmo sem prova concreta e embasada nos indícios subliminares dos testemunhos, resta pensar que a cor das envolvidas teve algum peso na deflagração da agressão. Este é mais um conflito decorrente da proximidade e convivência forçada das contendoras e do uso coletivo do espaço, pelos moradores, que pouco tolerantes, visto as reincidências, explodem com palavrões, obrigatórios nas rixas envolvendo mulheres. Os conflitos desembocaram nas queixas, na Delegacia de Polícia e Costumes, posteriormente, encaminhados ao judiciário caso a promotoria acolhesse a denúncia. O juiz, nesse caso, pronunciou-se com certa indiferença, como se fosse, rotineiro este tipo de problema.

"Os motivos determinantes do delito, assim, com-
zinhos, não são de estranhar entre vizinhos pró-
ximos, imputáveis mais à falta de educação, a
agressividade recíproca das implicadas."

Detenhamo-nos, por um momento neste ponto - a sociabilidade da vizinhança que desempenha papel fundamental no cotidiano da rua, do bairro e dos seus moradores. Lugar rico em incidentes entre mulheres e homens - os conflitos de moradia e ou de relações de vizinhança - a violência pode tomar livre curso. A respeitabilidade exigidas de uma mulher nega-lhe o direito à raiva, aos palavrões, à rixa e aos escândalos. Assim, certamente este imaginário estava impregnado no julgamento. Para o meritíssimo, *"a falta de educação"* das envolvidas, foi entendida nesta perspectiva. Recato, passividade e docilidade, imagens cotidianamente difundidas nos periódicos, são posturas exigidas das mulheres *"modernas"* e *"civilizadas"*. Porém, tais imagens distoam daquelas encontradas nos autos criminais, e não encontram ressonância no dia-a-dia das mulheres.

A vizinhança para as mulheres é centro de encontro, de trocar comentários, inclusive sobre a vida das pessoas, saber das novidades e recorrer a ajuda e assistência quando necessária. Mesmo no conflituosa territorialidade das moradias coletivas, restava espaço para esse apoio, podendo, ser seguida de uma terrífica tragédia.

Maria Leordina, encarregada das casas onde moravam diversas famílias, 44 anos, brasileira, doméstica, vivia sozinha, sem ter nenhum homem em sua companhia. Segundo a denúncia havia levado dois homens para demolir um *"rancho"* feito sem autorização do dono das casas, Sr. Waldemar Palazzo, no terreno onde habitavam diversos moradores em cômodos, uma vez que Lázara, uma das inquilina, não pagava o aluguel. Lázara

Gonçalves, requereu a abertura de inquérito contra Maria Leordina, visto que esta espalhara na vizinhança que ela estava atacada de tuberculose, com grande perigo de contaminação para todos os vizinhos, tendo chamado até o fiscal do Posto de Saúde para averiguar tal caso. Ato contínuo, insistiu em sua campanha de difamação acusando a si e a sua mãe de "cambada de putas", ferindo, assim, sua dignidade de mulher casada e honesta. Sara Faria, Olívia Paiva, Solange Sônia Rodrigues, depõem no processo a favor de Lázara, socorrendo-a na situação, até mesmo por terem identidades, a de serem inquilinas. Narram a "má conduta" da ré, qualificando-a como mulher desonesta em sua conduta moral, que profere palavrões, provoca escândalos, recebe homens em sua casa, e, por ser:

"(...) useira e veseira em desmoralizar famílias alheias (...) que o procedimento de D. Maria não é dos melhores, pois, é separada de seu marido, porém, a depoente, tem visto muitos homens entrarem e saírem da casa de D. Maria (...)" ⁷⁵

Inferre-se do depoimento que a mulher separada não era vista com bons olhos, decorrendo ser qualificada por suas companheiras de mulher "perigosa", por se sentirem ameaçadas. A ré Maria Leordina explicita em seu depoimento perante o juiz o bombardeiro de acusações feitas a sua pessoa, que teria justificado seu procedimento. Sua explicação não a isenta de ter seus comportamentos socialmente rejeitados, pois distante estavam do recato, da fragilidade e da submissão. Assim, esclareceu:

"(...) porque sendo estas inquilinas da declarante, deixam de pagar os aluguéis acordados e a cobrança

75. Queixa-crime n. 869: Maria Leordina. 10 ago. 1959. pacote 20.

dos mesmos faz com que elas se desavenham com a declarante; que a declarante acredita que a queixa formulada contra sua pessoa foi motivada pelo rancor da queixosa em virtude da situação existente entre ambas de locadora e locatária."

A querelada, Maria Leordina Pereira, afirma trabalhar como costureira e sustentar seus dois filhos, não proferindo jamais palavras de baixo calão. Porém, em sua vida pregressa consta uma passagem pela delegacia, onde foi-lhe asseverado que deixasse de interferir na vida alheia.

Outra acusada, senhoria que alugava cômodos, Maria Batista Prado, é tida como mulher encenqueira, que briga com seus vizinhos, provocando-os constantemente, possui uma boca suja, xingando palavrões. Com fama de bater em seu marido, é conhecida como parteira e sortista, que pratica aborto e espanca crianças e mulheres.

Maria Batista Prado, 33 anos, brasileira, doméstica, declara na Delegacia que a denúncia de Laura de Oliveira, brasileira, casada, de prendas domésticas, acusando-a de provocações, de xingamentos, assim como de promessa de homicídio e agressão corporal:

"(...) não passam de mentiras, pois está a declarante cansada de pedir a casa, que nem sequer paga seus aluguéis em dia; que a declarante tem a dizer que não se dá com os demais vizinhos visto os mesmos viverem se incomodando com sua vida em secular, tirando a mesma de possuir liberdade em sua data." 76

Atraso no pagamento de aluguéis, ações provocadoras

76. Processo n. 9000: Maria Batista Prado. 19 jan. 1961. pacote 32.

de despejos, proximidade de convívio, a maior liberdade movimentos, a falta de privacidade, os olhares vigilantes, o confronto de valores e posturas e a luta pelo controle do espaço, implicaram em profundos descontroles e antagonismos, desencadeando agressões, provocações e xingamentos. Estas situações mostram-nos mulheres rebeldes que liberam seus impulsos, pouco intimidadas com as representações construídas nos discursos e com o enquadramento de suas atitudes, nas dualidades tradicionais de *"mulheres honestas"* e *"mulheres de má fama"*. Suas condutas contradizem os modelos ideais, apesar de julgadas a partir dos mesmos, como pode-se deprender do parecer do juiz, no caso em questão.

"(...) está fora de dúvida que a ré, de ânimo briguento, não se dá com os vizinhos, comportando-se de maneira que não se coaduna com sua situação de casada e mãe de família (...)"

Prossegue, prejulgando todos os moradores do local, qualificando-os de promíscuos e desordeiros, demonstrando seu desconhecimento do problema de moradia na cidade, já que sua crítica deveria endereçar-se à realidade caótica do problema habitacional e não discriminar socialmente e com estigmas essa população que tentava construir uma identidade num panorama de gritantes contradições:

"(...) ao que se infere dos testemunhos o local é de residência de várias famílias, quase em comum. A promiscuidade da vida no local torna imperativa a manutenção de ordem, com cerceamento temperamental da ré que, com todos brigando, levava suas brigas às vias de fato, bastando a oportunidade."

Examinando-se minuciosamente esses processos entreve-se um cotidiano de rupturas e conflitos pela fusão de

sujeitos e temporalidades diversas onde vislumbra-se mulheres pobres com características próprias, com padrões de conduta específicos, ao menos no panorama dos processos e que não se submeteram às imagens universais ao "*sexo frágil*". Insubmissas, briguentas, solidárias, essas mulheres trabalhavam, amaram, xingaram, sobreviveram sozinhas ou amasiadas e fugiram ao exercício das representações próprias aos padrões normativos.

Embora os conflitos de vizinhança, opondo mulheres, apresentem narrativas descontínuas, juízos tendenciosos, consubstanciados em processos antagônicos complexos de casualidade ou de reiteraões, o resultado final, ou seja, a colcha de retalhos parcimoniosamente costurada, revela formas de relacionamento, estruturas familiares, a atmosfera da vida do grupo, uma prática de linguagem, e os desejos dos múltiplos sujeitos. Sem dúvida estes conflitos testemunham a difícil vida das mulheres que pretendiam "*vencer*" num território alheio, saturado de distinções, segregaões e diferenciações, impedindo-nas de se identificarem como tripulantes de um mesmo barco.

Além dos problemas ligados à luta pela ocupação e aproveitamento do espaço comum e da falta de habitações, as mulheres foram alvo da vigilância e fiscalização de seus vizinhos, - homens e mulheres - bem como de parentes, e amigos que, plenamente engajados no espírito das "*campanhas saneadoras da moral e dos costumes*", alardeadas em inúmeros momentos, procuravam "*proteger*" as famílias e normatizar os costumes. As práticas cotidianas, as vidas familiares, os papéis prescritos

de esposa, mãe, dona de casa dessas mulheres pobres fascinaram os guardiões da moralidade, adeptos "inconscientes" da polícia higienista. Esses olhares indiscretos adentraram o espaço privado, julgaram condutas e condenaram posturas, cobrando papéis normativos, antagônicos às formas improvisadas para sobreviver e manter a família. A repressão das autoridades, do poder público atuaram, principalmente, nas ruas, com medidas para conter a presença indesejada das mulheres públicas e tiveram seu análogo na figura do vizinho (a), que reproduzia em seus atos e posturas um discurso que pertencia a uma classe social diferente da sua. ⁷⁷

Nesse sentido foi lamentável o drama de Maria Aparecida Santi, 32 anos, brasileira, doméstica, casada, que teve seu nome veiculado no programa "*Coisas da Cidade*", da Rádio Difusora Paraná, às 19:15, por Eurides Paliarini, 22 anos, solteiro, brasileiro, mecânico, que declarou o seguinte: "*minha vizinha, Maria de Tal, está insuportável.*" O desentendimento era antigo, e deveu-se, segundo Maria, ao fato de seus filhos e outras crianças terem invadido o quintal de Eurides a fim de apanharem manga. O réu, em seu depoimento, embasou suas acusações, como não poderia deixar de ser, na crítica e julgamento da sexualidade da autora. O empenho de Maria é descrito em seus detalhes e movimentos. Foi acusada de não cumprir suas funções de mãe, esposa e dona de casa, atributos de uma "verdadeira" mulher:

77. Michel Foucault relata que, na Europa, em meados do século XIX, teve início toda uma política de divulgação e controle do corpo e da sexualidade nas camadas populares. Ver FOUCAULT, Michel. op. cit., p. 119.

"(...) que é certo que a mãe das meninas e esposa de Sílio Santi, não para em casa (...) e não dava educação para os seus filhos (...) Ela própria é que confessou, e é possível que isso seja por que um tal motorista conhecido por 'Chiquinho' que faz ponto em frente ao 'Cine Ouro Verde' e que se diz compadre de dona Maria Santi para em frente a sua casa, fora de hora, justamente nas horas em que o marido dela, Maria Santi, não está; que a vizinhança toda sabe desse caso, podendo apontar diversas testemunhas do procedimento de Maria Santi; que, efetivamente, a notícia inserida na Rádio Difusora Paraná, no programa 'Coisas da Cidade' foi, efetivamente, o declarante que pôs; que, além disso, o declarante já viu dona Maria Santi na Casa da 'Jô' que tem para os lados do Country Club." ⁷⁸

O processo foi abandonado pelas partes. Porém a discussão presenciada pelos vizinhos, que depõem nos autos, reproduzindo minúcias do acontecimento, demonstra a preocupação com a vida alheia, ao elegerem certas representações para caracterizar a mulher ideal, por exemplo: a mãe como aquele ser protetor, de tempo integral, preocupada com a educação dos filhos, a esposa cônica dos afazeres domésticos, a esposa fiel e responsável pela unidade familiar. A exaltação dessas virtudes femininas burguesas foi o ápice dos crimes de difamação, quase sempre opondo vizinhos como este, em que os acusados e testemunhas esquecem, muitas vezes, o motivo que gerou tal processo, e colocam em pauta a honra das envolvidas, exaltando ou denegrindo sua sexualidade e o exercício das funções "naturais" femininas. A vizinhança, parafraseando Michelle Perrot, é a espiã da reputação feminina. ⁷⁹

Jesus Teixeira, 19 anos, solteiro, brasileiro,

78. Queixa crime n.6013: Eurides Palharin, 21 jun. 1956. pacote 35.

79. PERROT, Michelle. op. cit., p. 200.

operário, é denunciado por molestar Maria Algarte, em sua residência, de 31 anos, brasileira, casada, doméstica, mãe de vários filhos. Aquele havia trabalhado como ajudante de motorista para o marido de Maria, sendo despedido com a venda do caminhão daquele. O marido de Maria penalizado arrumou-lhe outro serviço. No entanto, Jesus difamou Maria na vizinhança, tornando pública a seguinte história:

"(...) durante o tempo em que residiu na casa de Joaquim Algarte vinha observando que a esposa deste, Maria Algarte, não tinha bom procedimento. Cada vez que seu marido, Sr. Joaquim saía para viagens, ela Maria fazia homem dormir na cama conjugal (...) É sim, o caso dos homens que ela Maria, recolhe em sua casa; que sabe que José da Silva, motorista do Ponto Biriba é amante de Maria Algarte (...) que várias vezes Maria Algarte, na rua encontrava o declarante e o mandava para casa cuidar das crianças enquanto ela ficava na rua biscateando." ⁸⁰

A rede de intrigas espalhou-se pela vizinhança. Conhecidos e algumas testemunhas confirmam o caso de infidelidade de Maria. Os três testemunhas homens defendem Jesus, qualificando-o de um homem de bem. A empregada de Maria ao depor na delegacia não confirma nem tampouco desmente a história de Jesus, declarando somente que "nada viu em sua patroa".

Maria, difamada ou não, foi acusada de ferir dois papéis prescritos, definidores do ser mulher: o de mãe e o de esposa. Abandonara sua casa e suas filhas, que se pode entender como autonomia no gerenciamento de seu tempo e seu espaço - a

80. Inquérito Policial n. 157: Jesus Teixeira Gonçalves. 6 jun. 1954. pacote 45. Os ofendidos desistiram da queixa na fase do inquérito, constando somente o relatório do Delegado de Polícia.

rua, como também maculara sua honra e da família, com um caso extraconjugal. A sexualidade de Maria foi vigiada por Jesus e transformada em problema dos outros, como se não pertencesse somente à própria vítima. A política habitacional definida para os populares, a exemplo da coabitação e da proximidade dos terrenos e casas, no espaço urbano, permitiram manter sob controle e vigilância o corpo e a sexualidade feminina⁸¹, assim como condenar a fluidez dos movimentos das mulheres e o uso de seus tempos qualificando-as mais uma vez sob os imperativos das categorias de ser "*honesta*" ou "*mal falada*".

"Motivos fúteis", "de somenos importância", "fuxicos de comadres", sem motivos plausíveis, são razões apontadas como representativas e desencadeadoras de conflitos e de violência entre moradoras e moradias, na ótica dos representantes do aparato judicial, tais como delegados, promotores, advogados e juízes. Os conflitos envolvendo mulheres denunciavam, sejam eles de agressão ou lesão corporal e de injúria, difamação e calúnia, os problemas inerentes à proximidade das casas, a falta de intimidade e privacidade, na tão exaltada esfera privada burguesa - o lar - lugar de paz e aconchego, onde podemos nos esconder. O controle e a vigilância sobre suas vidas e movimentos, em nenhum momento, foram destacados por esses mesmos agentes.

81. Foucault ao discorrer sobre a sexualidade do proletariado afirmou que "(...) foi necessária, enfim a instauração de toda uma tecnologia de controle que permitia manter sob vigilância esse corpo e essa sexualidade, que, finalmente, se reconhecia neles: a escola, a política habitacional, a higiene pública, as instituições de assistência e previdência, a medicalização geral da população, em suma todo um aparelho administrativo e técnico. (FOUCAULT, Michel, op. cit. p. 119).

Rachel Soihet, constatou o mesmo aspecto, em seu trabalho de doutoramento, ao analisar processos que envolveram mulheres como acusados. Embora conceba o problema, entende-o somente como uma "postura preconceituosa" e rotineira de Delegados ⁸². Nesse sentido, é preciso ponderar a pouca importância dada às falas femininas e às questões vinculadas ao universo da mulher catalogados com tagarelice e caprichos. Por trás do insignificante, do qualificado como episódios corriqueiros, esconde-se uma rede de comunicações e de liberdade de expressão, que conserva a memória e as lembranças do dito e do sentido. A indiferença e o sectarismo das vozes dos poderes encobrem o nível político que envolvem os conflitos na esfera privada. Refiro-me aos poderes e saberes, formais ou informais, destas mulheres pobres, na família, na vizinhança, nas ruas etc.

Historicamente, a população feminina foi investida da função de dar à luz e educar seus filhos. Porém, as crianças passeavam pelas ruas, invadiam quintais, apanhavam objetos dos adultos em espaços ainda poucos definidos e demarcados. Livres do julgo materno, em certos momentos, causaram vociferações verbais e agressões físicas entre pais, conhecidos e vizinhos. Nesses casos, a mãe, responsável pela educação e "*civilização das crianças*", foi chamada a responder pelo desempenho das mesmas e até mesmo condenada pelo desgoverno no interior do lar. Assim, Maria Aroca, casada, 23 anos, brasileira, doméstica encrencou com Emília, casada, 24 anos, doméstica, brasileira, por "*motivos de briga entre seus filhinhos*". Moradoras de habi-

82. SOIHET, Rachel, op. cit., p. 151.

tação coletiva, utilizavam em conjunto os equipamentos domésticos e o espaço de sociabilidade da moradia - o quintal desafiando-se e agredindo-se mutuamente em ocasiões passadas. Porém, o eco deflagrador do conflito e causador da queixa, foi o relacionamento dos seus filhos ⁸³. Maria Vitorine, 37 anos, brasileira, casada, doméstica, fora agredida com uma ripa por Josué Augusto Barbosa, de 33 anos, brasileiro, casado, pintor. Saiu de sua residência por ouvir "*um tropel de gurizada na rua*", Maria, intrigada, foi verificar o que estava se passando entre seus filhos. Nesta ocasião, "*apareceu o senhor Zuel, pai de um guri que estava brigando com o filho da declarante*" e deu-lhe umas "*cacetadas na cabeça*".⁸⁴ Este acontecimento leva-nos a pensar na convivência na esfera pública, que *a priori* é comum a todos e que nos reúne na companhia um dos outros, mas que contudo não evita que colidamos uns com os outros, por inumeráveis motivos.

O mito da maternidade foi construído historicamente como um elemento simbólico definidor da natureza feminina. Simone de Beauvoir mostrou como a apologia da maternidade é construída desde a infância da menina, a partir de estímulos para a concretização dessa função "*natural da mulher*". A valorização da maternidade exalta suas satisfações, porém esconde os inconvenientes dessa "*natural*" função da mulher⁸⁵. Tempo, preocupação, dedicação, e especialmente, reelaboração da

83. Processo n. 8182: Maria Arouca. 25 set. 1958, pacote 22.

84. Processo n.9146: Josué Augusto Barbosa. 28 mai. 1960. pacote 24.

85. BEAUVOIR, Simone de. O segundo sexo: a experiência vivida. Tradução por Sérgio Milliet. 6. ed. Rio de Janeiro : Nova Fronteira. v.2.

individualidade na esfera privada e no mundo público.

Algumas mulheres pobres, obrigadas a exercerem trabalhos extra-domésticos, para prover a subsistência familiar, abandonavam suas casas e filhos, sem ter onde deixá-los. Vítimas de denúncias de vizinhos e familiares são acusadas de maltratos às crianças. Em alguns casos, estas denúncias se confirmaram, desvendando o drama destas mulheres que canalizaram suas hostilidades para seus filhos na trama dos seus poderes informais.⁸⁶

Da leitura dos processos de natureza de lesões corporais e maltratos em que as acusadas são mulheres e as vítimas seus subalternos, percebe-se posturas condenáveis para uma "natural mãe". A denúncia efetuada em outubro de 1957, contra Margarete Kissini, 35 anos, casada, brasileira, empregada doméstica, acusou-a de espancar barbaramente uma criança de 4 anos, seu filho de criação, causando-lhe lesões na boca, que ficara a escorrer sangue⁸⁷. Santina Jacinta de Almeida, 23 anos, casada, 3 filhos, lavava roupas fora do lar, auxiliando na manutenção da casa, e foi acusada de:

"(...) deixar um filho seu de seis anos de idade, só, tanto nas horas noturnas como diurnas sem que ninguém tome conta da referida criança, e, além, de praticar dessa forma, ainda maltrata fisicamente o menor; que, segundo informações que obteve, essa mulher, ao espancar a criança, é hábito pisar no pescoço da mesma, deixando-a quase desacordada, só deixando de continuar com esse proceder depois que

86. Penso, especificamente, na conceituação foucaultiana de relações de poder, concebidas como núcleos infinitesimais, pulverizados que se difundem e circulam em vários setores da vida social, com uma existência própria e maneiras específica ao nível mais elementar.

87. Representação n.7656: Margarete Kissini. 9 nov. 1957. pacote 22.

os vizinhos gritam com ela para não praticar tais fatos (...)

Que o mais estranho é que uma senhora de nome Wilma de tal, quando isso acontece, é quem toma a iniciativa de ir buscar o menino e levá-lo para a sua casa, para que o mesmo não venha sofrer maiores torturas.⁸⁸

A verdade neste caso foi impossível de ser apurada, tanto é que as próprias declarações dos vizinhos se dividem. Alguns, como é o caso de Cristina Nakebar Gonçalves, brasileira, viúva, doméstica, incrimina Vicentina por entendê-la como culpada por surrar seu filho, maltratando-o e fazendo-o gritar. Por outro lado, Julia Evangelista dos Santos, brasileira, casada, doméstica, 25 anos, analfabeta conceitua Santina como mulher muito "trabalhadeira", e afirma que seu filho é meio "bobinho". Pobre, sem recurso, era obrigada a deixar seus filhos em casa para trabalhar e ajudar seu marido no complemento do orçamento familiar. Com a denúncia Santina descobriu que seu filho, Nelson de Almeida, era portador de oligofrenia com transtorno de conduta, ao ser submetido a exame de sanidade mental.

Santina da Silva, brasileira, solteira, maior, é descrita por seu amásio e seus vizinhos como o anti-mãe pois tendo subtraído a filha doente da guarda do pai, rumou para lugar incerto e ignorado⁸⁹. Prostituta antes de amasiar-se, freqüentou a zona do meretrício e residiu nas casas denominadas de "Maria Polaca" e de "Nelly", tendo abandonado tal conduta ao

88. Representação n. 8627: Santina Jacinta de Almeida. 6 jul. 1959. pacote 27.

89. Subtração de Incapaz n.242: Santina da Silva, 12 dez. 1960. pacote 20.

nascer sua filha. Embora afastada do "submundo", embriagava-se e espancava sua filha Thelma, pelo menos na versão de seu amásio. Assim declara, Aurélio de Oliveira, brasileiro, 39 anos, casado, do comércio, alfabetizado.

"(...) costumava viver embriagada, recebendo em seu lar onde possuía uma filhinha, outras mulheres de vida fácil e com as quais mantivera amizade, desde quando residia naquela zona, inclusive por uma sua irmã, e ali passavam a beber, pondo-se em trajes menores, sem qualquer respeito à criança ou mesmo aos seus vizinhos; que tem o depoente conhecimento também de que Santina quando embriagada, dispensava maltratos a menor Thelma, chegando a ponto de espancá-la mesmo quando enferma."

Santina não foi localizada levando ao arquivamento do processo. Porém o mesmo permite depreender as representações simbólicas que, atinentes ao universo feminino, permearam a existência das camadas populares - mãe dedicada e amorosa, pura, recatada, tendo no lar o seu espaço natural. Na cultura das camadas populares circularam imagens femininas que chocavam-se, algumas vezes, com aquelas disseminadas pela elite e pelos poderes locais. Este desacordo culminou em várias formas de repressão e condenação, bem como de delimitação de seus espaços. Assim algumas delas improvisam formas de sobrevivência, visando manter sua família e enfrentaram os julgamentos a partir dos ideais burgueses de bom comportamento e de bons costumes, em papéis normativos.

Olinda Xavier Gil, brasileira, doméstica, sabendo ler e escrever, casada com Naftali Ferreira Gil, mas separada há três anos, possuía três filhos e trabalhava como cozinheira do restaurante na rua Minas Gerais, 517. Seu filho Silas Xavier Gil, de 13 anos a ajudava entregando as marmitas. Denunciou-o

a propósito de não lhe ter prestado contas do dinheiro que recebeu relativo ao fornecimento das marmitas. Declarou textualmente no seu desespero de mãe:

"(...) que a declarante não pode com a vida desse filho, porque o mesmo é bastante rebelde e insubordinado; que a declarante vive exclusivamente do que ganha no emprego, sendo seu salário igual ao mínimo fixado para esta cidade; que o marido da declarante reside em Itapeva, no Estado de São Paulo, mas não presta qualquer auxílio à declarante (...) que a declarante não tem recursos para mandar seu filho a exame médico e assim solicita que o juízo o providencie; que depois disso feito a declarante solicita que seja tomada qualquer medida para a recuperação do menor, pois a declarante como já disse, não está capacitada para tanto e nem pode educar melhor seu filho (...)"⁹⁰

Sozinha, abandonada pelo marido, com três filhos para criar, distante de parentes, Olinda vivenciou o drama de outras tantas mulheres nas mesmas condições, que obrigadas a trabalhar, garantem a sobrevivência e a unidade do grupo familiar. Ao perceber que sua representação, junto à 3ª Vara Civil implicaria na perda de seu filho, acusado então por vizinhos de abusar de sua filha menor, Martha, de 3 anos, e, posterior encaminhamento e internamento de Silas, em estabelecimento adequado, em Curitiba, Olinda desmente as acusações anteriores, alegando que Silas havia melhorado e já estava sendo encaminhado para o Instituto Cristão de Castro, uma espécie de escola para menores, da Igreja Presbiteriana. Em 25 de setembro de 1958, a trágica história de Silas e de sua mãe teve um triste desfecho. Olinda Xavier Gil, de posse do atestado de óbito de Silas, diagnosticado "*de personalidade psicopática e sífilis congênita*", que esteve internado na Escola de

90. Processo n.7088: Olinda Xavier Gil. 19 out. 1956. pacote 27.

Recuperação de Menores do Canguiri, em Curitiba, solicitava a guarda de sua filha menor, adotiva, Marta Mori, em sua expressão o *"único consolo na vida"*.

Guiomar Padilha Zidoro, casada, 24 anos, doméstica, brasileira, mãe de 3 filhos, foi denunciada por escrever um bilhete, falsificando a assinatura de Arnaldo Motta, seu vizinho e, encaminhá-lo, por um garoto ao armazém de José Inácio, solicitando ao mesmo que lhe entregasse alguns gêneros alimentícios. Ao ser inquirida pela filha de Arnaldo sobre o acontecido declara ser amasia de seu pai e ter com ele dois filhos. Diferentes histórias, várias versões e inversões compõem o tecido desse processo, que evidencia as artimanhas criadas por mulheres no cotidiano para garantir a sua sobrevivência e a manutenção de seus filhos. Acusações recíprocas de amasiamento, de declarações e de redação do bilhete, entre Guiomar e sua irmã, Marina Padilha, 19 anos, solteira, amasiada há 2 anos, doméstica, residente em uma hospedaria, resultaram no arquivamento do processo.⁹¹

A propósito das histórias narradas, em época de profundas transformações sociais, manifesta-se, em Londrina, uma crescente preocupação com o destino das crianças pobres e sua socialização. A tônica foi a do combate à ociosidade, ao *"vício"* e aos *"maus costumes"*, visando integrá-las ao mercado de trabalho e retirá-las das áreas centrais⁹². Assim asseverou

91. Inquérito Policial n.45: Guiomar Padilha Izidoro. 15 fev.1960. pacote 20.

92. Sobre o assunto ver análise de Jacques Danzelot, especificamente sobre a sociedade francesa em sua preocupação com o destino dos menores pobres, p. 70.

a *Gazeta do Norte*, de 12 de junho de 1955, com a matéria "Mendicância de menores":

"Vem crescendo assustadoramente em nossa cidade, a mendicância infantil. Dezenas de crianças entre 5 e 10 anos vagueiam pela cidade, implorando a caridade pública. Constrangedor é o rumo que vai tomando estas crianças, na maioria delas, forçadas por adultos que vivem na ociosidade, explorando menores, infligindo-lhes maus tratos quando a coleta não é suficiente para satisfazer-lhes os vícios."

A preocupação com essas crianças crescia à medida em que sua presença incomodava os olhares públicos. A imprensa solicitava incessantemente a atuação do Comissário de menores e instituições de correção e educação infantil, numa postura favorável do ordenamento e racionalização do espaço urbano e de sua população. Medidas conjuntas integraram as políticas municipais, tais como a restauração no quadro de comissário de menores em 1956; a Campanha de Redenção à Infância, com a colaboração da LBA, da direção da Casa da Criança, da Associação Rural de Londrina, Lions, Rotary Club e senhoras da sociedade em 1955; as constantes batidas na zona do meretrício, visando retirar menores residentes e que se prostituíam; a criação de um corpo de jornaleiros para distribuição de jornais, pela Associação Norte Paranaense de Imprensa em 1957; o combate ao trabalho dos engraxates, em 1957, considerado como prejudicial à "formação moral e ao caráter" dos menores, ao perambularem pelas ruas, no convívio em "agrupamentos de promiscuidade, indisciplina e imoralidade". Estas medidas profiláticas e "benéficas" foram sinais exteriorizados da campanha da redenção ao trabalho e condenação à ociosidade, que se iniciou a partir da reeducação das crianças, mas que visava

atingir os adultos.⁹³

As campanhas de "amparo" ao menor, de combate a sua criminalização e abandono, trouxeram implícitas imagens de mães "desnaturadas" e "desalmadas", que, praticavam abortos e infanticídios, abandonavam seus filhos aos vícios e aos crimes, sem condições para mantê-los e educá-los. Não foram atingidas pelos discursos enaltecedores do papel social da mãe e do mito do amor materno, que se pretendiam universais e caminho para "civilizar" os indivíduos. Estes sentimentos ideais, ao que parece, foram incompatíveis com os comportamentos de algumas mulheres pobres, que abandonadas por seus companheiros e sem recursos tiveram que se dedicar ao trabalho extra-lar, assim como suportar o ônus de educar sozinhas os filhos, e além disso, ser donas-de-casa.

Assim como algumas mulheres foram consideradas "desalmadas" pela imprensa, têm-se em quatro processos as autoras em litígio para manter a guarda de seus filhos ou prover-lhes a subsistência. A exemplo de Izabel Costa, brasileira, casada, doméstica, 27 anos, que foi acusada de agredir a decaída Aurea Maria Ferreira, 23 anos, solteira, brasileira por tê-la como amante de seu marido:

"(...) que é casada, civilmente, com Adelino Pedro da Cruz, guarda-noturno, nesta cidade: que tempos a esta parte o seu marido não dava à interrogada e sua filha o sustento necessário deixando-os passarem grandes dificuldades sendo preciso a

93. Gazeta do Norte. 17 jul. 1955; 12 out. 1957; 22 out. 1957; 20 dez. 1956; Folha de Povo, 23 jun. 1957; O Combate. jul. 1957 e fev. 1956.

interrogada lavar roupas para se sustentar e comprar leite para a sua menina." 94

Enquanto Izabel recorria à agressão para resolver seu problema, Alayde Araújo, 28 anos, casada, doméstica⁹⁵ e Augusta de Souza Castro⁹⁶, recorreram à justiça para reclamar alimentos para seus filhos e para si, abandonadas por seus maridos que lhes deixaram de prover a subsistência e a dos filhos.

Ex-amásia de Bolívar Pereira Carvalho, Geralda Ferreira, brasileira, solteira, 28 anos, meretriz, sofreu agressão ao adentrar o bar de propriedade daquele, onde moravam, na intenção de visitar seu filho adotivo, que ficara na posse do pai quando do abandono do lar por ela e posterior separação⁹⁷. Geralda narra seu drama, ocorrido às 15:00 horas e presenciado por um charreteiro.

"(...) adotaram um menino, que está com a idade de três anos e meio: que há um ano, sem que houvesse motivo da parte da declarante, Bolívar, sem mais nem menos, a deixando a mercê da sorte, ficando de posse do menino; que a declarante sofreu muito nas mãos de Bolívar, que é indivíduo sádico e sem motivo, por prazer, gosta de espancar seus semelhantes, inclusive a declarante, que volta e meia era espancada, por Bolívar, sendo que tudo agüentava, por causa do menino, cujo amor é ilimitado."

Nesses casos parece que o "amor materno" ou a

94. Processo n. 2527: Izabel Costa. 23 set. 1954. pacote 38.

95. Processo n. 743: Manoel Araújo. 23 mar. 1948. pacote 26.

96. Processo n.623: José de Araújo Castro. 23 maio 1946. pacote 14.

97. Processo n. 8504: Bolívar Pereira Carvalho. 31 mar. 1959. pacote 36.

dificuldade em sobreviver, sem o rendimento do marido, guiou tais mulheres a esboçarem reações contra seus companheiros, violentas ou por meios legais, cobrando-lhes o que parecia ser a "*função natural do homem*", ou seja, a manutenção financeira da família e do lar.

Como já visto, as exigências feitas a uma mulher não desvincularam-se dos papéis normativos de esposa, mãe e dona-de-casa. Embora fossem considerados ideais, o trabalho renumerado, muitas vezes fora de casa, foi necessário para garantir a sobrevivência. Na área urbana as mulheres exerceram inúmeras ocupações que pudessem fornecer-lhes algum rendimento. O censo de 1940 informa-nos dos trabalhos socialmente aceitos, como as atividades escolares e domésticas (18.140), os serviços sociais (213), profissões liberais, culto, ensino particular e administração privada (27), o ensino público, administração pública e justiça (44), transportes e comunicações (11), indústria de transformação (43), comércio de mercadorias (24), para uma população local de 75.296, onde 39.745 eram do sexo masculino e 35.551 do sexo feminino.

Este recenseamento quantificou em 2.779 mulheres empregadas em atividades não compreendidas nos ramos acima citados, ou ainda trabalhando em condições ou atividades mal definidas ou não declaradas. Certamente, os ofícios de parteira, traficante de menores, prostituta e outros não se incluíram nessa categoria, assim como os de artista, bailarina, costureira, florista, cartomante, sortista e quiromante, até mesmo as vendedoras de gêneros comestíveis pela rua. Através de

anúncios em índices, notícias de jornais e alguns autos foi possível acompanhar algumas das inúmeras atividades nas quais as mulheres das camadas populares de Londrina estiveram envolvidas. Em alguns casos foram até mesmo perseguidas e punidas.

As tabelas comparativas dos censos de 1940 e 1950 da distribuição da população por atividade principal revela que no interregno entre eles, o número de mulheres empregadas nos diversos ramos aumentou significativamente, como é o caso da agricultura, indústria de transformação, comércio, prestação de serviço, permanecendo em níveis mais ou menos estáveis nas atividades qualificadas como domésticas e escolares e em condições inativas. A mulher ganhava visibilidade na esfera pública em atividades remuneradas.

TABELA 3

DISTRIBUIÇÃO NUMÉRICA DA POPULAÇÃO POR ATIVIDADE PRINCIPAL
POR SEXO (+ 10 anos) DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - 1940.

ATIVID.PRINCIPAIS 1940	POPULAÇÃO TOTAL	HOMENS	MULHERES
Agricultura, pecuária, silvicultura	20.932	19.160	1.772
Indústrias extrativas	80	79	1
Indústrias de transformação	2.175	2.132	43
Comércio de Mercadorias	848	824	24
Comércio de Imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	70	70	-
Transporte e comunicação	510	499	11
Administração pública, justiça, ensino público	172	128	44
Defesa nacional, segurança pública	22	22	-
Profissionais liberais culto, ensino particular, administração privada	135	108	27
Serviços, atividades sociais	643	430	213
Atividades Domésticas, atividades escolares	19.332	1.192	18.140
Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas.	5.078	2.299	2.779
TOTAL POPULAÇÃO ATIVA	49.997	26.943	23.054

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 1940.

TABELA 4

DISTRIBUIÇÃO NUMÉRICA DA POPULAÇÃO POR ATIVIDADE PRINCIPAL POR SEXO (+ 10 anos) DO MUNICÍPIO DE LONDRINA - 1950

ATIVIDADES PRINC.-1950	POPULAÇÃO TOTAL	HOMENS	MULHERES
Agricultura, pecuária e silvicultura	12.474	11.766	708
Indústria extrativa	210	206	4
Indústria de transformação	3.627	3.498	129
Comércio de mercadorias	1.965	1.805	160
Comércio de móveis, valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	494	474	20
Prestação de serviços	2.859	1.666	1.193
Transporte, comunicações e armazenagem	1.096	1.056	40
Profissões liberais	244	211	33
Atividades sociais	489	198	291
Administração pública, legislativo, justiça	259	237	22
Defesa nacional e segurança pública	72	71	1
Atividades domésticas, atividades não remuneradas e atividades escolares discentes	20.669	2.153	18.516
Condições inativas	4.894	2.597	2.297
TOTAL POPULAÇÃO ATIVA*	49.556	26.089	23.467

FONTE: IBGE, Censo Demográfico, 1950.

* Inclui inclusive as pessoas ocupadas em atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas.

Em 1958, os resquícios do milenar ofício de parteira, figuravam no anúncio, em meio a outros de médicos, dentistas e advogados:

"PARTEIRA
Dra. Olinda Gonçalves
Rua Mato Grosso, 651
Telefone 1414
Londrina" ⁹⁸

A preocupação do Posto de Saúde, da Sociedade Médica e Polícia em "moralizar" o serviço obstétrico, fez-se sentir na difusão da imagem da parteira como mulher ignorante e sem moral, cúmplice de abortos.⁹⁹ A veiculação desse anti-modelo, desejava controlar a profissão e até mesmo excluir este saber, historicamente feminino.

A prática higienista médica definia tudo aquilo que deveria desaparecer, as práticas julgadas "irracionais", "supersticiosas", o fatalismo e o sofrimento. Nesse raciocínio ganham expressão as campanhas de denúncia contra o infanticídio e o aborto, tidos como numerosos na cidade, principalmente na zona do meretrício, embora não se tenha estatística precisa

98. ESTEVES, Antonio. Índice de Londrina, op.cit. p. 84.

99. Em 1947, o médico Lycurgo Santos Filho descreve as parteiras racionais, com os mesmos qualificativos, dos autores do século anterior: "(...) as comadres antigas, mulatas brasileiras ou brancas portuguesas, da baixa burguesia, vestidas de preto, de mantilha e rosário e um lenço na cabeça, conhecidas de todos e todos as conhecendo, alcoviteiras terríveis, não se limitavam a 'operar' as crianças. Foram também curandeiras. Provocavam abortos e tratavam de doenças 'secretas'. Foram responsáveis pelas mortes freqüentíssimas das parturientes e nasciturnos, não só pelas práticas oriundas de extrema ignorância, como pela propagação da infecção puerperal, comum aliás antes da era pasteuriana" (SANTOS FILHO, Lycurgo. *História da Medicina no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1947. p. 200, v. 2, apud, Maria Lúcia. *Parteiras no século XIX: Mme. Durochar e sua época*. In: COSTA, Albertina ; BRUSCHINI, Cristina (orgs.), op. cit., p.37-56).

deste problema¹⁰⁰.

A imagem negativa da parteira, responsabilizada por médicos, poderes públicos e até mesmo pela igreja deve estar relacionada com as taxas de mortalidade materno-infantil, e, obviamente, não se pode descartar a disputa do campo profissional por parte dos médicos.

O projeto de ordenamento, comentado em capítulo anterior, dirigiu-se, principalmente no caso da mulher, à construção da mãe higiênica, dedicada à educação dos filhos, futuros membros da civilização que se pretendia construir¹⁰¹.

Não havia mais lugar para essa figura tão popular e imprescindível, em tempos anteriores, na vida das mulheres e de seus filhos. Assim, desencadeou-se uma campanha de combate à atuação das parteiras, com o claro intuito de exterminar com esse ofício, ou ao menos fiscalizá-lo rigidamente. Como consequência, intencionou-se controlar esse saber popular, institucionalizando-o na figura técnica do médico. A *Gazeta do Norte* pronunciou-se nos seguintes termos:

"Fazemos um apelo veemente a todos aqueles que tiveram conhecimento da interferência destas 'parteiras' ou de curadores, que denunciem ao Posto de Saúde, à Sociedade Médica e à Polícia, porque assim agindo estarão salvando vidas humanas que fatalmente perecerão nas mãos dessas criminosas"

100. "Ocorrem, freqüentemente, casos de obstetrícia indevida, principalmente no meretrício, mas a maioria não chega ao conhecimento da polícia, por razões óbvias (...)" (*Folha de Londrina*. p. 8. 17 abr. 1958.).

101. Sobre o poder médico - higienista e sua concepção sobre a mulher em gestação desde o século XIX, ver COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro : Graal, 1979. p. 226.

criaturas." ¹⁰²

A astrologia, a cartomancia e a quiromancia, saberes populares, eminentemente femininos, também foram alvos da ação policial, à medida em que as mulheres que os exerciam. Estas foram enquadradas numa população específica, incluídas na figura do "suspeito", uma vez que esta prática não se ajustava à noção de trabalho e de comportamento feminino exigido dentro da nova ordem. Assim, os jornais pediam a ação da força policial para "*cair em cima das cartomantes que agem na cidade, já que todas sempre foram tidas como ludibriadoras da coletividade e assim volta e meia aprontam tais façanhas criminosas.*" ¹⁰³

Mesmo nesse alvoraçado contexto, as mulheres não se intimidavam em divulgar publicamente seu trabalho, como é o caso de Madame Juana, que atendia próximo à Avenida Higienópolis e prometia em seus boletins coloridos, "*facilitar casamentos, curar o vício da embriagues, dar jeito em separações, embaraços de qualquer espécie, doenças, viagens, amores mal parados etc.*" ¹⁰⁴, dizendo-se uma das maiores astrólogas e quiromantes da América do Sul.

Maria Marcos Vit, 33 anos, brasileira, casada,

102. *Gazeta do Norte*. 12 jun. 1961.

103. O dinheiro que virou cinza. *Gazeta do Norte*. 8 abr. 1954.

104. Coluna Ronda pela Cidade. *Folha de Londrina*. 11 set. 1954. Em 14.09.1954, Madame Juana foi detida e encaminhada à D.R.P. Constatou-se que seu nome verdadeiro era Juana Teodorovski e que havia um processo contra si. (*Folha de Londrina*. p. 8. 14 set. 1954.).

doméstica, foi denunciada por Junta Araki, 59 anos, japonês, casado, lavrador e comerciante, em 12 de dezembro de 1950, pelo seguinte:

"No dia 28 de outubro p. passado, nesta cidade, em sua residência, a denunciada, que explora a credulidade pública, mediante sortilégio, predição do futuro ou práticas congêneres, obteve para si, vantagem ilícita, em prejuízo de Junta Araki, ao qual lesou na importância de vinte mil cruzeiros, induzindo ou mantendo este em erro, mediante artifício, ardil ou qualquer outro meio fraudulento." ¹⁰⁵

No depoimento de Maria Marcos Vit ao judiciário, em 21 de dezembro de 1950, a ré define sua atividade como uma forma qualquer de sobrevivência:

"(...) a respondente lê a sorte nas mãos das pessoas que a procuram cobrando vinte cruzeiros para consulta; que a respondente mandou anunciar este mister a que se dedica, distribuindo impresos pela cidade e após haver pago o imposto necessário à Prefeitura Municipal."

Prosseguindo na leitura do processo, constata-se que o caso de Maria não é preocupação única da justiça, uma vez que a responsabilidade do judiciário deve ser a de distribuir a justiça e moralizar Londrina. O Promotor vincula o caso da "Professora Matilde", acusada de estelionato, magias e abuso da credulidade pública ao da onda de setores marginalizados e à "desordem" que campeia por essas plagas:

"Nunca estivemos tão oprimidos quanto agora por essa onda de criminalidade e devassidão que campeia abertamente por estas plagas."

Batedores de carteiras, 'scrocs', valentões, estelionatários, homicidas, maus comerciantes, andam a solta pela região. Ou vencemos a todos ou

105. Processo n.1059: Maria Marcos Vite. 12 dez.1950. pacote 35.

eles nós vencem e massacram!

(...)

Por que isto? Porque Londrina é assim: cada um cuida do seu bem estar, sem se preocupar se o vizinho é ladrão ou veio de origens suspeitas. E desde que não lhe esvaziem o bolso o cidadão pouco se incomoda com o resto da sociedade." ¹⁰⁶

Nos anos cinqüenta, a imprensa anuncia duas imagens de cidades contrapostas em suas características, aquela do coroamento do projeto modernista local, da riqueza do "ouro verde" e do progresso galopante e sempre projetada para o futuro, e uma outra, que correspondeu a representação do submundo, da comercialização dos corpos, do jogo, dos suicídios, dos confrontos de rua entre mulheres, das brigas de casais. Para as elites, a freqüência nas ruas de trabalhadores avulsos e mulheres pobres, que circulavam cotidianamente pelo espaço urbano, tornou-se cada vez mais indesejável e "perigosa".

Esta preocupação de limpar as ruas de mendigos, prostitutas e demais desocupados era antiga por esboçar-se desde final dos anos quarenta. As Atas da Câmara dos Vereadores, os abaixo assinados¹⁰⁷, os jornais, os códigos munici-

106. Idem, fls. 52, 53. Maria foi condenada em 17.09.51 há 3 meses e 15 dias de prisão e ao mesmo tempo foi-lhe concedida a suspensão condicional da pena, ficando a mesma advertida das obrigações nela contidas.

107. "Abaixo-assinado contra a prostituição, moradores da rua Mato Grosso encaminharam abaixo-assinado à Polícia reclamando contra a atividade de Helena Serrati Simonaio, que é acusada de recolher homens à casa onde reside, nos fundos do nº 206 e em pleno convívio familiar." (Folha de Londrina. p. 8. 28 maio 1957.). Ver também: Ata da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Londrina, de 6.11.1953, assim como: Inquéritos n. 19: Antônio Joaquim dos Santos. 22 jan. 1953. pacote 15, em que os moradores do bairro residencial Vila Nova o denunciavam como mantenedor de casas de prostituição em meio familiar, acusando a tal residência de "casa de tolerância onde mulheres desconhecidas ou de vida fácil desacatam as famílias moradores ao redor. O inquérito contra a Churrascaria Baiana, de propriedade de uma meretriz, de nome Luzia de Tal, n. 276, de 28.03.51, pacote 15, embasou-se em abaixo-assinado de moradores e proprietários de pensão familiar denunciando este estabelecimento por "prática de todos os atos de libidinagem, dia e noite, mulheres dançando e bebendo em trajes

pais, desvelam as tentativas de expulsar das ruas e áreas centrais da cidade os "suspeitos" e "indesejáveis". Assim a área de prostituição e as casas de comércio duvidosas foram colocadas na mira da polícia de costumes e do poder público, assim como as mulheres que nelas transitavam, em "favor da moralidade e do sossego das famílias"¹⁰⁸. A lei 133, de 7 de dezembro de 1951, regulamentava a instalação de casas de comércio em zona residencial, pronunciando-se em seu art. 85, do 4º parágrafo, que seriam tolerados somente aqueles úteis e necessários, desde que não fossem obscenos e incômodos.

No dia a dia, as mulheres foram vítimas da arbitrariedade da polícia e alvos de inúmeras tentativas de disciplinarização e controle, impedindo inclusive seu livre trânsito em locais públicos. Nos registros policiais abundam prisões de mulheres, por motivos diversos, como transgressoras da ordem estabelecida. Assim em 22.11.1955, Maria de Lourdes Jacinto, Maria Zoraide Anicelli e Zilda de Oliveira, foram presas por estarem bêbadas e porque praticavam a falsa mendicância¹⁰⁹. A mulher Maria Olga, bêbada, foi detida e recolhida ao xadrez por promover escândalos e desordem na Vila Iara¹¹⁰. Em 26.06.1957, a polícia prendeu, em vários pontos da cidade, as seguintes mulheres: Ana Maria Domingues, Maria

indecorosos, incomodando não só os vizinhos mais próximos como todo o local mais próximo (...)"

108. Em ESTEVES, Antônio A, op. cit., encontramos 43 nomes de mulheres, proprietárias de "casas de diversões"; 2 nomes de donas de estabelecimentos registrados como Churrascaria; 9 mulheres proprietárias de pensões e hotéis; outras 21 donas de bares de secos e molhados. Alguns desses estabelecimentos foram considerados suspeitos ou pelo menos seus ramos de negócio.

109. Folha de Londrina. p. 10. 22 nov. 1955.

110. Folha de Londrina. p. 10. 28 jun. 1955.

Francisca, Sebastiana Barbosa, Emília Rosa Mesquita, Maria Helena Francisca, Maria Luísa da Silva, Raquel Correia dos Santos, Hercília Amaral Pinto, Maria Helena de Sousa, Vera Maria de tal, Leonor da Silva, Dirce Martins, Valdete de Souza, Maria Aparecida de tal, Georgina Belo, Leonora Martins e Irene da Silva. Todas foram encontradas perambulando nas imediações do centro¹¹¹. Em 1957, Maria de Lourdes foi presa por provocar escândalos e desordem na Estação Rodoviária; Márcia Soares também, por promover algazarras embriagadas, em plena via pública; e as decaídas Maria Isabel e Rosália Francisca de tal, por briga e agressão mútua¹¹². A meretriz Marlene da Silva, residente na Vila Matos, foi detida por agentes da Polícia por desacato e insultos às autoridades¹¹³. Em 1955, agentes da polícia detiveram e ficharam cerca de 20 "decaídas" que perambulavam pelas ruas da cidade¹¹⁴.

Os registros policiais eram sumários e se evoluíam. Cada vez menos explicativos eram publicados em jornais locais, manifestando uma contumaz preocupação com o espaço urbano e com a repressão às mulheres pobres urbanas, que fizeram da rua seu espaço de sobrevivência. Ansiava-se por promover um amplo reajustamento social da população aos imperativos da territorialidade burguesa. Esse empreendimento contou com a força policial que afastava das ruas elementos considerados como incômodos à imagem ideal que a cidade

111. Folha de Londrina. p. 8. 02 jun. 1957.

112. Folha de Londrina. p. 8. 18 maio 1957.

113. Folha de Londrina. p. 7. 12 jun. 1956.

114. Folha de Londrina. p. 8. 05 jul. 1955.

aspirava.

Especificamente, em relação às mulheres pobres urbanas as repressões e arbitrariedades da polícia faziam-se sentir sem muitos constrangimentos, principalmente naquelas que fugiam às normas próprias de "sua natureza". Provavelmente, muitas dessas mulheres que freqüentavam, algumas assiduamente, a cadeia pública de Londrina eram trabalhadoras urbanas e avulsas, que exerciam atividades que poderiam englobar desde o trabalho doméstico em casas alheias, lavagem de roupas, o ofício de cabeleireira até a prostituição. Atividades que podiam ser exercidas consecutivas e simultaneamente.

Elza Capusta, 18 anos, brasileira, solteira, balconista de uma casa comercial, narra a arbitrariedade de um policial, da qual foi vítima:

*"(...) o Sr. Francisco Marostega dirigindo-se à declarante, perante diversas pessoas lhe disse que ela era antipática e que não andava direito e vivia nas ruas até altas horas da noite, com cinco ou seis rapazes; que (...) Francisco Marostega, chegando até o portão da referida casa bateu palmas e sendo atendido pela declarante, deu voz de prisão à declarante conduzindo-a para a detenção desta cidade, no que se fez ajudar por três guardas noturnos e mais um indivíduo de nome Antônio Pereira."*¹¹⁵

Após ter declarado a prisão, o policial a obrigou ir a pé à delegacia, submetendo-a aos vexames no trajeto. Embora seu patrão tivesse se proposto a apresentar Elza à Polícia, em um automóvel, sua iniciativa foi recusada. Após apresentada na Delegacia, Elza foi posta imediatamente em

115. Inquérito Policial n.79: Francisco Marostega. 7 jun. 1949. pacote 23.

liberdade pelo Delegado.

Os registros policiais publicados pela imprensa nos definem o estado civil e o envolvimento com a prostituição. As meretrizes que perambulavam pelas ruas ou mesmo que trabalhavam em pensões, lupanares e chacrinhas estiveram sujeitas cotidianamente a ação policial, sendo detidas por "perambularem nas ruas", agredirem seus fregueses, por brigas com suas companheiras, na disputa por amantes, com as proprietárias de pensões, por embriagues, por serem agredidas por clientes ao se negarem a dormir com os mesmos ou cobrar pelos seus serviços etc. Este grupo de processo, envolvendo a prostituição infelizmente não coube nos limites estreitos dessa pesquisa. O estudo dessa categoria de mulheres exigiria um instrumental teórico diferenciado daquele que se esboçou até aqui. Seria impossível investigar a onda de suicídios que desfilou silenciosa em jornais, as ocorrências policiais envolvendo o baixo meretrício, o "glamour" dos cabarés e o mistério dessas mulheres, algumas enriquecidas, como Selma, Diana etc, os códigos específicos de conduta nos estabelecimentos e a hierarquia em pensões, hotéis, casas de diversões, chacrinhas, etc. Assim também a interminável rotina das prisões, fichamentos de prostitutas, mulheres "insubmissas", objetos de desejos e fantasias, a propiciar aventuras na territorialidade extra-conjugal e perigo na atração sobre as mulheres "honestas".

A análise de Margareth Rago, em **Os prazeres da noite**, a propósito da prostituição e dos códigos da sexualidade

feminina, na capital paulista, do início do século, enseja a polêmica aqui levantada:

"Se o mundo da prostituição pode ser localizado como lugar de manifestação do desejo, onde o bordel figura como um 'condutor de intensidades (Guattari), não há como esquecer que a violência é uma dimensão constitutiva das relações sociais que aí se estabelecem: entre prostitutas e fregueses, entre cafetinas e meretrizes e entre as próprias prostitutas. Uma ambígua rede de solidariedades e pequenas rivalidades, competições e manifestações de amizade marcam, assim, a subcultura da prostituição".¹¹⁶

Este "centro do submundo" atraía polos gravitacionais, que se mantiveram próximos até a crise cafeeira da década de 70, pois abrigou vagabundos, alcoólatras, pedintes, viciados, jogadores etc. A violência implícita e explícita pode ser contextualizada no cotidiano de meretrizes. Os personagens desse mundo confrontaram-se nas relações internas do território e na instabilidade psicológica e econômica do dia-a-dia em suas vidas, especialmente no baixo meretrício. Os conflitos às vezes súbitos, desastrosos e destrutivos brotaram nas ruas à vista dos transeuntes, na relação com a polícia, com agentes sanitários, com vizinhos e familiares, e entre as próprias prostitutas, já que portadoras de linguagem e hierarquias específicas.¹¹⁷

116. RAGO, Margareth, op.cit., p. 229.

117. Para investigação dos temas sugeridos consultar os seguintes processos, catalogados e subdivididos pela pesquisadora em: 1ª) Disputas amorosas: **Processo n.8180**: Isaura Marques. 20.09.1958. pacote 20; **Processo n.8232**: Nena Akamatsu. 30.10.1958. pacote 20; **Processo n. 8954**: Dolores Ivone. 6.02.1960. pacote 44; 2ª) Resistências: recusa ao freguês, em pagar pensão e término de relações amorosas - **Processo n.9145**: Hideo Koudo. de 28.05.1960. pacote 44; **Processo n.2979**: Ulisses Ferreira dos Santos. 05.09.1955. pacote 17; **Processo n: 8183**: Luiz Gonzaga Rodrigues. 20.09.1958. pacote 24; **Processo n.23**: Assis de Abreu. 19.07.1939. pacote 12; **Inquérito n.2594**: Alceu Postigo. 09.11.1954. pacote 29; **Processo n. 1634**: Valeriano Vieira de Souza. 14.08.52. pacote 36; 3ª) Hierarquia e territorialidade da prostituição: **Processo n. 8141**: Alaide Pereira Moura. 21.08.1958. pacote 23; **Processo n.2857**: Judith Soares e Geraldo Nunes Gomes.

6. AMAR É PRECISO... APANHAR NÃO

Os doze processos analisados, tipificados como de agressão física ou lesões corporais, dizem respeito às relações amorosas, de trabalho e familiar entre homens e mulheres comuns¹¹⁸. Estas protagonistas vivenciaram o eterno dilema de se pautarem por comportamentos amorosos e familiares, informados e concebidos pelo discurso burguês, enquadrados na ordem proposta para a cidade e seus habitantes ou se orientarem por condutas, posturas e comportamentos apropriados às situações reais que vivenciavam na prática cotidiana. Não entendemos estes conflitos como decorrentes de uma patologia social, por considerá-la maniqueísta, nem os atribuímos à pobreza em si. Procuramos captar sua racionalidade e buscar uma forma diferenciada e própria de um determinado grupo social, no caso das mulheres de se relacionar, de amar e de constituir família.

27.02.1955. pacote 31; Processo n. 643: Gustavo Alberto Milma. 27.01.45. pacote 21; 4º) Arbitrariedade e violências policiais: Processo n.8900: Cândido dos Santos Lima. 21.12.1959. pacote 23; Processo n.36-32: Danilo Frisseli. 13.05.1953. pacote 29; Processo n.125: Antônio Edes Silveira Mello. 25.06.1960. pacote 29; 5º) Cotidiano, violência e poder: Processo n.8124: Neusa Carvalho. 18.08.1958. pacote 34; Processo n.8354: Maria Olga Cordeiro. pacote 36, 22.09.1958; Processo n.80834: Orlando Moraes. 1958. pacote 50; Processo n.2983: Luiz Lacerda de Ataíde e Irineu Morini. 08.09.1955. pacote 21; dentre outros.

118. Inquérito s/n.: Antônio Faria. 27.12.1951. pacote 26; Inquérito n.65: Oswaldina Silva. 27.03.1958. pacote 22; Inquérito n.79: Francisco Marostega. 23.07.1949. pacote 23; Inquérito n.76: Edmar Borges. 26.08.1956. pacote 11; Processo n.1033: Osmar Pomin, Luciano Gavassi e Alberto Gavassi. 6.10.1950; Inquérito n.277: João Pereira de Moraes. 16.06.1954. pacote 15; Processo n. 2691: Delmiro Pereira da Silva. 20.12.1954. pacote 38; Processo n.1361: Waldemar dos Santos. 26.11.1951. pacote 17; Processo n.227: José Cunha de Assis. 12.12.1941. pacote 21; Processo n.25: Altino Guerra da Silva. 17.11.1944. pacote 21; Processo n.23: Vicente Consenzo. 15.05.1942. pacote 25; Processo n.2609: João Luís Pereira. 26.11.1954. pacote 21; Processo n.989: João Batista dos Santos. 05.05.1950. pacote 32; Inquérito n.155: Arlindo Rodrigues. 19.11.1947. pacote 18; Processo n.8031: Fulgêncio Correia. 08.07.1958. pacote 37; Processo n.918: Neide Pereira. 21.04.1954. pacote 26; Processo n.2527: Izabel Costa. 23.09.1954. pacote 38; Processo n.8953: Edite Guimarães, Irene Nazaré Guimarães e Shioshi Muramôto. 10.10.1957. pacote 44.

Mariza Corrêa, repensou o assunto sob a perspectiva da necessidade de *"dar conta de uma tensão permanente entre os impositores de ordem pré-definida e aqueles que a resistem cotidianamente"*¹¹⁹. Assim, uma análise sobre as relações amorosas e familiares, como já dissemos, deve esquecer modelos ideais que *"devem ser"* ou *"devem existir"*, mas ser traduzida a partir da noção de apreender o real significado da diversidade e da especificidade, das diferentes organizações familiares, nos contextos sociais respectivos."

Nos processos envolvendo brigas, separações de casais, alguns por interferência familiar o que se coloca em questão é a denúncia e o julgamento dos comportamentos e condutas morais consideradas legítimas e adequadas às normas vigentes¹²⁰. Dessa maneira, nos processos infere-se o modelo ideal e adequado de mulher, como sendo o da mãe dedicada à casa, ao marido e aos filhos, submissa à situação doméstica, tendo sua moralidade e honra julgadas por sua fidelidade. A sexualidade feminina é ponto de referência para os acusados depoentes e julgadores. Em contraponto, o gênero masculino é julgado pela sua dedicação ao trabalho, já que seu papel prescrito o elegeu como o responsável pela subsistência da família.

119. Ver CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira em vários autores. In: Colcha de Retalhos. São Paulo: Brasiliense, 1982. p. 35 e FUKUI, Lia ; BRUSCHINI, M.C.A.(orgs.). A família em questão. Cadernos da Pesquisa da Fundação Carlos Chagas. São Paulo, n.37, p.3, maio 1981.

120. Mariza Corrêa em seu estudo Morte em família, investigou as representações jurídicas de papéis sexuais, a partir da análise de processos criminais de homicídios passionais, entre os casos de 1952 a 1972. A autora mostrou o fio condutor que permeou tais julgamentos como sendo a defesa de um sistema de normas visto como universal e absoluto. (CORRÊA, Mariza. Morte em família. Rio de Janeiro : Graal, 1983).

Sendo assim dos 12 processos citados, somente três apresentam mulheres acusadas pelos delitos. Em nove dos restantes os homens são indicados como deflagradores do conflito, o que por si só nos indica uma relação homem-mulher bastante assimétrica, com a tentativa masculina de exercer completo domínio sobre suas companheiras. Porém, em alguns casos o conflito configurou-se por uma opção da mulher em abandonar o lar, ou de desfazer a união, o que resultou em agressão por parte do companheiro e, posterior, confronto físico.

Os seis casos analisados têm em comum a atitude feminina de romper a relação, a partir de uma história passada e reincidente de agressão e maltratos por parte do amásio. Separadas e sozinhas resolvem reatar a relação; ou somente manifestaram o desejo de abandonar a casa, ato, que a princípio de livre escolha da mulher, foi suficiente para desencadear o infortúnio da agressão por ação de seus amásios. O casamento formal parece não preponderar nas camadas populares, se nos a tivermos aos processos como amostragem¹²¹.

A lavadeira Maria Alves Barbosa, 38 anos, viúva e amasiada, brasileira, morava com João Luiz Pereira, conhecido como João Pão, resolvendo abandonar o lar devido a agressões constantes, durante os quatro anos de convívio. Maria narra seu

121. Enilde Mesquita Samara em ensaio sobre o papel do casamento na sociedade paulista do século XIX, concluiu que o casamento era uma opção para uma pequena parcela da população, representando a união de interesses entre a elite branca. Entre as camadas mais baixas da população predominava o concubinato, inclusive em decorrência do alto custo das despesas matrimoniais. (A família brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 42 (Tudo é história). Ver ainda Silva, Maria Odila, op. cit., p. 83)

drama numa longa história de desencontros e violência, ao delegado, após uma nova investida de João Pão.

"(...) o seu agressor a procurou e escreveu uma carta e diversos recados para morarem juntos outra vez; que em vista das promessas dele, e por estarem os dois longe de parentes, a declarante aceitou e passou a morar outra vez com o referido João, que durante uns meses portou-se bem, tudo indicando que não mais fariam brigas ou discussões, quando, no dia 6 de agosto de mil e novecentos e cinquenta e dois, tendo a declarante ido à casa de um freguês seu, de roupa lavada, na volta foi agredida por ele, João Pão, que, em altos brados disse que ela não prestava e que não servia para ele (...) agredindo a declarante com canivetadas e cadeiradas (...)" ¹²²

Na delegacia perguntaram-lhe o que desejava que fosse feito com o seu agressor. Respondeu Maria sem hesitar:

"(...) que não queria que o condenassem por que ela não podia trabalhar em vista dos ferimentos e achava que o seu companheiro tinha obrigação de lhe garantir o sustento"

Provavelmente seu anseio causou perplexidade, mas seu desejo foi respeitado. Foram liberados e voltaram a morar juntos. Novamente agredida por João foram encaminhados à delegacia, onde permaneceram presos. E em nova discussão Maria, na própria delegacia de polícia, relatou que não fora mais conivente com as imposições e atitudes de seu amásio.

"João disse à declarante para sumir do lugar, ela disse que não ia porque tudo que estava na casa era dela e que com o seu serviço de lavar roupa, ela era suficiente para viver sem ser saco de pancada..."

É evidente o desespero e a impotência de João

122. Processo n.609: João Luis Pereira. 26.11.1954. pacote 21.

frente à dificuldade de impor seu domínio à sua companheira, que saturada resolveu dar um basta ao dilema do casal. Ela trabalhava e podia sobreviver sem o auxílio financeiro de João. Esta constatação certamente deixou-a mais a vontade para abandoná-lo. Maria repelia a relação em que se sacrificava trabalhando, comprando objetos para a casa. Tem contraposição, seu amásio embriagava-se, não trabalhava e constantemente envolvia-se em pequenos furtos, como comprova o testemunho de Francisco dos Santos, brasileiro casado, 59 anos, proprietário da casa onde moravam.

O drama dessa mulher não foi compreendido pelo Juiz Hércules de Macedo Rocha, da 3ª Vara, que embasado em um único depoimento, tendencioso por ser o do senhorio de Maria, qualificou-a em seu julgamento como mulher de mau procedimento. Implícito neste julgamento estão dois elementos subliminares no discurso: o fato de Maria ser amasiada, relação por si só tida como instável, e, por outro lado a "aceitação" de agressões, reincidentes de seu amasáio, visto retornar sempre ao lar.

No caso seguinte, Maria Tunelli, 38 anos, viúva, doméstica, brasileira, que vivia amasiada com Vicente Consenzo, 50 anos, italiano, sapateiro, há 11 anos, foi agredida no rosto com uma lâmina de navalha gilete. Pelo que expôs resolveu romper com seu amásio por não suportar mais sua instabilidade:

"(...) e ainda Vicente Consenzo disse para a declarante que chegou a hora da vingança, alegando o motivo que fez isso para a declarante, visto a declarante ter abandonado a Vicente Consenzo, pois adianta ainda a declarante que (...) não podendo agüentar mais os maltratos abandonou e juntou-se com outro homem, supõe a declarante que seja ciúmes

Parece necessário enfatizar que a violência do homem, nestes casos, surgiu como sinal de sua impotência e incapacidade de controlar a vida da companheira, tanto quanto de se sobrepor à figura feminina na relação amorosa. O advogado, em defesa de Vicente, apegou-se ao argumento da privação dos sentidos. Cego de ciúmes ao constatar que sua companheira o abandonara e juntara-se a outro homem, seu vizinho de anos, "perdera a razão". O próprio réu confirma sua perda gradativa de poder e a insubmissão de Maria Tunelli em seu depoimento:

"(...) o depoente achava-se um tanto doente, e pediu as nove horas mais ou menos a sua amante Maria ir até a casa de um vizinho com fim de trazer um par de sapatos para o declarante consertar, e ao mesmo tempo ela que passasse em casa de outro vizinho e trouxesse para o declarante um remédio (...) que podia aliviar a doença do declarante, e isto foi e só voltando as doze horas (...). E nesse mesmo dia as quatorze horas como de costume, o declarante pediu para sua amante que fizesse o café, e esta então deu ao declarante um resto de café que sobrou de manhã (...)

Mesmo após ter confessado a impossibilidade, em juízo, de conviver com Maria que fora residir a 200 metros de distância da casa dele, na companhia de outro homem e narrado que havia oferecido dinheiro a Maria para evadir-se do local para São Paulo, o juiz condenou-o, em 1943, a 7 meses e quinze dias de prisão celular, sentença condenatória prescrita sem ter sido cumprida. Provavelmente, a brutalidade da agressão superara a conduta sexual de Maria.

123. Processo n.23: Vicente Consenzo. 15 maio 1942. pacote 12.

Assim também Maria Holga Cordeiro, 34 anos, doméstica, solteira e amasiada com Fulgêncio Correia, vulgo "Pavão", moradores da Hospedaria Jacob, situada na rua Sergipe, uma das áreas consideradas "proscritas" da cidade, pela população que ali se instalava, constantemente maltratada por seu amásio conta sua sombria experiência:

"(...) que por diversas vezes tentou afastar-se de Fulgêncio, sendo que a cada vez que ela tenta deixá-lo este, como aconteceu em data de ontem a ameaça de morte, dizendo que a mataria se ela o deixasse, e não ficando somente nisso, bate na declarante até vê-la desfalecida." ¹²⁴

Fulgêncio Correia, 32 anos, brasileiro, solteiro, depõe em juízo, fantasiando a incrível história que surrara sua amasia por tê-la encontrado em cópula com outro homem na sua própria cama, acusando Maria de "ébria contumaz" e "desordeira". Sua versão não foi confirmada em sua totalidade. Um de seus vizinhos reitera o aspecto da embriagues de Maria e outro depõe que o denunciado é tido como pessoa de maus instintos, porém "trabalhador". Foi condenado a 3 meses de detenção e lhe concedido o "sursis". O papel de mantenedor da casa, já que, "trabalhador", serviu-lhe de alívio na pena estabelecida.

Arlindo Rodrigues, proprietário do Bar Colombo, vivia amasiado há 9 meses com Precília da Silva, doméstica, 18 anos, solteira, brasileira. Espancou-a por "questões de ciúmes e 'lhe bateu' alegando que a declarante havia falado com alguém na rua". A vítima narrou que pela quarta vez Arlindo lhe sur-

124. Processo n. 8031: Fulgêncio Correia. 8 jul. 1958. pacote 37.

rara¹²⁵. Isabel Lopes, amasiada com Altino Guerra da Silva, 31 anos, solteiro, pintor, foi agredida por seu amante que, alcoolizado e por motivo de ciúmes, uma vez que ela ausentara-se de casa, naquele dia, sem sua permissão, resolveu espancá-la, causando-lhe graves ferimentos.¹²⁶

Durvalia Loureiro de Mello a exemplo das demais foi agredida porém com um chicote, por seu marido José Cunha de Assis, lavrador, 22 anos, casado, sob o "império da violenta emoção", conforme defesa de seu advogado. Narra o acontecimento:

*"(...) o motivo principal das desinteligências do interrogado com Durvalina provinham do fato de querer ela adotar a religião dos Pentecostes, renegando a católica que é a do réu (...) que no dia da denúncia Durvalina recusou-se a ir ao baile e sabendo o interrogado que a recusa se prendia a proibição da religião de Pentecoste. Zangou-se e perdendo a calma deu umas chicotadas na sua esposa (...) a qual dois dias depois fugiu para a casa dos pais."*¹²⁷

Essas mulheres assumiram comportamentos individualizados, em confronto com o exercício do poder masculino, decidindo sobre alguns de seus atos e comportamentos, por desejarem relações mais simétricas entre os gêneros. O processo de José Cunha Assis reforça o que já dissemos anteriormente a respeito do julgamento a partir de papéis sexuais e sociais diferenciados. Um vizinho, Mário Celião, brasileiro, 22 anos, lavrador, solteiro, define o réu como "bom rapaz, trabalhador

125. Inquérito n.155: Arlindo Rodrigues. 19 nov. 1947. pacote 18.

126. Processo n.25: Altino Guerra da Silva. 17 nov. 1944. pacote 21.

127. Processo n.227: José Cunha de Assis. 12 dez.1941. pacote 21.

e honesto" e sua esposa como "senhora honesta e boa dona de casa". A rigidez dos papéis na concepção desse popular, como sendo o homem o provedor da subsistência da família e a mulher a dona de casa, reforça a autoridade masculina no casal e demonstra como o discurso burguês é absorvido na cultura popular, dando origem a um emaranhado de normas e regras, versáteis e intrincadas, tal qual a vitrina exteriorizada das experiências vividas. A surpresa e a diferença são inevitáveis no movimento dos indivíduos que vivenciam a esfera privada.

A conduta individualizada e insubmissa de uma mulher, inclusive a suspeita de infidelidade, desdobrou-se em desavenças entre os casais, envolveu familiares e amantes, legitimando, nesses casos, a desigualdade de punição para os gêneros. No conjunto de autos dessa natureza totalizando sete, pode-se observar os diferentes parâmetros de punição às mulheres que enfrentam seus maridos, namorados, patrões e a luta constante por relacionamentos mais simétricos. Nos três processos, a seguir analisados, encontramos mulheres que exigem fidelidade de seus maridos e amásios e lutam para conseguí-la por todos os meios, inclusive desencadeando seu potencial de agressão, diretamente contra a rival, e não contra seus companheiros.

Em uma das situações, Izabel Costa, doméstica, 28 anos, brasileira, casada civilmente com Adelino Pedro da Cruz, guarda noturno, foi informada por seu irmão que seu marido a estava traindo com uma mulher da zona do meretrício. Certificou-se então, do nome dela e dirigiu-se ao seu encalço.

No calor do entrevero desfechou-lhe algumas facadas, ocasião em que foi autuada em flagrante delito e contou sua história:

"(...) que tempos a esta parte o seu marido não dava à interrogada e à sua filha o sustento necessário deixando-as passarem grandes dificuldades, sendo preciso a interrogada lavar roupas para se sustentar e comprar leite para sua menina; que, há poucos dias o seu irmão - Manoel Costa - guarda noturno - falou-lhe que não fosse boba porque o seu marido Adelino tinha amante na zona do meretrício e a ela dava todo o dinheiro que ganhava e por isso deixava faltar as coisas em casa. ¹²⁸

A intromissão do irmão da ré na vida do casal, inflamou o conflito já latente. Isabel em seu depoimento tentou desqualificar Adelino, ao construir uma imagem negativa do mesmo, como anti-pai e anti-marido, já que não mantinha economicamente a prole e a casa. Ancorada nessa premissa e descontente com o fato de seu marido ter deixado de prover a sua subsistência e a de sua filha, gastando seu salário no meretrício resolveu retaliar sua rival. Essa trágica experiência serve para sugerir que as mulheres comuns foram capazes de exigir um tratamento mais igualitário em suas relações amorosas. Porém, a vingança de Izabel não atingiu o alvo desejado, uma vez que a meretriz Aurea Maria Ferreira não era a amante de seu marido. O marido de Izabel, Adelino Pedro Cruz, 28, operário, declara, sem constrangimento uma de suas passagens pelo meretrício e reclama de sua remuneração precária, que, segundo ele, tem causado sérias dificuldades ao seu casamento:

"(...) certa ocasião o declarante passou pela zona do meretrício em companhia do seu cunhado Manoel Costa e lhe disse que ia entrar numa das casas para

128. Processo n. 2527: Izabel Maria Ferreira. 23 set.1954. pacote 38.

fazer serviço; que em virtude da dona não se encontrar na ocasião saiu. Ao sair, uma mulher baixinha lhe acompanhou até a saída e começou com 'xamegos', mas este não lhe deu confiança."

Vislumbra-se nesse processo a penúria vivida pelas famílias pobres na escala sufocante do custo de vida, a necessidade da mulher contribuir com seu trabalho extra-lar para o orçamento doméstico. Os desníveis sociais e econômicos da população não impedem de vislumbrarmos o encantamento e deslumbramento masculino com o meretrício e suas habitantes. A irresistível experiência amorosa masculina fora do casamento, facilitada por essa silhueta arquitetônica da cidade, desencadeou reações violentas femininas. Beneficiaram-se elas também da perturbação dos sentidos sob forte emoção? O juiz condenou a ré a 5 meses e sete dias de detenção, suspendendo a execução pelo prazo de dois anos sob condições impostas.

Neide Pereira, 16, solteira, doméstica, brasileira, amasiou-se com seu primo, Dorival Batista, ex-amante de Maria Candreva Batista, 21 anos, doméstica, separada daquele há um ano. Ré e vítima acusam-se de provocações constantes, que desembocaram em agressão, quando Maria acusou Neide de recolher homens em sua residência. Neide e Maria haviam residido temporariamente na zona do meretrício na cidade de Ribeirão Preto, depois que Maria foi abandonada pelo amásio por adultério. ¹²⁹

A experiência cotidiana dessas mulheres, leva-nos a inferir que o amasiamento fosse uma estratégia comum de

129. Inquérito n.918: Neide Pereira. 21 abr. 1954. pacote 26.

sobrevivência, ajudando a entender o papel ativo que tiveram nos destinos das relações amorosas. Facilitava a opção pelo rompimento quando não satisfeitas afetiva e economicamente. Outrossim, a prostituição aqui aparece como outra estratégia de sobrevivência que podia ser exercida em momentos de dificuldades financeiras e abandonada na situação seguinte. Ao que parece esta condição passada não as impediu de retomarem suas vidas, inclusive recomporem suas relações amorosas.

O caso de Ana Ferreira Moraes, brasileira, alfabetizada, doméstica, 50 anos, com sete filhos é significativo para perceber a rotina afetiva. Ao espionar a amasia de seu marido, de nome Edite Guimarães, solteira, 24 anos, doméstica, de instrução primária, envolveu-se em uma briga, da qual saiu ferida, por ter sido agredida por Edite e sua irmã, ambas meretrizes, e o amásio dessa última. Ana Ferreira, casada há 30 anos com Benedito Moraes, certamente não suportara o fato de ter sido trocada por uma moça mais jovem, embora na fala de seu depoimento procure dissuadir esta frustração, qualificando-se nas entrelinhas como mulher recatada e discreta que não proferia palavrões e nem se envolvia em escândalos, pouco importando-se com os casos amorosos de seu marido. Ele proprietário de uma fazenda, estável economicamente, serve de parâmetro para a conduta de muitos homens da época, que gastavam seu dinheiro com amantes e em bordéis. O discurso de Ana Ferreira denuncia a internalização do modelo idealizado de mulher que não interfere na vida do marido, suportando em nome do bom comportamento a infidelidade do mesmo. Assim narrou sua experiência:

"(...) de dezembro último para cá abandonou o lar [o marido], vivendo em hotéis ou na fazenda, que possui em Monte Castelo; que, por intermédio de terceiros ficou inteirada de que, seu marido freqüentava casa de mulheres suspeitas e dentre uma delas, teria uma amante; que, de janeiro para cá, o marido da declarante por intermédio de um japonês, Hioshi Muramoto, recebia recados em casa, que sua amante o esperava (...) e outras coisas a mais que, tiravam todas as dúvidas da declarante e a certificaram que de verdade, havia uma mulher, na vida de seu marido (...).¹³⁰

A declaração do marido da vítima não foi acolhida em juízo, somente os acusados e testemunhas prestaram seus depoimentos, sendo que Ana não mais figurou no processo, depois do interrogatório na delegacia. Resta, portanto, inferir que a proximidade geográfica do meretrício das áreas residenciais, apesar do seu confinamento e isolamento facilitou a infidelidade masculina, tolerada em muitos casos, assim como o desvio da renda familiar para a prática de amores ilícitos.

Nos processos que tiveram como cenário a zona do meretrício é comum constatar que o estado civil de envolvidos e testemunhas, freqüentadores deste local, era o de casado. Fascinados pelo "glamour" desses territórios para lá se dirigiram a fim de beber, gastar e se "divertir", liberando suas paixões, incluindo esta prática em código de civilidade masculina.

Em outros dois casos são acusadas de infidelidade Celina Gavassi Romagnoli, brasileira, 18 anos, de prendas do-

130. Processo n.8953: Edite Guimarães, Ivone Nazaré Guimarães e Hioshi Muramoto. 10 dez. 1960. pacote 44.

mésticas. Teria sido ela o pivô da agressão por seus irmãos, contra Osmar Pomim, seu antigo namorado e, provavelmente seu amante, de 21 anos, do comércio, solteiro. Não conseguindo explicar a presença na cozinha de sua casa de Osmar Pomim alegou que o acusado a visitara com a desculpa de lhe entregar uma carta de sua irmã, Luzia, residente em São Paulo e que entrara em sua casa sem pedir licença, pois que:

"(...) a depoente presume que o acusado soubesse que o seu marido estava a serviço na casa Fuganti, de onde só regressaria após o fechamento do comércio às dezoito horas; que a depoente nega que houvesse oferecido um copo de água ao acusado nessa ocasião (...) O acusado já não se dava mais com a depoente nem com seu marido (...)" ¹³¹

Para azar de Celina, o astuto defensor de Osmar conseguiu com o réu algumas cartas de próprio punho da vítima que eram bastante comprometedoras da "honestidade" desta. Assim, o defensor ao juntar as cartas ao processo sugeriu que Celina não só apenas teria mantido um namoro com o acusado antes do casamento dela, mas que nutria, até aquele momento, forte paixão pelo denunciado, conforme comprovam as cartas e recados anexados. A conduta de Celina, assim como falhas processuais foram decisivas para que o juiz da Vara Criminal julgasse improcedente a denúncia.

O marido da vítima, Hênio Romagnolli, inconformado apresentou ao delegado uma petição requerendo que se encerrasse o arrolamento de novas provas, por considerar as já existentes satisfatórias, e por não haver o querelado provado que pene-

131. Processo n.1033: Osmar Pomim, Luciano Gavassi, Alberto Gavassi. 06 out.1950. pacote 32.

trara em seu domicílio em *"virtude de um bilhete ou carta e mais convites que a esposa do querelado lhe teria enviado"*. Celina não depôs mais nos autos, porém como já esperado o réu foi absolvido.

A suposta infidelidade de Celina não pode ser comprovada, porém seus bilhetes e cartas ao réu, anexadas ao processo, deram indícios de uma ligação perigosa com o réu e desencadearam uma violência sem precedentes em sua família e, imaginemos muita confusão em seu casamento!!

Luzia Marques Alves, casada com Jair Alves, doméstica, entrou com uma representação contra Edmar Borges, proprietário de uma quitanda e tio de seu marido por caluniá-la, acusando-a de adultério com seu funcionário da tinturaria que montara para contribuir com seu marido no orçamento familiar. Luzia é tida por seu vizinho, Orivaldo Correia, brasileiro, casado, como *"mulher direita que sempre cuidou de suas obrigações, nada podendo dizer contra a sua honra e honestidade"*. Injúria ou não, o processo foi arquivado e sua vizinha, Iracema Cezar Nogueira dá notícias do casal, que em virtude dos fatos, Jair Alves separou-se de Luzia¹³². Mulher independente, Luzia resolveu montar uma tinturaria para contribuir com as despesas de casa e *"trabalhando como trabalha para ajudá-lo a manter o lar não concordava, de maneira alguma que fosse ele (marido) esbanjar dinheiro com jogos de azar na casa de um tio"*. Parece evidente que a conduta insubmissa e individualizada de Luzia foi confundida com adultério, uma vez

132. Inquérito n.76: Edmar Borges. 26 ago. 1956. pacote 11.

que a "honra feminina" era julgada também pelo seu grau de submissão e passividade.

Júlia, Odila e Cacilda, entretanto, se acomodavam as suas relações amorosas, mesmo sendo vítimas de tentativas injustificadas de homicídio, por parte de seus amásios, alguns qualificados como de péssimo procedimento e sem profissão definida¹³³. Embriagues, disparos ocasionais de armas e motivos ignorados¹³⁴ foram explicações dadas por essas mulheres ao insistirem em seus relacionamentos conflituosos, permeados por discussões, brigas e agressões, implicando em submissão cotidiana aos acusados. A valentia desses homens o fato de serem pouco afetos ao trabalho e freqüentadores do meretrício eram comportamentos condenados na perspectiva da ideologia do trabalho e tidos como imorais no julgamento feminino e de setores conservadores. Porém esta mentalidade não eximiu essas mulheres de serem assim definidas por advogados, a exemplo de Cacilda Amorim, 32 anos, doméstica, brasileira, casada:

"A amasia não perdeu o amor pelo acusado. Aliás, com mulheres da sua categoria, segundo afirmam os entendidos quanto mais apanham do companheiro mais amor lhe devotam. Está, pois justificado a atitude da vítima. Esqueceu a ameaça, esqueceu o perigo e anseia por retornar à companhia de quem a quis

133. Atualmente, Londrina conta além da Delegacia Especial da Mulher, equipada para atender casos envolvendo especificamente mulheres, com a Coordenadoria Especial da Mulher, implantado em 1993, que desenvolve um trabalho de conscientização e prevenção, com grupos de mulheres, movimentos de donas de casas etc., até o atendimento à vítima sexual, doméstica e de preconceito. Em conjunto com a Universidade Estadual de Londrina, elaborou-se projeto com a participação de várias áreas do conhecimento: o direito, a psicologia, a enfermagem, o serviço social e história, para melhor conhecer o universo feminino e atender seus problemas: separações, gravidez de adolescentes, prostituição infantil e outros.

134. Processo n. 2691: Waldemar dos Santos. 26 nov. 1955. pacote 17; Processo n. 2621: Delmiro Pereira. 20 dez. 1954. pacote 38; Processo n. 989: João Batista dos Santos. 5 maio 1950. pacote 32, respectivamente.

Em ocasiões de confronto como as verificadas nos processos acima mencionados, a solidariedade e ajuda de vizinhos era vital para a sobrevivência das vítimas, socorridas a tempo e/ou encaminhadas ao hospital para serem atendidas, como narra a testemunha Rodolfo Turra, 37 anos, casado, comerciário, em seu depoimento na Delegacia de Polícia.

"(...) e quando pela madrugada de oito de janeiro, chegando à casa foi que atirou em Cacilda (...) sendo que sabe o depoente que Cacilda dali foi retirada e encaminhada para a Santa Casa por seus vizinhos Jahú Benício e Hercília Benício e ainda Conceição de tal e Izaltino de tal (...)"

Ou ainda no depoimento de Aracy Santos de Lima, 21 anos, casada, doméstica, brasileira, moradora da Pensão Lapa, onde Julia Voloski foi agredida por Waldemar, que relata o desespero dos pensionistas ao prestar socorro à vítima:

"Que na noite do dia 15 do corrente, dando sequência aos maltratos que Waldemar infringe à sua companheira Julia Voloski, as pessoas presentes na pensão, foram surpreendidas pelos gritos de socorro que saíam do quarto de Waldemar (...) a fim de socorrer Dona Julia que padecia nas mãos de Waldemar, as pessoas presentes pediram que abrisse a porta, dando acesso aos presentes, inclusive a depoente, que notou estar D. Julia toda ensanguentada apresentando contusões pela cabeça e na mão, sendo que a própria depoente, foi quem fez os primeiros curativos em D. Julia (...) se não consumou o intento, foi porque, como já disse a depoente, diversas pessoas acudiram ao local, em socorro."

A solidariedade entre vizinhos e amigos foi aspecto

135. Processo João Batista, op. cit., A sentença foi prevista em 9 meses e 15 dias de detenção na Penitenciária Central do Estado, penas suspensa nas seguintes condições: a) não andar armado, b) abster-se do uso de bebidas e c) não freqüentar casas de tolerância.

imprescindível no cotidiano conflituoso de homens e mulheres pobres, na difícil luta pela sobrevivência, contrariando o dito, popular, que em *"briga de marido e mulher ninguém mete a colher"* e evitou, em vários casos, tragédias maiores na vida desses protagonistas, como homicídios e suicídios.

De causar perplexidade, no entanto, foi o depoimento de Odila Barbosa, ao receber na cabeça e nos braços uma bala disparada da arma de seu amásio. Na ânsia de inocentá-lo e garantir sua liberdade construiu a seguinte versão do acontecimento, em flagrante contradição com sua declaração anterior na delegacia:

"(...) que depois de longa discussão o denunciado ainda a discutir a declarante resolveu sair para fora da casa quando viu o denunciado levantar da cama, com receio de que o mesmo viesse a bater-lhe: que, a declarante quando pisou no batente da porta da sala, tropeçou e caiu, batendo sua cabeça num toco existente ao lado da porta; que a declarante ainda continua vivendo com o acusado (...) em paz e harmonia."

Germinam impressões múltiplas desse malabarismo para manter o ritmo cotidiano. Dependência emocional e sexual? Garantir a subsistência própria e dos filhos ? Renúncia à individualidade em nome das representações construídas para o feminino e dos preceitos religiosos? Relação doentia de cumplicidade, medo e temor? Muitas indagações, infinitas impressões e incontáveis dúvidas ao ler e, portanto, rememorar e mergulhar no espetáculo da vida dos habitantes da cidade, que sem fantasia desvenda a concretude dos retratos, as dificuldades, as paixões e as manobras dos protagonistas das crônicas descritas.

Ao lado dessas tragédias e desencontros, ocorreram obviamente, inúmeros outros dramas, em escala individual, familiar e até coletiva, que não chegaram ao crivo do judiciário ou foram sufocados pelas contingências do dia-a-dia. Alguns se adensaram suscitando a atenção da imprensa, que aliada ou inimiga das gestões municipais, ressaltava certos aspectos e camuflava outros. Muitas catástrofes anônimas e sem notoriedade transitaram sem expressão nas conversas de botequim, nas rodas de amigos, nos inquéritos encerrados, mas que poderiam ter transmitido a visibilidade de uma sociedade e de um tempo. A pretensão ao utilizar os processos crimes como referenciais para reconstrução das tramas do cotidiano, da organização familiar, das desigualdades econômicas, dos valores morais e sexuais foi a de compreender as relações estabelecidas a partir da voz e presença das mulheres, que astuciosamente rebelaram-se ou sujeitaram-se às circunstâncias e vicissitudes de sua temporalidade e das representações vigentes.

CONCLUSÃO

A LUZ E A ESCURIDÃO

As formulações e reflexões sugeridas neste trabalho mostraram inúmeras situações em que as mulheres enquanto sujeitos concretos, foram pensadas em primeiro plano. Contingencial ou deliberadamente deslocaram-se para uma cidade, com especificidades, mais que fundamentalmente não se diferenciou nos processos de "desordenação" e "imprevisibilidade" e, que embora tenham-se fundido ao planejamento e à intervenção urbana, assemelhou-se aos dramas e problemas de outras cidades brasileiras.

Assim como a cidade, as experiências e papéis femininos tiveram manifestações semelhantes a outras temporalidades, muito embora em proporções desiguais. Esta perspectiva permitiu-se investigar este cotidiano e descobrir que ele teve e tem temporalidades, espaços e ritmos que lhe são próprios.

Em Londrina, as mulheres assinalavam um paradoxo inquietante: essas criaturas que sonhavam em se territorializar, amparar-se coletivamente, tiveram simultaneamente, seus impulsos e formas de vida social imprevisíveis e diferenciadas. É revelador, portanto, que diante de atitudes, gestos, comportamentos, anseios e desejos diversos dessas mulheres, tivéssemos uma reação dos reponsáveis pela implantação dos estados de ordens, de medidas vigilantes e punitivas, assim como de reatualizações e recriações de representações de imagens para contê-las e adaptá-las ao contexto.

A ênfase neste quadro pretende fazer emergir as inquietudes e incertezas de nosso sujeito-objeto e as nossas próprias, ao procurarmos desfazer-nos de categorias conceituais abstratas e de não operar a dissociação do universo de outros sujeitos, principalmente de homens. Não se intencionou fazer uma leitura redutiva do passado. Sobretudo, confrontando dois espaços fundamentais para qualquer indivíduo - o privado e o público - esforçamo-nos por sintonizar as mulheres às representações simbólicas que se

dicotomizaram, como herança da tradição cristã do Ocidente, em mitos de luz e escuridão, da purificação e da poluição, da inocência e da corrupção. Parafraseando Joan Scott, as "EVAS E MARIAS" são representações simbólicas percebidas também no contexto específico de Londrina.

O deslocamento deste plano para os conceitos normativos e papéis prescritos, evidenciou as diferentes interpretações dos modelos e imagens construídas sobre o feminino e, primordialmente fez emergir os conflitos, as negações e as acomodações, assim como as diversas práticas e possibilidades de papéis sociais, nas décadas de 30 a 50. Tanto no discurso jurídico, como no da imprensa e da historiografia local é perceptível esta potencialização de referências que, finalmente, vão se concretizando nos pareceres dos agentes jurídicos, nos conflitos do universo doméstico, na visibilidade feminina na esfera pública com limites e restrições propostos e, principalmente, no confronto das experiências e papéis concretos.

Sem uma fixidez, própria da eterna representação binária do gênero, percorremos ruas, praças, cinemas, escolas, casas e mansões. Pactuamos das rixas, dos conflitos de vizinhanças, das relações de concubínatos, dos defloramentos e do mundo social. Identidades, papéis, linguagens, fantasias, medos, dificuldades de sobrevivência, de ser mãe e de ser mulher emergem profusas em inúmeros recantos e criaturas, igualmente com significados e sensibilidades ímpares.

Foi precisamente embasada nestas noções que a leitura e a interpretação da documentação se corporificaram no texto que, como toda construção possui continuidades e rupturas, imprecisões e imperfeições em escala acelerada. O fato que prevalece, no entanto, é que os conceitos de gênero estruturam e são estruturados pela percepção e organização concreta e simbólica de toda vida social. Joan Scott cita em seu artigo um pensamento do antropólogo francês Maurice Godelier, a respeito do referencial de gênero envolvido na concepção e estruturação do poder:

"(...) não é a sexualidade que cria fantasia (phantasme) na sociedade, mas antes a sociedade que cria fantasia (phantasme) na sexualidade, no corpo. A diferença entre os corpos que nascem de seu sexo são constantemente solicitadas a testemunhar as relações sociais e as realidades que não têm nada a ver com a sexualidade. Não somente testemunhar, mas testemunhar para, ou seja legitimar. "¹

A função da legitimação do gênero funcionou em Londrina de maneira a conter os desejos, impor regras e normas, diferenciar os vários grupos, assim como segregar e até confinar o desregramento à ordem social. À medida do possível a política, o social, o econômico e o institucional, que compõem as relações da sociedade, foram contemplados, no intuito de buscar a interação e o relacional na análise histórica.

Os limites da pesquisadora e da pesquisa impediram-nos de contemplar um conjunto de fontes preciosíssimo para o estudo da história das mulheres. As matérias de jornais e processos crimes apontoam-nos questões contempladas tangencialmente por este trabalho, tais como a prostituição, a onda de suicídio de meretrizes, o tráfico de mulheres brancas na rota Rio-São Paulo-Curitiba-Londrina. A emergência destes abre um leque de possibilidades para historiadores, sociólogos e antropólogos.

A escala da prostituição associada ao ritmo da economia cafeeira, das grandes fortunas e das alterações políticas comportam reflexões. Outras questões ainda são consideradas fetiches de um exótico paraíso: os códigos e hierarquia no interior dos bordéis, a prostituta de rua - bastante vigiada e punida - as casas de luxo, famosas nacionalmente, de propriedade de Leda Oliviere Perroni - Selma - e Maria Ignês Luz - Diana - com publicidade em revistas e jornais de circulação no país. O curso deste universo impôs representações, ações e reações. Como sondar este quadro, particularizar as certezas e o fortuito?

Uma outra variável é a atuação feminina na política. Refiro-me especificamente ao período de caça aos membros integrantes do Partido Comunista, desde o início da década de 50. Em 1955, Clotilde Prestes, irmã de Luis Carlos Prestes, fora

¹Apud. Scott, Joan, op.cit., p.16.

denunciada por estar em Londrina. Apoiada por "camaradas" aqui radicados, a fim de levantar fundos, visitou estabelecimentos e firmas, para reeditar jornais, boletins e reavivar a ação do PCB.

Documentos apreendidos no interior da casa de Lázara e Helena mostram seu envolvimento com o grupo de comunistas. Suas idéias podem ser sondadas em rascunhos e correspondências encontrados em suas casas. Qual o real envolvimento dessas mulheres como militantes nos movimentos políticos de então e nas décadas subseqüentes? O movimento estudantil e a participação das mulheres na sua direção? ²

Essa prática legou herança aos movimentos de mulheres que ganham corpo no momento atual, nos comitês de donas de casa, grupos de mulheres de bairros, associações de mulheres empresárias, sindicatos das empregadas domésticas? Ações políticas informais e a nível institucional ocupam hoje o interesse das mulheres, basta levarmos em conta a composição de Câmaras de Vereadores e Assembléia, com mulheres em seu quadro e, particularmente o cargo de vice-governadora, nas eleições do corrente ano.

O "Estatuto da Mulher Moderna" sofrera remodelações e reformulações, não somente através do discurso masculino, mas da prática e discursos das mulheres, que com novas sensibilidades e abrindo caminhos próprios, reinterpretaram representações, e, em alguns casos, adotaram outros referenciais de comportamento para si próprias. Partindo-se do princípio que as significações de gênero e de poder se constroem reciprocamente, como as coisas mudam? A reescrita desta história, situada no tempo e no espaço pode e deve apontar novas direções e temas para pesquisas.

Yolanda Puppo Ribeiro, Carmem Rodrigues de Oliveira, Ibraema Silveira Soares, Maria Lúcia de Souza, Nôemia de Souza e Auria Marques, foram localizadas pelos

² Ação comunista em Londrina. *Folha de Londrina*, p.1, 10 fev. 1955. Helena Teixeira Pereira da Silva e Lázara Araújo Paiva, juntamente com outros membros, a exemplo de Flávio Ribeiro, Manoel Jacinto Correa, Gerson Moteiro de Lima, Newton Câmara e outros foram presos preventivamente e acusados de propaganda ideológica e de incitar a subversão, através da distribuição de boletins, panfletos e outras atividades..

comissários de menores, em 01.02.57, em um batida nas "chácrinhas", localizadas nas adjacências da cidade. A "escuridão" de seus destinos acompanham-me cotidianamente na redação deste trabalho. As desconcertantes histórias dessas "EVA - MARIA -" reconstrõem o cotidiano de muitas outras mulheres, que a exemplo daquelas, foram e são atingidas pelos ideais burgueses, pelas estratégias da família higiênica e pelos projetos "civilizadores".

Indiscutivelmente, a pulsão dessas vidas, só podem ser sentida, nos seus depoimentos autobiográficos, expressos nos termos de declaração ao Juiz da 3a. Vara Criminal., Hércules de Machado Rocha, concedidos no Forum da Comarca de Londrina.³

Conto com a paciência daqueles que se dispuserem a ler esses depoimentos que se chocam com os modelos sociais de disciplina, potencializam dramas, infortúnios e ilusões, articulam medo, preconceito e discriminação e instigam a urgência de uma investigação que dê concretude ao movimento de vida dessas moças-mulheres.

"Que, a declarante já faz dois anos que saiu da casa de seus pais; que, com a idade de dezesseis anos contraiu matrimônio com Martiniano Bueno de Camargo, dele se separando depois que já estava vivendo pelo espaço de um ano e quatro meses; que quando separou-se de seu marido foi morar em zonas de meretrícios; que a declarante atualmente estava morando na casa de propriedade de uma tal gaucha, perto do Jardim Shangri-lá" (Yolanda Puppo Ribeiro, brasileira, casada, 18 anos, sabe ler e escrever, natural de Monte Alegre, Paraná.).

³ Infração de Menores n.7238: A.Y. P.R. e Outras. Londrina, 2 fev. 1957. pacote 32.

"Que, a declarante quando saiu de casa de seus pais foi morar com seu padrinho de nome Eduardo Pinto, que exerce o cargo de Promotor Público na cidade de Erechim, Estado do Rio Grande do Sul; que de lá a declarante fugiu em companhia de um homem de nome Nelson Alves Picão para a cidade de São Paulo; que, de São Paulo o referido moço foi servir o Exército, tendo então a declarante abandonado o moço ficando empregada ora num lugar, ora noutro; que de São Paulo veio a esta cidade e passou a morar numa pensão familiar; que estando a declarante no centro da cidade foi procurada por um motorista de praça, tendo o mesmo convidado a mesma para ir morar numa chacinha, desta cidade; que, a declarante como se encontrasse sem dinheiro e desempregada, cedeu ao pedido, indo morar na chacinha de propriedade de Geny de Tal, situada nas proximidades do Jardim Shangri-lá." (Ibraema Silveira Soares, brasileira, solteira com 22 anos de idade, analfabeta, natural de Boa Vista do Erechim, Estado do Rio Grande do Sul).

"Que, quando saiu da casa da companhia de seus genitores veio para Londrina, indo morar na casa de Mariazinha de Tal, proprietária de um bordéu, situado no Jardim Londrina; que a declarante antes de vir a Londrina morava em Curitiba em companhia de seus pais; que, quando veio a esta cidade (...); que, a declarante foi noiva de um moço de nome Enadir Ramos, durante dois anos e o mesmo lhe fez mal, isto é, manteve relações sexuais, deflorando-a, e, como a declarante não tivesse o desejo de que sua mãe soubesse do fato, passou-se um ano após o fato, resolveu vir para Londrina; que aqui chegando é que procurou ingressar no mau caminho, frequentando a chacinha da aludida mulher supra citada." (Maria Lúcia de Souza, brasileira, solteira, com 21 anos de idade, alfabetizada, natural de Curitiba, neste Estado).

"Que, a declarante residia em Santo André, na companhia de sua tia, onde a mesma foi deflorada por um seu namorado de nome Antonio Trambonato; que, a declarante, após o

defloramento, permaneceu por mais oito meses em companhia de sua tia, relatando à mesma o acontecido; que, a tia da declarante deu parte à polícia, mas a declarante não quis se casar com o homem que lhe tirou a virgindade; que a declarante não querendo mais continuar em companhia de sua tia e para lhe evitar aborrecimentos, fugiu da casa da mesma e veio para esta cidade; que aqui chegou há uns três meses, mais ou menos, fixando residência numa casa de tolerância denominada "Maria Polaca". (Áurea Marques, natural de Pompéia, Estado de São Paulo, com 22 anos).

"Que, a declarante saiu da casa de seus pais e se dirigiu para a cidade de São Paulo, lá ficando por nove meses trabalhando como doméstica (...) que a declarante foi desvirginada nesta cidade (...) que está nesta cidade há uns dois meses, mais ou menos e que frequentava a casa em que foi encontrada, a questão de uns dez dias." (Carmem Rodrigues de Oliveira, brasileira, solteira, natural de Assis, Estado de São Paulo, 19 anos).

"Que a declarante saiu da casa de seus pais no dia 10 de outubro do ano de 1956, que, a declarante foi deflorada naquela cidade, por um seu namorado, de nome Vitor de Tal; que a declarante, ao sair de casa de seus pais, se dirigiu para Irati, indo mais tarde para Mandaguari e ultimamente, para esta cidade, aqui fixando residência numa casa de tolerância, denomida "Maria Polaca". (Noemi Souza, brasileira, solteira, natural de Joaçaba, Santa Catarina, com 23 anos).

"Que a declarante morava em Curitiba em companhia de seus pais; que de Curitiba veio para esta cidade e passou a morar na zona do meretrício até a presente data; que, a

declarante tem um filhinho que conta com quatro meses de idade." (Tereza Silva, brasileira, solteira, com 18 anos, alfabetizada, natural de Itararé, Estado de São Paulo).

"A declarante disse que morava na cidade de Paranvaí, há oito anos, de onde fugiu; que a declarante trabalhou apenas um mês na Pensão São José e depois foi morar na zona do meretrício desta cidade; que a declarante fugiu da casa de seus pais porque foi desonrada por seu noivo que era espanhol e se chamava Erasmo de Tal, sendo que depois o mesmo fugiu; que quem tirou a declarante da Pensão São José e levou ao meretrício foi Ricardo de Tal que se acha atualmente residindo na cidade de Curitiba." (Maria Lopes da Silva, 19 anos, natural de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais).

"(...) que faz um ano mais ou menos que a declarante foi desonrada (...) que quem aconselhou a declarante a vir para a zona do meretrício, foi o Sr. João Arlindo de Brito; que a declarante não queria ir, mas Arlindo disse que não tinha perigo, porque se houvesse qualquer coisa ele aguentaria "o galho"; que a família da mesma não sabe que ela está no baixo meretrício; que quem sabe é só um seu cunhado (...) que a declarante tem um filho que está com sua mãe (...)" (Maria Carneiro, natural de São João da Boa Vista, São Paulo, com 19 anos).

Longe de suas famílias. Advindas de várias procedências: estado de São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, interior do Paraná e de sua Capital, o destino dessas moças intrecruzaram-se. Sairam de casa para trabalhar como domésticas por terem sido defloradas e, deixaram seus filhos com suas famílias. Algumas filhas de mães abandonadas pelos maridos, ou de famílias que desapareceram após a separação, muitas não sabendo mais de seu paradeiro, foram encaminhadas a Curitiba para serem internadas em estabelecimentos adequados.

Moças de poucas posses, marginalizadas, elas próprias absorveram as imagens da época, e, partir delas traçaram seus destinos: a de moças "mal faladas". Estas autobiografias, mesclam tragédia, infortúnios e opções. Ao lançarmos nosso olhar para elas, certamente nos despertam melancolia, mas a nítida certeza de que o historiador não deve relegá-las à escuridão, mas iluminá-las com os processos sociais, já que elas nos propõem sempre novas questões e nos sugerem sempre novas abordagens sobre a mobilidade e fluidez das *"mulheres sem história"*.

Por outro lado, as bases empíricas nas quais se apoiou este trabalho permitiram reconstruir o mundo feminino, suas nuances, balizas e formas de vida. Assim, os periódicos apresentaram elementos referenciais capazes de possibilitar a abordagem das representações femininas e as experiências concretas de mulheres. Algumas questões foram esgotadas, porém outras foram tratadas tangencialmente, a exigir novos olhares e abordagens.

Da mesma forma os processos criminais podem propiciar a reavaliação crítica não só do universo das mulheres e das relações de gênero, mas de aspectos fundamentais para a história da cidade. Não como fontes complementares, mas como recurso oportuno a fim de compreender as relações sociais, a política de terras, os aparatos e discursos dos agentes do poder, a criminalidade, a estrutura populacional, assim como os processos de urbanização e modernização com suas faces incongruentes e movediças e com suas formas desiguais de distribuição.

Basta pensar nas medidas de contenção e adaptação na documentação utilizada: periódicos e processos crimes. Obviamente, como já salientado, não foi possível esgotar esses mananciais, uma vez que esta não é a preocupação do historiador. Acreditamos que a cada nova leitura e novas proposições pode-se renovar, reescrever e questionar antigas concepções e, principalmente, confrontar quietudes e certezas tácitas.

Os capítulos apresentaram uma preocupação teórica-metodológica visível, a de não desvincular temporalidade e espaço do tema propriamente da pesquisa. Assim, para não incorrer no erro de tratar as mulheres como categoria conceitual abstrata e universal recorreremos ao substrato da inserção desses sujeitos nos processos estruturais e conjunturais que também foram vivenciados pelas messas. Esses foram construídos e construtores de falas e prática das mulheres londrinenses e iluminaram suas múltiplas historicidades. A historiadora Maria Odila desvenda a preocupação apresentada nos capítulos deste trabalho:

"Libertar-se de categorias abstratas e de idealidades universais como "a condição feminina" é uma preocupação que decididamente enfatiza o interesse em desconstruir valores ideológicos e em perseguir trilhas do conhecimento histórico concreto que, reduzindo o espaço e o tempo a conjunturas restritas e específicas, permitem ao estudioso a re-descoberta de papéis informais, de situações inéditas e atípicas, que justamente permitem a reconstituição de processos sociais fora do seu enquadramento estritamente normativo. Documentar o atípico não quer dizer apontar o excepcional, no sentido episódico ou anedótico, mas justamente encontrar um caminho de interpretação que desvende um processo importante até ali invisível, por força da tonalidade restrita das perguntas formuladas tendo em vista estritamente o normativo".⁴

⁴ DIAS, Maria Odila Leite da Silva. In: op. cit., p. 40.

6. BIBLIOGRAFIA E FONTES

6.1. FONTES MANUSCRITAS

A. LONDRINA. Forum Municipal da Comarca. Autos criminais: 2ª e 3ª Varas. 1938-1962.

_____. Londrina. Forum Municipal. **Processo n. 31** : Esterino Boscolo. Nova Dantzig, 18 out. 1938. pacote 12.

_____. **Processo n.27** : Américo dos Santos Raio. Nova Dantzig, 1 out. 1939. pacote 7.

_____. **Processo s/n.** : José Marques Filho. Arapongas, 11 set. 1939. pacote 15.

_____. **Queixa crime n. 621** : Luiz Chiquinho Carió e José Chiquinho Carió. Londrina, 29 jun. 1940. pacote 19.

_____. **Processo n. 227** : José Cunha Assis. Londrina, 12 dez. 1941. pacote 21.

_____. **Processo n. 7** : Jacob Schimidt. Londrina, 12 dez. 1941. pacote 37.

_____. **Processo n. 23** : Vicente Consenzo. Arapongas, 15 maio 1942. pacote 25.

_____. **Processo s/n.** : Luiz Picolo. Londrina, 3 jan. 1942. pacote 15.

_____. **Processo n. 77** : José Mendes Costa. Patrimônio de Tamarana, 30 out. 1943. pacote 13.

_____. **Processo n. 95**: Oswaldo Santos. Nova Dantzig,, 22 dez. 1943. pacote 16.

_____. **Processo n. 33**: Alberto Garcia. Rolândia, 14 maio 1943. pacote 14.

_____. **Processo n. 57**: Germino José de Gois. Londrina, 11 out. 1943. pacote 24.

_____. **Processo n. 7**: Felipe Herek e Ana Paes. Patrimônio da Warta, 10 mar. 1943. pacote 25.

_____. **Inquérito Policial s/n**: Antonio Dandrea. Londrina, 6 jun. 1944. pacote 12.

_____. **Processo n. 25**: Altino Guerra da Silva. Londrina, 17 nov. 1944. pacote 21.

- _____. **Inquérito Policial n. 5:** Fausto Bordin. Cambé, 2 jun. 1945. pacote 16.
- _____. **Processo n. 15:** Abel Alves dos Santos. Londrina, 2 maio 1945. pacote 12.
- _____. **Processo n. 623:** José de Araújo Castro. Londrina, 23 maio 1946. pacote 14.
- _____. **Processo n. 625:** Eurico Soares. Patrimônio de Tamarana, 27 maio 1946. pacote 15.
- _____. **Processo n. 685:** Cesar Trabaldi. Londrina, 30 jan 1947. pacote 12.
- _____. **Processo n. 150:** Alfredo Eduardo Puglieli. Londrina, 29 ago. 1947. pacote 25.
- _____. **Inquérito Policial n. 155:** Arlindo Rodrigues. Londrina, 19 nov. 1947. pacote 18.
- _____. **Inquérito Policial s/n:** Florindo Gava. Londrina, 10 set. 1947. pacote 3.
- _____. **Processo s/n. :** Osias Natanael. Londrina, 20 jul. 1948. pacote 7.
- _____. **Inquérito Policial s/n. :** Jacob Bartholomeu Minatti. Londrina, 17 abr. 1948. pacote 1.
- _____. **Inquérito Policial n. 59:** Milton Monteiro Campanha. Londrina, 29 mar. 1948. pacote 3.
- _____. **Processo n. 785:** Eduardo Kruch. Londrina, 20 jul. 1948. pacote 3.
- _____. **Processo n. 821:** Saladino Prestes. Tamarana, 22 set. 1948. pacote 27.
- _____. **Inquérito Policial n. 20:** Armando Novais. Patrimônio de São Luiz, 1948. pacote 20.
- _____. **Processo n. 743:** Manoel Araújo. Londrina, 23. mar. 1948. pacote 26.
- _____. **Processo n. 895:** José Antonio de Souza. Londrina, 11 abr. 1949. pacote 8.
- _____. **Processo n. 945:** Sebastião Gonçalves. Londrina, 23 nov. 1949. pacote 10.
- _____. **Apelação Crime n. 6098:** José Carlos Paes. Londrina, 8 jan. 1949. pacote 22.

- _____. **Inquérito Policial n. 79:** Francisco Marostega. Londrina, 7 jun. 1949. pacote 23.
- _____. **Processo n. 917:** Mauro Floriano Baldan. Londrina, 30 jun. 1949. pacote 13.
- _____. **Processo n. 999:** João Bulgacovi. Londrina, 29 maio 1950. pacote 24.
- _____. **Processo n. 989:** João Batista dos Santos. Londrina, 5 maio 1950. pacote 32.
- _____. **Processo n. 1033:** Osmar Pomim, Luciano Gavassi, Alberto Gavassi. Londrina, 6 out. 1950. pacote 32.
- _____. **Processo n. 1059:** Maria Marcos Vite. Londrina, 12 dez. 1950. pacote 35.
- _____. **Processo s/n. :** Serafim de Almeida. Londrina, 22 maio 1950. pacote 6.
- _____. **Processo n. 1011:** Martiniano Manoel da Silva. Londrina, 13 jun. 1950. pacote 7.
- _____. **Processo n. 1049:** Sebastião Haro Varela. Londrina, 4 nov. 1950. pacote 10.
- _____. **Processo n. 967:** Joubert Azevedo Marques. Londrina, 8 mar. 1950. pacote 7.
- _____. **Inquérito Policial n. 1003:** Sebastião Tavares. Londrina, 20 jun. 1950. pacote 1.
- _____. **Inquérito Policial s/n. :** Antonio Faria. Londrina, 27 dez. 1951. pacote 21.
- _____. **Processo n. 1361:** Waldemar dos Santos. Londrina, 26 nov. 1951. pacote 17.
- _____. **Processo n. 1229:** José Francisco da Silva. Londrina, 1 ago. 1951. pacote 10.
- _____. **Processo n. 101:** José Carlos Silvestre. Londrina, 12 out. 1951. pacote 10.
- _____. **Abertura de Investigação n. 167:** José Alves. Londrina, 30 nov. 1951. pacote 18.
- _____. **Processo n. 1255:** Joaquim Porfirio do Amaral. Londrina, 17 ago. 1951. pacote 8.
- _____. **Processo n. 1287:** Paulo de Oliveira. Londrina, 24 set. 1951. pacote 11.

- _____. **Processo n. 1315:** Alberto Teixeira Santa Bárbara. Londrina, 11 out. 1951. pacote 21.
- _____. **Processo n. 1281:** Jorge Cândido Cardoso. Londrina, 10 set. 1951. pacote 32.
- _____. **Processo n. 1069:** Arineu Pelarini. Londrina, 2 jan. 1951. pacote 25.
- _____. **Processo n. 116:** Mário Valente. Londrina, 25 out. 1951. pacote 16.
- _____. **Abertura de investigação n. 167:** Jacob Bartolomeu Minatti. Londrina, 28 nov. 1951. pacote 18.
- _____. **Processo n. 1547:** Lucília Antonia Ferreira e Terezinha Forato. Londrina, 23 maio 1952. pacote 21.
- _____. **Processo n. 1421:** Ary de Souza Parado. Londrina, 19 jan. 1952. pacote 10.
- _____. **Processo n. 1447:** Ataíde Teixeira da Silva. Londrina, 28 fev. 1952. pacote 10.
- _____. **Processo n. 1633:** Manoel Ferreira. Londrina, 12 ago. 1952. pacote 13.
- _____. **Processo n. 1835:** Bebiãa Alves dos Santos. Londrina, 17 abr. 1953. pacote 21.
- _____. **Processo n. 1983:** Saulo Porto Virmond. Londrina, 25 ago. 1953. pacote 45.
- _____. **Processo n. 2021:** José Cândido Cardoso. Londrina, 15 set. 1953. pacote 15.
- _____. **Processo n. 2107:** Acrísio Borges de Macedo. Londrina, 22 out. 1953. pacote 25.
- _____. **Processo n. 2526:** Alcides Botura. Londrina, 17 jun. 1954. pacote 15.
- _____. **Inquérito Policial n. 157:** Jesus Teixeira Gonçalves. Londrina, 6 jun. 1954. pacote 45.
- _____. **Inquérito Policial n. 918:** Neide Pereira. Londrina, 21 abr. 1954. pacote 26.
- _____. **Processo n. 2609:** João Luis Pereira. Londrina, 26 nov. 1954. pacote 21.
- _____. **Processo n. 2527:** Izabel Costa. Londrina, 23 set. 1954. pacote 38.

- _____. **Processo n. 2691:** Delmiro Pereira da Silva. Londrina, 20 dez. 1954. pacote 38.
- _____. **Inquérito Policial n. 277:** João Pereira de Moraes. Londrina, 16 jun. 1954. pacote 22.
- _____. **Inquérito Policial n. 21:** Norberto Custódio. Londrina, 16 out. 1955. pacote 22.
- _____. **Processo n. 7080:** Adão José de Souza. Londrina, 08 out. 1956. pacote 21.
- _____. **Processo n. 6078:** Euclides Fernandes Machado. Londrina, 17 mar. 1956. pacote 36.
- _____. **Inquérito Policial n. 98:** Ruy Lindolfo Sheel. Distrito de Irerê, 29 nov. 1956. pacote 21.
- _____. **Queixa Crime n. 6013:** Eurides Palharin. Londrina, 21 jun. 1956. pacote 35.
- _____. **Inquérito Policial n. 76:** Edmar Borges. Londrina, 26 ago. 1956. pacote 11.
- _____. **Infração de menor n. 7088:** Olinda Xavier Gil. Londrina, 19 out. 1956. pacote 27.
- _____. **Representação n. 7656:** Margarete Kissini. Londrina, 09 nov. 1957. pacote 22.
- _____. **Processo n. 8953:** Edite Guimarães. Irene, Nazaré Guimarães e Shioshi Muramoto. Londrina, 10 dez. 1957. pacote 44.
- _____. **Processo n. 7289:** José Pereira de Moraes. Londrina, 4 fev. 1957. pacote 11.
- _____. **Inquérito Policial n. 41:** José Nonato dos Santos. Londrina, 8 mar. 1957. pacote 22.
- _____. **Processo n. 7618:** José Pereira de Souza. Londrina, 4 out. 1957. pacote 16.
- _____. **Processo n. 7603:** João Fernandes de Almeida. Londrina, 2 out. 1957. pacote 21.
- _____. **Inquérito Policial n. 69:** João Irineu da Silva. Londrina, 3 dez. 1958. pacote 22.
- _____. **Inquérito Policial n. 115:** Olímpio Mendes e Isolina de Tal. Londrina, 2. abr. 1958. pacote 22.

- _____. **Inquérito Policial n. 65:** Oswaldina Silva. Londrina, 27 mar. 1958. pacote 22.
- _____. **Processo n. 8031:** Maria Olga Cordeiro. Londrina, 08 jul. 1958. pacote 33.
- _____. **Inquérito Policial n. 45:** Antonio Rodrigues de Moraes. Londrina, 29 nov. 1958. pacote 19.
- _____. **Processo n. 8044:** Orlando Ferreira. Londrina, 21 jul. 1958. pacote 34.
- _____. **Processo n. 1983:** Alberto Teixeira Santa Bárbara. Londrina, 21 jul. 1958. pacote 45.
- _____. **Processo n. 8215:** Djalma Luiz Daniel. Londrina, 31 out. 1958. pacote 26.
- _____. **Processo n. 8031:** Fulgênio Correia. Londrina, 8 jul. 1958. pacote 37.
- _____. **Processo n. 8178:** Carlos dos Santos. Londrina, 20 set. 1958. pacote 23.
- _____. **Processo n. 8138:** Santa da Silva. Londrina, 26 ago. 1958. pacote 22.
- _____. **Processo n. 8439:** Teresa Isabel. Londrina, 4 mar. 1959. pacote 33
- _____. **Processo n. 8182:** Maria Aroca. Londrina, 25 set. 1958. pacote 22.
- _____. **Queixa Crime n. 869:** Maria Leordina. Londrina, 10 ago. 1959. pacote 20.
- _____. **Processo n. 8504:** Bolivar Pereira Carvalho. Londrina, 31 mar. 1959. pacote 36.
- _____. **Representação n. 8627:** Santinha Jacinta de Almeida. Londrina, 6 jul. 1959. pacotete 27.
- _____. **Processo n. 8553:** Emundo Arseno de Souza. Londrina, 11 maio 1959. pacote 27.
- _____. **Inquérito Policial n. 8711:** Norival Mariano dos Santos. Londrina, 25 ago. 1959. pacote 31.
- _____. **Processo n. 8897:** José Abel Oliveira. Londrina, 21 dez. 1959. pacote 26.
- _____. **Processo n. 8459:** Jorge Kawan. Londrina, 13 mar. 1959. pacote 26.

_____. **Processo n. 9146:** Josué Augusto Barbosa. Londrina, 28 maio 1960. pacote 24.

_____. **Inquérito Policial n. 45:** Guiomar Padilha Izidoro. Londrina, 15 fev. 1960. pacote 20.

_____. **Subtração de incapaz n. 242:** Santina da Silva. Londrina, 12 dez. 1960. pacote 20.

_____. **Processo n. 9219:** Geraldo Godinho. Londrina, 23 jun. 1960. pacote 26.

_____. **Processo n. 9575:** Altair Augusto Pereira. Londrina, 07 nov. 1960. pacote 6.

_____. **Processo n. 9064:** Francisco Gomes do Rosário. Londrina, 29 mar. 1960. pacote 20.

_____. **Processo n. 9600:** Maria Batista Prado. Londrina, 19 jan. 1961. pacote 32.

_____. **Sindicância n. 192:** Manoel Casimiro de Oliveira. Patrimônio de Guaravera, 1 ago. 1961. pacote 26.

_____. **Inquérito Policial n. 41:** Valdi Jardim Machado. Londrina, 24 jan. 1961. pacote 36.

_____. **Inquérito Policial n. 19:** Edevaldo Antonio. Londrina, 16 mar. 1962. pacote 36.

_____. **Processo n. 10623:** João Fernandes. Londrina, 24 dez. 1962. pacote 35.

_____. **Inquérito Policial n. 23:** Lauro Ronchin. Distrito de Tamarana, 03 ago. 1962. pacote 35.

B. Acervo da Câmara Municipal de Londrina

LONDRINA. Câmara Municipal. Livros das Atas Ordinárias e Extraordinárias. 1951-1960.

6.2. FONTES IMPRESSAS

A. Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Estadual de Londrina

ALMEIDA, Glastone H. **Guia Geral de Londrina**. Londrina : Empresa Propagandística do Norte do Paraná, 1954.

BARROSO, Vicente. **O Famoso Norte do Paraná: terra onde se anda sobre dinheiro**. Caxias do Sul : São Miguel, 1956.

BRANCO, Gustavo ; MIONI, F. **Londrina no seu Jubileu de Prata : documentário histórico**. Londrina: Realizações Brasileiras, 1960.

CARVALHO, Brasilino. **Londrina monumental : milagre do gênio britânico vencendo as forças brutas da natureza**. São Paulo : Bipa, 1978.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. **Colonização e desenvolvimento do norte do Paraná**. 2. ed. São Paulo : CMNP, 1977.

COMPANHIA DE TERRAS NORTE DO PARANÁ. **O Norte do Paraná**. São Paulo : [a Companhia], 1941.

COUTINHO, Humberto P. **Londrina : 25 anos de sua história**. São Paulo, [s.n], 1959.

ESTEVES, Antonio A. **Índice de Londrina**. Londrina, [s.n], 1958.

GOMES, Adriano Marino. **Álbun de Londrina**. Londrina : PML, 1938.

B. Biblioteca Pública Municipal

BRANCO, G. ; ANASTÁCIO, Adão. **Construtores do progresso**. Londrina, [s.n], 1969.

FILHO, Marinósio. **Crimes que abalaram Londrina**. São Paulo : Flamur, 1973.

_____. **Dos porões da delegacia de polícia**. Londrina : Canadá, 1979.

_____. **Gente de Londrina**. Londrina : Litográfica, 1972.

FRANÇA, Tadeu J. **Luzes negras do submundo**. São Paulo : L. Oren, 1973.

MASCHIO, Edíson. **Escândalos da Província**. Londrina : Promoções Universitárias, 1967.

_____. **Raposas do asfalto**. Londrina : Promoções Publicitárias, 1987.

OLIVEIRA JUNIOR, Benedito. **Eu e tu e outras crônicas**. Londrina : Diretório Central dos Estudantes, 1974.

OLIVEIRA, Aristeu. **Norte do Paraná : terra abençoada**. Londrina, [s.n], 1949.

PINHEIRO, Irineu. **Retrospectiva da História**. Londrina, [s.n], [19-].

ZORTÉA, Alberto J. Londrina através dos tempos e crônicas da vida. São Paulo : Juriscredi, 1975.

6.3. DOCUMENTOS OFICIAIS

DOCUMENTOS OFICIAIS

ZONEAMENTO URBANO. Lei n.133. Londrina : PML, p. 1-50, 7 de dezembro de 1951.

CÓDIGO DE OBRAS. Lei n. 281. Londrina : PML, p. 1-89, 26 de outubro de 1955.

CÓDIGO MUNICIPAL. Lei n. 219. Londrina : PML, 31 de dezembro de 1954.

RELATÓRIO GESTÃO MILTON MENEZES: 1953. Londrina : PML, p. 1-95, 1954.

RELATÓRIO GESTÃO MILTON MENEZES: 1954. Londrina : PML, p. 1-90, 1955.

6.4. PERIÓDICOS

6.4.1. Jornais

Folha de Londrina. Londrina, maio 1952 - dez. 1960. Diário.

Paraná-Norte. Londrina, out. 1934 - jun. 1948. Semanário.

Folha do Povo. Londrina, maio 1957 - set. 1967. Semanário.

Gazeta do Norte. Londrina, dez. 1954 - ago. 1961. Quinzenal.

O Combate. Londrina, out. 1952 - set. 1965. Mensal.

A Notícia. Londrina, ago./set. 1950. Semanário.

Paraná Jornal. Londrina, set. 1949. 1949. Diário

Correio do Norte. Londrina, fev. 1947. Diário

Jornal das Moças. Londrina, nov. 1969.

O Cometa. Londrina, abr./maio 1935. Semanário.

6.4.2. REVISTAS

Paraná-Jornal. Londrina, v. 1, 1947.

Terra Roxa. Londrina, ano 1, n. 1, mar. 1946.

Terra Roxa. Londrina, ano 1, n. 2, maio 1946.

Terra Roxa. Londrina, ano 2, n. 1, jun. 1947.

A Pioneira. Londrina, ano 1, n. 1, maio 1948.

A Pioneira. Londrina, ano 1, n. 2, jul./ ago. 1948.
A Pioneira. Londrina, ano 2, n. 6, nov./dez. 1949.
A Pioneira. Londrina, dez. 1954.
Realizações Brasileiras. Londrina, ano 7, n. 7, 1957.
Realizações Brasileiras. Londrina, ano 8, n. 8, 1958.
Realizações Brasileiras. Londrina, ano 8, n. 9, 1958.
Branco & Preto : Arte e cultura em revista. Londrina, n. 10, set. 1988.

6.5. FONTES ORAIS: ENTREVISTA

ALMEIDA, Marta Oldenburg de. **Entrevista.** Londrina, jul. 1990. Entrevista concedida a Rosimeire Angelini Castro.

6.6. BIBLIOGRAFIA

6.6.1. ARTIGOS

- ANDRADE, José Maria Tavares de. Ethos do pioneiro. **Semina : Revista cultural e científica da Universidade Estadual de Londrina.** Londrina, v. 1, n. 1, p. 32-36, abr./jun. 1975.
- AZZI, Riolando. Família, mulher e sexualidade na Igreja do Brasil : (1930-1964). In: MARCILIO, Maria Luiza (org.). **Família, mulher, sexualidade e Igreja na História do Brasil.** São Paulo : Edições Loyola, 1993. p. 101-134.
- BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flavio R. (org.). **Walter Benjamin: sociologia.** São Paulo: Ática, 1985. p. 153-164.
- BERNARDES, Lysia M. C. O problema das frentes pioneiras no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia.** São Paulo, n. 3, jul./set. 1953. p.3-52, jul./set. 1953.
- BERNARDES, Nilo. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia.** São Paulo, n.4, out./dez. 1952, p. 53-82, out./dez. 1952.
- BICALHO, Maria Fernanda B. A arte da sedução: a representação da mulher no cinema mudo brasileiro. In : COSTA, Albertina de Oliveira ; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Entre a virtude e o pecado.** Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1992. p. 89-117.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Metrôpoles: as faces do monstro urbano : as cidades no século XIX. **Revista Brasileira de História : Cultura e Cidades.** São Paulo: Marco Zero, v. 5, n. 8 e 9, p. 35-68, set. 1984 e abr. 1985. Cultura e cidades.

- CESÁRIO, Ana Cleide. Norte Novo : a expansão da fronteira e seu conteúdo simbólico. In: PAZ, Francisco (org.). **Cenários de economia e política : Paraná**. Curitiba : Prephácio, 1991. p.41-63.
- CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre a mulher e violência . In: FRANCHETO, B. et al. **Perspectivas antropológicas da mulher** . Rio de Janeiro : Zahar, 1985. v. 4, p. 23-62..
- CORRÊA, Marisa. Repensando a família patriarcal brasileira em vários autores. In : **Colcha de Retalhos**. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. **Revista de História**. São Paulo, v. , n. 114, p. 31-45, jan./jun. 1983.
- _____. Teoria e método dos estudos feministas: perspectiva histórica e hermenêutica do cotidiano. In: COSTA, Albertina de Oliveira ; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). In: **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos ; 1992. p. 39-53.
- ENGEL, Magali Gouveia. Imagens femininas em romances naturalistas brasileiros - 1881-1903. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 18, p. 237-258, ago. /set. 1989. A mulher e o espaço público.
- ESTEVES, Martha de Abreu ; RIBEIRO, Gladys Sabina. Cenas de amor: histórias de nacionais e imigrantes. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v..9, n. 18, p. 217-235, ago./set. 1989. A mulher e o espaço público.
- FERREIRA, A. Celso ; SIMON, Cristiano G. B. Tensões da modernidade em Londrina: a ferrovia e a nave. **História : questões e debates**. Curitiba, n. 17, p. 334-359, dez. 1988.
- FRASER, Nancy. Que é crítico na Teoria Crítica? o argumento de Habermas e gênero. In : BENHABIB, Seyla ; CORNELL, Drucilla (coords.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Tradução por Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1987. p. 38-65.
- FUKUI, Lia ; BRUSCHINI, M.C.A. A família em questão. **Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas**. São Paulo, n. 37, 1981. p. 3-25, maio 1981.
- LE GOFF, Jacques. A história do cotidiano. In : DUBY, Georges et al. **História e nova história**. Tradução por Carlos da Veiga Ferreira. São Paulo : Teorema, 1986. p. 73-82.
- MACHADO, Brasil ; WESTPHALEN, Cecília M. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná Moderno. **Boletim da UFPR** . Departamento de História. Curitiba, n. 7, p. 1-52, 1968.
- MACHADO, Brasil P. ; BALHANA, Altiva P. Contribuição ao estudo da História Agrária do Paraná. **Boletim da UFPr**. Departamento de História. Curitiba, n. 3, p. 1-52, jun. 1963.

- MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Mulheres no mundo da casa: imagens femininas nos romances de Machado de Assis e Aluizio Azevedo. In : COSTA, Albertina de Oliveira ; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1992. p. 57-85.
- MONBEIG, Pierre. As zonas pioneiras do Estado de São Paulo. **Ensaio de Geografia Humana Brasileira**. São Paulo : DIFEL, 1957.
- _____. A zona pioneira do norte do Paraná. **Revista Brasileira de Geografia**. v. 1, n. 3, p. 56-72, 1940.
- MOTT, Maria Lucia de Barros. Parteiras no século XIX : Mme Durocher e sua época. In : COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs.). **Entre a virtude e o pecado**. Rio de Janeiro : Rosa dos Tempos, 1992. p. 125-141.
- MULLER, Nice L. Contribuição ao estudo do Norte do Paraná. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 22, p. 55-97, 1956.
- OTNER, Sherry B. Está a mulher para o homem assim como a natureza para a cultura? In: ROSALDO, Michelle Zimbalist ; LAMPHERE, Louise. **A mulher, a cultura e a sociedade**. Tradução por Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. p. 95-120.
- PAOLI, Maria Célia. Mulheres : lugar, imagem, movimento. In : FRANCHETO, Bruna et al. (orgs.). **Perspectivas antropológicas da mulher IV**. Rio de Janeiro : Zahar, 1985. v. 4, p. 25-62.
- PENA, Maria Valéria Juno. A mulher trabalhadora. In : CARVALHO, Nanci Valadares de (org.). **A condição feminina**. São Paulo : Vértice, 1988. p. 103-125.
- PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18, ago./set. 1989.
- PRANDINI, Neyde. Aspecto da Geografia urbana de Londrina. **Anais de Associação dos Geógrafos Brasileiros**. São Paulo, v. 6, t. 1, p. 61-90, 1954.
- RAGO, Margareth. Nos bastidores da imigração : o tráfico das escravas brancas. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 18, p. 145-180, ago./set. 1989.
- ROSALDO, Michelle Zimbalist. A mulher, a cultura e a sociedade : uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michelle Zimbalist ; LAMPHERE, Louise (coords). **A mulher, a cultura e a sociedade**. Tradução por Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979. p. 33-64.
- SCOTT, Joan. Gênero : uma categoria útil na análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.
- SOIHET, Rachel. Mulheres ousadas e apaixonadas: uma investigação em processos criminais cariocas - 1890-1930. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 9, n. 18, p. 199-216, ago./set. 1989.

TARSO, Paulo de. Entre dois narradores, o discurso da modernidade; o discurso ficcional em "Pequena Londres". **Revista : Questões e Debates**. Curitiba, v. 11, n. 20-21, p. 122-138, jun./dez. 1990.

TRINDADE, Etelvina. Clotildes ou Marias: mulheres de Curitiba na Primeira República. **Revista: Questões e Debates**. Curitiba, v. 11, n. 20/21, p. 17-35, jun./dez. 1990.

VELHO, Gilberto. O estudo do comportamento desviante : a contribuição da antropologia social. In: VELHO, G. (org.). **Desvio e divergência : uma crítica da patologia social**. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ZENHA, Celeste. Casamento e ilegitimidade no cotidiano da Justiça. In: VAINFAS, R. (org.). **História e sexualidade no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1986, p. 125-141.

As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. **Revista Brasileira de História**. São Paulo : ANPUH, v. 5, n.10, p. 123-146, mar./ago. 1985.

6.6.2. B. LIVROS E TESES

ADUM, Sonia M. S. Lopes. **Imagens do progresso: civilização e barbárie em Londrina: 1930-1960**. Assis, 1991. Dissertação (Mestrado). UNESP. ILHP. Departamento de História, 1991.

ALVES, Claudia Lima Esteves. **Dinâmica espacial de produção e reprodução da força de trabalho em Londrina : os conjuntos habitacionais**. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado). USP, FFLCH, Departamento de Geografia, 1991.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Tradução por Roberto Raposo. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

ARIAS NETO, José Miguel. **O Eldorado : Londrina e o Norte do Paraná - 1930/1975**. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado). USP. FFLCH. Departamento de História, 1993.

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução por Dora Flaksman. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

ASARI, Alice ; TUMA, Magda M. **Aspectos históricos, físicos, econômicos e institucionais do Município de Londrina**. Londrina : PML, 1978.

BARNABÉ, Marcos F. **A organização espacial do território e o projeto da cidade : o caso da CTNP**. São Carlos, 1989. Dissertação (Mestrado). USP. EESC. Departamento de Arquitetura e Planejamento, 1989.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. Tradução por Sérgio Milliet. 6. ed., Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980. v. 2.

- BENATTI, Antonio Paulo. **A orgia do café: boêmia e prostituição em Londrina na década de 1950.** Londrina, 1993. Monografia apresentada à Disciplina de Metodologia e Técnica de Pesquisa em História. UEL. Departamento de História, 1993.
- BICALHO, Maria Fernanda Baptista. **O belo sexo : imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do XX.** Rio de Janeiro, 1983. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1983.
- BRESCIANI, Maria Stella. **O anjo da casa.** Campinas. IFCH/UNICAMP, 1991. Primeira Versão, n. 29.
- BROWN, Judith C. **Atos impuros : a vida de uma freira lésbica na Itália da Renascença.** Tradução por Cláudia Sant'Ana Martins. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- BRUSCHINI, Maria Cristina A. ; ROSEMBERG, Fulvia (orgs). **Vivência: história, sexualidade e imagens femininas.** São Paulo : Fundação Carlos Chagas, 1980.
- BUFFAULT, Anne- Vincent. **História das Lágrimas.** Séculos XVIII-XIX. Tradução por Luis Marques e Martha Gambini. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.
- BITTONI, Dulcília H. S. **Mulher de papel : a representação da mulher na imprensa feminina brasileira.** São Paulo : Edições Loyola, 1981.
- _____. **Imprensa feminina.** São Paulo : Ática, 1986.
- BURKE, Peter. **Cultura popular na Idade Moderna : Europa, 1500-1800.** Tradução por Denise Bottmann. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.
- _____. **A escrita da história : novas perspectivas.** Tradução por Magda Lopes. São Paulo : Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CANCIAN, Nadir. **Cafecultura Paranaense 1900/1970.** Curitiba : Grafipar, 1981.
- CARDOSO, Ciro F. ; BRIGNOLI, Hector P. **Os métodos da história.** Rio de Janeiro : Graal, 1983.
- CESÁRIO, Ana Cleide C. **Poder e partidos políticos em uma cidade média brasileira : um estudo do poder local : Londrina 1934-1979.** São Paulo, 1986. USP. FFLCH. Tese (doutorado). Departamento de Ciências Sociais, 1986.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim : o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque.** São Paulo : Brasiliense, 1986.
- CORREIA, Mariza. **Os crimes da paixão.** São Paulo : Brasiliense, 1981.
- _____. **Morte em família : representações jurídicas de papéis sexuais.** Rio de Janeiro : Graal, 1983.

COSTA, Jurandir Freire. **Ordem médica e norma familiar.** Rio de Janeiro : Graal, 1979.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua : espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil.** São Paulo : Brasiliense, 1985.

DANZELOT, Jacques. **A polícia das famílias.** Tradução por M. T. da Costa Albuquerque. Rio de Janeiro : Graal, 1980.

DARTON, Robert. **O massacre dos gatos : e outros episódios da história cultural francesa.** Tradução por Sonia Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1986.

DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo : sociedade e cultura no início da França moderna.** Tradução por Mariza Corrêa. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.

DIAS, Maria Odila Leite da S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.** Ana Gertrudes de Jesus. São Paulo : Brasiliense, 1984.

D'INCAO, Maria Angela (org.). **Amor e família no Brasil.** São Paulo : Contexto, 1989.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese.** Tradução por Gilson C. C. Souza. São Paulo : Perspectiva, 1983.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador : uma história dos costumes.** Tradução por Ruy Jungmann. Rio de Janeiro : Zahar, 1990. v. 1.

ENGEL, Magali. **Meretrizes e doutores : saber médico e prostituição no Rio de Janeiro, 1840-1890.** São Paulo : Brasiliense, 1989.

ESTEVES, Martha de Abreu. **Meninas perdidas : os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da "Belle Époque".** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.

FAUSTO, Boris. **Crime e cotidiano : a criminalidade em São Paulo - 1880-1924.** São Paulo : Brasiliense, 1984.

TRIGUEIROS FILHO, Marinósio ; TRIGUEIROS NETO, Marinósio. **História da imprensa de Londrina : do baú do jornalista.** Londrina : UEL, 1991.

FIORIN, José Luiz. **O regime de 1964 : discurso e ideologia.** São Paulo : Atual, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir : história da violência e das prisões.** Tradução por Ligia Pondé Vassalo. 7. ed. Petrópolis : Vozes, 1967.

_____. **Microfísica do poder.** Tradução por Roberto Machado. 8. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I. A vontade de saber.** Tradução por Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro : Graal, 1985.

FRANCHETTO, B. et. al. (org.). **Perspectivas antropológicas da mulher.** Rio de Janeiro : Zahar, v. 1, 2 e 3, 1981-1983.

GAY, Peter. **A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud : a educação dos sentidos.** Tradução por Per Salter. São Paulo : Companhia das Letras, 1988.

_____. **O estilo na história : Gibbon, Ronke, Macaulay, Burckhardt.** Tradução por Denise Bottman. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.

GINSBURG, Carlo. **O queijo e os vermes : o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição.** Tradução por Maria Betânia Amoroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. **Mitos, emblemas e sinais : morfologia e história.** Tradução por Frederico Corotti. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

_____. **A micro-história e outros ensaios.** Tradução por Antonio Marino. Rio de Janeiro : Difel, 1992.

HAHNER, Juner. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas : 1850-1937.** Tradução por Maria Thereza P. de Almeida e Heitor Ferreira da Costa. São Paulo : Brasiliense, 1981.

_____. **A mulher no Brasil.** Tradução por Eduardo F. Alves. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história.** 3. ed. Tradução por Carlos Nelson Coutinho. 3. ed. São Paulo : Paz e Terra, 1989.

IPAC. **Onde o bairro é a casa.** Londrina : Secretaria de Educação e Cultura/UEL, [198 -].

JOFFILY, José. **Londres-Londrina.** Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

KOWARICK, Lúcio (org.). **As lutas sociais e a cidade.** São Paulo : Paz e Terra, 1988

LE GOFF, J. ; NORA, Pierre. **História: novas abordagens.** Tradução por Henrique Mesquita. 3. ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1988.

_____. **História : novos problemas.** Tradução por Theo Santiago. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

LE GOFF, J. (org.). **A história nova.** Tradução por Eduardo Brandão. São Paulo : Martins Fontes, 1990.

_____. **Reflexões sobre a história : entrevista de Francesco Maiello.** Tradução por José Pinto Ribeiro. Lisboa : Edições 70, 1986.

_____. **O maravilhoso e o cotidiano no ocidente medieval.** Tradução por José Antonio P. Ribeiro. Lisboa : Edições 70, 1983.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política.** Campinas : Papyrus, 1986.

- LÉVI-STRAUS, Claude. **Tristes trópicos**. Tradução por Noeli Bastard. 2. ed. Buenos Aires : EUDEBA, 1973.
- LIMA, Fausto. **Londrina : renovação urbana**. São Paulo, 1978. Trabalho final de graduação. MacKenzie. Faculdade de Arquitetura, 1978 .
- LOPES, Ana Y. D. P. **Pioneiros do capital : a colonização do norte novo do Paraná**. São Paulo, 1982. Dissertação (Mestrado). FFLCH. Departamento de Ciências Sociais, 1982.
- MACFARLANE, Alan. **História do casamento e do amor**. Inglaterra, 1300-1840. Tradução por Paulo Neves. São Paulo : Companhia das Letras, 1990.
- MARTINS, Ana Paula V. **Um lar em terra estranha : a aventura da individualização feminina, a Casa da Estudante Universitária de Curitiba, nas décadas de 50 e 60**. Curitiba, 1992. Dissertação (Mestrado). UFPr. Departamento de História, 1992.
- MASSI, Marina. **Vida de mulheres : cotidiano e imaginário**. Rio de Janeiro : Imago, 1992.
- MATTOS, Ilmar. **O tempo Saquarema : a formação do Estado Imperial**. 2. ed. São Paulo : HUCITEC, 1990.
- MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Tradução por Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo : HUCITEC, 1984.
- _____. **Novos estudos de geografia humana brasileira**. São Paulo : DIFEL, 1957.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica : o caso do Paraná**. São Paulo : HUCITEC, 1981.
- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas - uma questão de classe : papéis sociais femininos na sociedade de Desterro**. São Paulo, 1992. Dissertação (Doutorado), USP. FFLCH. Departamento de História, 1992.
- PENA, Maria Valéria Juno. **Mulheres e trabalhadoras : presença feminina na constituição do sistema fabril**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.
- PERROT, Michelle. **Os excluídos da história : operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução por Denise Bottman. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988. p. 165-231.
- RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar : a utopia da cidade disciplinar, Brasil 1890-1930**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- _____. **Os prazeres da noite : prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo 1890-1930**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.
- RAZENTE, Nestor. **Ocupação do espaço urbano de Londrina**. Recife, [19-]. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento Urbano). UFPE. Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

- SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira.** São Paulo : Brasiliense, 1983.
- _____. **As mulheres, o poder e a família :** São Paulo, século XIX. São Paulo: Marco Zero, 1989.
- SENNET, Richard. **O declínio do homem público : as tiranias da intimidade.** Tradução por Lygia Araújo Watanabe. São Paulo : Cia das Letras, 1988.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão : tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo : Brasiliense, 1989.
- SOIHET, Rachel. **Condição feminina e formas de violência : mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920.** Rio de Janeiro : Forense Universitária, 1989.
- SOUZA, Geraldo Pires de. **As três chamas do lar : 1. Esposa. 2. Mãe e educadora. 3. Dona de casa.** 6. ed. Petrópolis : Vozes, 1958.
- SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro.** Rio de Janeiro : Graal, 1982.
- STOLCKE, Verena. **Cafeicultura : homens, mulheres e capital, 1850 - 1980.** Tradução por Denise Bottman e João R. M. Filho. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- THOMPSON, Eduard. P. **A formação da classe operária inglesa : I - a árvore da liberdade.** Tradução por Denise Bottman. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, Eduard. **Tradición, revuelta y consciencia de clase.** Barcelona : Crítica, 1984.
- TOMAZI, Nelson D. **Certeza de lucro e direito de propriedade : o mito da CTNP.** Assis, 1989. Dissertação (Mestrado), UNESP. ILHP. Departamento de História, 1989.
- VAINFAS, Ronaldo (org.). **História e sexualidade no Brasil.** Rio de Janeiro : Graal, 1986.
- VOVELLE, Michel. **Ideologias e mentalidades.** Tradução por Maria J. Golwasser. São Paulo : Brasiliense, 1987.
- WACHOWICZ, Ruy C. **Norte velho, norte pioneiro.** Curitiba : Gráfica Vicentina, 1987.
- WESTPHALEN, Cecília M. et al. **História do Paraná.** 2. ed. Curitiba : Grafipar, 1969.
- WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura.** Tradução por Paulo H. Britto. São Paulo : Companhia das Letras, 1989.

Federação das Mulheres do Estado de São Paulo
RUA VERGUEIRO N.º 102

São Paulo, 17 de fevereiro de 1951

Prezada Lazara

Acusamos o recebimento de sua carta de 18 de fevereiro a qual só hoje passamos a responder devido aos muitos afazeres que tomam inteiramente o nosso tempo.

Ficamos entusiasmadas com o trabalho que voce vem realizando. Aliás nunca tivemos duvida de sua capacidade e tínhamos certeza que voce muito havia de fazer.

Todo o trabalho que voce vem realizando é de muita importância. De fato é muito necessário organizar o trabalho em Marília. Penso que voce encontrará muita gente com disposição de trabalhar. É preciso ter paciência.

Aqui continuamos o trabalho pela Paz, contra o envio de tropas para a Coréia, tudo em torno da figura de ELISA BRANCO. Por aí voce vê que seu trabalho foi muito bom.


Deve ter chegado aí, para D. Lola Machado, uma carta de Jovina Pessoa com diversos folhetos sobre Elisa Branco, Seria muito bom que voce procurasse D. Lola para organizar o trabalho. Na carta de Jovina Pessoa vão as explicações, pois é ela que esta encarregada de organizar todo o trabalho em torno de Elisa.

Escrevi para Momento Feminino dando o seu nome para manter correspondência direta com você.

Breve escreverei remetendo todo o plano de nossos trabalhos para que voce veja o que pode realizar aí.

Esperamos notícias daí. Pedimos que nos dê notícias de tudo quanto forem fazendo.

Nossas fraternais saudações


1ª. Secretária



ESCOLA DE CORTE-COSTURA PROFESSORA MARGARIDA

Jornal Paraná-Norte. 17 jan. 1937



— Eu sou u'a mulher humilde, vivendo do trabalho rude de cosinhar e lavar roupa, mas posso ser vereadora e até deputada, ou fazer parte do Senado. E o sr. que é o meu patrão, tendo dinheiro e prédios como tem, não pode ser coisa alguma.

— Posso! Porque não?! Sou brasileiro e proprietário.

— Está muito enganado. Eu sou eleitora e o sr. não. Eu posso votar e ser votada. O sr. não pode. Não pode sequer ocupar a mais modesta função pública. Eu sou muito superior ao sr., que é meu patrão; ouviu? Vá! Procure o Posto Eleitoral, ali, no "Paraná-Norte", ou em Nova Dantzig, ou em Rolândia, e aliste-se. Leve também a mulher e sua filha. Tratem de ser gente!